

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

CARLOS HEBER DE OLIVEIRA

**CONSCIÊNCIA DA AUSÊNCIA DO TRABALHO - A MEDIAÇÃO ESTABELECIDADA
ENTRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E UM MORADOR DE RUA**

**CAMPO GRANDE - MS
2017**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

CARLOS HEBER DE OLIVEIRA

**CONSCIÊNCIA DA AUSÊNCIA DO TRABALHO - A MEDIAÇÃO ESTABELECIDADA
ENTRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E UM MORADOR DE RUA**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dra. Inara Barbosa Leão.

**CAMPO GRANDE - MS
2017**

CARLOS HEBER DE OLIVEIRA

**CONSCIÊNCIA DA AUSÊNCIA DO TRABALHO - A MEDIAÇÃO ESTABELECID
ENTRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E UM MORADOR DE RUA**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Aprovado em: 09 de Fevereiro de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Inara Barbosa Leão – Orientadora – UFMS

Prof.^a Dra. Luciane Pinho de Almeida – UCDB

Prof. Dr. David Victor-Emmanuel Tauro – UFMS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo presente trabalho e aos meus pais, Mafalda e José Carlos pelo apoio, pois desde pequeno me incentivaram estudar e me fizeram pensar na desigualdade, sendo nós ainda parte dela.

À minha esposa Andressa, pelo carinho, amizade e cuidado em todos os momentos, sobretudo nos momentos em que me senti frágil e incapaz de terminar este trabalho, seu cuidado tirou de mim a capacidade que não tinha para terminar a presente pesquisa.

À minha irmã Alyne e meu cunhado Erich pelo apoio e incentivo aos estudos, e a pequena Liz que me alegra todos os dias com seu sorriso gostoso e sua pureza que me cativa.

Ao meu irmão Kleber e minhas sobrinhas, Karen, Gabi e Alexia e o Rogério pelo apoio em tudo, até mesmo nos momentos ausentes.

À meus sogros que me acolheram como filho e me possibilitaram ter a oportunidade de ter uma nova família e companhia maravilhosa.

À Profa. Dra. Inara Barbosa Leão obrigado pelas orientações, pela generosidade ao ensinar, pela paciência, pela amizade, pelo crescimento pessoal proporcionado pelas nossas conversas, pelo incentivo e pelo apoio constante ao longo deste trabalho e, principalmente, por acreditar e confiar neste desafio. Meu muito obrigado.

Aos professores do Mestrado em Psicologia da UFMS, que com muita seriedade e empenho conduziram o curso, me proporcionando, valiosa contribuição científica.

Ao professor Dr. David Victor-Emmanuel Tauro, porque o admiro e por aceitar participar da avaliação desta dissertação na qualificação e agora na banca de defesa, pela perspicácia e idéias inteligentes que sempre me inspiraram.

À Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida, por aceitar compor a banca de qualificação e de defesa e por ser uma pessoa querida que a tempos admiro por sua capacidade, profissionalismo e generosidade.

A Ludmar, secretária do curso de mestrado em Psicologia que, não apenas me atendeu muito bem todas as vezes que solicitei, mas que sempre foi atenciosa e gentil em todos momentos tais como nos desabafos e infortúnios que passei ao longo do processo.

Aos amigos que, fiquei impossibilitado de manter contato tão constante durante o tempo da pesquisa.

“Somos muitos Severinos
iguais em tudo na vida:
na mesma cabeça grande
que a custo é que se equilibra,
no mesmo ventre crescido
sobre as mesmas pernas finas
e iguais também porque o
sangue que usamos tem pouca
tinta.

E se somos Severinos
iguais em tudo na vida,
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre
de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida).

Somos muitos Severinos
iguais em tudo e na sina:
a de abrandar estas pedras
suando-se muito em cima,
a de tentar despertar
terra sempre mais extinta,
a de querer arrancar
alguns roçado da cinza.
Mas, para que me conheçam
melhor Vossas Senhorias
e melhor possam seguir
a história de minha vida,
passo a ser **o Severino
que em vossa presença
emigra”**.

Morte e Vida Severina
(João Cabral de Melo Neto)

RESUMO

Neste trabalho discutimos o sentido de si que constitui a consciência de um morador de rua. Partimos da mediação constituída pela Política Nacional da Assistência Social e o significado que o meio social atribui a este grupo a partir da relação com os meios de produção. Para a exploração da problemática recorremos à psicologia Sócio-Histórica, isso porque se dedica ao estudo da consciência individual, que é explicada como a condição do psiquismo. A psicologia sócio-histórica se fundamenta filosoficamente nos princípios do materialismo histórico e dialético que tem o trabalho social como o principal mediador entre a sociedade e o homem. Para analisar as funções psicológicas superiores, em especial a consciência devemos pelo método explicar e não descrever, além de entender os processos que determinam a consciência do homem em relação com o meio social. Ainda conforme o método o principal mediador da consciência é o signo, o qual orienta não apenas o manuseio dos instrumentos os quais medeiam nossa ação, mas também nos dá condição para nos auto-orientar. Para analisar a consciência do morador de rua, elaboramos um instrumento de coleta de dados, sendo uma entrevista semi-estruturada. O tema norteador da entrevista surgiu após uma revisão bibliográfica referente ao morador de rua no Brasil e a relação do mesmo com o trabalho e a assistência social. Aplicamos um questionário no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), onde um voluntário se dispôs falar de si e a relação com o trabalho, mediante a pergunta desencadeadora: Como o trabalho influenciou você ficar na rua? Após coletarmos o discurso do entrevistado, foi realizada a transcrição literal da fala e construímos um corpus para análise. Posteriormente aplicamos a Análise Gráfica do Discurso Simplificada que consiste em marcar as palavras com maior incidência e tomar estas como núcleos, após reorganizamos seu discurso com os núcleos principais onde circunda sua consciência. Como resultado, verificamos que o sujeito não se reconhece com os outros moradores de rua, isso porque, os outros moradores de rua são tidos como ladrões, bandidos, mal vistos pela sociedade. Observamos também, que o sujeito entende a Assistência Social como uma instituição de benemerência e não prioriza necessariamente a garantia de direitos. Por fim, ressaltamos que para o entrevistado o trabalho é tido como uma necessidade, mas que mesmo diante da necessidade social há outros motivos que conflitam com o sujeito para a aquisição de uma nova colocação do trabalho tais como o preconceito social e a droga.

Palavras-chave: Consciência. Mediação. Trabalho. Morador de rua. Psicologia Sócio-histórica.

Abstract

In this work, we discuss the meaning of the self that constitutes consciousness in the case of a homeless person. Starting with the mediation constituted by the National Policy of Social Assistance and the significance that the social milieu attributes to this group *vis-à-vis* the relations with the means of production. For the exploration of this problematic we recurred to Socio-Historical Psychology since it is dedicated to the study of individual consciousness explained as the psychical condition. Socio-Historical Psychology is philosophically based on the principles of dialectical and historical materialism which proposes social labor as the principal mediator between society and man. To analyze the superior psychological functions especially consciousness we must use the method to explain and not merely describe besides understanding the processes determining the consciousness of man relative to the social milieu. Further with respect to method the principal mediator of consciousness is the sign orienting not merely the use of the instruments mediating our action but also supplying us with the condition for self-orientation. To analyze the consciousness of the homeless person we elaborated an instrument for data collection: a semi-structured interview. The directive theme of the interview surged after the revision of bibliography on the homeless in Brazil their relations to work and social assistance. We applied the interview at the Reference Center Specialized in the Homeless Population [Centro POP] where a volunteer was disposed to speaking about himself and his relation to work mediated by the leading question. How did work influence you to live in the streets? Following the material collected through the interview a literal transcription was made constituting a discourse for analysis. We then applied the Graphic analysis of Simplified Discourse consisting in marking words with a higher incidence and using them as nuclei. Then we reorganized his discourse with the principal nuclei where his consciousness is located. The result showed that the subject did not recognize himself like the other homeless since the others are considered thieves or bandits or ill-viewed by society. We also observed that the subject considered the Social Assistance as a beneficiary institution not necessarily prioritizing the guarantee of rights. Lastly, we would like to stress that for the interviewee work is considered a necessity despite the fact that given this social necessity there although in society other motives conflicting with the subject for the acquisition of another position in the labor market social prejudice and substance use.

Keywords: Consciousness. Mediation. Labor. Homeless. Socio-Historical Psychology.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CASFA – Casa de Apoio São Francisco de Assis
- CEDAMI – Centro de Apoio ao Migrante
- CENTRO POP – Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua
- CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
- CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social
- CETREMI – Centro de Triagem e de Apoio ao Migrante
- CONGEMAS – Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio Econômico
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- LBA – Legião Brasileira de Assistência
- LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
- MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
- MNPR – Movimento Nacional de População de Rua
- NOB – SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social
- ONG – Organização Não Governamental
- PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
- PIB – Produto Interno Bruto
- PNAS – Política Nacional da Assistência Social
- PNPR – Política Nacional para a População em situação de Rua
- SAS – Secretaria Municipal de Assistência Social
- SEDAHAST – Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho
- UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	26
2.1 A TEORIA PSICOLÓGICA SOCIO-HISTÓRICA	26
2.2 MÉTODO	102
2.2.1 A técnica.....	116
3 EU NÃO TENHO [QUE] SER	125
3.1 A ATIVIDADE E A IDENTIDADE	125
4 TÔ (COMO) UM (QUE) VÔU (COM) VOCÊ FALÁ.....	140
4.1 A CONDIÇÃO HISTÓRICA DO TRABALHADOR NO CONTEXTO DE PRODUÇÃO.....	140
4.2 OS DETERMINANTES HISTÓRICOS QUE CONSTITUÍRAM A ASSISTÊNCIA SOCIAL ATÉ AS POLÍTICAS VOLTADAS PARA O MORADOR DE RUA	150
4.3 A CONSCIÊNCIA DO MORADOR DE RUA MEDIANTE A DESIGUALDADE SOCIAL	179
5 SINHOR, NAQUELA VIDA AQUI TRABALHÁ SÓ (POR) DEUS!! ENTÃO CARA, MESMO TUDO (QUE) SEI, FIZ FICÁ DINHEIRO PORQUE (SE) FUMÁ (NA) RUA VIVO – A CAMINHO DE UMA SÍNTESE.....	187
5.1 O PROCESSO HISTÓRICO DO TRABALHO NO GOVERNO NEOLIBERAL E NO GOVERNO DESENVOLVIMENTISTA	187
5.2 OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA O MORADOR DE RUA	198
CONCLUSÃO	212
REFERÊNCIAS.....	217
ANEXO	222
ANEXO 1	222
ANEXO 2	224
ANEXO 3	225
ANEXO 4	235

1 INTRODUÇÃO

O presente relatório da pesquisa desenvolvido durante o Curso de Mestrado em Psicologia apresenta os resultados que alcançamos ao investigarmos a consciência de um morador de rua.

Estabelecemos como objetivo entender a mediação estabelecida pelo trabalho entre a consciência e as implicações da política de assistência social para o trabalhador desempregado que se tornou morador de rua. Esse processo foi investigado tendo como base os processos estruturantes da consciência: o sentido da sua condição de morador de rua em relação ao significado social atribuído a esses trabalhadores concretizado pelas políticas de assistência social. Este tema nasceu das indagações que me surgiram no período em que trabalhei como psicólogo e realizava atendimentos individuais e em grupo na Casa de Apoio São Francisco de Assis (CASFA). E, foi amadurecendo durante as orientações iniciais no curso de mestrado, que me conduziram à indagação sobre a constituição da consciência do morador de rua à luz da teoria da psicologia Sócio-Histórica.

Mediante a pesquisa, pude entender que no período em que trabalhei como psicólogo na CASFA atendia àqueles que compõem o exército de trabalhadores de reserva, mas que já estão estagnados, conforme o ensinamento de Marx (1984). Isto porque a miséria enfrentada por estes trabalhadores é produzida pelo atual modelo de produção monopolista, que se vale de trabalhadores temporários, instáveis e de baixa renda; em geral oriundos da zona rural, mais especificamente das carvoarias, lavouras, ou das cidades onde realizavam serviços braçais, tais como: pintura, alvenaria, marcenaria, auxiliar de serviços gerais. Estas condições eram comuns aos indivíduos, os quais eu atendia na CASFA. Outro fator constatado é que os sujeitos atendidos não eram oriundos só do Estado de Mato Grosso do Sul, mas também de outras regiões do país, tais como São Paulo, Bahia, Paraná, etc.

Tendo em vista o método eleito para orientar a pesquisa, ou seja, o materialismo histórico e dialético, é de fundamental importância levar em consideração as determinações sociais para a constituição do psiquismo. Isto porque, esta abordagem da psicologia analisa as vinculações entre o homem e sociedade a luz dos processos históricos e materiais e, como nestas relações se constroem as funções psicológicas superiores do homem. Dito isto, esta metodologia exige que compreendamos as conexões presentes entre as características do período histórico e as relações que o indivíduo estabelece com este contexto para a produção social de sua vida.

Sendo assim, apresentaremos o embasamento teórico para realizar a presente pesquisa, tais como os fundamentos epistemológicos, o conceito de trabalho e sua mediação para a constituição da consciência para então conceituar o que atualmente vem sendo chamado de morador de rua. Apresentaremos também os pressupostos teóricos e metodológicos da psicologia Sócio-Histórica, bem como o método pelo qual orientamos nossa análise.

Dessa forma, para entendermos a realidade social que impõe a miséria aos moradores de rua, retomamos os fundamentos materialista histórico e dialético que oferecem sustentações a teoria psicológica Sócio-Histórica. Estes também que nos proporcionaram o entendimento que o homem se constitui pela relação constante entre a sua base biológica e o seu meio social organizado por uma cultura que se constitui materialmente nas relações de trabalho. Para buscar o conhecimento, tanto da sociedade, quanto do homem.

Ao iniciar os estudos destes fundamentos epistemológicos da sociologia de Marx (2013) e da teoria psicológica de Vigotsky (2009), (2004), (2012), (2000), podemos compreender que a existência de pessoas que moram na rua ocorre devido às condições sócio-históricas. Assim, podemos entender as responsabilidades que o estado deveria cumprir com tais cidadãos que tem a rua como morada.

Por outro lado, discutiremos no capítulo três a posição da classe dominante no Brasil, não apenas nas relações de trabalho, mas na clara influencia que teve na configuração da Assistência Social a partir de 1988 quando a constituição fora promulgada no Brasil. Ressalta-se assim, que a lógica das políticas de assistência social se assenta sobre a contenção dos sujeitos miseráveis, absolutamente necessária para a manutenção do *status quo*.

Como base epistêmica de nosso trabalho nos baseamos no materialismo histórico e dialético fundamentado pelos escritos de Marx (1984), tais aspectos teóricos e metodológicos são considerados por Netto (2011), quando afirma que o entendimento da relação entre indivíduo e meio se sustenta em três grandes categorias, a saber: a totalidade, a contradição e as mediações. Em resumo a sociedade não é constituída por partes que se somam, mas sim de totalidades dinâmicas e complexas que se relacionam, articulando suas determinações objetivas. Cabe à análise de cada um dos complexos constitutivos das totalidades, esclarecer as tendências que operam especificamente em cada particularidade.

Por outro lado, se a realidade social é vista em sua totalidade e, inerente a ela, existem estruturas que se opõem entre si, isso permite o movimento na totalidade. A principal contraposição apreendida por Marx (2000) no sistema capitalista foi a luta de classes entre a burguesia, que é uma classe social constituída pelos donos dos meios de produção, e a classe trabalhadora, composta por todos os que só têm como meio para sua sobrevivência a sua força

de trabalho. A outra categoria inerente ao conflito das classes é a mediação. Ou seja, pelo fato de que tais relações não serem diretas, a oposição e o combate entre as estruturas que se opõem são mediadas por conexões complexas que se interagem e integram a totalidade, bem como coloca a totalidade em movimento.

Dentro dos pressupostos metodológicos entendemos que o trabalho é a principal forma de transformação do meio social em que vivemos. E faz a mediação de nossa relação com o mundo, pois para executá-lo é preciso pensar para planejar e fazer, é a partir do trabalho e das relações que temos com o meio social que criamos as ferramentas que nos tornam potentes o suficiente para mudar o mundo.

Sendo o trabalho a atividade mediadora fundamental para a nossa pesquisa sobre a consciência dos moradores de rua, vamos considerá-lo da forma definida por Marx (1984), que entende o trabalho como

[...] um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural, como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida. Ao atuar por meio desse movimento sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo a si próprio (MARX, 1984, p.149).

Marx (1984), também conceituou a relação existente entre o trabalho e a força de trabalho, mostrando que no primeiro caso, o homem pode transformar a natureza de maneira consciente e intencional tendo o domínio de sua ação; e no segundo caso, o trabalho é apenas uma mercadoria passível de ser comercializada, além de ser objeto de barganha pelos donos do meio de produção.

Por se tratar do sistema capitalista de produção, considera-se o trabalho produtivo aquele que é vinculado a um meio de produção e por este meio o trabalhador vende sua força de trabalho que transforma a matéria através do conjunto de suas atividades, a síntese de seu trabalho é um produto, que quando finalizado é comercializado pelo capitalista, ao trabalhador é devido receber pelo trabalho que lhe prestou, entretanto apenas parte lhe é paga e o restante é tomada pelo capitalista.

É pelos meios de produção que o empregador toma do trabalhador o trabalho não pago, que tem por nome mais valia, ou seja, o trabalho não pago que é apropriado pelo empregador de forma indevida. No processo de apropriação da mais valia, conforme Marx (1984) pode-se distinguir duas formas de usurpação ao trabalhador: a primeira forma é a geração da mais valia absoluta, que se concretiza com o prolongamento da jornada de trabalho

do trabalhador e os valores produzidos neste período excedido são acumulados e apropriados pelo dono dos meios de produção.

Deste processo é gerado mais capital por meio do trabalho não pago, que pode ser retido via acumulação, ou reinserido para ampliação dos meios produtivos. E a outra forma é a mais valia relativa, que se concretiza por meio da transformação dos métodos e técnicas que aperfeiçoam o trabalho e gera uma quantidade maior de produtos, isso se dá pela mecanização dos meios de trabalho, bem como a criação de tecnologia que inclui paulatinamente o trabalho morto de uma máquina e exclui na mesma velocidade o trabalho humano dos meios de produção, ao homem neste caso cabe operar tais meios e máquinas.

Entendemos os meios de produção como um conjunto de meios e objetos de trabalho, ou tudo aquilo que medeia à relação entre o trabalho humano e a natureza, no processo de transformação da natureza. Por outro lado os instrumentos de produção são: as instalações prediais, infraestrutura e os elementos sobre os quais é aplicado o trabalho humano, que são os recursos naturais. Também são os meios de produção as ferramentas práticas de trabalho e os instrumentos conceituais que foram criados ao longo da história como meio de produzir.

A divisão social do trabalho em cada período histórico não orienta apenas o uso de nossas ferramentas práticas, pois a relação existente entre o homem e o trabalho se constitui mediada pelos signos, a partir de ferramentas subjetivas que podem ser: explicações, conceitos ou teorias, que são aprendidos pelo sujeito e norteiam o uso das mesmas.

No processo histórico de produção, realiza-se então a replicação dos meios de produção que implica em renovar e também conservar a condição de produção de riqueza para seus respectivos detentores. Enquanto o trabalhador fica no processo apenas como detentor da sua força de trabalho, sendo essa força a fonte pessoal de manutenção da sua vida, o capitalista tem por meio da força do trabalhador a manutenção de sua riqueza. Ao que trabalha cabe apenas vender a força de trabalho, mas nunca tem como acumular e, portanto, não possui nada além do seu próprio corpo.

Como exemplo Marx (1984), cita a população expulsa dos campos ingleses para os grandes centros e que se acumularam em frente às fábricas a procura de trabalho. Estes eram chamados de superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva, que serviam também para regular a margem de lucro do capitalista, visto que o salário pago pelo empregador poderia sofrer inflação ou deflação conforme a falta ou excesso dos homens e mulheres que ofereciam sua força de trabalho como mercadoria.

Outro fator que contribui para a ampliação do exército de trabalhadores mantidos na reserva, os quais também se incluem os moradores de rua; é a exploração sistêmica. Isto

ocorre devido a acumulação do capital que tende a concentrar os meios de produção, e dessa forma, aos poucos leva ao desaparecimento dos capitais individuais na figura dos pequenos produtores, suprimindo a autonomia individual e promovendo a expropriação de capitalistas por capitalistas.

Assim, surgem, conforme Marx (1984), as transformações de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. Como consequência a massa de capital aglutinado se torna uma poderosa alavanca para a renovação técnica, descobertas, e investimentos em tecnologia nas indústrias, o que promove a expulsão em massa de trabalhadores que eram empregados pelo velho capital na figura dos pequenos produtores.

Nas palavras de Marx (1984, p. 731-732),

Observando o capital social global, verificamos que ora o movimento de sua acumulação provoca mudanças periódicas, que influenciam em sua totalidade, ora causa mudanças simultâneas e diferentes nos diversos ramos de produção. Em alguns ramos ocorrem mudanças na composição do capital. Sem aumentar a sua magnitude absoluta, em virtude de sua mera centralização; em outros, o crescimento absoluto do capital ocorre paralelo com a redução absoluta de sua parte variável, ou da sua força de trabalho por ele absorvida; em outros, ora o capital prossegue aumentando em dada base técnica e atrai força de trabalho adicional á proporção que cresce, ora ocorre mudança social organizada, contraindo-se sua parte variável. Em todos os ramos o aumento do capital variável, ou seja, o número de trabalhadores empregados está sempre associado a flutuações violentas e a formação transitória de superpopulação, pelo processo mais contundente de repulsão dos trabalhadores já empregados, ou pelo menos visível, da absorção mais difícil da população trabalhadora adicional pelos canais costumeiros.

Ainda segundo o autor, são caracterizados três tipos de superpopulação relativa, são estes grupos: flutuantes, latentes e os estagnados. Os trabalhadores flutuantes são caracterizados por indivíduos que ora são atraídos ora repelidos para os centros de trabalho, dependendo da dinâmica de atratividade empregatícia.

Os latentes são aqueles trabalhadores que estão no campo, mas com o progresso técnico, aos poucos, vem migrando para os grandes centros, permanecem em risco constante de serem expulsos do campo e, aos poucos, se tornam inúteis na produção rural devido ao alto rendimento das máquinas agrícolas e o melhor rendimento que promovem no setor agropecuário.

Dentro do grupo de trabalhadores estagnados, Marx (1984), aponta aqueles que sofrem no mais profundo estado de miséria contido na indigência e no pauperismo, dentre aqueles que ainda são hábeis para o trabalho, são eles: os órfãos, os indigentes, os degradados, os desmoralizados e os incapazes de trabalhar. Dentre os últimos se encontram os sujeitos que

foram mutilados por máquinas, àqueles que não têm capacidade de adequação aos meios produtivos, os que já não estão em idade produtiva tais como: enfermos e viúvas, sendo que a pobreza extrema se constituía no isolamento de todos estes que são considerados exército industrial de reserva.

Marx (1984) conclui então que quanto maior a riqueza social e a concentração de renda, maior também será a quantidade de pessoas que serão remetidas ao exército de trabalhadores de reserva. Esses preceitos referentes à relação homem com o trabalho são de extrema importância para a psicologia sócio histórica, uma vez que, o homem estrutura e constitui suas funções psíquicas superiores através da atividade social onde os seres humanos se desenvolvem em relação com a cultura, dado que cultural entendemos como tudo aquilo que é produzido pelos homens ao longo da história.

Vimos então que a divisão social do trabalho se configurou ao longo da história e da relação entre os homens se constituiu os meios de produção, a formação da mais valia, os processos de expropriação indevida do trabalhador, a configuração dos instrumentos, enfim. Todos estes aspectos apresentem uma organização sistêmica dos meios de produção, isso porque para Leontiev (2004) o surgimento do trabalho organizado é necessário sendo tido como um conjunto desenvolvido de reflexos psíquicos de ordem superior, os quais são sobrepostos as necessidades primárias e imediatas. Todo trabalho é uma relação mediada, ainda que no sistema capitalista a venda da força de trabalho seja a possibilidade de supressão das necessidades básicas e sociais.

Por sua vez, Leontiev (2004, p.80) define o trabalho como

[...] um processo que liga o homem a natureza, o processo de ação do homem sobre a natureza. As forças que seu corpo é dotado, braços pernas e mãos ele as põe em movimento sobre a natureza exterior e a modifica.

É pela organização coletiva do trabalho que se configura sua divisão técnica, onde se constitui as funções e especificidades individuais, as quais influenciam diretamente a constituição da subjetividade do homem. O trabalho é caracterizado e mediado por dois elementos: o primeiro é a construção, planejamento e o uso das ferramentas. O segundo elemento é que o trabalho se efetua em condições coletivas, ou seja, na relação entre os homens que se dá no meio de uma sociedade específica.

Para Leontiev (2004) o sentido que orienta o trabalho do homem nasce com a orientação de sua atividade, a qual é orientada coletivamente e dela surge um conjunto de motivos, neste sentido nossas atividades são poli motivadas.

Dentro da relação social, e não em uma relação natural encontramos a base que orienta a expressão de uma atividade. É dessa ação coletiva que se constitui o sentido de uma determinada atividade, esta surge como uma fusão subjetiva com a atividade prática que liga o sujeito ao objeto, e não como uma idéia do objeto.

A partir daí a consciência fará uma distinção entre a atividade e os objetos. São nestes momentos em que o homem constitui a representação da sua atividade prática, ou seja, pode conceber idealmente o surgimento de novas práticas coletivas, bem como dar sentido a sua própria atividade prática.

Pela atividade prática do homem também norteamos nossos pensamentos isso porque para Leontiev (2004, p.90) “o pensamento só se constitui através do trabalho e das relações objetivas viabilizado pela utilização dos instrumentos, a inteligência do homem aumentou na medida em que ele aprendeu a influenciar a natureza”.

Dessa forma a ação orientada para um fim pode tornar-se independente, capaz de se transformar numa atividade totalmente interna, isso é mental. O homem individualiza seu pensamento na medida em que realiza generalizações que são elaboradas socialmente, sendo que os conceitos e as operações lógicas são elaborados socialmente. O principal mediador da relação organizada entre os homens e suas respectivas atividades é a linguagem, isso porque, para Leontiev (2004), a consciência opera pela realidade circundante através da linguagem. Teoricamente a linguagem é tão antiga quanto a consciência, sendo que a consciência humana aparece juntamente com o trabalho onde os seres humanos necessitavam compartilhar de forma objetiva suas ações.

A imagem consciente tem uma representação sensível, entretanto todo objeto se tem um significado estável, nesse sentido não nos atemos apenas nas propriedades sensíveis do objeto, mas em sua base qualitativa pertinente a seu significado.

Em face do desenvolvimento biológico que não pode ser negado na ontogênese, Vygotsky (2000) ressalta que outra linha do desenvolvimento deve ser levada em consideração. Isso porque, esta se inicia e se sobrepõe aos aspectos fisiológicos e se concretiza à partir das relações históricas desenvolvidas pelo homem. Este processo histórico tem a ver com o desenvolvimento da humanidade, desde o homem primitivo até o homem contemporâneo.

Ao ser humano coube ao longo da história o desenvolvimento de órgãos artificiais que são as ferramentas, bem como a transformação de seu próprio corpo a medida que domina novos instrumentos. Estas modificações são diretamente dependentes das relações que o homem tem com o seu meio.

A evolução do homem ao longo da história possibilitou a sobreposição da base neural, isso porque o domínio de novos conceitos deu ao homem novas condições para estabelecer conexões sinápticas, e, portanto, novas relações corticais, entretanto o que se modifica são as relações entre as estruturas neurais e não a sua composição fisiológica ou morfológica. Isso põe em evidência a pouca diferença biológica que há entre os homens primitivos e os contemporâneos adaptados a cultura, uma vez que, as funções psicológicas elementares tais como: percepção, linguagem, atenção e memória natural se diferenciam apenas na medida em que se transforma a cultura, mas a base neural ainda permanece. Nas palavras de Vygotsky (2000, p.32, tradução nossa),

Durante o processo de desenvolvimento histórico da sociedade as funções psicofisiológicas elementares se transformam, enquanto as funções superiores (pensamento verbal, memória lógica, formação de conceitos, atenção voluntária, etc.) experimentam profundas transformações de todos os pontos de vistas.

Reafirma-se então que o entendimento das funções psicológicas superiores é correlato com o conhecimento das transformações sociais, pois o desenvolvimento das ferramentas psicológicas depende do desenvolvimento social e não dos aspectos biológicos inerentes ao corpo. Isso implica que o desenvolvimento das funções psicológicas, seja também o desenvolvimento do comportamento na cultura.

A relação mediada do homem com a sua cultura possibilita ao sujeito o autodomínio mediado pelos elementos culturais, tais como o pensamento, a linguagem, o cálculo e a escrita. Entretanto o modo, e o método de pensar são culturais, mas o pensamento é individual e compõe a base da consciência. O pensar consciente, depende da conceituação e o domínio de si, ou seja, a autodeterminação do sujeito é mediada pelos processos psicológicos superiores, bem como a relação e o domínio de sua vontade, dentro do contexto social.

Podemos então dizer que no processo de desenvolvimento histórico o homem modifica os modos e procedimentos de sua conduta, transforma suas inclinações naturais e funções, elabora e cria novas formas de comportamento especificamente culturais. O sistema cultural reorganiza e supera radicalmente a regulação biológica, fazendo com que o comportamento humano dê um salto qualitativo na organização de sua ação, seja esta coletiva e social ou comportamental individual.

Em síntese, a interação entre a cultura e nossa base biológica se dá por meio da atividade, sobretudo quando o sistema da atividade delimita a conduta do sujeito. Diante de todos os animais o ser humano tem a possibilidade de ampliar a gama de suas atividades, por

conta do domínio de suas ferramentas que foram constituídas ao longo da história. O passo inicial para ampliação de sua conduta é a apropriação das ferramentas culturais ao longo da vida.

A conformação de uma forma superior de conduta é influenciada pela relação entre o biológico e a cultura, logo a pré-disposição para o desenvolvimento depende das condições físicas e fisiológicas do corpo, isso porque a apropriação das ferramentas auxilia no desenvolvimento das funções psicológicas ditas superiores, depende diretamente da funcionalidade fisiológica neural e corporal, assim como a integração plena com o meio. Caso contrário a apropriação será por outros meios que não os ditos “normais” da conduta.

Ressaltamos a importância da relação de trabalho que medeia o sujeito no meio social em que se encontra, bem como o papel da atividade mediada do trabalho enquanto elemento integrador social do homem, isso porque a atividade influencia não somente as transformações naturais do corpo, mas também envolve a mediação simbólica. A atividade mediada entra como pressuposto fundamental para nossa pesquisa, uma vez que, o mediador principal da consciência auxilia não somente na estruturação, mas também na funcionalidade das funções psicológicas superiores. Todavia, para entender o processo desta integração é necessário buscar os fundamentos da teoria psicológica sócio-histórica, assim como a sua forma de entender a consciência no contexto social.

Todavia, para seguirmos a discussão com a teoria sócio-histórica, é necessário voltar ao objeto da presente pesquisa, ou seja, o morador de rua e a constituição de sua consciência, entendendo que na perspectiva de Vygotsky (2000), a base metodológica para a compreensão dos homens é o que foi acumulado até então na história, assim como os conhecimentos que apontam tais elementos e a confrontação de tais concepções com a realidade material. De posse dos pressupostos metodológicos discutiremos a seguir o que entendemos por morador de rua.

Assim, a presente pesquisa constituiu o seu objeto de análise a partir dos estudos anteriores os quais caracterizaram o morador de rua. Dentre as formulações anteriores do objeto de nossa pesquisa destacamos as que se dedicaram às implicações psicossociais das suas condições. Oliveira (2006), por exemplo, aponta a relação do morador de rua a partir da relação entre o espaço público, considerado como o local compartilhado por todos, tais como praças, ruas, avenidas; e o espaço privado, visto como uma casa. Destaca como sendo uma das grandes diferenças psicossociais para o sujeito que mora na rua sua condição de miséria extrema, a falta de atendimento básicos em saúde, além da humilhação constante de expor em

público o que para o resto da população é privado, ou seja, o atendimento das necessidades fisiológicas, tais como: dormir ou defecar na rua, banhar-se em chafariz, etc.

Vieira, Bezerra e Rosa (1994), ressaltam as características que diferem as pessoas que organizam suas vidas na rua, dividindo-as em três categorias: (a) àqueles que permanecem constantemente na rua, este grupo são compostos por pessoas que ficam desempregadas por longo período de tempo, que mudaram de cidade a procura de tratamento de saúde ou a procura de algum parente; e foram classificados pelas autoras como pessoas que ficam na rua. (b) outros que permanecem na rua foram classificados como: pessoas que estão na rua, são àqueles que convivem com os que estão na rua, mas conservam um endereço fixo e sobrevivem de trabalhos eventuais, bicos, como catadores de lixo: separando latinhas, pets e papel, e como guardadores de carro. (c) A terceira forma de permanência de pessoas na rua é a daquele grupo de pessoas que são da rua, que são os que moram na rua há muito tempo, na maioria das vezes são usuários de álcool e drogas, e devido a essa situação apresentam sinais de debilidades físicas, emocionais e psicológicas.

Os sujeitos que foram analisados na presente pesquisa pertencem à terceira categoria acima apresentada. Estes são também retratados pelas políticas governamentais nos últimos anos, devido aos fatores como o desemprego, a miséria e o pauperismo, que os levaram para as ruas e são considerados como situação de abandono social (BRASIL, 2008).

Durante a pesquisa tomamos como elemento norteador, bem como critério de definição de morador de rua o parecer de Silva (2006), no qual define o perfil desta população como um:

Grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, rompimento ou fragilidade das relações familiares e a inexistência de moradia convencional regular, visto que as pessoas que o constituem utilizam logradouros públicos, tais como ruas, praças, viadutos e áreas degradadas e/ou abandonadas como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente. Podendo utilizar abrigos para pernoitar na busca de saída das ruas (SILVA, 2006, p. 200).

Por outro lado, a história das pessoas que moram na rua têm semelhanças, pois conforme o Censo Nacional da População de Rua elaborada por Brasil (2009), a população de rua é composta por grupos variados, uma vez que, na rua é possível encontrar crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e até mesmo famílias (BRASIL, 2011). E pôde-se notar que 82% das pessoas que vivem na rua são do gênero masculino e somente 18% são do gênero feminino. A maioria encontra-se entre a faixa etária de 25 a 44 anos, com baixos

índices de escolaridade (sabendo apenas ler e escrever), tem uma baixa renda mensal, recebendo um valor entre vinte e oitenta reais semanalmente (BRASIL, 2008).

Ainda de acordo com esta pesquisa, os principais problemas que levaram algumas pessoas a se tornarem moradoras de rua são: a dependência do álcool e das drogas, o desemprego e, com destaque os problemas advindos de conflito entre familiares. Conforme Brasil (2009), a respeito dos motivos da saída para a rua em nenhum momento foi relatado pelos moradores de rua que o ato de sair de casa foi uma escolha própria.

Mediante esta distinção podemos realizar uma rápida caracterização do sujeito entrevistado, o qual não difere dos dados lançados pela pesquisa nacional inerente na Política Nacional para Pessoa em situação de Rua, sendo o entrevistado: apelidado por “boquinha” pelos companheiros, seu nome será preservado por questões éticas. O participante desta pesquisa, vive na rua há cerca de 10 anos, sua cidade natal é Apucarana, no estado do Paraná, onde ficou na rua pela primeira vez, tem ensino fundamental incompleto e relata ter experiência em trabalhos braçais tais como ajudante em carvoaria.

Dito isso, é necessário voltarmos aos fundamentos da Política de Assistência Social, para entendermos a relação que esta tem com o morador de rua, para posteriormente nos remetermos as bases da psicologia sócio-histórica com o intuito de lançarmos, mãos de métodos e técnicas para a pesquisa.

Outro questionamento no presente trabalho é: qual o significado da Política Nacional para Pessoa em Situação de Rua (PNPR) para o morador de rua? Dentre os objetivos dessa política para a população de rua se destaca a construção de diretrizes que norteiem os processos de integração comunitária e o acesso aos direitos sociais garantidos aos cidadãos brasileiros, uma vez que os Direitos Sociais têm por finalidade permitir que as pessoas disponham de serviços que garantam uma mínima qualidade de vida. Pretende zelar pela oportunidade do morador de rua desenvolver-se socialmente, e outra proposta pretensiosa lançada pela própria política da assistência social é a proposição de um novo projeto de vida para o morador de rua.

Todavia, Oliveira (2006), afirma que as diversas formas de intervenção da política não passam de uma atenuação das violentas leis de mercado que excluem, e expropriam o trabalhador. Do ponto de vista econômico, ainda segundo a autora, os grupos de indigentes e pobres se constituem nos maiores contingentes vulneráveis da sociedade brasileira, sendo que o mecanismo produtor dessa vulnerabilidade, basicamente, é o mercado de trabalho. A segunda problemática questionada pelo presente trabalho não vai de encontro com a aparência dos moradores de rua, a qual se evidencia na pesquisa que caracterizou o morador de rua, mas

buscará entender através da bibliografia marxista os reais motivos pelos quais se proliferam o surgimento de moradores de rua em todo no país.

Desta forma, cumprimos o papel do psicólogo para a política pública, pois de acordo com Leão (2012), uma das contribuições da psicologia sócio-histórica para a política pública é destacar que os psicólogos devem identificar as mediações estabelecidas pelas relações sociais, compreender como e quais os processos interpsicológicos são interiorizados e compõem os aspectos intrapsicológicos e, mediante a apropriação dos processos interpsicológicos, procurará proporcionar e promover a ampliação de consciência que visa à superação da aparência, que se viabilizará pela apreensão das condições reais presentes nas suas concepções e execuções. Conforme Leão (2012, p.71), “[...] as políticas públicas sejam de competência do estado, elas não são decisões impositivas e imperativas do governo para a sociedade, mas envolve reações de reciprocidade e de disputa entre duas esferas”.

Além das relações interpsicológicas e intrapsicológica as condições da vida social se manifestam e se concretizam nas instituições sociais, que refletem na consciência do indivíduo, e ao mesmo tempo em que as instituições compartilham de interesses hegemônicos e sociais. Dessa forma, ao abordar os fenômenos institucionais tais como a assistência social, entende-se porque cada prática emerge em um determinado período histórico, e como suas mediações se relacionam com outras instituições e indivíduos. A Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua torna-se uma síntese e produto de diversas mediações, as quais também expressam um significado social da pessoa que mora na rua (LEÃO, 2012).

Marx (2004), dá início a sua análise ao demonstrar a diferença entre capitalistas e assalariados, sendo que os primeiros são aqueles que detêm os meios de produção e são contrapostos por aqueles que precisam de seus sustentos e, para tanto precisam vender sua força de trabalho com o intuito de se manterem vivos.

Os meios de produção se assentam sobre a relação dessas duas classes principais, os assalariados vendem sua força de trabalho, mas por outro lado são vistos como mercadoria, uma vez que seu trabalho não passa de uma concretização de um bem que pode ser adquirido, seja por este, que vende sua força em favor da produção, seja pela força de qualquer outro que disponibilizaria sua força para produzir.

Longe de ser um sistema equitativo e igualitário, o assalariado para Marx (2004), simplesmente é pago para manter-se vivo, bem como para procriar e manter relação entre produtores e trabalhadores. O capital por sua vez figura como trabalho acumulado e isso é demonstrado quando o autor analisa a possibilidade de crescimento progressivo de uma nação. E o autor ainda afirma que:

Quando se encontra uma sociedade em constante crescimento, de capitais. [...] Mas isso só é possível a medida que se acumule muito trabalho, porque o capital é trabalho acumulado, portanto, á medida que seja retirado das mãos do trabalhador cada vez mais produtos seus, que o seu próprio trabalho cada vez mais que se lhe defronte como propriedade alheia, e cada vez mais os meios de sua existência e de sua atividade se concentram na mão do capitalista (MARX, 2008, p.26).

A divisão de trabalho por sua vez torna cada vez mais complexa as formas de exploração e se intensificam em complexidade e expropriação ao longo da história. Ressalta-se também um aumento progressivo das formas de extorsão consolidadas na geração de mais capital. O trabalhador, por sua vez, torna-se mais dependente do trabalho assalariado para a manutenção do seu sustento, já o dono do meio de produção torna-se independente do trabalhador individual filiando seu meio de produção, cada vez mais, às ações dos complexos conglomerados de mercados mais amplos, os quais independem do trabalhador regional. Dessa forma aumenta-se a concorrência entre os trabalhadores por uma posição no mercado do trabalho, inversamente proporcional a disponibilidade pela paga de seu salário que tende a diminuir.

Confirma-se o parecer de Marx (2008), pois ao voltarmos nossos olhos para a dinamicidade do mercado empregatício no Brasil, mais especificamente nas décadas de 1980 e 1990, a população de rua aumentou nestas duas décadas no país por conta de dois fatores específicos que se inter-determinam, os quais são: o grande fluxo do êxodo rural que aconteceu na década de 70, que foi caracterizado pela concentração de pessoas que vieram do campo para os grandes centros, e o segundo fator fora a reorganização produtiva industrial que investira em tecnologia e automação liberando uma grande quantidade de postos de trabalho (SILVA, 2006). Esta síntese histórica, específica da realidade brasileira, é relatada pela autora em sua pesquisa, e aponta que:

[...] Na segunda metade da década de 1990, sustentado na reestruturação produtiva em que as ocupações do setor industrial foram reduzidas, grande parte de origem rural que estava ocupada neste setor ficou ociosa isso se reflete nas pesquisas censitárias de população em situação de rua que constituem fontes privilegiadas de dados e informações neste estudo. Por exemplo, em Porto Alegre a pesquisa realizada nos anos de 1994 -1995 indicou um percentual de 9,4% de pessoas de origem rural, já na pesquisa de 1998- 1999 esse percentual foi elevado para 31,6%, em Belo Horizonte o censo apontou que 43% das pessoas que estavam em situação de rua eram de cidades no interior de Minas Gerais, sem registrar se a mesma tinha origem urbana ou rural. Já no segundo censo que foi realizado em 2005, o percentual dos recenseados originários do interior de Minas Gerais, sem registrar se a mesma tinha origem urbana ou rural. Já no segundo censo, realizado em 2005, o percentual dos recenseados originários da cidade do interior de Minas Gerais caiu 41,2% dos entrevistados e foi indicado que 84,9% do total

de recenseados nasceram em áreas urbanas e apenas 15% tem origem rural (SILVA, 2006, p. 77).

O pauperismo seria potencializado pela concentração de pessoas nos grandes centros os quais alimentam o exército de reserva que dá condições para que o fenômeno aqui em questão, ou seja, a população de indigentes que mora na rua cresce de forma proporcional o aumento da miséria, má distribuição de renda, e como pano de fundo, pode-se notar a condição presente nos grandes centros que são compostos por pessoas que não são absorvidas pelo mercado (SILVA, 2006).

O exército industrial de reserva, consequência da superpopulação nos grandes centros, foi chamado por Marx (2001), de lumpen-proletariado, o qual se encontra, de acordo com Silva (2006), a totalidade dos moradores de rua, dado que é uma população flutuante, latente e estagnada, não sendo absorvida pelo mercado de trabalho.

Outra contradição presente frente à inclusão dos sujeitos que ficam a margem do contexto social é a condução dos investimentos nacionais balizados para a formação de infraestrutura e diminuição de impostos que beneficiam produtores e financiadores de produção no contraponto com o financiamento da educação como fator de transformação ao qual auxiliaria na capacitação e transformação do trabalhador. Conforme Silva (2006), a capacitação do trabalhador brasileiro não acompanha a colonização globalizada e industrializada, isto põe o Brasil à margem da produção mundial, reafirmando o processo de exclusão mais amplo e profundo no cenário mundial.

Frente a este panorama estrutural fora criado em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), ao qual define o direito do cidadão e dever do estado, universalizando o direito dos sujeitos no contexto social de forma indiscriminada, sendo o estado o detentor do poder administrativo. Desse íterim que compõe a Política Nacional da Assistência Social (PNAS), surgem também discussões recentes, as quais efetivaram a possibilidade de se criar a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

As discussões que permearam a implementação da proposta política para o morador de rua foi lançada através do projeto de lei 7.053. Conforme Brasil (2008, p. 02), esse projeto de lei “[...] é fruto das reflexões e debates do Grupo de Trabalho Interministerial que tem o intuito de elaboração da Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua no Brasil, instituído pelo Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006”, sendo composto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e

Defensoria Pública da União, além da fundamental participação de representantes do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS), representando a sociedade civil organizada.

Considerando a quantidade de fatores e instituições que permeiam a condição do morador de rua, a própria Política nacional para a Pessoa em Situação de Rua, afirma e ressalta a extrema complexidade da problemática frente à configuração histórica da sociedade. Portanto, pela política se busca a possibilidade interventiva que neste caso exige uma abrangência ampla, bem como a participação ativa da sociedade civil.

Dos temas abordados pela política citada no parágrafo anterior, ressaltamos a necessidade urgente de garantia de direitos tais como: moradia, promoção para o trabalho, educação, enfrentamento contra a violência, promoção e reconstrução dos vínculos familiares, assim como os sociais.

Assim, com base nos fundamentos do materialismo histórico e dialético nos valem da psicologia sócio-histórica para fundamentar a investigação do presente trabalho. Isso porque, esta teoria psicológica entende que o homem constitui sua consciência na relação com o meio. A interação entre o homem e a sociedade é mediada pelos instrumentos constituídos historicamente os quais são ferramentas físicas e os signos, sendo os últimos, os principais mediadores da consciência. Diante do embasamento teórico objetivamos então pesquisar “O significado e o sentido das Políticas Públicas da Assistência Social para um morador de rua”.

Para realizarmos a presente pesquisa, metodologicamente fizemos um recorte histórico que vem a ser a promulgação da Constituição em 1988 até a atualidade, assim como uma delimitação local, ou seja, o morador de rua na cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul. Entendemos também que o sujeito da pesquisa representa uma determinada categoria de pessoas que moram na rua, e tem em comum a situação de extrema miséria, a qual dividem a posição de exército de reserva e são influenciados por alguns determinantes históricos, tais como o enxugamento dos postos de trabalho, a pauperização do trabalhador sem instrução, bem como a permanência na situação de superpopulação relativa. Desta forma, ao entendermos os determinantes sociais que influenciam sua condição, também compreenderemos a situação de tantos outros que compartilham da mesma situação.

Para a psicologia sócio-histórica, de acordo com Vygotsky (2000), o homem analisado é real, e os processos estabelecidos por seus comportamentos se dão pela relação ativa e intencional do sujeito em relação com sua cultura mediada pelos signos e pelas ferramentas, onde as formas culturais de conduta se expressam em sua personalidade. Assim, não podemos

entender o homem de forma isolada, mas sim, na relação com os processos históricos e sociais.

É na relação do homem com a cultura, que o mesmo deixa de ser determinado pela necessidade biológica e submetem às funções psicológicas inferiores, advindas dos processos filogenéticos às funções psicológicas superiores, que são determinadas por nossa relação com o meio social. É por isso que, devemos estudar historicamente as formas superiores de conduta.

O signo é o principal mediador do homem com a sua cultura, para Vygotsky (2000) primeiramente a mediação com o signo se estabelece como comunicação entre o indivíduo e seu meio, logo após como regulador da própria conduta.

A utilização da palavra para mediar o pensamento, ou ser um instrumento de comunicação só pode ser entendida em um contexto mais amplo entre os homens. Assim, se quisermos saber como o indivíduo utiliza a palavra na regulação de sua conduta, deve-se analisar antes de tudo como tem sido a função anterior da palavra na cultura entre os homens. Por fim, entende-se que o significado da palavra existe de forma objetiva para os outros e posteriormente para o indivíduo.

Diante do objetivo principal da presente pesquisa que é entender o sentido e o significado que tem a assistência social e a ausência de trabalho para o morador de rua, é necessário fundamentar toda a teoria da psicologia sócio histórica onde no segundo capítulo apresentaremos as bases epistemológicas da psicologia sócio-histórica que orientará a técnica de entrevista e da investigação do pensamento por meio da Análise Gráfica do Discurso.

No terceiro capítulo, falaremos da relação entre consciência, personalidade e identidade do morador de rua, antes de iniciar a análise ressaltamos que notamos a negação do sujeito enquanto morador de rua, pois não se reconhece como tal, diferenciando-se dos outros como se não compartilhasse a mesma condição que outros moradores de rua.

No quarto capítulo, partimos das determinações sociais e contemporâneas para entender a pauperização do trabalhador, bem como a relação da assistência social nos países de terceiro mundo em tempos de capital monopolista. Ao resgatar o morador de rua nesta relação o mesmo se afirma ao negar ser um entre tantos outros que são expulsos do mercado de trabalho, bem como ser tidos como supérfluo para o capital na venda de sua força de trabalho. Ainda falaremos do sentido e do significado da assistência social enquanto uma instituição constituída ao longo da história, onde recorreremos ao recorte histórico que caracteriza o último movimento da assistência no país, que vem a ser a consolidação da constituição, bem

como o sentido que a assistência constitui para o morador de rua tendo em vista a relação que o sujeito desenvolve com este segmento da política pública.

Por fim, no quinto capítulo, iremos retomar as mediações existentes no mundo do trabalho no Brasil as quais se configuraram historicamente com o intuito de discutir a presença do morador de rua dentro destas determinações concretas, bem como discutiremos as necessidades e motivos pessoais e sociais que colocam o morador de rua em atividade.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Neste capítulo temos por objetivo consolidar a fundamentação teórica e metodológica desta pesquisa, para tanto é fundamental expor os motivos, pelos quais, tal teoria vem a ser utilizada. Abordaremos também os aspectos técnicos, os quais, cercearam nossa coleta de dados viabilizados por uma entrevista semi-estruturada, bem como a explicação do uso da Análise Gráfica do Discurso, a qual viabilizou termos acesso ao pensamento condensado do sujeito entrevistado.

2.1 A TEORIA PSICOLÓGICA SOCIO-HISTÓRICA

Metodologicamente os pressupostos teóricos lançados por Vygotsky (2000), foram fundamentados a partir da revisão realizada entre as diversas epistemologias de sua época. O objetivo de Vygotsky (2004), era questionar os limites das teorias tais como a Gestalt, a psicanálise, o behaviorismo metodológico, o personalismo, o materialismo vulgar, bem como o idealismo, que vislumbravam uma discussão geral, mas que tinham limites os quais as impediam de construir leis gerais para a compreensão do homem no mundo.

O materialismo histórico e dialético deu ferramentas para Vygotsky (2000), lançar as bases teóricas e metodológicas da psicologia sócio-histórica. Era incumbência da psicologia sócio histórica lançar novas prerrogativas para o entendimento do homem conforme o período histórico e também entender a relação do homem dentro de um novo modelo de produção social calcado nas bases teóricas fundamentadas por Marx. Entretanto, não cabia aos teóricos da psicologia sócio-histórica apenas a revisão crítica dos fundamentos epistemológicos alheios, mas também criar uma base sólida para a investigação psicológica, na qual o novo homem, não resignaria sua ação apenas baseado em suas necessidades, mas que construiria sua liberdade sem se desprender de seus aspectos filogenéticos.

Dentre as discussões realizadas por Vygotsky (2000) que visavam à criação de uma psicologia geral, mas se restringiam a aspectos particulares, como no caso da psicanálise, que ligava toda a interpretação do homem à sexualidade, a gestalt a qual imputava a seu estudo a física aplicada e a filosofia, e no fim se resignava a entender a subjetividade ao idealismo puro, ou mesmo o behaviorismo metodológico que vinculava seu estudo a simples dissecação

de variáveis, as quais poderiam ser traduzidas em estímulos e respostas tornando-se um estudo mecânico. O estudo epistêmico lançado por Vygotsky (2004), compreendia que os seres humanos devem ser entendidos em relação a uma dimensão histórica e viva, não se resignando a contingências e modelagem as quais não diferenciavam os homens dos animais.

Essas discussões naquele momento histórico apresentavam um parecer referente à constituição das funções psicológicas superiores, que por sua vez, lançaram seus respectivos métodos interpretativos. Entretanto, dentre estas teorias havia um erro, isso porque não levavam em consideração o aspecto histórico do desenvolvimento do homem, bem como o movimento particular do sujeito na relação mediada com a sua cultura.

Vygotsky (2000), no livro que retrata a história das funções psicológicas superiores lança as bases para uma interpretação dialética do homem, sendo que o objetivo desta obra é apresentar o conceito do desenvolvimento das funções psicológicas superiores da criança, e em segundo lugar apresentar o problema do desenvolvimento das funções psicológicas superiores como um dos mais fundamentais da psicologia. Visava também, demonstrar a solução adequada do problema, o qual dependeria da construção de um novo sistema conceitual da psicologia e finalmente traçar de modo esquemático a metodologia do problema, que vem a ser a limitação histórica das teorias da psicologia que alçam uma interpretação geral do homem, mas que em suas respectivas metodologias resignam-se a questões particulares. Para o fundador da psicologia sócio-histórica a superação de tal problemática seria o mais complexo dos problemas.

Vygotsky (2000) apresenta dois sistemas que se interagem, mas detém uma profunda interdependência o primeiro movimento engloba os aspectos psicológicos de ordem inferior, neste aspecto nos igualamos aos mamíferos, e somos uma espécie que se desenvolveu ao longo dos anos onde somos entendidos em nossa forma biológica que se remete a esfera filogenética, podemos então falar da atenção imediata, da memória biológica, da percepção difusa da linguagem que não dominamos e que nos conecta as experiências imediatas.

O segundo sistema se constitui de modo histórico e se dá pelo de domínio dos meios externos do desenvolvimento cultural do sujeito onde o pensamento é uma atividade mediada e intencional, e para utilização do mesmo nos valem, por exemplo, da linguagem, a escrita o desenho, o cálculo, o domínio das ferramentas externas mediadas pelos signos, o domínio da atenção voluntária, memória lógica e formação de conceitos.

Vygotsky (2000) afirmou que a psicologia não tinha se debruçado em estudar o conceito de função psicológica superior de forma sistemática, em interação constante permeada por questões históricas, bem como estruturada como uma unidade, tendo como

princípio o estudo da gênese, estrutura, função dos processos psicológicos, conceitos estes que são calcados no método investigativo dialético.

Entendemos gênese das funções psicológicas superiores a relação existente entre as funções interpsicológicas que se tornam intrapsicológicas, um dos exemplos mais citados por Vygotsky (2009), é a relação entre o aluno e o professor, onde o aluno auxiliado por seu mestre domina ferramentas conceituais que outrora não dominava neste movimento a criança sobre orientação passa a dominar os signos que anteriormente eram externos a ela e este tem a independência conceitual posterior ao auxílio de seu mestre.

A estrutura das funções psicológicas superiores se constitui em simultaneidade com a sua função, pois, Vygotsky (2009), no estudo investigativo referente ao domínio que as crianças tinham dos conceitos, notou que existiam grandes estágios no desenvolvimento os quais estabeleciam lógicas internas, tais fases da evolução da criança foram chamadas de: pensamento sincrético, pensamento por complexo, pseudo-conceito e pensamento por conceito. Tais estruturas serão discutidas posteriormente no presente trabalho, mas foram neste momento ressaltadas para expressar que em cada uma destas fases no desenvolvimento existe uma lógica interna, neste sentido a conformação desta lógica interna será entendida como a estrutura do pensamento. A função, por sua vez, será entendida como a utilização dos instrumentos inerentes a cada uma destas fases, e os instrumentos podem ser físicos ou simbólicos.

Assim, entendemos que o comportamento do homem adulto é permeado pela cultura sendo resultado de processos distintos do desenvolvimento psicológico. Temos então que o desenvolvimento humano se dá pela interação dos processos biológicos do homo sapiens, assim como é determinado pela evolução histórica do homem cultural. A dificuldade no processo de análise ontogenético é que ambos aparecem unificados de forma complexa, visto que não se pode reduzir o desenvolvimento humano apenas como uma maturação biológica, nem ao menos uma mera apropriação da cultura.

O sistema de atividade mediada do sujeito está determinado pelo domínio das ferramentas e pelo grau de desenvolvimento biológico que combinados formam um terceiro sistema qualitativamente diferente, que é a integração das funções psicológicas superiores, que são mediadas pelos signos que foram constituídos na cultura ao longo do processo histórico.

Ambas as estruturas, a biológica e a apreensão cultural, se constituem em interação onde as funções psicológicas inferiores e funções psicológicas superiores se influenciam mutuamente, entretanto mediante a relação nasce um questionamento primordial que vem a

ser: como isolar o desenvolvimento cultural do estado biológico durante a investigação? Vygotsky (2009) afirma que diante da dificuldade se fundamentou em uma ferramenta metodológica que vem a ser o exame genético de um lado, que como afirmamos outrora é á investigação daquilo que é interpsicológico e passa a ser intrapsicológico, e o exame comparativo de outro, isso porque, em cada fase do desenvolvimento impera características específicas do desenvolvimento. Para que se desenvolvam as funções superiores da conduta, dar-se-á como premissa, o grau de maturação biológica de uma determinada estrutura. Bem como a apropriação ou o domínio de um instrumento desenvolvido historicamente.

O método inerente à pesquisa sócio-histórica é de fundamental importância, tanto que para Vigotsky (2000), qualquer área de investigação se inicia e termina na elaboração metodológica, isso porque o método e o objeto investigado se relacionam ao longo da investigação científica, logo o método será único para cada tipo de investigação. Pois, a investigação e método se desenvolvem conjuntamente, ainda que de modo paralelo. Dessa forma, “o método é premissa e produto, ferramenta e resultado da investigação” (VYGOTSKY,2000, p.46), por isso, o método deverá estar presente em todos os aspectos da pesquisa.

Durante as investigações de seu tempo, Vygotsky (2000), fez críticas aos autores de sua época, pois priorizavam aspectos específicos os quais não davam conta de entender a subjetividade humana em seu aspecto integral. Dentre os pesquisadores observados pela crítica está Wundt, e os behavioristas metodológicos, o primeiro vislumbrava entender o pensamento humano através da investigação científica dos processos básicos, e os behavioristas metodológicos vislumbravam entender o ser humano através da relação existente entre estímulos e reflexos, sendo que os estímulos eram advindos do ambiente e nossas respostas seriam organizadas por conjunto de reflexos encadeados ao longo de nossa existência.

Entretanto o estudo da constituição da subjetividade humana não se dá por vias naturais, isso porque tais vias metodológicas nos equivalem aos animais, e ao longo de sua história o ser humano tem um salto qualitativo frente aos demais seres vivos, há na cultura constituída pelo homem um salto dialético que modifica todas as relações. A conduta humana se distingue qualitativamente do caráter adaptativo inerente ao desenvolvimento dos animais já que o processo de desenvolvimento psicológico do homem é uma parte do processo geral do desenvolvimento histórico da humanidade. Assim, se vê a necessidade de buscar e encontrar uma formula metodológica nova para o experimento psicológico.

Vygotsky (2000) observou que sua investigação poderia se iniciar com a análise psicológica de algumas formas de conduta que se encontra com grande frequência na vida cotidiana, ao mesmo tempo em que são formações históricas sumamente complexas, de épocas muito remotas do desenvolvimento do homem. Esses modos e formas de conduta que surgem como estereótipo em um determinado momento, vem a ser formas psicológicas petrificadas, fossilizadas, originadas em épocas primitivas no desenvolvimento cultural do homem, que são vistos como inerente à cultura do homem contemporâneo.

As funções que se preservaram ao longo do processo histórico são de fundamental importância para o conhecimento do homem contemporâneo. Estas são documentos do desenvolvimento do homem, testemunhas de épocas remotas, isso foi percebido pela biologia ao entender os órgãos rudimentares do processo de genealogia dos organismos.

Dessa forma, a existência de funções culturais rudimentares na conduta do homem de nossos dias é uma prova de que o sistema do comportamento se desenvolveu a base de antigos sistemas primitivos, nos quais as funções, agora rudimentares, eram uma parte ativa, inseparável e em constante relação com nossa estrutura orgânica. A relação existente entre as culturas antigas e ainda presentes no comportamento contemporâneo permite comparar os sistemas inferiores e superiores e “nos brinda com o ponto de apoio para enfocar historicamente as funções psíquicas superiores e relacionar a psicologia do homem primitivo com a psicologia do homem superior” (VYGOTSKY, 2000, p.67).

As funções psicológicas inferiores e superiores são pólos que diferem racialmente no processo de organização da conduta, o que também contrasta com as teorias que cindem os aspectos psicológicos, dado que estes devem ser entendidos integralmente, nas palavras de Vygotsky (2000, p.67) o autor afirma:

[...] as funções rudimentares e as superiores, são pólos extremos de um mesmo sistema de conduta, seu ponto inferior e superior, que marcam os limites dentro dos quais se imbricam todos os graus e formas das funções superiores. Ambos os pontos tomados em conjunto determinam a secção do eixo histórico de todo sistema de conduta do indivíduo.

O estudo do homem na história, para a psicologia, não pode ser confundido com o estudo do passado, mas sim um estudo metodológico aplicado ao desenvolvimento dos fenômenos, ou seja, estudar historicamente é estudar o movimento da atividade humana, esta é a exigência fundamental do método dialético. Quando uma investigação abrange o processo de desenvolvimento de algum fenômeno em todas as suas fases e trocas, desde que surge até quando desaparece isso implica em colocar manifesta sua natureza e conhecer a sua essência,

uma vez que, só em movimento se conhece o corpo que existe. Assim, pois a investigação histórica da conduta não é algo que complementa e auxilia o estudo teórico, senão que constitui seu fundamento.

Notamos então que nos movimentos históricos algumas características inerentes a cada período, e nestes recortes históricos nos fundamentamos para entender o morador de rua dentro do processo de sua constituição. De forma metodológica tomamos como período histórico o último movimento do capitalismo que se caracteriza pela monopolização do capital e por grandes conglomerados corporativos, os quais transpõem as fronteiras nacionais e impõe um modelo de distribuição de capital cada vez mais centralizado.

O capital especulativo no mesmo tempo em que se torna um fetiche acirra a exploração do trabalhador, aumenta a desigualdade e impõe um modelo de produção e consumo cada vez mais produtor de mão de obra excedente caracterizado como superpopulação relativa, ou seja, os que sobraram sem trabalho e que não garantem sua sobrevivência. Assim, cabe questionar como se constitui a consciência de si do morador de rua, mediante a ausência de trabalho, bem como as mediações pertinentes a Assistência social.

Metodologicamente fizemos o recorte histórico e local, ou seja, o morador de rua de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Esse sujeito da pesquisa representa uma determinada categoria de pessoas, ao entendermos as suas características e determinações também compreendemos tantos outros que estão sobre as mesmas determinações históricas, que pela pauperização extrema se encontram em situações tão precárias quanto o indivíduo pesquisado. Cabe ressaltar, que este recorte metodológico é fundamental não apenas para dar critérios para a presente pesquisa, mas também para orientar nosso embasamento teórico o qual culmina na análise dos dados aqui apresentados.

Retomando a discussão apresentada por Vygotsky (2000) este afirma que o indivíduo em sua conduta manifesta de forma cristalizada diversas fases do desenvolvimento já acabadas. Os múltiplos planos genéticos do indivíduo revelam diversos planos de distinta antiguidade, e confere uma estrutura sumamente complexa de elementos que se unem através de todas as formas de transições as funções superiores do indivíduo com a conduta primitiva na onto e na filogênese, isso pode ser entendido como uma escala genética na qual se estabelecem relações dinâmico-causais as quais medeiam o comportamento do sujeito dentro de uma relação histórica.

Entretanto, investigar a história em todas as suas particularidades não dá condições para que o homem entenda a si, mas abrirá margem para entender apenas um recorte histórico, por sua vez, o método não visa entender todos os detalhes sociais de um tempo. Foi nessa

perspectiva que Vygotsky (2000) aproximou seu diálogo com os pensadores da Gestalt, mais especificamente Kohler e Kofka, pois esses autores apontaram um caminho metodológico para a investigação metodológica respaldada na apropriação dos instrumentos, para a realização das atividades do homem no contexto social e histórico.

Pela teoria da Gestalt demonstrou-se que os estudos das ferramentas podem demonstrar a correlação da mesma com o estudo do intelecto, ao estudar os antropóides as ferramentas foram um ponto de partida para entender a natureza do intelecto. Em síntese, Vygotsky (2000, p. 76) aponta o caminho metodológico ao afirmar que:

Se retornarmos aos comportamentos humanos e rudimentares podemos verificar que foi introduzido pelo próprio homem novos estímulos, dado que toda a história, a conduta totalmente até o fim, está determinado por agrupamentos de estímulos mas o próprio agrupamento é obra do homem. O estímulo neste caso é o instrumento para a atividade do ser humano.

Podemos citar, por exemplo, o nó nos dedos, que é uma forma rudimentar de relembrar aquilo que é necessário fazer, atualmente esta lembrança externa pode ser efetivada nas linhas de uma agenda de papel, ou mesmo em um aplicativo de um Iphone 7. Este tipo de recordação é impossível aos animais, pois é o homem que introduz meios artificiais e auxiliares na memória, na criação ativa no emprego de estímulos enquanto instrumento da memória. O que separa o homem da civilização e o homem da barbárie é o aparecimento de novas formas de linguagem tal como a escrita.

Na psicologia sócio-histórica não se perde de vista o jogo de estímulos e reações que antecedeu na realidade, a intervenção ativa do ser humano na situação, seu papel ativo, sua conduta que consiste na introdução de novos estímulos. É o homem que insere o princípio novo, a nova e peculiar relação entre a conduta e o seu domínio. Ao se decompor o comportamento em partes, se perde a principal característica humana que é a atividade humana a qual é orientadora de sua própria conduta.

Assim, o homem cria tais artifícios e repassa através das relações concretas, sendo as atividades mediadas o elemento que une o sujeito à cultura que lhe cerca, sendo neste contexto a ação humana o estímulo externo que possibilitará auxílio para orientar sua tomada de decisão. Em síntese, é na relação com os outros pela atividade que passamos das funções externas que regulam a ação orientada, ou seja, o trabalho, para a função interna, ou seja, para as funções superiores onde o sujeito passa a se auto-orientar, planejar a sua ação, bem como viabilizar ações futuras através da atividade do pensamento.

Se tomarmos como exemplo a linguagem escrita, podemos entender que este estímulo artificial é comum entre os homens e pode mediar a relação no grupo ao qual se encontram presentes, mais tarde este estímulo pode servir como meio de comunicação. Devido ao que se emprega no interior de um grupo, de igual modo se converte em denominações convencionais. Ressaltamos então que o caráter social da nova forma do comportamento é igual em princípio, ao modo de dominar a conduta própria e alheia.

Se voltarmos à análise para os processos filogenéticos os quais podem configurar nexos causais pode-se verificar que a força dos estímulos, seus valores biológicos, a repetição e suas combinações influenciam em uma determinada situação. Entretanto quanto aos estímulos artificiais e superiores é o próprio homem quem estabelece as conexões.

Outra forma de estimulação artificial apresentada por Vigotsky (2000) tem a ver com as operações rudimentares aritméticas, na qual em relações imediatas os homens efetivavam suas contagens pelos dedos. Essa forma de estimulação artificial auxiliou o homem na execução de suas tarefas, e deu possibilidade de manuseio artificial não mais para o uso da aritmética, mas sim da álgebra enquanto sistema de apoio quantitativo e qualitativo. Se no primeiro caso, o salto qualitativo ocorreu pelo uso dos dedos para a contagem, no segundo a nova apropriação qualitativa e o manuseio artificial do homem deu possibilidade de abstrair a realidade objetiva, ou seja, parte-se das determinações concretas para se atingir o campo idealizado, assim o uso extremamente abstrato da álgebra analítica possibilita derivar elementos da economia, fazer previsões estatísticas, abstrair propriedades infundas no uso dos códigos os quais dão suporte para o processamento de dados nos computadores por exemplo.

Mas a essência das formas de conduta segue a mesma em todos os casos, dado que os estímulos artificiais criados pelos homens em suas relações concretas ao longo da história medeiam o pensamento humano, mas não se conectam de forma imediata na ação do homem. Os estímulos artificiais criados pelo homem que não guardam relação nenhuma com a situação existente e são postos a serviço da adaptação ativa, se revelam uma vez mais como o rompimento definitivo para as formas superiores de conduta, assim a principal forma de dominação artificial é a dominação ativa da própria conduta, que pode ser antevista, planejada, com objetivos marcados, bem como orientada pelos homens. Confirmamos este pensamento nas palavras de Vygotsky (2000, p.84) onde o autor afirma:

A conduta humana se distingue precisamente pelo fato de que o homem quem cria os estímulos artificiais de sinais e ante ao todo grandioso sistema de sinais e linguagem, dominando assim a atividade dos grandes hemisférios. Se a atividade fundamental é mais geral dos grandes hemisférios nos animais e no homem é a sinalização, a atividade que

diferencia em primeiro lugar os homens dos animais do ponto de vista psicológico é a significação, quer dizer a criação e o emprego de signos. Os quais são sinais artificiais.

Na adaptação ativa e auto-orientada do homem em sua conduta, faz sentido a lógica de que ao homem alterar a natureza altera-se a si mesmo. Pois a adaptação do homem tem especial importância à transformação ativa de sua natureza social, que constitui a base de toda a história humana e pressupõe também uma troca ativa da conduta do homem. A cada etapa do domínio da natureza também se corresponde o domínio da conduta, na superação dos processos psíquicos do homem.

Ao introduzir os estímulos artificiais e dar a estes o significado de sua conduta os homens criaram os signos ao longo da história, que atuam de forma externa em direção as conexões internas de nosso próprio cérebro. É nesta lei geral de organização ativa da própria conduta que se fundamenta a principal pilastra teórica da psicologia sócio-histórica, uma vez que, é através dos signos externos, que apropriamos através da atividade, que significamos nossa conduta e tomamos consciência do que realizamos. Nas palavras de Vygotsky (2000, p. 85), o mesmo afirma,

Partindo desta tese, introduzimos em nossa investigação um novo princípio regulador da conduta, uma nova ideia sobre a determinação da conduta humana, o princípio da significação, segundo o qual é o homem quem forma de fora suas conexões no cérebro, o dirige e através dele, governa seu próprio corpo.

Vygotsky (2000) afirma resgatar o pensamento de Engels, ao dizer que nenhum nexo natural pode explicar à adaptação ativa e modificações feitas pelo homem na natureza. Só a natureza social do homem se faz compreensível. De outro modo voltaríamos à afirmação naturalista que é unicamente a natureza que atua sobre o homem. Até então, tanto as ciências naturais como a filosofia, se minimizava a influência que a atividade do homem exerce sobre seu pensamento. O fundamento mais próximo do pensamento humano é, precisamente, a transformação da natureza pelo homem e não a natureza por si só, a natureza enquanto tal inteligência humana tem crescido na mesma proporção em que o homem foi aprendendo a transformar a natureza.

Os signos então assumem o papel de regulador principal da conduta mediada, dado que a regulação social do comportamento se dá com o auxílio dos mesmos, entre todos os sistemas de relações o mais importante é a linguagem. Com o auxílio desta, e não apenas pela linguagem, mas, sobretudo pelas formas ativas do pensamento que se domina a atividade do córtex e dirigimos nosso comportamento, nenhum animal é capaz de fazer algo semelhante.

Assim, se configura o panorama de autodomínio da conduta, através do signo externo, e mediante a evolução desses signos, o homem irá modificando as relações e a si mesmo ao longo da história.

Até então, falamos do homem enquanto humanidade, nesta categoria o desenvolvimento psíquico do ser humano se deu pela filogênese, mas o desenvolvimento prossegue pela individualidade, ou seja, na ontogênese, não apenas no sentido de aperfeiçoamento e aumento de complexidade dos signos. Aumentam-se também as estruturas e as funções do aparato nervoso, que se modifica no sentido de elaborar e adquirir o domínio do sistema de sinais da linguagem. De outra forma:

Existe um aparato destinado ao cerne das conexões temporais e há uma chave para o aparato que permite formar novos cernes, artificiais e subordinados ao poder do homem e a sua decisão a par dos nexos que se originam por si mesmos, graças a influencia dos agentes naturais. Este aparato está sobre distintas mãos, pois um homem influencia o outro através da linguagem. Toda a complexidade da questão se faz imediatamente visível tão pronto quando unimos as mãos o aparato e a chave, tão pronto quanto passamos ao conceito de autoestimulação e autodomínio. Então surgem os nexos psicológicos de novo tipo dentro de um sistema de conduta (VYGOTSKY, 2000, p.87).

Lembrando que a formação pacífica tem a ver com a compreensão da linguagem e ser coagido pela mesma, a formação ativa, seria o sujeito intervir de forma interina por meio do seu pensamento de modo a instrumentalizar a linguagem e por meio desta operar as ferramentas físicas no meio social. Para a psicologia sócio-histórica a utilização da linguagem se dá de forma ativa.

Outra lei geral formulada por Vygotsky preconiza que o homem analisado é real, por sua vez, os processos estabelecidos por seu comportamento e as integrações ativas dos seus processos psicológicos superiores em plena relação com a cultura formam sua personalidade. Assim, Vigotsky (2000, p.89) afirma que,

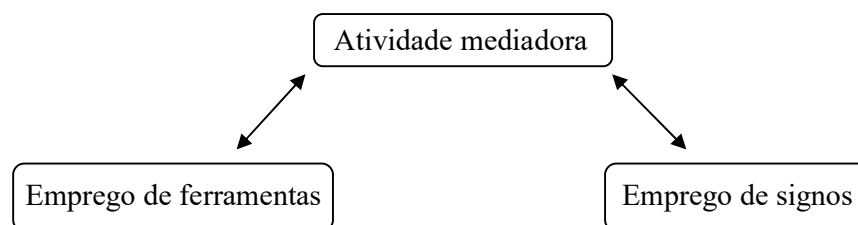
As formas culturais da conduta são, precisamente, as reações da personalidade. Ao estudá-las não tratamos como processos isolados, tomamos em abstrato, e que se produz na personalidade, senão que sua personalidade em sua totalidade, com a personalidade superior. O estudo do desenvolvimento cultural das funções psíquicas nos permite traçar o caminho do desenvolvimento da personalidade da criança. Nele se manifesta a intenção de criar a psicologia do homem que é a meta de toda a nossa investigação. A psicologia está se humanizando.

O uso dos signos exige em certo sentido a utilização de ferramentas. Todavia para que a discussão prossiga é necessário definir o significado de ferramenta para a teoria sócio-

histórica. De acordo com Vygotsky (2000, p. 93) esta é tida como: “um meio de trabalho, que serve para dominar o processo da natureza e a linguagem como meio social de comunicação e interação, se dilui no conceito geral de artefatos ou adaptações artificiais”.

A invenção e o emprego dos signos na qualidade de meios auxiliares para a solução de alguma tarefa psicológica planejada pelo homem tais como: memorizar, comparar algo, informar, eleger, diferenciar, categorizar, analisar, se auto-orientar, planejar, enfim, supõe sua faceta psicológica que por um lado através da analogia ativa se expressa por meio do pensamento, por outro lado temos o emprego de ferramentas, as quais podem ser literais, ou signos que medeiam o pensamento. Assim, a ferramenta é sempre uma função mediadora e estará presente na atividade do homem, sendo que a forma do indivíduo se relacionar no meio social é através da atividade mediada.

Como já foi dito, a semelhança entre o signo e a ferramenta se baseia na sua função mediadora comum entre ambos, pelo signo e de um ponto de vista psicológico podemos incluir ambos em uma mesma categoria. Na figura abaixo, Vygotsky (2000), representa esquematicamente a relação existente entre o emprego dos signos e o emprego das ferramentas do ponto de vista lógico, tanto um quanto o outro podem se considerar como conceitos subordinados de um conceito mais geral: a atividade mediadora.



Na atividade mediadora permitimos aos objetos atuarem reciprocamente uns sobre os outros em concordância com nossos objetivos, ou motivos, regidos por nossas necessidades. Essas necessidades estão interligadas integralmente em um único processo, que vem a ser a atividade mediada, a qual não toma parte direta nas ações do homem. Assim, o homem utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas que emprega como ferramentas para atuar sobre outras coisas conforme seus objetivos.

O emprego dos signos deve se incluir enquanto uma atividade mediadora, já que o homem influencia sua conduta por eles, permitindo que atue de acordo com a natureza psicológica. O signo por sua vez não modifica nada no objeto da operação psicológica, pois é o meio em que o homem se vale para influenciar psicologicamente em sua própria conduta,

dirigida para dominar o indivíduo, para orientar a atividade interna, ambas as atividades são radicalmente diferentes, dado que a natureza dos meios empregados não pode ser a mesma nos dois casos.

É no diálogo com a teoria da Gestalt que Vygotsky (2000) irá se basear para afirmar que o fracionamento da análise não permite entender os aspectos dinâmicos causais os quais a velha psicologia não levava em conta. Com o desenvolvimento da psicologia contemporânea podemos notar a importância dos fenômenos íntegros, vistos em sua totalidade se contrapondo ao velho ponto de vista que tenta fracionar os fenômenos.

A análise estrutural estuda estes elementos reais objetivamente existentes, e planeja como tarefa não segregá-los e também visa esclarecer os nexos e as relações entre eles que determinam a estrutura da forma e do tipo de atividade originados da agrupação dinâmica de tais elementos.

A teoria psicológica sócio-histórica modifica a interpretação da análise, pois vislumbra a interpretação do enfoque geral dos problemas psicológicos, não os segmentando, nem analisando a globalidade dos processos psicológicos cerceados por fatos específicos, tais como a psicanálise que se restringe a sexualidade. A psicologia de cunho histórico e social ao mesmo tempo em que modifica a base do enfoque metodológico da investigação modifica inevitavelmente o caráter da análise psicológica. Dessa forma Vygotsky (2000) formula leis gerais para que se respaldem o caráter metodológico.

A primeira lei nos leva a diferenciar a análise dos objetos da análise dos processos, a psicologia tem investido na análise dos objetos duros, como se não houvesse uma transformação dos mesmos. Assim, a análise dos processos se diferencia do estudo do objeto em sua finalidade, pois visa entender a tendência histórica do processo a qual implica na análise dinâmico causal, onde o objetivo é restabelecer geneticamente todos os momentos do desenvolvimento de um processo. Nesse caso a tarefa fundamental da análise seria voltar o processo à sua etapa inicial, ou dito de outro modo converter o objeto em processo.

A segunda tarefa metodológica é entender os nexos causais, dos processos analisados, portanto, busca a explicação de um determinado fenômeno, tendo em vista não apenas descrevê-los, mas, sobretudo explicá-los. Neste sentido, voltemos às explicações de Darwin que divide os conceitos fenotípicos dos genotípicos, sendo que o primeiro apresentará a descrição externa do fenômeno, que reside na aparência, e o segundo tentará entender as conexões, dinâmico causais, ou seja, entender as conformações genéticas dos fenômenos, bem como os aspectos que originaram certo fenômeno.

Se voltarmos para nosso objeto, o morador de rua, temos um sujeito que é determinado historicamente, tais aspectos serão discutidos no capítulo três onde pontuaremos as causas sociais que determinam esta categoria de pessoas.

A psicologia sócio-histórica busca desvelar as relações e nexos dinâmicos causais que constitui a base de todo fenômeno psíquico. Neste sentido, a análise se converte na explicação científica do fenômeno, esta divisão elevou a um nível superior todas as ciências biológicas que passaram a ser ciência no verdadeiro sentido da palavra e deixaram de fazer uma descrição simples e empírica dos fenômenos, dedicando-se ao estudo explicativo dos mesmos. Portanto, dois processos fenotípicos podem ter a mesma aparência, mas terem origem dinâmico-causal diferente, e vice e versa. Isso pode ser também observado no pensamento de Marx (1984), uma vez que se a forma se manifestar como a essência das coisas e coincidirem diretamente, toda a ciência seria inútil.

Toda a dificuldade da análise se radica na essência dos objetos, sua autêntica correlação não coincide diretamente com as formas de suas manifestações externas e por ele é preciso analisar os processos e descobrir por este meio a verdadeira relação que se submete em articulados processos e trás a forma exterior suas manifestações.

Desvelar estas relações é missão que se cumpre na análise, para Vygotsky (2000) o autêntico analista científico em psicologia se diferencia radicalmente do analista subjetivo, introspectivo, que por sua própria natureza não é capaz de superar os limites da descrição pura. O que importa para a psicologia sócio-histórica é a análise de caráter objetivo já que não se trata de descrever apenas o fenômeno observado, senão o que é na realidade. O que interessa é “o nexos real e as relações entre o externo e interno que constitui a base superior de conduta” (VYGOTSKY, 2000, p.104).

Temos então que a análise parte das relações fenotípicas para as genotípicas. O novo ponto de vista, não elimina nem ignora as explicações das peculiaridades fenotípicas do processo relacionando-as com sua verdadeira origem.

Sintetizamos o método ao enunciarmos a seguinte frase que se divide em três momentos decisivos:

A análise dos processos e não dos objetos, que ponha em manifesto os nexos dinâmicos causais efetivos e sua relação em lugar de indícios externos que desagregam o processo, por conseguinte uma análise explicativa e não descritiva, e finalmente a análise genética que volte às origens e restabeleça todos os processos de desenvolvimento de uma forma que em seu estado atual era um fóssil psicológico (VYGOTSKY, 2000, p.106).

Assim, o que interessa para o pesquisador da teoria sócio-histórica é o respaldo da análise dinâmico causal que engloba o processo da reação no momento em que se inicia. Dessa forma, quando explicamos um fenômeno, estamos esclarecendo sua verdadeira origem, seus nexos dinâmicos causais e sua relação com outros processos que determinam seu desenvolvimento. Por conseguinte, a tarefa da análise consiste em fazer que a reação retorne ao momento inicial, as condições de seu início, e abranger ao mesmo tempo, todo o processo em seu conjunto mediante uma investigação objetiva. E não somente seu aspecto externo ou interno, a reação terminada, que se repete de maneira estereotipada, nos interessa tão somente como um meio que permita marcar o ponto final que culmina no desenvolvimento do processo.

O que interessa neste aspecto é como surge, a forma como se desenvolve e como se cristaliza um determinado processo psicológico, para estudar a reação complexa devemos transformar em experimento a forma automática da reação em um processo vivo e converter o objeto ao movimento que surgiu. Para entendermos o movimento consciente do pensamento e sua auto-orientação, é necessário colocá-lo em movimento, a consciência para ser entendida é viva, dinâmica e em relação.

O pensamento, no verdadeiro sentido, não pode ser livre dos processos inferiores, ou seja, das determinações biológicas, da mesma forma, as leis artificiais inerentes ao signo não podem substituir nossos processos básicos. Neste caso, a relação entre a forma superior e inferior pode ser expressa de maneira melhor, ao reconhecermos aquilo que em dialética chamamos de superação. Os processos e as leis inferiores, elementares são categorias superadas. Utilizando essas palavras poderíamos dizer que os processos elementares e as leis que os regem estão inerentes na forma superior do comportamento, elas aparecem subordinadas e ocultas.

Assim, existe um constante movimento de superação das formas superiores frente às inferiores, entretanto as formas filogênicas não são negadas, isoladas, mas estabelecem relações complexas e mediadas pelos signos os quais anteriormente relatamos que são elementos externos que foram adquiridos mediante a relação ativa que o sujeito teve na cultura. Assim, toda a forma superior de conduta é impossível sem a inferior, mas a existência das inferiores ou acessórias não esgota a essência da superior.

Para o pensamento dialético, o movimento de relação entre as funções psíquicas se transforma na globalidade da consciência, não ocorre de forma mecânica, na qual se pareia estímulos que se somam e formam estruturas que se ampliam. Existem em correlação estruturas qualitativas e quantitativas as quais se interagem e transformam nossa forma de

pensar. Assim, o processo de desenvolvimento cultural há de se compreender como uma modificação da estrutura inicial que se caracteriza por uma nova correlação de suas partes que surgem com o desenvolvimento cultural e pode ser qualificado como superior, sendo uma estrutura mais complexa que a inferior de cunho apenas biológico, isso permite o desenvolvimento em espiral da estrutura psíquica que ascende na medida em que o indivíduo têm novas apropriações culturais.

A totalidade do psiquismo são as partes se desenvolvem de forma paralela e conjunta, para Vygotsky (2000) os processos integrais e criativos não se derivam de elementos complexos, mas pelo contrário, da divisão do todo dinâmico existente que desde o início se deriva das partes que o constituem, assim como os nexos e inter-relações que se desenvolvem entre elas na base deste todo. A psicologia deve partir desta base viva e passar mediante a análise as unidades inferiores.

A partir da relação com a cultura que começa a destruição e a reorganização da estrutura primitiva, sendo o passo para a estrutura do tipo superior. Daí a importância de considerar o conceito de estrutura.

As novas estruturas se contrapõem com as inferiores ou primitivas e se distinguem, sobretudo, pelo fato de que se fundirem ao signo e constituírem uma globalidade a qual envolve a nova conduta sobreposta às estruturas inferiores e imediatas. Entre o estímulo que dirigia a conduta e a reação do sujeito aparece um novo membro, intermediário e toda operação constitui em um ato mediado.

Na relação com a mediação, se promove um novo ponto de vista sobre as relações existentes entre o ato do comportamento e os fenômenos externos. Podemos diferenciar claramente duas séries de estímulos, dos quais uns são estímulos objetos e outros são estímulos meio, cada um dirige e se orienta a seu modo, de acordo com suas correlações a conduta.

Vygotsky (2000) observou que a modificação de lugar do estímulo mediado, o signo, modifica a própria estrutura de todo o processo. Disso se formula a seguinte lei: Na estrutura superior do signo, e o modo de seu emprego é o determinante funcional e o foco de todo o processo. Assim, a estrutura e a função estão em constante relação, se por um lado a estrutura é inerente ao conceito de si, o conceito é a relação com os aspectos concretos, ou seja, essencial às funções anatômicas, por outro lado, a função é o uso intencional do signo, o qual medeia a relação entre as estruturas e dá condições para que o sujeito atue de forma sistêmica no meio social. O mesmo ocorre com o uso de uma ferramenta que orienta todo o mecanismo

de operação laboral, assim também é a função do signo, que quando utilizado, constitui um fato fundamental que depende todo o processo.

Para Vygotsky (2000) a reação mais essencial que subsidia a estrutura superior é a forma especial de organização de todo o processo, que se constitui graças à introdução na situação de determinados estímulos artificiais que cumprem o papel de signo. O papel central do signo serve denexo e relação que constitui o próprio processo.

Em síntese, para Vygotsky (2000) os fenômenos morfológicos e fisiológicos, a forma dos aspectos psíquicos e a função destes aspectos se condicionam reciprocamente. De modo mais geral podemos indicar em que direção se modifica a estrutura, se modifica no sentido de maior diferenciação das partes. A estrutura superior se distingue da inferior pelo fato de ser um todo diferenciado. Em que cada uma de suas partes isoladas cumpre diversas funções, e na unificação destas partes forma-se um processo global o qual produz a base de conexões funcionais duplas e relações recíprocas das funções. Então ao falarmos das funções psicológicas superiores específicas tais como, a memória lógica, a percepção, atenção arbitrária, o sentido, ou o significado, vislumbramos a sua diferenciação a partir da totalidade do processo, ou seja, da consciência e da formação da personalidade.

É pelo desenvolvimento integral da consciência e pelos direcionamentos da mesma, através dos motivos os quais orientam as vontades dos seres humanos que se valem das funções específicas para realizar uma atividade mediada. Dessa forma, nos lembramos do que precisamos fazer hoje, como organizamos nossa atenção no trânsito para o caminho para o trabalho, etc. E quanto mais desenvolvido um organismo for, maior será sua diferenciação entre as partes, em um caso o todo e suas partes são em si, semelhantes, noutro se diferenciam.

Com relação à estrutura, podemos dizer que é justamente a diferença existente da integridade primitiva e a clara formação dos pólos superiores, os quais são orientados pelos signos e pelos objetos externos a nós que caracterizamos o rompimento característico da estrutura superior. A melhor definição que podemos fazer a esta operação tem um novo significado, que é a dominação do próprio comportamento.

Vemos que a diferença entre o pólo superior dominado pela cultura e o inferior determinado pelos aspectos filogenéticos que possibilita a determinação de toda a conduta dos indivíduos. Quando observamos um sujeito dentro de um contexto histórico vimos que a atividade do organismo está determinada pelo conjunto geral de toda a situação, pela lógica dessa estrutura, ainda que o próprio homem que cria o nexoe as vias de reações, é o homem

que modifica a estrutura natural e se apropria dos processos de sua própria conduta com o auxílio dos signos.

A formação de vínculos constituídos pelos atos auxiliares é uma peculiaridade dos adultos cultos, sendo um produto do desenvolvimento cultural. O problema fundamental é entender a sua intencionalidade, mesmo que seja sem sentido, isso distingue o homem culto do homem primitivo. O homem civilizado tem certa liberdade para realizar suas ações “internas”, maior que o homem primitivo, ou a criança.

A chave para o domínio do comportamento nos proporciona o domínio dos signos. Assim, pois o domínio de nossa conduta é um processo mediado, que se realiza sempre através de certos estímulos auxiliares. Precisamente o papel dos signos é a possibilidade de constituir a reação eletiva.

Portanto, para a psicologia sócio-histórica é a diferenciação e a subordinação mútua de alguns membros do todo geral que os diferenciam a estrutura desenvolvida da linguagem da estrutura primitiva com a qual fazemos comparação. O comportamento anterior e primitivo tem a característica de um todo sistemático fundido entre a criança e sua mãe. Mediante o salto qualitativo, a criança começa a utilizar consigo mesmo a relação que estava difusa em sua relação, e aplica esta na relação consigo, esta é a chave do feito de dominação da própria conduta que nos interessa.

Enquanto a ferramenta ou via lateral está orientada a modificar uma situação externa, a função do signo consiste, antes de tudo em modificar algo na reação ou na conduta do próprio homem. O signo não modifica nada no objeto, se limita em proporcionar uma nova orientação ou a reestruturar a operação psíquica.

Vygotsky (2000) ainda ao abordar a estrutura das funções superiores dialoga com os autores da Gestalt tais como Koffka e Buhler. Ambos os autores formularam uma teoria referente ao desenvolvimento da conduta, que apresenta três estruturas distintas, as quais se tornam mais complexas à medida que nos desenvolvemos, todavia estas estruturas transitam e formam uma globalidade no sujeito a medida que são superadas.

As estruturas apresentadas pelos autores da teoria da Gestalt são os instintos, os reflexos e o intelecto. O instinto é mais presente no homem recém-nascido, o qual pouco se diferencia dos animais que reage ao meio através de reflexos sistematizados e herdados geneticamente. Os instintos primitivos eliciam respostas tais como fuga, esquivas, ou ações como o choro. A estrutura seguinte a dos reflexos organizados dão condições para o homem realizar ações de pouca complexidade, dado que não se vale necessariamente de aspectos abstratos para realizar, são atividades habituais, tais como escovar os dentes, caminhar, correr,

etc. Por fim, a atividade do intelecto é o que proporcionaria ao ser humano a habilidade de pensar e reagir de forma sistêmica aos problemas cotidianos.

Nesta proposta teórica de Buhler, tais etapas devem ser consideradas como fixas, estanques, separadas por uma barreira intransponível no campo do comportamento. Vygotsky (2000) em seu livro concorda com Kofka, ao dizer que estas estruturas devem ser entendidas de formas especiais de conduta no sentido funcional e estrutural, que mantêm uma dependência mútua de grande complexidade e que está integrada em diversas correlações dentro do mesmo processo do comportamento.

Abordar de forma integral as três etapas é primordial, todavia, reduzir a conduta humana a tais formas faz a psicologia cair em um erro epistemológico. Quando Buhler tenta explicar a transição da segunda pra terceira etapa, ou seja, dos reflexos para o intelecto, com os experimentos com os macacos antropóides, erra por conta de simplificar o intelecto e o ter como um processo muito simples e inerente a si mesmo, desconexo com a cultura. Então Vygotsky (2000) afirma a possibilidade de lançar a quarta etapa, que vem a ser a conduta superior do homem.

As três formas de conduta de certa forma esgotam toda a diversidade de formas de conduta do mundo animal, bem como põe em manifesto aquilo que o homem tem em comum com os animais, se queremos analisar as formas superiores de conduta, devemos entender a linha de separação entre este esquema de análise frente a um superior.

Ao fazermos esta correlação entre estruturas e funções primitivas, apenas igualamos os homens aos animais, deve-se, portanto, considerar que este esquema cai por terra por não considerar que o homem constrói as novas formas de ação, pois trabalha sobre novos modelos mentais, ou seja, realiza tudo que está relacionado a sua conduta com o emprego de meios artificiais do pensamento com o desenvolvimento social da conduta e em particular com a utilização dos signos.

A quarta etapa lançada por Vygotsky (2000) entende que o homem de forma intencional e artificial, modifica o próprio tipo de atividade e a orientação do desenvolvimento de sua conduta é mediada pela cultura a qual corresponde ao tipo histórico do desenvolvimento humano.

Podemos de forma metafórica comparar o intelecto humano à genealogia do desenvolvimento ao vislumbrar as camadas genéticas existentes na conduta. Dessa forma, não desaparecem os instintos quando são superados pelos reflexos condicionados, nem os hábitos na reação intelectual, as funções naturais continuam existindo dentro das culturais.

Assim, toda forma de conduta superior se revela diretamente como certo conjunto de processos inferiores elementares e naturais. A cultura em si não cria nada, é o homem que modifica a sua natureza e a coloca a seu favor. Podemos denominar esta quarta etapa no desenvolvimento da conduta como vontade. Por vontade se entende o domínio de si, assim podemos afirmar que o defeito do domínio da própria conduta é a causa principal de toda a insuficiência da criança ou adulto com retardo.

Partimos então da premissa que não devemos considerar que os hábitos, ou instintos são elementos que modificam a cultura, mas o contrário, dado que é a relação existente com a cultura que modificará os hábitos e os instintos. A psicologia sócio-histórica demonstra que a estrutura das formas superiores da conduta é variável, que possui sua própria história interna que a inclui em toda história de desenvolvimento da conduta em seu conjunto. As formas culturais de conduta, não surgem de simples hábitos externos, senão que se convertem em partes inseparáveis da própria personalidade e incorporam nela novas relações que criam um sistema completamente novo.

A ampliação da atividade do homem não se baseia no desenvolvimento orgânico, mas sim no desenvolvimento funcional, ou seja, no desenvolvimento da própria forma. Este tipo de desenvolvimento é regido por leis especiais, que diferente das leis biológicas que nos igualam. Por outro lado a funcionalidade nos diferencia, pois dependerá da relação particular com a totalidade, ou seja, do indivíduo com a sua respectiva sociedade, por isso é chamado de desenvolvimento cultural.

A investigação genética por sua vez, vislumbra transferir a investigação do esquema experimental para a vida real com o intuito de entender o homem em movimento com a sociedade. Se por um lado o experimento apresenta a coerência e a regularidade de um determinado gênero, jamais podemos limitar-nos a ele, devemos perguntar de que maneira transcorreu o processo investigado nas condições da vida real.

O terceiro momento da investigação está correlacionado com o modo de enfocar historicamente as formas superiores de conduta. A análise da estrutura dos processos psicológicos superiores nos leva ao esclarecimento da gênese das formas superiores do comportamento, da origem do desenvolvimento das formas psíquicas que é objeto de nossa investigação.

Retomando o conceito outrora trabalhado referente à sobreposição da cultura sobre os determinantes biológicos entendemos que os instintos não desaparecem, mas são superados pelos reflexos e quando organizados constituem o hábito, como função do cérebro. Assim

também os reflexos condicionados são superados na ação intelectual coexistindo o novo e o velho, o biológico e o cultural.

A história do desenvolvimento dos signos nos leva, a uma lei muito mais geral que regula o desenvolvimento da conduta. Seu significado consiste que o indivíduo ao longo do seu desenvolvimento, começa a aplicar a sua personalidade as mesmas formas de comportamento que a princípio outros aplicavam com respeito a ele. A criança assimila as formas sociais da conduta e as transfere a si mesmo.

Assim, o signo foi a princípio um meio de comunicação e tão somente depois passou a ser um meio de conduta da personalidade. Fica evidente que o desenvolvimento cultural se baseia no emprego de signos, e que sua inclusão no sistema geral do comportamento transcorreu inicialmente de forma social e externa.

Assim as funções psicológicas superiores foram outrora funções reais entre os homens, pois me relaciono comigo mesmo como as pessoas se relacionam comigo. O pensamento verbal equivale a transferir a linguagem ao interior do indivíduo, da mesma forma que a reflexão é a internalização da discussão. Dessa forma, a função psíquica da palavra só pode se explicar se entendermos um sistema mais amplo entre os homens. A psicologia primária das funções da palavra é uma função social e se quisermos saber como funciona a palavra na conduta do indivíduo, devemos analisar, antes de tudo, qual tem sido sua função anterior no comportamento social dos homens. De acordo com Vygotsky (2000, p.148),

A palavra é sempre uma ordem, sendo por ela um meio fundamental de domínio da conduta. Por ela queremos tornar claro o ponto de vista genético de onde procede a função volitiva da palavra, a razão de que palavra subordina a reação motora, de onde vem seu poder sobre a conduta. Chegamos claramente, tanto a ontogênese como na filogênese, a função social do mando. A relação das funções psíquicas deve incluir nas relações reais dos homens. A regulação do comportamento alheio por meio da palavra nos leva gradualmente a formação da conduta verbalizada da própria personalidade.

Portanto, o significado da palavra existe anteriormente e de forma objetiva para outros e depois começa a existir para o sujeito. Todas as formas de comunicação verbal do adulto com a criança se convertem mais tarde em funções psíquicas. Vygotsky (2000) formula uma nova lei geral referente ao desenvolvimento cultural, a qual expressa: toda função no desenvolvimento cultural aparece duas vezes, em dois planos: primeiro no plano social e depois no psicológico. A princípio entre os homens como categoria intersíquica e logo depois no interior da criança como categoria intrapsíquica.

Essa lei valerá para a conformação de todas as funções psicológicas superiores tais como a atenção voluntária, a memória lógica, a formação de conceitos e o desenvolvimento da vontade. É fundamental a conclusão de que a transição do externo para o interno mediado pelo signo modifica o próprio processo, transforma estruturas e funções, as quais constituem a consciência. Em síntese, detrás de todas as funções superiores e suas relações, se encontram geneticamente as relações sociais, as autênticas relações humanas.

Desta forma, o resultado fundamental da história do desenvolvimento cultural da criança podia ser denominado como a sóciogênese das formas superiores do comportamento. A palavra social aplicada a nossa disciplina tem grande importância. Primeiro no sentido mais amplo, significa que todo o cultural é social. A atividade social do ser humano, por ele próprio lança o problema do desenvolvimento cultural da conduta e nos leva diretamente ao plano social do desenvolvimento.

Todas as funções psicológicas superiores são relações interiorizadas da ordem social, são os fundamentos da estrutura social da personalidade. Sua composição, estrutura genética e modo de ação, em uma palavra, toda sua natureza é social inclusive ao converter-se em processo psíquico segue sendo quase social. O homem só consigo mesmo, conserva funções que outrora se formaram na coletividade.

Em tese, a base estrutural das formas de comportamentos culturais é a atividade mediadora, a utilização de signos externos como meios para o desenvolvimento posterior da conduta, o emprego de signos tem primordial importância no desenvolvimento cultural. Onde algumas atividades poderiam ser impossíveis para as funções inferiores, o emprego de signos adequados auxilia no desenvolvimento cultural da conduta, todavia, quanto há limites tais como lesões ou atrofias o desenvolvimento se torna mais resistente.

O conceito de desenvolvimento é complexo, devemos entender o substrato anterior daquilo que analisamos para verificar quais as estruturas que se modificaram, e por isso se desenvolveu. Outra questão é que toda modificação psíquica tem um caráter interno e externo. O terceiro aspecto fundamental é a integridade, ou melhor, a unidade do fenômeno como um feito constante de todo o processo do desenvolvimento e a conexão interna com a etapa anterior do desenvolvimento, na qual se constatam as modificações.

A experiência cultural demonstra a existência de importantes indícios que são imprescindíveis para aplicar o conceito de desenvolvimento. A primeira forma cultural não surge de fora, mas sim quando o organismo ao assimilar a influência externa assimila toda uma forma de conduta, todavia esta assimilação dependerá da capacidade de desenvolvimento e apropriação de cultura que o indivíduo tem.

O desenvolvimento não tem a ver com os aspectos filogenéticos que se conectam a base natural, a qual se constitui nas modificações de seu aparato orgânico, essas mudanças podem ocorrer nas alterações de relações das estruturas. Todavia, não é dessas mudanças que é gerado o desenvolvimento. Um exemplo dado por Vygotsky (2009) afirma que é a relação entre o desenvolvimento e a aprendizagem, onde para o autor uma boa aprendizagem orienta o desenvolvimento e não o contrário. Necessariamente não precisamos estar de posse de estruturas internas para aprender algo novo, o desenvolvimento se dá a partir da incompletude do sujeito, que na relação de aprendizagem reorganiza sua estrutura psíquica e desenvolve novas funções psicológicas.

Assim, o desenvolvimento de caráter social não é evolutivo, mas de caráter revolucionário a transformação não é cumulativa lenta e gradativa, pois nos experimentos de Vygotsky (2000) verificaram-se mudanças bruscas e saltos qualitativos nas forças motrizes do processo.

Mediante o processo de apropriação da cultura, Vygotsky (2000) lança o seguinte questionamento: Em que consiste as mudanças fundamentais? Em seguida apresenta sua resposta:

Consiste que os homens nas etapas superiores do desenvolvimento chegam a dominar sua própria conduta e subordinar a seu poder as próprias reações. O mesmo que subordina as forças da natureza, subordina também os processos da sua própria conduta com base nas leis naturais do comportamento. Por conseguinte a criança domina a sua conduta sempre que domina o sistema dos estímulos que é a sua chave, assim domina a operação dos sistemas aritméticos quando domina o sistema de estímulos aritméticos (VYGOTSKY, 2000, p.159).

Para o autor o que caracteriza o domínio da conduta é processo de escolha, ou eleição, que por sua vez nos processos da vontade são a essência do ato volitivo. Vygotsky (2000) afirma que ao longo de suas pesquisas se encontrou diversas vezes com o fenômeno da escolha, que podem ser exemplificadas conforme relato:

Nos experimentos com atenção, podemos estudar a atenção eletiva, tal como está determinada pela estrutura dos estímulos externos. Na relação eletiva com a memorização mnemotécnica da instrução dada, procuramos seguir o curso desta forma complexa da conduta, em condições em que se determina previamente que a certos estímulos correspondem certas reações (VYGOTSKY, 2000, p.285).

Vygotsky (2000) verificou nos estudos de Lévy Bruhl (1857 - 1939) que o homem primitivo recorria à sorte quando os motivos não se diferenciavam mediante uma tomada de decisão. O homem primitivo das tribos analisados por Lévy Bruhl (1857 - 1939) atuava da

mesma forma quando os motivos eram indiferentes, quando em ambas as séries entre as quais deveria escolher, ficava entre os elementos atraentes ou repelentes na mesma proporção.

De modo semelhante uma criança pode mediante uma dificuldade de escolha recorrer a sorte, se os estímulos são semelhantes, ou se o amplo dado de variáveis lhe causa dúvida para a escolha. Ou seja, quando os motivos se dirigem a distintas instâncias de personalidade da criança, a eleição natural se retém, e para o indivíduo torna-se cada vez mais complexa a escolha dos seus atos. Posteriormente, o ato de escolher pode ser uma atividade onde pelos signos podemos estabelecer critérios, avaliar situações, assim como estabelecer parâmetros para que possamos avaliar as consequências inerentes ao processo de escolha.

Vygotsky (2000) se vale de uma anedota utilizada por Spinoza para exemplificar o processo de escolha. O autor relata a história do “asno de Buridán” que tinha a sua frente dois estímulos de um de cada lado, um balde de água, de outro um monte de feno, ao invés de suprir uma ou outra de suas necessidades, acaba anulando ambas que se tornam equivalentes. Assim mediante os estímulos semelhantes o asno acaba morrendo de inanição. Vygotsky (2000) afirma que se um homem se encontrar na situação do asno de Buridán deixaríamos de considerar-lhe como um ser pensante para ter-lhe como o mais infeliz dos asnos para morrer, seja de sede ou de fome. Com efeito, nos encontramos aqui com os momentos mais importantes que diferenciam a vontade dos homens e a necessidade dos animais.

A liberdade humana consiste precisamente em que pensa o homem, isso significa que o ser humano torna-se livre na medida em que toma a consciência da situação criada. Um homem na situação do asno confia sua decisão na sorte, e sai assim da dificuldade existente. Esta operação é impossível para o animal e nela se mostra com claridade o problema do livre arbítrio.

Mediante o exemplo dado sobre o processo de escolha do asno e a diferença implicada nos homens resta respondermos a seguinte questão: como podemos determinar se uma decisão é livre ou não? De um lado estamos rigidamente determinados, não temos a escolha livre de maneira absoluta, e não tomamos decisão orquestrada por nossos desejos, para então realizarmos nossas ações, antes de tomar uma decisão, somos influenciados por nossos motivos, sendo estes a significação de nossas necessidades. Entretanto, nossas atividades são polimotivadas, isso significa, que nem sempre estamos conscientes de nossos motivos, no momento em que tomamos nossas decisões, assim temos a formulação de uma nova lei. Segundo Vygotsky (2000) mediante a tomada de uma decisão, a que o sujeito atribui de antemão a força do motivo, foi ele que relacionou seu conjunto de ações aos números dos dados. Vemos, portanto, que se trata do maior grau de voluntariedade.

Vygotsky (2000) aponta, no experimento, que o livre arbítrio não consiste em estar livre dos motivos, mas consiste na tomada de consciência da situação pelo indivíduo que a partir daí estabelece a necessidade de elegê-la. Ainda que as necessidades sejam impostas ao indivíduo e a significação nomeia seus motivos, isso não lhe tira a liberdade, dado que esta é por definição uma necessidade gnosiológica. Assim, o sujeito domina sua escolha, mas não no sentido de anular as leis que o regem, mas no sentido de dominá-las.

Desta forma, o domínio sobre os processos do comportamento se constitui essencialmente da mesma maneira que nosso domínio sobre os processos da natureza, já que o homem que vive em sociedade está sujeito à influência de outras pessoas. A linguagem, por exemplo, é um poderoso meio de influência sobre a conduta alheia e, como é natural o próprio homem, no processo de seu desenvolvimento, chega a dominar os mesmos meios que outras pessoas utilizavam para orientar seu comportamento.

Assim, pois, o estudo da intenção nos impõe uma dedução paradoxal a primeira vista: a intenção constitui um processo típico do domínio da própria conduta mediante a criação das conexões correspondentes, mas a sua execução é um processo que já depende em absoluto da vontade. O paradoxo da vontade radica em que a vontade gera atos volitivos, porém, segue conservando a profunda diferença entre o cumprimento da ação intencional ditada por uma necessidade, ainda que possa parecer um simples hábito.

O homem subordina o poder das necessidades sobre a conduta, põe a serviços dos seus objetivos e o orienta a seu modo. Com sua atividade externa modifica o meio circundante e influencia o seu próprio comportamento.

Vygotsky (2000) afirma que o livre arbítrio surge e se desenvolve no processo do desenvolvimento histórico da humanidade a liberdade não consiste em uma independência imaginária que exclui as leis da natureza, senão no conhecimento destas leis e a possibilidade, baseada em tal conhecimento. A submissão dessas leis a vontade do homem, pode dar a este a condução das leis naturais a uma determinada finalidade humana. Isto se refere tanto as leis da natureza exterior, como as que regem a existência física e espiritual do próprio homem. O livre arbítrio, portanto, não significa mais que a capacidade de tomar decisões com o conhecimento do assunto.

O domínio da natureza também pode ser entendido como autodomínio. O livre arbítrio é o mesmo que a necessidade compreendida. A liberdade consiste fundamentalmente em conhecer as necessidades da natureza, em saber dominar tanto nossa natureza interna como a exterior, sendo o domínio da natureza interna e externa fruto do desenvolvimento histórico.

Os primeiros homens surgidos do mundo animal tinham a liberdade semelhante a dos animais, mas a cada passo dado pelo caminho da cultura era um passo para a liberdade.

Até então apresentamos o estudo de Vygotsky (2000) em uma linha analítica, no qual o mesmo demonstra o desenvolvimento cultural das funções psicológicas superiores e a apropriação das ferramentas externas, tais como os signos que o homem dominou e que viabilizaram a ação do mesmo na natureza. As relações mediadas pelas funções psicológicas com as ferramentas externas formam uma unidade na atividade mediada, por fim a teoria apresenta como primordial o domínio da conduta o qual é entendido como vontade.

O desenvolvimento cultural do indivíduo pode ser entendido como o desenvolvimento da personalidade, que é um conceito social o qual envolve o sobreposto natural, o histórico no ser humano. A personalidade abarca a unidade da conduta que se distingue pelo início do domínio de si. Neste sentido, a correlação da personalidade são as relações entre o primitivo e o superior.

Todas as facetas da vida psíquica se desenvolvem em um processo de estreita interação que progridem juntas e se apoiam reciprocamente por todos os meios. A personalidade se desenvolve como um todo. Só convencionalmente e para os fins de análise científica podemos abstrair um ou outro aspecto de seu desenvolvimento como se faz evidente pelo que temos dito. Podemos entender o caráter integral da personalidade nas palavras de Vygotsky (2000, p. 229) onde afirma que

Mesmo o caráter de desenvolvimento cultural se diferencia do natural é condição deste que nem a memória, nem a atenção, tomadas como tais por si mesmas, não podem qualquer que seja o nível de seu desenvolvimento natural converter-se em processo de comportamento cultural geral. Somente quando a personalidade domina uma ou outra forma de conduta se consegue elevar a um nível superior.

A essência do desenvolvimento cultural consiste no domínio do homem sobre os processos do próprio comportamento. Mas a premissa imprescindível para este domínio é a formação da personalidade, de modo que o desenvolvimento de uma ou outra função depende, e está sempre condicionado pelo desenvolvimento global da personalidade. Em síntese, ao estudarmos uma determinada função psicológica específica, também estudamos o desenvolvimento global da personalidade. Podemos dizer que a personalidade participa como um ser invisível no processo do domínio de suas próprias reações.

A linguagem, por exemplo, é o meio fundamental do desenvolvimento da personalidade, nos leva a forma principal da memória mnemotécnica que se faz compreensível somente à luz da função indicadora dos signos da atenção. A palavra é a

ferramenta direta da formação dos conceitos. Pelos signos, operacionalizamos o pensamento que está vinculado ao desenvolvimento dos gestos, do desenho, dos jogos e da escrita. A atenção, por sua parte, nos proporciona a base necessária para o desenvolvimento dos conceitos, pois sem ela não seriam claros. Jamais se poderia relatar a história da personalidade, e nem a concepção subjetiva do mundo sem essas conexões reiteradamente entrelaçadas não haveria como realizar as exposições anteriores.

O momento decisivo no desenvolvimento da personalidade da criança é a tomada de consciência de seu “eu”. A princípio como se sabe, a criança identifica com o seu próprio nome e assimila com certa dificuldade o pronome pessoal. Assim, o conceito de eu se desenvolve na criança através do conceito sobre os outros. Portanto o conceito de personalidade é social, é um conceito refletido que a criança forma ao aplicar-se a si mesma os procedimentos de adaptação que se aplica aos demais.

Podemos assim dizer que a personalidade é o social em nós, posto que a análise concreta de cada uma das funções nos tem demonstrado que a criança domina um ou outro processo de conduta seguindo o exemplo como o adulto domina este processo. Vemos por exemplo, como o adulto dirige a atenção da criança de um lado para outro, e que a criança tão somente assimila os meios e procedimentos com a ajuda dos quais poderá fazê-lo, o mesmo ocorre com a linguagem. Cumpre a função de comunicação com os demais, logo se converte em linguagem interna, que se baseia na comunicação consigo mesmo. Assim, quando desenvolvemos nosso pensamento e objetivamos nossos conceitos na relação com o meio entendemos que

Todo o que era a principio exterior – convicções, interesses, concepção de mundo, normas éticas, regras de conduta, inclinações ideais, determinados esquemas de pensamento – passa a ser interior, porque ao individuo, devido ao seu desenvolvimento, maturação e mudança diante de seu meio social, se lhe apresenta a tarefa de dominar um conteúdo novo, nascem nos estímulos novos que lhe impulsionam ao desenvolvimento e aos mecanismos formais do pensamento (VYGOTSKY, 2012, p.63).

Assim Vygotsky (2012) ressalta a importância do meio e nos direciona ao entendimento das relações específicas, pelas quais o sujeito conforma sua personalidade, isso porque o nível do desenvolvimento intelectual se diferencia do habitante da cidade, do campo, entre meninos e meninas, que procedem de diferentes estratos sociais e classes. Conclui-se que é evidente que os fatores sociais influenciam sobre o processo do desenvolvimento do pensamento.

O intelecto desempenha um papel decisivo na vida do homem, inclusive quando escolhe uma profissão, uma vez que predominam os processos tipicamente intelectuais. É precisamente na adolescência quando o intelecto exerce uma influência sobre a vontade que se cumpre o papel decisivo do processo de introspecção, onde ocorre a consciência dos próprios processos do comportamento e seu domínio. Em síntese acontece a transferência das formas de conduta, que ocorre na vida coletiva do sujeito para a esfera interna da personalidade e a gradual manutenção de novos modos de conduta do sujeito.

O traslado para o interior de uma série de mecanismos externos, tais como a socialização da linguagem interna, e finalmente o trabalho como o fator central de todo o desenvolvimento intelectual, são influências primordiais para o desenvolvimento da personalidade.

Colocamos aqui um parêntese entre os conceitos trabalhados para acrescentar a importância da educação preconizada por Vygotsky (2009, 2012), sendo que em sua obra, o educar seria um processo de humanização dos indivíduos, um processo social de preparação de um sujeito social, consciente de suas necessidades, bem como um sujeito ativo dentro do seu meio social.

O homem aqui concebido tem no trabalho a entidade máxima de conformação de seu pensamento, é este homem que Vygotsky (2004) pensa ser o homem “para si” em uma nova sociedade, na qual se inicia uma nova forma de construção social, pautada na igualdade coletiva e no trabalho. Sobre esta nova sociedade revolucionária Vygotsky (2004, p.417) afirma que:

Ao contrário na nova sociedade, nossa ciência se encontrará no centro da vida. “O salto do reino da necessidade ao reino da liberdade” colocará inevitavelmente a questão do domínio de nosso próprio ser, de subordiná-los a nós mesmos. Neste sentido tinha razão Pavlov, ao denominar nossa ciência de última ciência do homem enquanto tal. Será como efeito, a última ciência do período histórico da humanidade ou a ciência da pré-história dessa humanidade. Porque a nossa sociedade criará um homem novo. Fala-se da refundição do homem como um traço distintivo da nova humanidade e da criação artificial de uma nova ciência biológica, porque essa nova humanidade será a única e a primeira espécie nova na biologia que se cria a si mesma. Na futura sociedade, a psicologia será, na verdade, a ciência do homem novo. Sem ela, a perspectiva do marxismo e da história da ciência seria incompleta. No entanto esta nova ciência do homem novo será também psicologia. Para isso, já hoje mantemos suas rédeas em nossas mãos. Não é preciso dizer que essa psicologia se parecerá tão pouco com a psicologia atual.

Ao discutir os fundamentos de uma nova psicologia Vygotsky (2004) apontava não somente a necessidade de se pensar um novo homem, mas também a construção de uma nova

sociedade, e desta se fundaria também a nova psicologia social. Neste prisma teórico, a principal ferramenta para a transformação social do homem seria a educação, onde pela transformação social dos indivíduos estes estariam prontos para o domínio das ferramentas sociais, e, portanto, para o trabalho. Desta forma, é necessário o entendimento dos processos de integração da consciência a qual organiza a conduta e orienta o processo de decisão do sujeito, bem como resguarda a interconexão dos processos afetivos, emocionais e intelectuais, os quais serão abordados quando formos tratar a relação entre pensamento e linguagem.

Retomando a discussão sobre a personalidade e a relação da mesma com a formação do sujeito, Vygotsky (2012) afirma que a personalidade é um conjunto de leis que regulam o desenvolvimento e a estrutura das funções psíquicas superiores, sendo a transição das formas e os modos dos comportamentos naturais, imediatos e espontâneos para os mediados e artificiais, que surgem no processo de desenvolvimento cultural das funções psíquicas. Na ontogênese este processo se revela no desenvolvimento histórico da conduta humana, sendo que este processo não tem por objetivo ampliar funções psicofisiológicas, mas se constituem nas complexas combinações de elementos do pensamento na elaboração de novos modos, principalmente a linguagem e os signos.

Outra lei geral que expressa a síntese da personalidade é o desenvolvimento cultural do comportamento que se faz estreitamente vinculado com o desenvolvimento histórico ou social da humanidade. Essa lei parte da premissa que as relações entre as funções psíquicas superiores que foram em outros tempos relações entre os homens no processo das formas coletivas, sociais e do comportamento e, posteriormente, se converteram em *modus operandi* individual, em forma de conduta, pensamento e personalidade. Assim, pelas funções psicológicas estão agrupadas relações que se repartiam entre diversas pessoas. “Dito de outra forma, as funções psicológicas superiores, são produto das formas sociais coletivas do comportamento” (VYGOTSKY, 2012, p. 226).

Na relação coletiva, desde criança, a discussão entre o sujeito e os que estão a sua volta o obriga a sistematizar suas formas de pensar. Na coletividade o sujeito é obrigado a justificar seu ponto de vista, demonstrar, confirmar e comprovar sua forma de pensamento. Dessa forma a criança aprende pela relação coletiva a superar seu pensamento imediato, suas ações impulsivas, sendo que tais relações transformar-se-ão em formas interiores do pensamento.

Em síntese temos a seguinte formulação nas palavras de Vygotsky (2012, p. 227),

O destino desta função confirma com maior claridade a lei da qual se passa as formas sociais as individuais da conduta, que poderíamos dominar como

lei da gênese social (sociogênese) das formas superiores do comportamento: a linguagem é uma primeira lei de relação, de comunicação, um meio de organizar o comportamento coletivo que se transforma mais tarde em um meio fundamental para expressar o pensamento e de todas as funções psíquicas superiores no meio fundamental da estruturação da personalidade.

Ainda segundo o autor, a palavra se desenvolve e se torna reguladora do comportamento, tendo também uma função volitiva, dado que pode submeter à ação ao planejamento, bem como orientar a atividade do sujeito. A palavra é uma ordem representada em todas as suas formas e é preciso diferenciar constantemente a conduta verbal da função do mando, que pertence à palavra e a função de subordinação.

A ação consciente do homem é submetida a sua vontade, a palavra organiza as funções e ações do sujeito integrado a sua conduta. Por detrás de toda função da língua está a real função do mando, o antigo poder do chefe sobre o subordinado o qual respalda o poder psicológico da palavra sobre outras funções psicológicas.

Portanto, as estruturas das funções psíquicas superiores não são as cópias imediatas das relações coletivas, sociais entre os homens, mas uma relação desenvolvida dentro do contexto da cultura, e a apropriação das ferramentas mediadas pelos signos que constituem paulatinamente novas ferramentas as quais orientam novas formas de pensar do sujeito. Essas estruturas não são mais que as relações de ordem social transmitidas ao interior da personalidade, que constitui a base da estrutura social da personalidade humana.

Aqui se mostra o papel fundamental da linguagem exterior comunicativa, que passa a ser um signo de mediação psíquica, a qual perpassa e regula as funções psicológicas superiores através do autodomínio, que vem a ser a capacidade do sujeito se avaliar no meio social no qual pertence. Assim como disponibiliza elementos significativos para a formação do autoconceito, o qual se define pela conceituação que o sujeito tem de si mesmo.

Nas palavras de vygotsky (2012, p.229),

A princípio o homem se vê como se fora um espelho. Só no caso em que o indivíduo Pedro considera o indivíduo Pablo, como um ser semelhante a si mesmo, começara Pedro a tratar a si mesmo como um ser humano. Ao mesmo tempo Pablo, se converte para ele na expressão de gênero humano.

Podemos assim, compreender porque o estado inicial da estrutura psíquica transmite as formas sociais da conduta ao sistema do comportamento e da personalidade, onde toda forma superior da conduta seja a princípio uma operação externa. Concluimos assim, que através das relações que desenvolvemos no meio social a linguagem se transforma em interior, ou seja, constituímos o pensamento antes de modificar estruturas fisiológicas internas, assim nossas

sinapses são influenciadas externamente. A formação dos processos integrados ao córtex é eminentemente social, isso porque ao abstrairmos o uso das ferramentas, nossos pensamentos são mediados pelos signos externos tendo nossos corpos como parte do processo integral homem-meio, neste sentido a constituição interna é anteriormente externa.

Por sua vez, a formação do psiquismo se baseia no domínio da própria conduta, onde se estabelece parâmetros e referências para o domínio da ação orientada do homem, o qual pressupõe o reflexo na consciência, este reflexo consciente é mediado pelos conceitos das palavras e da estrutura das próprias operações psíquicas. Como dissemos outrora, ao falarmos da auto-orientação consciente do homem, estabelecemos a relação em que o domínio da vontade se dá mediado pela conduta verbal, pois não há vontade sem linguagem, está contida na ação volitiva ora de forma oculta, ora de forma manifesta. Neste pensamento Vygotsky (2012, p.230) afirma que:

A vontade que submete a formação da personalidade é a primeira forma social da conduta. A vontade não é outra coisa que não seja a transformação da linguagem em ação executada seja pelo sujeito, seja por outros. A conduta do indivíduo idêntica a conduta social a lei superior básica da psicologia do comportamento é a seguinte, nos comportamentos em relação a nós mesmos do mesmo modo que fazemos frente aos demais. Existe uma conduta social em relação consigo mesmo e se temos assimilado a função de mando em relação aos demais, a aplicação de dita função consigo mesmo constitui, o mesmo processo.

A autorreflexão ou o autodomínio só é possível mediante a apropriação do conceito e, neste sentido o sujeito tem a possibilidade de ser consciente de si. E introspectivo frente às determinantes sociais o pensamento deixa de ser em si, ao acompanhar somente a atividade, e passa a ser para si, onde o sujeito tem condição de abstrair a realidade de forma concreta, tendo em vista não somente o meio imediato, que possibilita a intervenção deste sujeito antevista pelo pensamento, de forma planejada e consciente.

Adquirimos então o significado social de nossas ações que se tornam uma função superior. No instante do desenvolvimento o sujeito começa a tomar consciência de suas estruturas psicológicas, governando suas próprias ações internas, bem como as adéqua para agir no meio mediado pelas ferramentas sociais literais as quais são orientadas pelos signos dominados por nossas funções psicológicas superiores.

Pelo domínio da personalidade adquirimos um novo patamar do comportamento que vem a ser o “para si”. Conforme Vygotsky (2012), podemos dizer pela primeira vez que os atos psíquicos adquirem um caráter pessoal se baseando na autoconsciência da personalidade,

em seu domínio próprio, onde a intencionalidade assume forma plena na expressão do comportamento.

Com o intuito de entender a dinâmica da personalidade, assim como os níveis pelos quais o sujeito tem o domínio de si, Vygotsky (2012) afirma que a autoconsciência é tardia, e neste sentido o entendimento de si ocorre na medida em que o sujeito se apropria das funções superiores. É no entendimento de mundo, e na relação com os outros, pelo domínio das ferramentas e na relação com a cultura construída pelos homens que tomamos consciência de nós mesmos. Por outro lado, as funções mais primitivas estão relacionadas às formas inferiores as quais guardam relação direta com os determinantes biológicos.

Outra importante consideração é que a construção das funções psicológicas superiores tem relação mediada pela classe social a qual o sujeito é pertinente, assim o nexos entre a posição social e a reflexão de si é um entendimento de base teórica. E a autoconsciência não é uma propriedade constante garantida do meio, surgida pronta e por inteiro, mas que passa por um longo período de desenvolvimento em seus diversos estágios, os quais permitem sua comparação entre as diversas fases da transformação humana.

Em sua pesquisa, Vygotsky (2012) identifica seis tipos de orientações distintas de autoconsciência as quais se formam e orientam a personalidade do sujeito. A primeira orientação se refere a conhecimento da própria imagem, que vai desde os estados desconhecidos até o conhecimento amplo e profundo de si mesmo. A segunda orientação do desenvolvimento da autoconsciência conduz este processo de fora para dentro, dado que a princípio as crianças conhecem pouco mais que seus próprios corpos, entretanto na idade de transição, os adolescentes conhecem elementos semelhantes que existem dentro de seus próprios corpos, bem como as semelhanças filogenéticas herdadas que se compartilham entre os homens é neste processo de transição que se constitui o terceiro momento da autoorientação.

No quarto momento da autoorientação da consciência o sujeito delimita sua personalidade frente ao mundo circundante, a consciência de si do sujeito emerge e se faz notar suas diferenças pessoais perante os outros, assim como se nota as peculiaridades de sua personalidade, para exemplificar este momento Vygotsky (2012) cita os momentos de isolamento em que o sujeito não interage em determinados contextos sociais.

A quinta orientação da personalidade se manifesta quando o sujeito passa a orientar suas opiniões, juízos e valores conforme a cultura objetiva. Antes dos onze anos a criança se avalia conforme elementos inatos, nos quais se diferencia com referências imediatas tais como: forte, fraco, doente, saudável, bonito, feio, do contrário o adolescente então pode se

autoavaliar como modesto, intelectual, preguiçoso, autodeterminado, etc. Por fim, a última orientação do desenvolvimento da consciência de si e da personalidade individual é o reconhecimento das diferenças entre os indivíduos, classes e culturas, à medida que o sujeito vai amadurecendo em suas relações sociais o indivíduo se vê mais diferente dos outros.

Entretanto, a autoconsciência não pode se limitar apenas nas características pessoais, mas, sobretudo, pelos grupos sociais, os quais os sujeitos estão inseridos, isso por que:

A existência de um estreito vínculo entre a posição social do indivíduo e o desenvolvimento de sua autoconsciência, pode ser notado no adolescente trabalhador em comparação com o adolescente burguês. Não está retida no desenvolvimento inferior, mas se trata simplesmente de um adolescente com outro tipo de desenvolvimento de sua personalidade com outra estrutura, outra dinâmica. Por isso, as raízes desta diferença se buscam na classe e no pertencimento da classe e não em um ou outro grau de bem estar material (VYGOTSKY, 2012, p. 239).

Por fim, a influência da reflexão não se esgota pela modificação interna da própria personalidade, mas pela estrutura da autoconsciência o sujeito tem a possibilidade de compreender as demais pessoas com maior amplitude e profundidade, “o desenvolvimento social que origina a formação da personalidade encontra na autoconsciência um ponto de apoio para seu desenvolvimento posterior” (VYGOTSKY, 2012, p. 244).

A autoconsciência é a relação material outrora vivida e que se torna a consciência social interior. Desta forma, as funções superiores modificam sua hierarquia nas diversas esferas da vida social. Por ela, as enfermidades da personalidade se manifestam diante de todas as mudanças e no papel de cada função, na totalidade e na particularidade, enfim na hierarquia de todo o seu sistema psíquico. O que diferencia o doente mental de uma pessoa dentro da “normalidade” não é o delírio, senão o que o faz crer nele.

Sobre a base da autoconsciência surgem novos processos e agrupações, novas relações entre as funções. Nas palavras de Vygotsky (2012, p.246),

Todas as convicções internas sejam quais forem, as diversas formas éticas um ou outro princípio da conduta se plasma na personalidade graças a este tipo de relação. O indivíduo se atem a suas convicções e se decide em realizar um ato duvidoso e complexo antes de analisar o significado de seus princípios. A este mecanismo denominamos sistema psicológico.

Tendo em vista a importância que a linguagem tem para com os processos mediados seja na consciência ou na relação com os processos psicológicos superiores que a integram, ou mesmo na relação comunicativa que viabiliza a comunicação entre os homens, passaremos a

discutir a intrínseca relação ente a linguagem e o pensamento, sendo estes elementos fundamentais para entender a dinâmica intrapsicológica e interpsicológica.

Vygotsky (2009) aponta que quando se fala da relação entre o pensamento e a linguagem, não pode haver divisão entre as funções psicológicas que integram a consciência, e os afetos, sendo a separação uma limitação teórica. Assim, o pensamento não pode se desvincular dos motivos, dos interesses, do envolvimento, uma vez que quem separar o pensamento do afeto fecha o caminho para o conhecimento das causas do pensamento. A análise do pensamento depende da relação com os motivos, as tendências, as necessidades, as vontades, assim como das intenções que orientam o pensamento.

A análise que transforma a totalidade complexa em unidades, mostra que existe um sistema semântico dinâmico que representa a unidade dos processos afetivos e intelectuais. Nesta perspectiva de encontrar unidades que contenham em si a totalidade, a palavra emerge como fundamental para o entendimento do psiquismo, isso porque apresenta uma relação afetiva do homem com a realidade representada no intelecto. Permite-se entender então, o movimento direto entre as necessidades e as motivações do homem em uma determinada orientação do seu pensamento, e o movimento inverso da dinâmica do pensamento até a estrutura do comportamento inerente a atividade do indivíduo. Este método auxilia o entendimento da vida consciente total e seus aspectos particulares.

No estudo histórico para elucidar as raízes do pensamento e da linguagem, viu-se que a linguagem “surge e se constitui unicamente no processo histórico da consciência humana, sendo elas próprias, um produto e uma premissa da formação do homem”. (VYGOTSKY, 2009, p.395)

Encontramos no significado da palavra a unidade que reflete de forma mais simples a unidade do pensamento e da linguagem. Os conceitos são apresentados por Vygotsky (2009) como sendo os significados, que são unidimensionais na configuração da consciência, sendo que estes se relacionam com os sentidos os quais apresentam polivalências interpretativas. Se o significado pode ser entendido em uma definição específica, o sentido da palavra em um livro deve ser entendido em uma oração, esta inerente ao parágrafo, no capítulo do livro, na obra do autor e em seu devido momento histórico. Assim, o significado pode ser tangível dentro de uma análise, mas quanto ao sentido temos apenas aproximações.

Na formação de conceito é precisamente essa circunstância que desempenha o papel decisivo diante da necessidade de estabelecer uma comunicação mútua, um determinado complexo de sons que adquire certa significação, e assim torna-se palavra ou conceito. Sem

este momento funcional de compreensão mútua nenhum complexo de sons poderia tornar-se veículo de significado algum e nenhum conceito poderia surgir.

As palavras que ainda não atingiram o nível de conceito plenamente desenvolvido imitam a função do significado e podem servir de meio de comunicação e compreensão entre falantes. Assim “[...] estas formas de pensamento que se equivalem ao conceito, mas que são operantes funcionais equivalentes diferem do termo qualitativo estrutural do pensamento do adulto e do adolescente [...] (VYGOTSKY, 2009, p.160)”.

Ainda que tenhamos visto anteriormente a relação da intencionalidade no contexto da constituição da atividade, onde o pensamento torna-se “para si” e o sujeito tem o domínio pleno de sua ação, o fim não é necessariamente a explicação, o surgimento de um objetivo não explica um processo estrutural e funcional do pensamento, ele apresenta um caminho a ser seguido, o objetivo e as tendências dominantes acionam o processo, mas não o regulam. A existência de um objetivo e da tarefa não garante que se desencadeie uma atividade efetiva voltada para a vida, isso porque, temos ao longo de nossa existência questões mal resolvidas, que foram pensadas, mas não efetivadas, objetivos que não foram atingidos que surgem para o homem e não garantem o seu sucesso.

A questão central, não é a finalidade somente, mas os processos de formação de conceitos e o processo de atividade voltada para um fim, ou seja, são os meios através dos quais se realizam as operações psicológicas voltada para um fim. Esta finalidade não pode ser vista apenas como um objetivo a ser alcançado, mas podemos observar no comportamento do homem mediante um trabalho, o processo de domínio das ferramentas subjetivas e como norteiam os instrumentos reais no processo de autodomínio de seu comportamento.

Por representar um mediador do pensamento, do ponto de vista psicológico a palavra é uma generalização ou um conceito. Toda generalização ou formação de conceitos é o ato mais específico do pensamento. Por conseguinte, estamos autorizados a considerar o significado da palavra como um fenômeno do pensamento. Entretanto, uma das críticas realizadas por Vygotsky (2009) com relação à concepção de significado aos pensadores de sua época, em específico os estruturalistas, reside no fato de que o significado não tem a ver com a definição estática da palavra, que como metáfora podemos dizer que estão congelados nas linhas de um dicionário, mas os significados das palavras se constroem nas relações do sujeito. É no processo social de tornar-se humanizado, pela atividade na qual agimos e transformamos o mundo e nos apropriamos de novas formas de pensar, novos conceitos e, portanto, novos significados.

Entendemos assim, que os significados não são estáticos, mas dinâmicos e estão em movimento. A concretização desses movimentos do significado viabiliza o ajustamento de estruturas e funcionalidades da palavra, a qual se torna instrumento que viabiliza o pensamento nos respectivos estágios do desenvolvimento do sujeito.

Vygotsky (2009) apresenta em sua pesquisa três estágios de desenvolvimento, nos quais o significado, ou o conceito assumem para o indivíduo formas específicas de acordo com a ontogênese, ou seja, o desenvolvimento particular do sujeito em relação com o meio social na sociogênese. Estes estágios do desenvolvimento são formas de pensamento nos quais o conceito se orienta, bem como norteia a estrutura e a funcionalidade da consciência do sujeito em seu respectivo desenvolvimento. Neste sentido, o conceito irá mediar as funções psicológicas superiores e a consciência será entendida como um sistema, onde a palavra se torna a unidade, na qual se sintetiza e se orientam as relações existentes entre as funções psicológicas superiores.

Uma palavra pode conter um pensamento inteiro, bem como os aspectos afetivos e motivacionais atrelados à vontade do sujeito no contexto social. A estrutura e a funcionalidade do conceito permeiam todas as funções psicológicas superiores, ou seja, a memória lógica, a atenção arbitrária, a percepção orientada, ao mesmo tempo em que possibilita o entendimento sistemático, no qual se engendra a consciência.

Os processos da formação de conceitos são incorporados ao pensamento como símbolos, que em princípio tem o papel de mediador na formação de um conceito, e posteriormente se torna um símbolo dominado pelo sujeito. O estudo do emprego funcional da palavra, do seu desenvolvimento e das suas múltiplas formas de aplicação qualitativa em cada fase etária geneticamente inter-relacionada, pode ser a chave para a formação de conceitos.

Antes de falarmos especificamente das fases do desenvolvimento é necessário entender que o caráter criativo do sujeito, elucida o papel essencial do método funcional no surgimento do conceito, ressaltamos que só com o surgimento de certa necessidade o conceito se desenvolve e no processo de atividade é orientada para um fim.

Vygotsky (2009) inaugura uma nova forma de pensar o desenvolvimento do pensamento infantil em suas respectivas fases, tendo como fator fundamental a explicação dinâmico-causal da formação dos conceitos. Assim os conceitos devem ser entendidos em uma relação viva com o pensamento, sendo que a consciência para ser entendida precisa ser colocada em movimento pelo pesquisador.

Pautados nesta metodologia de entender a dinâmica do conceito que realizamos a coleta de informações com o sujeito de nossa pesquisa um morador de rua, na cidade de Campo Grande, MS. Para tanto, estabelecemos uma pergunta desencadeadora, pela qual o indivíduo verbalizou a respeito de si, momentos e/ou vivências pautadas na temática do trabalho, enquanto mediador fundamental da consciência. Todavia, para o sujeito entrevistado o objetivo era entender a constituição de sua consciência mediante a ausência de trabalho, bem como o significado que a Assistência Social tem para o sujeito.

Retomando o conceito de configuração da consciência, entenderemos os estágios do desenvolvimento para posteriormente entendermos a relação entre tais estágios, bem como a relação existente entre o pensamento e a linguagem. Em síntese, os três estágios do desenvolvimento do pensamento são: o pensamento sincrético, o pensamento por complexos, os pseudos conceitos e o pensamento por conceitos, sendo o último estágio atingido apenas na idade de transição nomeada como adolescência, nele temos na palavra a integração complexa de conceitos que atrelados a outros significados viabilizam a plena abstração do pensamento. Vale lembrar que este tipo de concepção de desenvolvimento serve apenas como parâmetro da configuração do novo homem na Rússia, possibilitado pelo sistema educacional, assim como no planejamento social do homem em uma sociedade comunista.

Podemos então, pelo conceito desenvolvido na idade de transição ou adolescência, antever, planejar, formular hipóteses, bem como intervir de forma efetiva no meio social. É neste período em que Vygotsky (2012) afirma que podemos interagir no mundo do trabalho tendo o domínio conceitual das ferramentas que utilizamos, assim como poderíamos identificar nossas necessidades e rumar a caminho da liberdade em um contexto social comum onde os seres humanos poderiam atuar de forma política, ter consciência da pertinência de classe, bem como ser um trabalhador ativo na transformação do mundo o qual está situado.

Desde o início da infância até a maturação máxima dos significados os quais orientam nossa consciência existe a transformação, a qual já foi mencionada, chamada de generalização, que incorpora um determinado conceito e o transforma em algo novo, sendo um salto qualitativo, mas que ao mesmo tempo conserva elementos anteriores em tal movimento.

Todavia antes dos conceitos se tornarem plenamente desenvolvidos apresentam formações originais que aparentemente são semelhantes ao verdadeiro conceito. Em decorrência dessa aparência externa em um estudo superficial podemos cair no erro de nomear os significados utilizados pela criança como conceitos autênticos logo na infância. Em termos funcionais, essas formações intelectuais são de fato equivalentes aos conceitos

autênticos que só amadurecem mais tarde. A aparência entre os termos externos que internamente não contém o mesmo significado é chamada de equivalência funcional. É pela coincidência de determinadas propriedades internas de tais equivalentes que é possível à comunicação entre a criança e o adulto, não se limitando apenas a esta idade, mas também permite a comunicação de sujeitos que externamente expressam a mesma palavra, mas pensam de forma diferente sobre determinado objeto conceituado pela palavra.

O equivalente funcional ao mesmo tempo em que permite nossa transmissão de informação, também é causa de confusões em nossa comunicação com os outros, isso porque podemos falar externamente a mesma coisa, e estarmos nos referindo a algo totalmente oposto, dado que o conceito tem níveis de apropriação para cada sujeito. Assim, para Vygotsky (2009) quando falamos do mesmo significado entre os sujeitos que se comunicam estamos falando de algo semelhante veiculado pela linguagem externa e estamos tendo em comum a mesma referência quanto ao objeto refletido na linguagem.

O equivalente funcional de um lado aponta a forma e o conteúdo da apropriação do significado individual do sujeito. Entretanto nosso pensamento não se restringe apenas a linguagem interna, esta é parte do processo, dado que as funções psicológicas elementares, que costumam ser apontadas, participam do processo de formação de conceitos, mas participam de modo inteiramente diverso como processos que não se desenvolvem de maneira autônoma, segundo a lógica de suas próprias leis.

Para Vygotsky (2009, p.170) os processos psicológicos são

Mediados pelos signos ou pela palavra orientados para a solução de um determinado problema, levando a uma nova combinação, uma nova síntese um momento único em que cada processo participante adquire seu verdadeiro sentido funcional.

Podemos então retomar a discussão das fases do desenvolvimento, onde o conceito, ou significado terá qualidades específicas conforme o estágio do desenvolvimento, bem como possibilitará formulações originais e específicas em cada fase do desenvolvimento para a resolução de problemas. No primeiro estágio do desenvolvimento, temos o pensamento sincrético que se manifesta pela combinação não sistemática de elementos, os quais não formalizam uma lógica de pensamento coerente com a realidade concreta, sendo a mistura de tais elementos característico do pensamento infantil logo no início do desenvolvimento, nas palavras de Vygotsky (2009, p.175)

Na percepção, no pensamento e na ação a criança apresenta a tendência de associar a partir de uma única impressão os elementos mais diversos e

internamente desconexos, fundindo em uma imagem que não pode ser desmembrada. No que fora observado a criança tende a inverter a conexão dos nexos e super explorar os nexos subjetivos, o significado da palavra neste estágio do desenvolvimento pode ter correlação com os significados atribuídos pelos adultos, isso permite certa comunicação e entendimento entre ambas faixas etárias, o que não significa que a funcionalidade do pensamento se correlacione.

O segundo estágio do pensamento é denominado por Vygotsky (2009) de pensamento por complexos, os quais são construídos por leis inteiramente diversas dos conceitos, ainda que sejam revestidos pelos vínculos objetivos. No pensamento adulto ainda preservamos características do pensamento por complexo, um exemplo é o nome de família que agrupa e diferencia uns dos outros. Neste estágio do desenvolvimento a criança pensa por nomes de famílias, isola elementos e os torna organizados pelo fato de estarem agrupados e interligados.

A diferença entre o pensamento por complexo e o pensamento por conceitos para Vygotsky (2004) é que o sistema por complexo é um sistema de conexões ordenadas concretas, relacionadas com o objeto, que se apóia fundamentalmente na memória. O pensamento por conceitos o qual surge na idade de transição, é o momento em que se estrutura a concepção de mundo e da personalidade, é caracterizado também pelo aparecimento de autoconsciência e das ideias coerentes sobre o mundo, sendo a base desta fase o pensamento por conceitos. Neste se situa a experiência do homem culto atual, a representação de nossa realidade que é determinada por um sistema de conceitos, os quais se configuraram ao longo da história.

O significado das palavras pode ser definido como nomes de famílias unificadas em complexos ou grupo de objetos. Mais importante para construir um complexo é o fato de ele ter em sua base não um vínculo abstrato e lógico, mas um vínculo concreto e factual entre elementos particulares que integram a sua composição. Conforme Vygotsky (2009, p.180),

O pensamento por complexo se baseia por vínculos factuais que se revelam na experiência imediata. Por isso ele representa, antes de mais nada, uma unificação concreta com um grupo de objetos com base na semelhança física entre eles.

Uma vez que este pensamento não está no plano lógico-abstrato, mas no concreto factual, ele não se distingue pela unidade daqueles vínculos que lhes servem de base e são estabelecidos com a sua ajuda. A generalização dos objetos e dos significados neste período ocorre por vínculos particulares, os quais adquirem características pelo isolamento, ou pelo agrupamento tendo como elemento integrador os objetos com características particulares, sendo os vínculos concretos e objetivos.

Cada objeto particular generalizado insere-se nesta generalização por complexo na mesma base de identidade com todos os outros objetos, o vínculo ou a caracterização dos objetos no pensamento, podem ser estabelecidos pelas características semelhantes, em traços concretos que viabilizarão a transição entre os objetos agrupados subjetivamente. Todos os elementos estão vinculados a uma totalidade expressa em conceito e através desse conceito estão ligados entre si, e ligados do mesmo modo, por um vínculo do mesmo tipo. Conforme Vygotsky (2009, p.181), “Nesta forma de pensamento os vínculos podem ser tão diversificados quanto o contato diversamente factual e a semelhança factual dos mais diversos objetos, que estão em relação lógica e concreta entre si”.

O último estágio da formação de complexo é denominado por Vygotsky (2009) de pseudoconceito, ao se analisar esta forma de pensamento, podemos notar elementos que se assemelham fenotipicamente aos conceitos, mas que se difere em sua essência dos mesmos seja pela natureza genética ou pelas condições de surgimento e desenvolvimento de vínculos dinâmicos e causais que lhes servem de base. Em termos externos, temos diante de nós um conceito, mas em termos internos, um complexo.

Só o resultado final permite perceber que a criança generalizou por complexos e não por conceitos. Assim uma determinada amostra pode ser notada quando a criança em determinado experimento pode ter associado elementos concretos e factuais, mas que aparentemente são abstratos, onde se constituiu apenas um amontoado de associações e se chegou ao mesmo resultado.

O pensamento por complexo conota uma relação de conhecimento da língua, mas não necessariamente o domínio da mesma, o discurso dos adultos e dos que estão em volta da criança predetermina as vias por onde transcorre o desenvolvimento das suas generalizações. O diálogo coletivo vincula a própria atividade da criança, ao orientá-la por um curso determinado e rigorosamente esboçado. Ao enveredar por este caminho, a criança pensa de maneira própria ao estágio de desenvolvimento do intelecto em que se encontra. Desta forma, a criança tem o pensamento estruturado por complexos, ou seja, por conceitos que são pré-determinados, e vinculados aos objetos por elementos particulares que os agrupam de maneira estereotipada, seja este agrupamento por família, singularidades, que estabeleçam relações e ligações de elementos a outros.

Pela comunicação verbal com a criança, o adulto pode determinar o caminho por onde se desenvolvem as generalizações e o ponto final deste caminho, ou melhor, a generalização daí resultante. Mas os adultos não podem transmitir a criança o seu modo de pensar. Dos adultos, a criança assimila o significado pronto das palavras, não lhe ocorre escolher por conta

própria os complexos e os objetos concretos. Ainda que a criança obtenha um significado pronto dos adultos no modo de comunicação, a metodologia do pensamento é particular ao seu estágio de pensamento. Obtém-se, uma linguagem exterior comunicativa que pela aparência parece com o significado das palavras para os adultos, mas o processo e o produto do pensamento infantil são radicalmente diferentes, como dissemos anteriormente a comunicação se estabelece entre o sujeito que pensa por complexo e o que pensa por conceito pelos equivalentes funcionais, sendo a aparência do discurso entre ambos coincidentes, mas internamente é radicalmente diferente.

Em síntese, pensamento por complexo tem a sua gênese, estrutura e funções ordenadas pelo conjunto de suas leis específicas, as quais foram descritas neste trabalho. A criança neste contexto não escolhe o significado das palavras, pois este é lhe dado no processo de comunicação verbal com os adultos. A criança não é livre para escolher os elementos complexos e particulares, inclusive este ou aquele complexo. Ela já recebe em formas prontas a série de objetos concretos generalizados por aquela palavra.

A criança não relaciona espontaneamente uma palavra a um determinado grupo concreto e transfere o seu significado de um objeto para outro, ampliando o círculo de objetos abrangidos pelo complexo. Tal dinâmica difere radicalmente da relação estabelecida pelo conceito, isso porque o domínio do conceito implica em intencionalidade no uso funcional da palavra. Em nossos discursos comunicativos nem sempre somos detentores de conceitos absolutos, podemos até ter o domínio do conceito, mas nosso método de pensar a realidade se difere, por isso nossas comunicações não ocorrem de maneira clara e absoluta, sem distorções, interpretações, interrupções configurações de sentido diferentes, etc.

No desenvolvimento do pensamento a criança começa operar com os significados que em um primeiro momento se aplica na prática e opera com conceito, os quais medeiam suas relações com os objetos. O conceito “em si”, vem a ser o uso instrumental da palavra ao se externar o pensamento, seu uso é imediato e vinculado a uma estrutura de pensamento, bem como tem função reguladora na atividade, o conceito “para outros” é a possibilidade que temos de transmitir nosso pensamento, bem como interagir no meio ao qual estamos inseridos em uma relação de reciprocidade, ambos os conceitos, ou seja, “em si” e “para os outros” viabilizam a resolução de problemas para a criança e estabelecem processos comunicativos respectivamente.

Todavia ambos os conceitos descritos, se desenvolvem na criança antes que se desenvolva o conceito “para si” o qual conota intencionalidade, ou como falamos anteriormente, o autodomínio e o autoconceito, o que implica o domínio expresso da conduta,

por consequência à vontade, a qual oferece condições de orientarmos nossas atividades no mundo de forma antevista, planejada e sistemática, ao chegar neste nível do conhecimento já estabelecemos o domínio dos conceitos. O conceito “em si” e “para os outros” já está contido no pseudoconceito, é a premissa genética básica para o desenvolvimento do conceito no verdadeiro sentido da palavra.

A ausência de unidade nos vínculos os quais estabelecem uma hierarquia, o caráter concreto das conexões objetivas, a relação original entre o geral e o particular e vice-versa, a relação entre os elementos particulares bem como toda a lei de construção de generalizações aparecem diante de nós em toda a sua originalidade, sendo a diferença profunda que a distingue, os tipos superiores e inferiores de generalização.

O desenvolvimento é a chave para qualquer forma superior. O desenvolvimento é um processo histórico, que reflete em cada estágio o passado nele contido. Noutros termos, o dualismo artificial meio-hereditariedade nos desvia para um falso caminho, dado que o desenvolvimento é um processo autocondicionado que não é modelado somente pelo meio. Entretanto, o estudo das formas do pensamento ao longo dos estágios e os seus aspectos dinâmicos consolidados pelas formas concretas e particulares do sujeito, bem como as dimensões sociais do significado, só podem ser entendidos pelo estudo genético.

A conclusão de que existem os estágios do desenvolvimento, bem como as estruturas inerentes do pensamento ao longo do desenvolvimento, só se pôde entender pelo estudo genético e experimental. Vygotsky (2009, p.202) reafirma este pensamento ao dizer que

Descortina-se aos nossos olhos a tarefa de aproximar as análises morfológicas, funcionais, experimental e genética. Devemos verificar com os fatos o desenvolvimento real dos dados da análise experimental e elucidar o processo real do desenvolvimento de conceitos com o auxílio destes dados.

A palavra que utilizamos para nos comunicar nem sempre significa em sua relação funcional a mesma coisa para os sujeitos que se comunicam. Podemos assim, vincular nossa linguagem a objetos diferentes, mas fenotipicamente falarmos a mesma coisa. A explicação neste contexto deve partir da essência e não da aparência, o método genético vai entender a correlação dinâmico causal da estrutura com o conceito.

Por haver um significado e diversos referentes, podemos estar falando de coisas diferentes com as mesmas palavras, ou o contrário, por exemplo: podemos falar do vencedor de uma batalha e do perdedor da mesma, o referente é o mesmo, a batalha, mas o significado não coincide.

O entendimento objetivo da linguagem se dá pelo cruzamento, ou o compartilhamento funcional da linguagem entre sujeitos que se entendem, mas não necessariamente pelos mesmos processos. Para que coincidam em sua referência material, é necessário que estas palavras sugiram o mesmo referente. Mas elas podem indicar modos diversos ao mesmo referente.

Neste contexto, Vygotsky (2009, p.212) toma como referência do significado o postulado, no qual formou a seguinte tese:

Naquilo que se costuma denominar significado da palavra é necessário distinguir dois momentos: o significado da expressão propriamente dita e a sua função, na qualidade de denominação para referir-se a este ou aquele objeto, em sua referência concreta. Daí ser claro que, ao falar-se do significado da palavra, é necessário distinguir o significado propriamente dito e a referência nela contida.

Nenhum falante da língua portuguesa vale-se da linguagem etimológica para se referir de forma coloquial a uma palavra. Por outro lado, a palavra dita faz referência aos elementos etimológicos dados que o compõe em seu mais profundo significado. Dessa forma, para entendermos o conceito de significado, devemos correlacionar o mesmo dentro de uma unidade, que compreende a mesma referência e a unidade funcional do objeto, o qual se refere.

Ao falarmos de algo, com o mesmo significado, estamos falando de um mesmo objeto, bem como de uma mesma funcionalidade, a palavra, ou o signo nela implicado, é antes de tudo, uma ferramenta, que utilizamos para operacionalizar nosso pensamento e tornarmos público o que pensamos através da linguagem externa, o que nem sempre fazemos com eficiência quando não temos o domínio pleno da linguagem formal, o que nos impede de lidar com a mesma de forma intencional.

A essência da transferência do significado consiste em uma função que aqui não é semântica, mas sim nominal e referencial. A palavra é um dado sensorial do objeto ligado por via associativa à outra coisa sensorialmente percebida. Podemos entender esta relação, na afirmação de Vygotsky (2009, p.217), que diz: “A criança e o adulto se entendem quando pronunciam a palavra “cão” vinculam esta palavra a um único referente, embora, neste caso um conceba um complexo concreto de cães e outro conceba o cão por abstrato de cão”.

Vygotsky (2009) afirma que do ponto de vista dialético, os conceitos propriamente ditos não são utilizados no nosso discurso cotidiano. São antes noções gerais sobre as coisas. Entretanto não resta nenhuma dúvida de que representam um estágio transitório entre os complexos e pseudoconceitos, e os verdadeiros conceitos no sentido dialético da palavra.

Ao passarmos para o terceiro estágio do desenvolvimento do pensamento, não podemos dizer que estas formas de pensamento ocorrem de forma cronológica, e forçosamente uma após a outra. A função genética do terceiro estágio que vem a ser uma sobreposição dos pensamentos por complexos, e o caminho para o pleno desenvolvimento dos conceitos inerentes a evolução do pensamento, que conforme Vygotsky (2009, p. 220), se caracteriza pelo “[...] desenvolver de decomposição, a análise e a abstração. Neste sentido a primeira fase deste estágio é muito próxima ao pseudoconceito a unificação dos diferentes objetos concretos foi criada com base na máxima semelhança entre eles”.

Uma das características da abstração inerente ao terceiro estágio do desenvolvimento ocorre pelos traços de um determinado objeto que refletem a sua semelhança com o modelo que foi dado e são orientados por nós ao centro da nossa atenção, assim tais traços se destacam e são abstraídos dos demais que permanecem na periferia da atenção. Pela primeira vez se manifesta com toda nitidez um processo de abstração que frequentemente mal se consegue distinguir, dado que esta abstração se dá de forma precária com um grupo de atributos.

Essa generalização, que a criança cria com base no máximo de semelhança é ao mesmo tempo um processo mais pobre e o mais rico que o pseudoconceito. É mais rico porque a sua discriminação dos traços do grupo geral deu base para seu pensamento. É mais pobre porque os vínculos que baseiam esta construção são pobres, esgotam-se em uma simples impressão de máxima semelhança dos objetos que apresentam uma quantidade imensamente maior de características, mas que são excluídas no pensamento mediado pelos signos.

O conceito potencial é elaborado no campo do pensamento concreto, aqui no campo do pensamento prático eficaz. Quando se pede para uma criança explicar uma palavra ela responde dizendo o que o objeto designado pela palavra pode fazer, este tipo de significado concreto e funcional constitui a única base psicológica do conceito potencial. Podemos lembrar que os conceitos potenciais já desempenham um papel de importância impar no pensamento por complexos.

É pela generalização da situação concreta que destruímos os vínculos imediatos do objeto e o correlacionamos a uma abstração, na qual podemos isolar e agrupar, diferenciar e analisar determinado objeto. Assim, empobrecemos a situação imediata e tornamos mais amplas a possibilidade de abstração, disso firma-se a principal diferença entre os conceitos espontâneos e os científicos, o primeiro vincula-se nas relações imediatas com o meio social.

O pensamento por conceito é, antes de tudo, uma generalização da realidade contida na abstração daquilo que é concreto, quando pensamos por conceitos, não significa que nos descolamos da realidade, uma vez que, as categorias que nele surgem foram criadas anteriormente nas relações reais e concretas do meio social. Portanto o conceito é sobretudo histórico, e depende das relações existentes com o meio social, assim como da intencionalidade aplicada para intervirmos no meio.

Ressalta-se assim, a viabilidade política, educacional, e a potencialidade transformativa dos conceitos sociais, os quais por meio da relação que temos com o meio faz com que nos apropriemos e nos tornemos potenciais interventores do meio social. Cabe aqui nos perguntar, qual a capacidade de apropriação da situação concreta que vive o morador de rua. Se ele tem conhecimento do que é e o que deixa de ser para o meio social e para os serviços da Assistência Social, se o mesmo não compreende as relações concretas, assim como a funcionalidade das relações que desenvolve, seja da assistência, seja das mediações pelas quais o trabalho se insere em sua vida. O sujeito saberá, de que forma poderá se servir de tais instâncias para intervir no meio ou sair de sua condição de pauperismo extremo.

Desconhecer a realidade faz com que o morador de rua reduza suas relações concretas, imediatas, as quais se vinculam a elementos imediatos que se restringem a comer, tomar água, cachaça, bem como o uso da droga, a qual é em si uma substância que lhe propicia satisfação imediata além do uso da substância química que lhe proporciona prazer em meio as relações negativas que desenvolve no meio. Por isso, os moradores de rua orientam seus motivos distorcidos do meio, inseridos em si, no qual se isolam em si mesmos, cria-se um grupo coeso no qual se compartilham sofrimentos, discriminações e vergonha por sua condição.

Abstraindo determinados atributos, o sujeito destrói o vínculo concreto de atributos da situação imediata e assim, cria a premissa indispensável para uma nova combinação desses atributos em nova base. O conceito surge quando uma série de atributos abstraídos torna a sintetizar-se, e quando a síntese abstrata obtida se torna forma basilar do pensamento, com o qual a criança percebe e toma conhecimento da realidade que a cerca. Neste caso, o experimento mostra que o papel decisivo na formação do verdadeiro conceito cabe à palavra. É precisamente com ela que a criança orienta a sua atenção para determinados atributos, com a palavra ele os sintetiza, simboliza o conceito abstrato e opera com ele como lei suprema entre todas aquelas criadas pelo pensamento humano.

Em síntese, no desenvolvimento entre o pensamento por complexos e o pensamento por conceitos existe uma diferença de princípio, que se separa o produto da evolução

biológica, a forma natural do pensamento da forma historicamente surgida no intelecto humano. Portanto, a diferença entre o pensamento por conceito e o pensamento por complexo é a funcionalidade da palavra. A palavra como um signo pode ser usada e aplicada de diferentes maneiras no emprego intelectual, e são precisamente as operações intelectuais, realizadas por intermédio da palavra, que levam a distinção fundamental entre o complexo e o conceito.

A palavra serve para a criança conhecer um pouco de si, todavia o processo de entendimento da palavra seja no adulto, seja na criança ocorrem de maneiras diferentes, pois com a linguagem a criança entende a si mesma, de modo diferente como entende o adulto com o auxílio da linguagem. Isso significa que o ato de pensamento realizado pela criança por meio da linguagem, não coincidem com as operações produzidas no pensamento do adulto quando ele pronuncia a mesma palavra.

Todavia a supressão das formas inferiores do pensamento não é mecanicamente substituída, mas coexistem no processo da formação da consciência como uma crosta terrestre em que diversas camadas são sobrepostas umas às outras. Até mesmo o adulto está longe de ter um pensamento por conceito puro, pois é muito frequente seu pensamento transcorrer no nível do pensamento por complexos, chegando a descer nas formas mais primitivas.

No campo da experiência puramente cotidiana, as formas de expressão de nossa linguagem frequentemente não se colocam acima do nível dos pseudoconceitos e, mesmo tendo todos os atributos de conceitos do ponto de vista da lógica formal, ainda assim não são conceitos do ponto de vista da lógica dialética e não passa de noções gerais, isto é pensamento por complexo. Para que estas formas de manifestação de conceitos sejam identificadas é necessário colocar o conceito em movimento, ou seja, em ação.

O conceito pode ser entendido como um vínculo com o contexto objetivo, sendo um reflexo da realidade, é constituído na relação do sujeito com o mundo concreto e encontra-se em constante movimento. Como vimos é organizador da consciência, é a unidade da palavra, bem como a unidade da consciência, no ato com pensamento opera-se com os conceitos, os quais são traduzidos pelas palavras ao nos expressarmos. Nas palavras de Vygotsky (2004, p.122) o conceito vem a ser

A unidade de forma e conteúdo, pensar com base em conceitos significa possuir um determinado sistema já preparado, uma determinada forma de pensar, que ainda não predeterminou em absoluto o conteúdo final a que há de se chegar.

O conceito se aplica em situações concretas, todavia a dificuldade se instala na generalização deste conceito que orientará os processos de pensamento no âmbito da ação, assim a transferência deste conceito para outra situação se torna mais complexa para o adolescente e impossível para a criança. Outra dificuldade maior é a definição deste conceito, quando este se revelará eminentemente abstrato.

O conceito surge no processo de operação intelectual, não sendo um jogo de associações, pois, em sua formação participam todas as funções intelectuais elementares em uma original combinação, sendo que o momento central de toda essa operação é o uso funcional da palavra como meio de orientação arbitrária da atenção, abstração, da discriminação de atributos particulares e de suas sínteses e simbolização com o auxílio de signos.

O significado de uma palavra surge mediante a relação com uma situação concreta, mais especificamente pela atividade mediada. Podemos então, estudar a forma viva dessa referência da palavra atribuindo a mesma determinados atributos, observando como foi percebido, ao destacar-se e sintetizar-se, ao se dar sentido e significado da palavra, e depois como estes conceitos se ampliam e se transferem para outras situações concretas, e como posteriormente são assimiladas.

Ao retratar de modo experimental a sistematização dos conceitos Vygotsky (2009) além de apresentar o desenvolvimento dos conceitos nas etapas do desenvolvimento, também nos oferece uma hipótese pautada na relação existente entre os conceitos científicos e espontâneos. Ambos os conceitos apresentam diferenças radicalmente opostas, sendo que, na relação entre ambos os tipos de conceitos se dão no desenvolvimento, assim com a relação intrínseca entre desenvolvimento e aprendizagem.

Para Vygotsky (2009) os conceitos espontâneos são caracterizados por estruturas não sistêmicas, onde se constituem relações imediatas com o meio e com os objetos neles simbolizados. Estes conceitos podem ser ampliados nas relações imediatas e concretas, ou seja, por não serem sistematizados podemos entender os mesmos comparando-os com os conhecimentos cotidianos, bem como podem ser comparados com os tipos de pensamento por complexo os quais apresentam sistematizações precárias realizadas de forma espontânea no período da infância.

Por outro lado, os conceitos científicos são sistêmicos e são organizados socialmente ao longo de gerações através da atividade do homem, nele se engendram o uso conceitual dos instrumentos humanos, bem como os conceitos que foram organizados ao longo da história. Tais conceitos são repassados para a criança no sistema educacional, sendo que na relação

com o professor o sujeito irá constituir o domínio dos conceitos. A apreensão destes conceitos se dará primeiro na relação coletiva e, posteriormente o sujeito poderá de forma independente realizar ações que outrora não eram dominadas. Nas palavras de Vygotsky (2009, p.303),

Um passo na aprendizagem pode significar cem passos no desenvolvimento [...] mas se aprendermos digamos um método de pensamento, um novo tipo de estrutura, isso nos dá a possibilidade não só de desenvolver a mesma atividade que fora objeto de aprendizagem imediata, mas nos dá além dos resultados imediatos a que a aprendizagem nos conduziu.

A distância entre os conceitos dominados pelo indivíduo e os conceitos que não são e podem ser apreendidos na relação com o professor é chamado de zona de desenvolvimento proximal. Para Vygotsky (2009) a aprendizagem eficaz é confirmada pela mudança de estruturas internas as quais possibilitarão o desenvolvimento do sujeito. Esse conceito foi desenvolvido pela contraposição das ideias piagetianas, as quais entendem que o sujeito necessita desenvolver estruturas internas para depois ter condições de apreender novos conteúdos. Todavia, ainda que a aprendizagem “arraste” o desenvolvimento, ao se planejar o ensino deve-se levar em consideração os limites funcionais, intelectuais e biológicos, uma vez que ensinar ao aluno aquilo que não tem estruturas internas para apreender é tão inútil quanto ensinar aquilo que já sabe.

Vygotsky (2009) ainda concebe em sua tese um novo princípio, contrapondo os princípios outrora formulados por Piaget, pois para o segundo autor o pensamento infantil egocêntrico e não sistematizado seria aos poucos substituído pelo pensamento adulto o qual tem coerência sistêmica interna, bem como sobrepõe a forma de pensar espontânea das crianças.

Neste sentido, a criança perderia seu tipo de pensamento egocêntrico “fala para si”, esvaziando assim esse tipo de pensamento e paulatinamente substituindo sua antiga forma de pensar por um pensamento sistêmico adulto. Todavia Vygotsky (2009) aponta um parecer diametralmente oposto, visto que, a fala egocêntrica seria uma forma de se orientar nas ações sendo uma interposição entre a fala externa e a fala interna.

Se em um primeiro momento o desenvolvimento da criança foi tido como a sobreposição de uma fase de desenvolvimento estanque sobre as outras, ou como círculos dispostos em uma linha do tempo, como se não se conectassem. Vygotsky (2009) aponta uma nova possibilidade interpretativa, isso porque a superação de uma fase do desenvolvimento para outra não ocorre pela destruição da fase anterior, mas sim pela incorporação de uma nova fase, como um salto qualitativo e revolucionário do desenvolvimento, possibilitado pelas

crises ao longo das fases do desenvolvimento, não sendo uma substituição sucessiva de fases, mas um espiral que conecta um período ao outro através das generalizações.

A generalização também possibilita um salto qualitativo do desenvolvimento do conceito espontâneo na relação com o científico. Para exemplificar esse preceito Vygotsky (2009) apresenta dois tipos de aprendizagem: no primeiro caso, a linguagem materna é tida como espontânea, no segundo caso a língua é estrangeira e ocuparia a posição de uma linguagem científica, ou seja, na linguagem materna o sujeito tem uma relação direta com o meio. Não obstante na linguagem espontânea apresenta algo paradoxal, pois sabe elaborar respostas para problemas, mas não sabe descrever como resolveu. Sabe usar a linguagem, mas não conhece as estruturas sintáticas da língua, ou seja, o sujeito não aprende no âmbito familiar, ou no círculo de amigos a estrutura gramatical da língua materna. Por este fato, o indivíduo pode ter o domínio da fala, mas não tem consciência de sua estrutura gramatical.

Por outro lado, ao aprender uma nova língua o sujeito deverá iniciar seu estudo por uma relação oposta a estrutura espontânea. Se no primeiro caso aprendeu de forma espontânea ao longo do seu desenvolvimento, no segundo inicia seu estudo de modo conceitual. Entretanto, na relação entre conceitos espontâneos e científicos existe a correlação de forças, dado que aonde existe a força de um, se apresenta a fraqueza do outro. Os conceitos espontâneos apresentam uma riqueza de detalhes e vivências cotidianas e neste tipo de linguagem apresenta uma grande riqueza de palavras.

Existe pouca abstração, generalização, sistematização e operação mental realizada com os conceitos espontâneos, a língua estrangeira pode apresentar riquezas conceituais, mas apresenta pouca quantidade de palavras e experiências espontâneas. Podemos entender tal relação, de acordo com Vygotsky (2009, p.357-358), ao afirma que

No aprendizado da língua estrangeira a criança não é levada a tornar a desenvolver a semântica da língua ou a formar outra vez os significados das palavras a assimilar novos conceitos sobre objetos. Deve aprender novas palavras correspondentes ponto por ponto ao sistema de conceitos já adquirido. Graças a isso surge uma relação inteiramente nova da palavra com o objeto, diferente daquela existente na língua materna. A palavra estrangeira aprendida pela criança, não se relaciona com o objeto nem direta nem indiretamente, mas de forma mediatizada pela palavra da língua materna. Até este ponto a analogia que desenvolvemos mantém-se em vigor. O mesmo observamos nos conceitos científicos, que não se refere ao seu objeto diretamente, mas de forma mediatizada por outros conceitos anteriormente construídos.

Pode-se verificar então, que todo conceito é uma generalização, entretanto foram visualizados conceitos que são expressos e construídos de forma isolada o que não procede na

consciência. Um conceito isolado é como uma célula que arrancamos da totalidade, e do tecido foi entrelaçada e implantada no sistema de conceitos infantis, sendo o único contexto que ela pode surgir e se desenvolver.

Os conceitos não se espalham pelo cérebro, nem são isolados, como ervilha no pensamento, desse modo seria impossível criar vínculos e, portanto, pensamentos. Sem nenhuma relação definida com outros conceitos seria impossível à existência de um conceito particular, uma vez que a própria essência do conceito e da generalização pressupõe, a despeito da doutrina da lógica formal, não o empobrecimento, mas o enriquecimento da realidade representada no conceito em comparação com a percepção sensorial e indireta de relação com a realidade.

Dessa forma, a relação entre uma língua aprendida e nossa língua materna dá condições para que ambas se influenciem e potencializem uma a outra simultaneamente. Correlacionamos palavras aprendidas nas relações espontâneas e as colocamos na forma gramatical da nova língua, assim como iniciamos a aplicação intencional da gramática na nossa língua materna.

Em síntese para Vygotsky (2009) conhecemos verdadeiramente nossa língua a partir do momento em que conhecemos outra forma de comunicação. Dominar outra linguagem possibilita ao sujeito não apenas uma nova estrutura gramatical, mas os usos intencionais das formas artificiais e conceituais de sua própria língua materna, neste sentido se desenvolvem novas estruturas e funcionalidades as quais viabilizam saltos qualitativos ao indivíduo em sua própria língua espontânea.

Em se tratando do domínio do conceito e, portanto, da intencionalidade, tomar consciência do que se sabe resolver é ter condições necessárias para abstrair por via do pensamento as propriedades de sua ação. Assim, agir de forma voluntária e arbitrária no desenvolvimento de uma atividade orientada, bem como posteriormente elaborar um plano de ação de forma abstrata sem estar necessariamente vinculado ao contexto objetivo.

Sendo o conceito um mediador que orienta os vínculos entre a palavra os objetos representados, ela também orienta as funções psicológicas inferiores, as quais são submetidas a sua orientação e passam a ser subordinadas aos conceitos e núcleos conceituais que sustentam o pensamento. Nas palavras de Vygotsky (2009, p.283),

O centro da atenção na idade escolar é ocupado pela transição das funções inferiores de atenção e de memória para as funções superiores da atenção arbitrária e da memória lógica. Já tivemos oportunidade de esclarecer de modo bastante minucioso que estamos autorizados a falar tanto de atenção arbitrária quanto do pensamento arbitrário, de igual maneira, estamos

autorizados a falar de memória lógica e de atenção lógica. Isso se deve ao fato de que a intelectualização das funções e a assimilação destas que são dois momentos de um mesmo processo de transição para funções psicológicas superiores. Dominamos uma função na medida em que ela se intelectualiza. A arbitrariedade na atividade de alguma função sempre é o reverso de sua tomada de consciência. Dizer que a memória se intelectualiza na idade escolar é exatamente o mesmo que dizer que sua atenção se torna arbitrária, dizer que a atenção na idade escolar se torna arbitrária é o mesmo que dizer, segundo justa observação de Blonski, que ela depende cada vez mais dos pensamentos, isto é, do intelecto.

Tendo em vista a integração dos processos psicológicos superiores, é fundamental entender que a consciência se desenvolve como um processo integral, modificando a cada nova etapa a sua estrutura e vínculo entre as partes, não sendo a soma das mudanças particulares que ocorrem no desenvolvimento de cada função em separado. O destino de cada parte funcional da consciência depende da mudança do todo e não o contrário.

Vygotsky (2009) afirma que fatos que conhecemos do campo do desenvolvimento psíquico nos ensinam que os vínculos e as relações interfuncionais não são constantes, essências e não podem ser deixados em parênteses, pois por estas relações interfuncionais se processa a medição psicológica, como a mudança dos vínculos. Isso é, a mudança da estrutura funcional da consciência é o que constitui o conteúdo central e fundamental de todo o processo de desenvolvimento psicológico, de outra forma, ao mudar as relações interfuncionais se modifica o pensamento e sua estrutura.

Assim sendo, a concepção da mudança da estrutura da consciência no processo de desenvolvimento é de extrema importância para psicologia sócio-histórica. Já na idade escolar a atenção e a memória passam a ser conscientizadas e arbitrárias. A lei geral do desenvolvimento consiste em que a tomada de consciência e a assimilação de novas estruturas do pensamento não são inerentes, apenas a fase superior do desenvolvimento de alguma função específica, mas da consciência como um todo.

Para assimilar ou tomar consciência de algo, é necessário dispor daquilo que deve ser subordinado à nossa vontade, o que dará condições para realizar operações de forma voluntária e consciente, envolvendo as funções psicológicas superiores mediadas pela linguagem interna. O que me permite dominar o objeto, bem como generalizar pelo pensamento o conjunto de atividades que eram externas. Para Vygotsky (2009, p. 289) este processo pode ser entendido como

[...]A passagem para a introspecção verbalizada é uma generalização inicial das formas típicas interiores da atividade. A passagem de um novo tipo de percepção interior significa a passagem para um tipo superior de atividade psíquica interior. Porque perceber as coisas de modo diferente significa ao

mesmo tempo ganhar outras possibilidades de agir em relação a elas. Ao generalizar meu próprio processo de atividade, ganho a possibilidade de outra relação com ele. Grosso modo, ele é destacado da atividade geral da consciência. Tenho consciência do que me lembro, isso é, faço a minha própria lembrança um objeto da consciência.

Assim a tomada de consciência se baseia na generalização dos próprios processos psíquicos, que redundam em sua apreensão. Nesse processo manifesta-se em primeiro lugar o papel decisivo do ensino. Os conceitos científicos são mediados por outros sub conceitos, os quais estabelecem em “seu campo interior hierárquico de inter-relações, são o campo em que a tomada de consciência dos conceitos, ou melhor, a sua generalização e a sua apreensão parecem surgir antes de qualquer coisa (VYGOTSKY, 2009, p.290)”.

Assim a tomada de consciência surgida em um campo do pensamento forma uma nova estrutura que é posteriormente transferida como um princípio de atividade a qual não havia nenhuma memorização, para todos os outros campos do pensamento e do conceito.

Quanto ao conceito espontâneo Vygotsky (2009) afirma que está orientado para a ação enquanto objeto, sendo de sua natureza não serem conscientizados, os indivíduos sabem operar com eles, mas não tomam consciência deles. Assim o conceito espontâneo está orientado para o ato nele representado, e não no ato de pensar o que ele abrange.

Sendo os conceitos uma generalização, é por tese um sistema, o qual subordinará diversos subsistemas que serão hierarquizáveis dentro de um sistema de relações vinculáveis uns aos outros. A generalização de um conceito leva a localização de um dado conceito em um determinado sistema de relações de generalidade, que são os vínculos fundamentais mais importantes e mais naturais entre os conceitos. Cabe assim, apresentar a diferenciação entre generalização e generalidade a título de esclarecimento teórico, bem como vislumbrar a posição que ambos os conceitos ocupam na teoria.

Ao longo das fases do desenvolvimento os conceitos começam a se constituir através de relações de generalidade, mas em cada fase essas relações formam um sistema de relações absolutamente específicas. Só nas fases superiores do desenvolvimento do significado das palavras e conseqüentemente, das relações de generalidade surge um fenômeno de importância primordial para todo o nosso pensamento que é determinado pela lei de equivalência dos conceitos.

Todo conceito pode ser designado por uma infinidade de meios por intermédio de outros conceitos, os sinônimos para designar uma palavra são um exemplo. Entretanto é necessário se apropriar de outros conceitos para configurar um elemento interpretativo. Dessa

forma Vygotsky (2009, p.364) buscou na geografia dos pontos cardinais um marco de diferenciação entre os processos de generalização e generalidade ao afirmar que

[...] se imaginarmos convencionalmente todos estes conceitos dispostos a semelhança de todos os pontos da superfície terrestre, entre o pólo norte e o pólo sul, em certo grau de longitude entre os pólos da abrangência imediata, sensorial e direta e do conceito abrangente generalizado ao máximo, então por longitude deste conceito podemos definir o grau de abstração deste conceito, sendo sumamente concreto, ou sumamente abstrato. Os conceitos irão distinguir-se da longitude por sua função mediada em que está representada a unidade do concreto e do abstrato em cada conceito dado.

Qualquer operação, tais como a comparação, diferenciação, confrontação, síntese, qualquer juízo, pressupõe determinado movimento estrutural na rede de linhas de latitude e longitude de conceitos. Na perturbação da memória, por exemplo, desloca-se a medida de generalidade, ocorrendo uma desintegração da unidade do concreto e do abstrato no significado das palavras.

Dessa forma, algo que terá um significado é o mesmo que estar em determinadas relações de generalidade com outros significados, isso é, significa uma medida de generalidade na relação com outros conceitos, e de generalização onde se varia seu grau de abstração. Assim, a natureza do conceito: sincrético, complexo, conceitual se revela de forma mais completa nas relações específicas em sua respectiva fase do desenvolvimento.

A fase do desenvolvimento expressa uma estrutura generalizada e a relação inerente aos conceitos entre tantos outros que compõe a consciência e formam sua generalidade, se no primeiro caso as relações são verticais e sobrepõem as formações anteriores. No segundo caso, na generalidade, a relação é inerente à generalização e expressa uma relação horizontal com outros conceitos em relação.

Vygotsky (2009) aponta o limite de sua investigação anterior, na qual investigava as fases do desenvolvimento, pois não os apresentou na condição de auto-movimento dos conceitos. A generalização de uma fase para outra se dá por uma transição complexa de estabelecimento de vínculos internos, e não na anulação da fase anterior sobreposta pela seguinte. Por exemplo, a transição dos pseudoconceitos para a apropriação dos conceitos no adolescente, se realiza pela generalização das matérias anteriormente generalizadas. Paralelo a este movimento ocorre a liberdade para novas operações mais amplas e complexas. Na transição de um estágio a outro, pode se observar um salto, e uma brusca reconstrução da relação de conceito com o objeto e das relações de generalidade entre os conceitos.

A passagem para o novo estágio não pode significar nada, a não ser a reconstituição de todas as palavras antes existentes em outra estrutura de significação. A criança forma uma

nova estrutura de generalização, primeiro com uns poucos conceitos, habitualmente readquiridos, por exemplo, no processo de aprendizagem, quando já domina uma estrutura, por influência reconstrói e transforma a estrutura de todos os conceitos anteriores. Os conceitos anteriores não são apagados, mas reorganizados com a nova estrutura, isso acontece em todos os estágios, bem como acontece em todas as funções do pensamento que se tornam cada vez mais complexos estabelecendo vínculos cada vez mais abstratos e mais ricos no processo de generalidade, ou seja, de conexões com outros conceitos. A respeito da complexidade do pensamento Vygotsky (2009, p.377 - 378) afirma

Toda operação de pensamento – definição de um conceito, comparação e discriminação de conceitos, estabelecimento de relações lógicas de conceitos, etc. Não se realiza senão por linhas que se vinculam entre si e os conceitos e as relações de generalidade e determinam as vias eventuais de movimento de um conceito ao outro. A definição de um conceito se baseia na lei de equivalência dos conceitos pressupõe a possibilidade de movimentos de um conceito a outro, no qual a longitude inerente a um determinado conceito e a latitude, sua medida de generalidade que lhe determina o conteúdo do ato de pensamento e a sua relação com os objetos. De igual maneira, a comparação ou a discriminação dos conceitos pressupõe necessariamente a sua generalização, movimento pela linha das relações de generalidade com o conceito superior que subordina ambos os conceitos-objetos de comparação. Da mesma forma o estabelecimento de relações lógicas entre os conceitos nos juízos e conclusões requerem necessariamente um movimento pelas mesmas linhas da relação de generalidade e pelas horizontais e verticais de todo o sistema de conceitos.

Em síntese temos que a generalização localiza o nível de abstração que carrega um conceito e a generalidade é a transitividade é como uma relação horizontal na qual estabelece vínculos interconceituais. Se no primeiro caso a organização da consciência se dá pelo conceito de forma hierárquica vertical, no segundo se dá de forma expansiva e horizontal.

Como exemplo, podemos tomar o conjunto de valores os quais norteiam nossa forma de ver o mundo, aprendemos em nossa relação cotidiana, e formalizamos através dos conceitos empíricos que os mais novos devem respeitar os mais velhos, nisso implica o conceito de hierarquia entre os sujeitos, uma relação de cuidado para com o outro, noções de ética, valores históricos, etc. Isso seria o conceito generalizado. Por outro lado, podemos nas relações com as pessoas descobrir um senhor mais velho que tenha uma relação não ética com animais, é reavaliada a primeira situação, e comparamos com o nosso histórico quais os valores ali implicados, a relação com os mais velhos e o trato com um animal, podemos chegar à conclusão que, apesar de ser mais velho, isso não dá o direito de maltratar um animal indefeso.

No exemplo dado, comparamos o conceito de hierarquia com os mais velhos, o trato com os animais, e chegamos à outra conclusão que nos abona chamar a atenção de uma pessoa mais velha, a relação entre estes conceitos, põe em movimento e relação um conjunto de conceitos anteriores, e estabelecemos uma nova distinção conceitual. Se no primeiro caso a hierarquia do conceito estabelece uma relação norteadora de cima para baixo em uma generalização, no segundo se estabelece uma relação entre os conceitos em uma relação lateral interconceitual. Portanto,

Existe um sistema de relações e generalidades para cada fase de generalização; a estrutura do sistema dispõe-se em ordem genética os conceitos gerais e particulares, de forma que o movimento do geral ao particular e do particular ao geral no desenvolvimento dos conceitos vem a ser diferente em cada fase do desenvolvimento dos significados, em função da estrutura de generalização dominante nessa fase. Na passagem de uma fase a outra modifica-se o sistema de generalidade e toda a ordem genética do desenvolvimento dos conceitos superiores e inferiores (VYGOTSKY, 2009, p.364).

A relação da generalidade pode situar conceito na relação inerente a determinada fase do desenvolvimento, bem como averigua a relação com outros conceitos dentro das conexões e sobreposições entre as fases do desenvolvimento. Dito isso, na relação do desenvolvimento podemos ver que

Na medida em que a equivalência dependerá das relações específicas inerentes à estrutura da generalização, ou seja, os pensamentos por conceitos, pseudoconceituais, sincréticos e complexos, cada uma destas estruturas apresentará uma determinada equivalência de conceitos em sua esfera. Dessa forma quando somos colocados diante de um conceito, tal como mamífero, somos colocados diante de um ponto de linhas em rede entre latitudes e longitudes em que ocupamos uma posição em nosso pensamento, recebemos um ponto inicial de orientação e experimentamos nos movimentar para qualquer direção tendo o ponto como referência (Vygotsky, 2009, p. 366).

Isso se manifesta no fato de que qualquer conceito que surge isoladamente na consciência forma uma espécie de grupo de prontidão, grupo de pré-disposições para determinados movimentos do pensamento. Por isso, na consciência todo conceito está representado como uma figura no campo das relações de generalidade que lhe corresponde. Nesse campo nós escolhemos a via de movimento necessário para o nosso pensamento, ou seja, quando temos o domínio do conceito, podemos realizar tal relação de forma arbitrária, balizados por nossas vontades e motivações, caso contrário não teríamos o domínio dos processos de nossa consciência. Por isso, a generalidade determina funcionalmente todo o conjunto de eventuais operações do pensamento com um determinado conceito.

Qualquer operação, tais como a comparação, diferenciação, confrontação, síntese, emissão de juízo, pressupõe determinado movimento estrutural na rede de linhas de latitude e longitude de conceitos. Na perturbação da memória, por exemplo, desloca-se a medida de generalidade, ocorrendo uma desintegração da unidade do concreto e do abstrato no significado das palavras.

Em síntese,

Ser significado é o mesmo que estar em determinadas relações de generalidade com outros significados, isso é, significa uma medida de generalidade. Desse modo a natureza do conceito: sincrético, complexo, conceitual se revela de forma mais completa nas relações específicas de dado conceito com outros (VYGOTSKY, 2009, p.368).

Assim, o estudo dos conceitos reais da criança, por exemplo, conceitos como “burguês”, capitalista, ao estabelecimento de relações específicas de generalidade conforme cada fase do desenvolvimento. Isso permite lançar, não apenas uma ponte entre a investigação dos conceitos experimentais e os conceitos reais, mas também elucida aspectos essenciais das estruturas fundamentais de generalização.

A análise dos conceitos reais auxilia no entendimento das esferas do pensamento onde a existência de diferentes relações com os conceitos estabelece interações específicas no ato de abrangência do objeto no pensamento, isso é fundamental para caracterizar a transição de uma fase a outra, pois a natureza de todos estes conceitos são diferentes em suas respectivas fases do desenvolvimento.

Disso entendemos que todo conceito deve ser tomado em seu conjunto com todo o sistema de suas relações de generalidade, de forma que a célula, ou seja o objeto contido na palavra, deve ser tomado em todas as suas ramificações através das quais ela se entrelaça com o tecido comum.

Vygotsky (2009) descobriu que a não conscientização dos conceitos não está no egocentrismo outrora concluído por Piaget, mas na ausência de sistematicidade dos conceitos científicos. Vemos então que a generalização e a sistematização de determinado conceito o torna arbitrário, ou seja, um conceito para si, um conhecimento geral e amplo que condensa em si aspectos que podem ser utilizados de forma intencional para resolução de determinado problema e que mediante uma atividade pode surgir outro conceito.

Entretanto, ainda que os conceitos científicos se sobreponham aos espontâneos, os últimos não desaparecem em relação aos primeiros, ou seja, não se eliminam os conhecimentos empíricos em detrimento dos sistematizados, mas a configuração do

conhecimento individual ocorre a partir da relação entre conceitos espontâneos e científicos, o que permite a sistematização dos conhecimentos. Conforme Vygotsky (2009, p.345),

As curvas do desenvolvimento dos conhecimentos espontâneos e científicos se cruzam, e posteriormente o conhecimento espontâneo sobrepõe o superior, ampliando sobre a margem a quantidade de elementos inerentes a outra estrutura. As palavras cerceiam e dinamizam as funções superiores criando novos vínculos, funções e estruturas as quais formalizam o pensamento um novo salto qualitativo. Mediante a análise chega-se a conclusão que o desenvolvimento dos conceitos científicos segue por uma via oposta àquela pela qual transcorre o desenvolvimento de conceitos espontâneos na criança.

Portanto pode-se concluir que os conceitos científicos se iniciam por meio dos conceitos espontâneos do sujeito, os quais ainda não atingiram seu desenvolvimento pleno durante a infância. Está para além das forças do sujeito que pensa por conceitos espontâneos operar com abstrações as ferramentas simbólicas e literais. Todavia, quando o sujeito aprende um conceito científico, começa a dominar de forma precisa aquilo que é espontâneo. Podemos exemplificar este movimento ao perguntarmos o conceito de “irmão”, o qual se constituiu por vivências espontâneas, mas que se transformam quando a criança apreende sua definição científica, isso possibilita uma definição com maior facilidade do conceito, assim como a criança aplica este significado em diferentes operações lógicas, e descobre outras relações com outros conceitos.

Quando o sujeito aprende um conceito científico, começa a dominar de forma precisa aquilo que é espontâneo. Pela análise se verifica que a criança tomou consciência do objeto, há então um enriquecimento de vínculos conceituais os quais se correlacionam com o objeto.

Os conceitos científicos fazem o caminho inverso dos espontâneos, pois partem de uma relação mediada pelo conjunto de conceitos previamente acumulados pelos homens, onde o indivíduo é forçado a fazer o caminho inverso do conceito para o objeto. Por isso, não há surpresa, aquilo que reflete a força de um conceito científico, revela a fraqueza do espontâneo, da mesma forma que o inverso também se faz verdadeiro.

Os conceitos espontâneos e científicos se encontram no mesmo sujeito, aproximadamente nos limites do mesmo nível, no sentido de que, no pensamento infantil, não se podem separar os conceitos adquiridos na escola dos conceitos adquiridos em casa. Em seus conceitos espontâneos, a criança deve atingir aquele limiar além do qual se torna possível à tomada de consciência.

Para entender como os conceitos estavam sendo entendidos na União Soviética no âmbito da relação entre desenvolvimento e aprendizagem, Vygotsky (2009) retoma os estudos

dos principais autores que influenciavam o conhecimento em sua época e que de certa forma retrataram estes conteúdos.

A primeira teoria revisada por Vygotsky (2009) considera o desenvolvimento separado da aprendizagem, ambos os elementos não se engendram, e neste aspecto a aprendizagem depende diretamente das transformações estruturais as quais “amadurecem” com o desenvolvimento.

A segunda teoria entende-se que o desenvolvimento é a mesma coisa que a aprendizagem, este pensamento na psicologia é advindo dos associacionistas, por outro lado uma terceira teoria entende que a fusão destes dois campos do saber fundamenta a verdade no conhecimento psicológico, sendo os principais precursores desta visão os gestaltistas. Da fusão das duas primeiras teses, Kohler e Kofka pensadores da Gestalt, chegam à conclusão que a aprendizagem pode superar o desenvolvimento, não indo necessariamente passo a passo com o mesmo, mas superando as estruturas internas constituídas até então pelo desenvolvimento do indivíduo, criando novas estruturas internas do pensamento, bem como dando possibilidade para os sujeitos aprenderem novas perspectivas na relação social.

Para formulação positiva, Vygotsky (2009) entende que o desenvolvimento acompanha a aprendizagem, e por esta noção se cria a possibilidade de se pensar um novo homem, dentro de uma nova sociedade. É dessa formulação positiva, ou seja, o desenvolvimento é sobreposto e acompanha a aprendizagem que a criança pode apreender novos conceitos na relação com os adultos, se lançam então os fundamentos para construir o conceito de zona de desenvolvimento proximal, ou imediato.

Para Vygotsky (2009) a educação social para o trabalho é a principal ferramenta social que viabiliza a construção social dos indivíduos, na transformação de uma nova sociedade. A apropriação dos significados sistêmicos se realiza na relação com os professores, os quais apresentam para os alunos novos conceitos sistematizados pelos homens. E na relação veiculada pelos signos, os quais viabilizam um novo ciclo de independência do sujeito, onde se possibilita a tomada de consciência deste novo conceito, que posteriormente pode operar com os significados de forma arbitrária.

Um dos exemplos que Vygotsky (2009) apresenta nesta relação de desenvolvimento através da aprendizagem é a apreensão da linguagem escrita pelas crianças, isso porque, a aprendizagem da escrita não repete o desenvolvimento da linguagem oral, ou do pensamento. Na aprendizagem dos códigos escritos está implícita a estrutura científica e gramatical, bem como a estrutura mais complexa desenvolvida pela linguagem comunicativa, isso porque tanto a linguagem oral comunicativa quanto o pensamento são expressos mediante a presença

de um interlocutor, no primeiro caso outra pessoa, no segundo caso o próprio indivíduo que pensa para si. Na linguagem escrita esta contida a representação muda, não depende dos sons externos por isso esta modalidade de linguagem é a mais abstrata, nas palavras de Vygotsky (2009, p.313):

[...] a linguagem escrita requer para o seu transcurso pelo menos um desenvolvimento mínimo de um alto grau de abstração. Trata-se de uma linguagem sem o seu aspecto musical, entoado e expressivo. É uma linguagem do pensamento, de representação, mas uma linguagem desprovida de traços substanciais da fala do som material. Neste momento sozinho modifica inteiramente o conjunto das condições psicológicas observados na linguagem falada.

Comparando com a fala motora, podemos dizer que a linguagem escrita é a álgebra da comunicação, é natural que a linguagem algébrica – matemática conceitual – não repita os passos da aritmética – matemática empírica, mas galgue novos passos em direção a uma matemática superior e abstrata.

Conclui-se também que são os motivos que mobilizam a criança para a linguagem escrita, ainda lhes são pouco acessíveis no momento em que ela apenas começa a estudar a escrita. Por outro lado, a motivação para a fala exterior orienta a expressão, assim como o princípio de qualquer outra atividade. Quando a necessidade para a fala não está madura, bem como suas estruturas psicofisiológicas a fala oral não se desenvolve. Revela-se outra lei geral, na qual se alega que não somente a fala, mas qualquer atividade é precedida por uma necessidade, isso por que:

A necessidade antecede a atividade não só em relação ao plano ontogenético, mas também em cada conversação, a cada frase. Cada frase, cada conversa é antecedida do surgimento do motivo da fala: porque eu falo, de que fonte de motivações e necessidades afetivas alimenta-se esta atividade. A situação da linguagem falada cria a cada minuto a motivação de cada nova flexão da fala, da conversa, do diálogo. A necessidade de alguma coisa a pedido, a pergunta e a resposta, a enunciação, a objeção, a incompreensão e a explicação e uma infinidade de outras relações semelhantes entre o motivo e a fala determinam inteiramente a situação da fala efetivamente sonora. Na linguagem falada não há necessidade para se criar motivação para a fala, neste sentido a linguagem falada é regulada pelo seu fluxo, por uma situação dinâmica, que decorre inteiramente dela e transcorre segundo o tipo de processo motivado e condicionado pela situação (VYGOTSKY, 2009, p.315).

Assim como observamos anteriormente a escrita da criança deve ser voluntária, ao pronunciar uma palavra não precisamos necessariamente entender a situação na totalidade, basta o surgimento do equivalente funcional para que a comunicação se estabeleça, ainda que precária. Por outro lado, na escrita voluntária se deve desenvolver a fala interna, bem como a

ausência do interlocutor a torna mais complexa para quem a realiza. Ao formular uma frase constitui-se voluntariamente sua ação, e recriam as letras isoladas nas figuras de signos e palavras. Sua sintaxe é tão arbitrária quanto à linguagem oral. A estrutura da linguagem escrita exige também a intencionalidade sintática, o uso do significado das palavras, assim como o desdobramento de uma sequência lógica.

A linguagem escrita tem uma relação diferente da linguagem interior com a que é a falada, se a linguagem externa e comunicativa acontece anteriormente à linguagem interna, a interna se dá antes da escrita. De acordo com Vygotsky (2009, p.316), as formas de linguagem são “A linguagem falada que fica entre a linguagem escrita e a linguagem interior. Isso porque a linguagem interior é reduzida no mais alto grau, a escrita é desenvolvida no mais alto grau, formalmente mais elaborada que a linguagem da fala”.

Por sua estrutura sintática a linguagem interior é eminentemente predicativa, onde se condensam um conjunto de signos e símbolos, organizados pelo pensamento, e são orientados por uma finalidade, ou motivo que são mediados pelos significados. O pensamento se torna então um conjunto de elementos complexos, aglutinados e condensados. E podem ser expressos

Como na linguagem falada, em que a nossa sintaxe se torna predicativa naqueles casos em que o sujeito e os termos integrantes da oração a ele relacionados são conhecidos dos interlocutores, a linguagem interior, na qual o sujeito em situação de conversação é sempre conhecido do próprio pensante, é constituída quase exclusivamente de predicados (VYGOTSKY, 2009, p. 317).

Nesta citação está sempre subentendido forma e conteúdo, ou seja, estrutura e funcionalidade da consciência. Resta-nos apenas dizer que é daí que decorre a predicação da linguagem interior. Esta linguagem ouvida por um estranho continuaria incompreensível, mas não para o próprio falante. Ao contrário da linguagem escrita que é autoexplicativa, sendo orientada em proporcionar o máximo de entendimento para quem é leitor.

No processo de desenvolvimento do pensamento, cada sujeito terá a sua lógica de apreensão e tomada de consciência dos conceitos superiores, isso porque a lógica de apropriação dos conceitos se produz conforme a experiência individual, as necessidades e motivos, bem como a disposição psicofisiológica do sujeito. Cabe à psicologia descobrir esta lógica interna do desenvolvimento de processos desencadeados pela comunicação. Por outro lado, a educação formal demonstra grande importância na configuração dos aspectos psicológicos superiores, pois,

As crianças que estão apreendendo os casos inerentes a cada disciplina formal, estão apreendendo uma nova estrutura, que em seu pensamento transfere-se para outro campo imediatamente desvinculado dos casos e inclusive de sua gramática em sua totalidade. A interdependência e interligação das funções psíquicas isoladas, envolvidas predominantemente quando se estuda esta, ou aquela disciplina, graças a uma base comum a todas as funções psicológicas superiores, o desenvolvimento da atenção arbitrária e da memória lógica, do pensamento abstrato e imaginação científica transcorrem como um processo uno, a tomada de consciência e apreensão são a base comum a todas as funções psíquicas superiores cujo desenvolvimento constitui a nova formação básica da idade escolar (VYGOTSKY, 2009, p.326).

Em correlação com a integralidade dos aspectos psíquicos que se interpenetram e devem ser entendidos como um todo, Vygotsky (2009) também afirma que é fundamental entender o grau de desenvolvimento do sujeito, mas não necessariamente se resignar a capacidade de independência do mesmo, mas entender, sobretudo a capacidade que o indivíduo tem para apreender, ou tomar consciência de algo.

Para Vygotsky (2004) este sistema integrado de desenvolvimento da consciência pode ser entendido no seguinte processo:

Quaisquer dos sistemas a que me refiro percorrem três etapas. Primeiro a interpsicológica, eu ordeno e você executa; depois extrapsicológica: começo a dizer a mim mesmo; e, em seguida intrapsicológica: dois pontos do cérebro, que são estimulados de fora, têm tendência a atuar dentro de um sistema único e se transformam em um ponto intracortical (VYGOTSKY, 2004, p.133).

Por sua vez, o estágio inacabado de desenvolvimento é o que justifica a sensibilidade em relação à determinada direção em que a formação deve ser alocada, onde a aprendizagem eficaz é que orienta o desenvolvimento. No processo de aprendizagem, apresentamos em nossos aspectos psicológicos graus de sensibilidades relativos a cada fase do desenvolvimento correlato com as propriedades inerentes a cada ciclo do desenvolvimento. A aprendizagem pode organizar os processos sucessivos do desenvolvimento e determinar o seu destino.

Ao retomarmos o processo histórico podemos entender que, assim como os conceitos científicos dependem da experiência do sujeito para serem constituídos, na história do desenvolvimento, o acúmulo de conceitos se deu pela experiência dos homens. Historicamente a apreensão dos conceitos científicos se deu de cima para baixo, o que oferece possibilidades e estruturas para a ampliação da margem dos conceitos espontâneos. Assim, Vygotsky (2009, p.350), afirma que se pode expressar uma nova lei geral, na qual,

Poderíamos dizer que a força dos conceitos científicos se manifesta naquele campo inteiramente determinado pelas propriedades superiores dos

conceitos, como a tomada de consciência e a arbitrariedade; é justamente aí que se revela a sua fragilidade os conceitos espontâneos da criança, que são fortes no campo da aplicação espontânea circunstancialmente conscientizada e concreta, no campo da experiência e do empirismo. O desenvolvimento dos conceitos científicos começa no campo da consciência e da arbitrariedade e continua adiante, crescendo de cima para baixo no campo da experiência pessoal e da concretude. O desenvolvimento dos conceitos científicos começa no campo da concretude e do empirismo e se movimenta no sentido das propriedades superiores dos conceitos: da consciência e da arbitrariedade. O vínculo entre o desenvolvimento dessas duas linhas diametralmente oposta revela indiscutivelmente a sua verdadeira natureza: é o vínculo da zona de desenvolvimento imediato e do nível atual do desenvolvimento.

Assim a tomada de consciência e o pensamento arbitrário são possíveis graças à colaboração histórica com os outros homens. Por fim, conclui-se que todo conceito é uma generalização, todavia até então nos valemos de conceitos isolados, um significado fora de uma relação é como uma célula que arrancamos da totalidade, sendo que é no conjunto de relações com outros conceitos que cada um poderá existir. Conclui-se então que o conceito não pode existir de maneira isolada, mas sim em relação.

Dada a conformação do conceito dentro de um sistema de interação de subsistemas, os quais se hierarquizam, assim como mudam de relação conforme a fase do desenvolvimento. Vygotsky (2009) apresenta uma importante lei onde o pensamento empírico e espontâneo não desenvolvido apresenta dificuldade para captar as contradições. A contradição é expressa quando conceitos contraditórios passam a integrar uma mesma estrutura vinculada a uma generalização superior. É quando emitimos sobre a mesma coisa juízos opostos, quando dois juízos se referem ao mesmo objeto, não sendo uma expressão única de um objeto.

O pensamento desenvolvido consegue identificar contradições no objeto, tanto nas generalizações quanto nas generalidades, as quais expressam, localizando o significado de determinado juízo. Entender as negações internas da totalidade e expressar as contradições internas de certo conceito, possibilita verificar o auto-movimento da consciência.

Em nossa pesquisa verificamos a necessidade de identificarmos os processos de contradição no discurso do sujeito, uma vez que em diversos momentos nosso entrevistado apresentou discurso contraditório em trechos da entrevista, onde o mesmo afirmou e negou determinado conteúdo no mesmo período frasal. Um dos exemplos se dá no momento em que o sujeito afirma que o trabalho não influenciou este a ficar na rua. Todavia, ao longo do discurso o participante afirma que trabalhou em lugares precários. Como visto anteriormente na obra de Marx (2000), esses tipos de trabalhos são ocupados pela superpopulação relativa. Nesse contexto a pauperização é constante, assim como os tipos de trabalhos visam a

(des)humanização do sujeito, a exploração máxima de sua mão de obra. Há também a incerteza de futuros trabalhos o que obrigam o sujeito a tornar-se flutuante na busca de novos trabalhos onde será igualmente explorado ao máximo recebendo o tipo de pagamento mínimo.

Até aqui, falamos da constituição da consciência do homem dentro da obra de Vygotsky (1998, 2000, 2004, 2009, 2012) que por sua vez, não diverge do pensamento em que a constituição de um novo homem se consumaria através do trabalho, onde o homem não ofertaria sua mão de obra apenas para suprir suas necessidades básicas. Possibilitado por um pagamento mínimo – salário – o qual avilta cada dia mais o trabalhador. Neste momento falaremos da importância do trabalho para a constituição da consciência, bem como levantaremos elementos para a configuração da análise.

Entendemos pela teoria que o pensamento reflete através da mediação do significado a realidade objetiva de modo qualitativamente diverso da sensação imediata. Daí pode-se concluir que o significado da palavra tem na generalização um ato de pensamento, ou mesmo que podemos fazer operações e ações através do significado da palavra pelo pensamento.

Entretanto a palavra por si só, não é o objeto de análise da psicologia sócio histórica, retomando o que foi dito sobre os instrumentos práticos e psicológicos podemos entender a relação da palavra como atividade orientada. Isso porque, para Leontiev (2004), a linguagem é tão velha quanto a consciência, a linguagem é a consciência real, prática, que existe também para os outros homens, e para o indivíduo.

A linguagem nasce com a necessidade dos homens se comunicarem nas relações produtivas. No trabalho os homens entram forçosamente em relação de comunicação uns com os outros. Vocalizamos as propriedades do trabalho e podemos por estes códigos repassar as propriedades abstratas do que construímos pelo trabalho, e pela linguagem podemos repassar e ensinar o trabalho.

Tanto a produção da linguagem quanto a produção do pensamento na consciência estão diretamente envolvidas na constituição do trabalho humano. Assim, conforme Leontiev (2004, p. 93), “[...] a linguagem não tem apenas o papel do meio de comunicação entre os homens ela é também a forma de manifestação do pensamento viabilizado pelo uso dos instrumentos”.

Para Leão (1999), o trabalho é uma especificidade humana, sendo mediado por instrumentos práticos e psicológicos, ocorrendo sempre em condições coletivas. O trabalho surgiu na história socioeconômica para suprir as necessidades individuais, todavia se realizou enquanto categoria fundamental para entender o humano no contexto coletivo.

Pelo trabalho são geradas e supridas as necessidades coletivas e individuais, assim como a divisão técnica das funções, todavia, a satisfação da necessidade pelo trabalho na atual sociedade em que vivemos se dá pela geração contraditória do salário e da mais valia simultaneamente, cabe ao sujeito que vende sua força de trabalho se resignar aos meios de produção, dado que esta é a forma de gerar sustento na sociedade em que vivemos, caso contrário sobra a este a vida de benemerência como é o caso do sujeito de nossa pesquisa.

O trabalho aparece na história socioeconômica para suprir a necessidade individual, entretanto as relações do sujeito com a prática coletiva constituem também a sua individualidade criando suas motivações, necessidades, afetos. O trabalho realizado com instrumentos práticos coloca o homem não somente diante dos objetos reais, mas também diante de suas interações que o mesmo controla e se reproduz. “Nesse processo o homem se reconhece e excede a possibilidade de uma relação direta e sensível” (LEONTIEV, 1983, p.30).

Diante da atividade prática e orientada do trabalho, a relação individual se expressa através da comunicação oral ou escrita sendo esta prática, objetiva e externa que cria condições para a linguagem perder a função apenas de comunicar, sendo que posteriormente cumpre a função cognitiva de representar aquilo que fora construído de maneira coletiva por meio do signo. O processo constitutivo da consciência vai adquirir forma conforme a atividade do sujeito no meio social, isso permite o homem pensar a realidade a qual se separa da atividade prática para se tornar cognitiva.

Tendo em vista nossas necessidades físicas e sociais, as quais são orientadoras dos motivos os quais dão sentido às atividades, notamos que na própria organização corporal dos indivíduos está explícito a necessidade de estabelecer um contato não passivo com o mundo exterior. Para subsistir o homem deve atuar e produzir os meios que necessitam para a vida.

O trabalho passa constantemente da configuração de atividade a expressão da existência. Para Leontiev (1983, p. 23) “O trabalho também se torna processo de objetivação que dirige e regula a atividade do sujeito, este produto adquire uma nova forma de existência na condição de objetos externos perceptíveis pelos sentidos”.

Leontiev (2004, p.80), define o trabalho como “[...] um processo que liga o homem a natureza, o processo de ação do homem sobre a natureza. As forças que seu corpo é dotado, braços pernas e mãos ele as põe em movimento sobre a natureza exterior e a modifica”.

Estrutural e funcionalmente o trabalho é caracterizado e mediado por dois momentos sendo que o primeiro é a construção, planejamento e o uso das ferramentas. O segundo é

quando o trabalho se efetua em condições coletivas, ou seja, na relação entre os homens que se dá no meio de uma sociedade específica.

Para ilustrar o processo da atividade dentro da coletividade Leontiev (2004), dá um exemplo onde a estrutura da atividade se organiza no ato da caça, esta por sua vez é motivada pelo objeto, ou seja, o alimento que suprirá a necessidade individual e coletiva, tal caça é possibilitada pela divisão das tarefas as quais constituem uma ação, orientadas por um objetivo - coletivo onde a caça é o motivo coletivo e individual dos sujeitos da ação. Disto surge a divisão social do trabalho, ou seja, a cada um é atribuído um papel específico, seja este: preparar o fogo, correr atrás do animal, matar, dividir o alimento, cozinhá-lo. A ação só nasce como produto do processo global, que responde a uma necessidade coletiva.

Dessa forma, entendemos que a ação coletiva, ou de um indivíduo pode ser decomposta e, podemos entender a relação existente entre o motivo e a atividade. O trabalho, neste sentido pode ser planejado, decomposto e sistematizado. Entretanto, para podermos decompor e analisar o trabalho, bem como saber qual a sua influência para a configuração da consciência e da personalidade é necessário entender a dinâmica da atividade como uma mediação entre a realidade exterior ao homem e o próprio homem.

A atividade surge como uma fusão da atividade subjetiva e a prática a qual liga o sujeito ao objeto, não sendo apenas uma abstração dos objetos. É neste momento em que o homem constitui a representação da sua atividade prática, ou seja, pode conceber idealmente o surgimento de novas práticas coletivas, bem como dar sentido a sua própria atividade prática.

Conforme Leontiev (1983), a atividade do indivíduo humano constitui um sistema compreendido no conjunto de relações sociais da vida em sociedade e, que fora dessas relações a atividade humana não existe. Na forma em que existe está determinada pelas estruturas e meios de comunicação material e ideológico que o desenvolvimento da produção ocasiona e que não pode realizar-se de outro modo, ou seja, residindo entre as relações de pessoas concretas, a atividade de cada pessoa depende do lugar que indivíduo ocupa na sociedade, das condições físicas que o meio oferece, de como se forma as condições individuais, etc.

Para conceituar de maneira precisa o que vem a ser a atividade Leontiev (1983, p.66), afirma:

A atividade é caracterizada como uma unidade molar, não aditiva, da vida do sujeito corporal e material. Em um sentido estrito a atividade é mediada pelo reflexo psíquico, cuja função real é a orientação do reflexo psíquico e a relação do sujeito no mundo de objetos. Em outras palavras a atividade não é

apenas uma reação, mas um sistema que possui uma estrutura, fatores internos, conversões e desenvolvimento.

Mediante a conjuntura histórica da União Soviética, Leontiev ainda se vale do conceito de reflexo psicológico que havia sido superado por Vigotsky quando explana a relação entre o pensamento e a linguagem. O conceito de reflexo conforme Vigotsky (2000), foi uma descoberta impar de Pavlov, isso porque até então não se tinham construído na psicologia conceitos gerais, os quais poderiam explicar de modo científico o comportamento humano a partir de uma base materialista. Foi Pavlov o primeiro a descobrir uma lei geral do psiquismo, ou seja, uma lei válida e universal, que poderia dar base para o entendimento do psíquico, todavia através do conceito de reflexo só era possível interpretar comportamentos básicos de ordem filogenética os quais são primitivos e que correspondem a nossas funções inferiores, ou seja, a atenção involuntária, a percepção não mediada, as sensações e os comportamentos de ordem reflexa.

Vigotsky (2004), apresenta duas proposições para o estudo psicológico do homem, sendo a primeira a análise da consciência. Em suas palavras, “A psicologia não deve ignorar os fatos da consciência, mas materializá-los, transcrevê-los para um idioma objetivo, que existe na realidade e desmascarar as ficções fantasmagóricas e similares” (VIGOTSKY, 2004, p.63).

A segunda proposição deverá explicar os problemas fundamentais relacionados à consciência, tais como: a introspecção, a natureza psicológica do conhecimento, o pensamento, as sensações, as vontades, o conceito de inconsciente, a evolução da consciência, sua unidade e identidade. Na perspectiva reflexológica o comportamento poderia se relacionar com dois tipos de estímulos, os inatos e os adquiridos. Os primeiros são genéticos e herdados, já os segundos seriam a possibilidade de ampliar o repertório comportamental dos sujeitos. Todavia, para entender o comportamento humano é necessário inserir novos componentes, é preciso assinalar o caráter complexo e amplo das experiências herdadas pelo homem, que foi chamado por Vigotsky (2004), de experiência histórica.

Os reflexos de segunda ordem dão base para o conceito de reflexo psíquico o qual fora ampliado por Leontiev (1983), e devem ser entendidos: em uma perspectiva mais ampla que a reflexologia de Pavlov, pois também se baseou nas psicofisiologia, bem como considerou o reflexo psíquico pertinente ao sujeito real, sendo uma impressão da realidade, assim como é pertinente ao sujeito particular sendo este ativo em seu meio conforme os princípios do materialismo dialético, outra característica do reflexo psíquico é que o mesmo se constitui na

relação mediada e significada entre o homem e mundo, logo tem um sentido para o indivíduo e pode ser expandido através de novas generalizações.

Dessa forma, se voltarmos ao conceito de atividade supracitado, vemos que a atividade orienta o reflexo psíquico o qual se transforma ao entrar em relação com o meio, bem como medeia a relação do homem com o mundo. Assim, a atividade deve ser entendida em sua integralidade que detém propriedades do meio externo, ou seja, da atividade prática mediada pelos instrumentos físicos, assim como internos tais como as funções psicológicas superiores: o pensamento, a percepção, atenção, o significado e o sentido.

Sendo assim a atividade envolve funções internas as quais envolvem o pensamento, a percepção, a memória, o afeto, a emoção, o sentimento, a imaginação. E funções externas, ou seja, o contexto sensorio prático que se dá pelo uso orientado das ferramentas. Dessa forma, a atividade prática do homem pode transformar a natureza e a sociedade que tem correspondência com as condições objetivas.

Não existe predominância entre a atividade interna ou externa, entre o subjetivo e o objetivo, dado que a atividade do homem só se dá na relação com objetos, bem como para realizá-la é necessário motivos os quais são a representação das necessidades. Esta interdependência entre as funções externas e internas faz com que a atividade entre em contato prático com os objetos e a esfera mental. Em síntese, cumpre a atividade mediar à relação existente entre a realidade objetiva e a psicológica a qual uma influência a transformação da outra.

A significação se dá pela interiorização é o trânsito existente entre os processos objetivos externos que se transformam em processos internos e transcorrem no plano mental da consciência. O processo de interiorização se estuda em diversos ramos particulares da psicologia, sejam eles ontológicos, pedagógicos, e da psicologia geral.

A ideia de interiorização foi desenvolvida por Vygotsky (2006), como origem da atividade psíquica interna a partir da externa, essa lei geral surgiu com a análise das peculiaridades da atividade especificamente humana, a atividade laboral, a produtiva, que se realiza por meio de instrumentos e se desenvolve somente em condições de cooperação e comunicação humana, sendo esta atividade primariamente social.

A atividade também modifica o conjunto de processos psicológicos internos os quais são colocados em movimento a medida que o sujeito entra em contato com os instrumentos. Vigotsky (2000), no livro em que faz a análise da história das funções psicológicas superiores descreve o processo de mediação existente na apropriação cultural realizada pelo indivíduo, onde este tem sua base biológica filogenética, que é transformada quando entra em contato

com os instrumentos culturais, tais como a linguagem orientada da matemática ou linguagem escrita, por exemplo.

Consoante com esta posição teórica Sirgado (2000), afirma que na história pessoal de cada indivíduo, o ponto de passagem do plano natural para o plano cultural - planos que na filogênese aparecem separados, mas na ontogênese coincidem e se interpenetram. A necessidade de mostrar que a função simbólica, como toda função superior ou cultural, tem sua origem numa função natural, leva-o a procurar as raízes genéticas do signo, ou seja, a função natural correspondente.

Dessa forma o desenvolvimento do homem ocorre em dois momentos, que são e estão inter-relacionados que incluem: a estrutura instrumental da atividade humana e sua inclusão em um sistema de inter-relações com outras pessoas. Graças a esta relação, a atividade humana se consolida em um sistema de interação. E ao longo das interações sociais as funções psicológicas superiores adquirem na relação, elementos constitutivos, bem como uma nova estrutura, por esta relação se constitui os meios e os métodos de transmissão de geração para geração ao longo da história social da humanidade, durante o processo de colaboração e comunicação.

Todavia para se transmitir os meios e as formas de realizações da atividade, não há outro meio que não seja pela relação externa em forma de linguagem. Desta forma, os processos psicológicos superiores só podem ser gerados através da relação entre os homens.

Outro fator fundamental é que a atividade prática é compartilhada e é inerente ao trabalho dos homens, sendo que a relação e a constituição da consciência são mediadas do interpsicológico, para o intrapsicológico onde se estabelece o desenvolvimento ontogenético. Assim, a divisão do trabalho, bem como a manifestação da atividade dos homens oferece as mediações necessárias para a constituição da consciência, que é um conhecimento individual do homem, mas que se constitui no conhecimento compartilhado que é refletido pela cultura e pela linguagem.

O processo de interiorização consiste no movimento da atividade externa que se interage no plano da consciência interna por meio do signo. A mediação do signo e a formação do sentido pessoal são inerentes a palavra e foi investigada por Vygotsky (2009), que aponta duas tensões em constante interação, sendo a primeira formulada pelo processo geral das formas de pensar que foram formadas conforme Leontiev (1983), pela relações sociais ao longo da história de toda a humanidade, esta generalização é formuladora do significado da palavra. Por outro lado, investigar a forma do pensamento individual é muito mais amplo que o mero significado social, isso porque o significado não gera a ideia, mas sim

a direciona juntamente com os afetos, do mesmo modo que os instrumentos não geram ações, mas são seus mediadores, estes movimentos se dão dentro do sentido pessoal.

Leontiev (1983), demonstra uma aproximação cada vez maior da atividade externa e interna, isso porque a transformação dos objetos que cercam o homem exige uma série de processos e conceitos intelectuais. Isso prova que nas condições sociais a atividade mental não está isolada da atividade prática. Assim a atividade interna e externa formam uma estrutura bilateral única, como integrantes do mesmo processo, sendo a unidade global desta relação a atividade.

A análise da atividade mediada fora iniciada por Vygotsky (2000), e se fundamentava em determinadas categorias que são: a operação com os instrumentos, objetivo da atividade, a orientação possibilitada pelos motivos e as transformações das funções psicológicas superiores. Entretanto estes termos ainda são abstratos e necessitam de um encadeamento estrutural para se analisar, isso porque que até agora tem se falado da atividade geral, mas a análise de atividades específicas também é possível.

As distintas formas de atividade podem ser identificadas por seus rompimentos significativos: sua forma, as vias de realização, a tensão emocional, característica temporal e espacial, mecanismos fisiológicos, etc. O que distingue uma atividade da outra é seu objeto que é o motivo orientador, este pode ser tanto externo, quanto ideal. A atividade inexistente caso não seja motivada tanto de forma objetiva, quanto subjetiva.

Diante da necessidade de entender a atividade enquanto uma unidade complexa, Leontiev (1983), observou uma estrutura interna da atividade, esta estrutura foi entendida a partir das suas contradições internas, isso porque toda atividade surge mediante uma necessidade consciente ou inconsciente, que ao ser significado pelo indivíduo torna-se um motivo, este entra em contradição ao ser gerado os objetivos os quais orientarão uma ação e não mais uma atividade. A metodologia, o como fazer uma atividade orientada pelas determinações materiais do ambiente onde o indivíduo está inserido é chamada de operação.

A atividade não é uma soma de ações, mas um conjunto, onde agrupamentos de objetivos desencadeiam ações orientadas. Se os motivos gerais desencadeiam as atividades, os objetivos específicos encadeiam a ação. A atividade principal do professor então se constitui por um grupo de ações pedagógicas as quais encadeiam seu trabalho, sua rotina a produção de sua vida.

A ação é um processo subordinado a uma representação consciente, os objetos estão para as ações da mesma forma que os motivos para a atividade. No trabalho social compartilhado, cada indivíduo visa suprir sua necessidade individual. Todavia a divisão social

do trabalho conduz a existência de satisfações parciais, sendo assim, as necessidades podem ser satisfeitas por ações intermediárias, ou seja, é parte do produto da atividade conjunta obtendo em cada ação sua respectiva satisfação parcial.

Dessa forma os objetos da ação, são e estão orientados dentro de uma coletividade, bem como orientam uma ação concreta, ou seja, os objetos podem ser subjetivos ou externos, mas orientam uma ação prática.

A determinação dos objetivos e a formação das ações a eles subordinados produz um desdobramento das funções que anteriormente estavam sintetizadas nos motivos. Tanto os motivos quanto os objetivos que orientam respectivamente as atividades e as ações estão em profunda relação com o meio social, bem como a história onde o indivíduo está inserido. Por sua vez as determinações concretas e sociais que envolvem o homem, influenciarão na consecução das suas ações, isso porque o indivíduo depende das disposições materiais para sua concretização, bem como dependerá de um método, um como fazer, tal processo será denominado por Leontiev (1983), de operação.

Tanto a ação quando as operações apresentam origens distintas, isso porque a gênese da ação está em intercambio com a atividade do sujeito, por outro lado a operação se origina na consecução da ação.

O desenvolvimento de uma atividade é entendido como um processo, pois se caracteriza por seu movimento e transformações constantes, sendo que a sua investigação requer a análise de suas relações sistêmicas internas e externas. Os motivos podem deixar o posto de orientador da atividade para se tornarem um objeto da ação, assim como a ação pode se mecanizar e se transformar em uma operação, encontra-se assim na atividade uma estrutura dinâmica em constante movimento, que ao ser apreendida revela traços da personalidade do indivíduo.

Em síntese, para Leontiev (1983), o fluxo da constituição da personalidade humana em ordem de grandeza decrescente seria a atividade como forma de produção da vida que por sua vez são mediadas pelas funções psicológicas superiores, orientadas pelo uso dos instrumentos que foram constituídos historicamente. A relação global da atividade interna orientada pela relação externa compõe a consciência também mediada pela emoção e pelos afetos. As atividades específicas são conduzidas por uma motivação e, posteriormente surgem as primeiras contradições internas as quais se transformam em objetivos que são orientadores das ações práticas que são atingidas por meio das operações.

Para Leontiev (1983), é importante considerar que o processo de análise da atividade dos mecanismos psicofisiológicos que se desenvolvem como produto da atividade com

objetos, os quais são desenvolvidos na relação entre a herança filogenética, a história social e a constituição ontogenética de cada um. Considerar a base individual e material do indivíduo em uma posição dialética é fundamental. Dessa forma Toassa (2006 *apud* SANTOS, 2010), afirma que o cérebro é a base material que permitiu o desenvolvimento da consciência e do inconsciente. Entretanto, a estrutura cerebral não é capaz de explicá-los. Assim, a explicação da consciência só é possível por meio da análise dos instrumentos semióticos desenvolvidos pela cultura e apropriados pelo sujeito. Deste modo,

Inúmeras impressões sensoriais bombardeiam o cérebro. Tais impressões são trabalhadas pelas funções psíquicas superiores, cuja atividade consciente consiste em atribuir sentido às impressões sensoriais, em produzir novas combinações dessas impressões, além de controlar as ações. O caráter voluntário e criativo da atividade cerebral permite, assim, dizer que a realidade reflete-se não apenas *no*, mas também *pelo* cérebro. Este processo desenvolve-se graças à mediação da experiência acumulada e sintetizada na linguagem: é com a apropriação dos sistemas de significações historicamente desenvolvidos que as pessoas são capazes de ir além das sensações, generalizando a experiência nas palavras (TOASSA, 2006, p. 78).

Assim, as utilizações dos instrumentos físicos ou simbólicos que orientam a atividade mediada não são meras cópias, mas a redefinição de processos cerebrais os quais são mediados pelos signos. Por outro lado, as mediações das funções psicofisiológicas não indicam uma dependência das funções biológicas, mas sim a relação existente entre o interno e o externo os quais são mediados pela atividade.

A análise da estrutura dos processos intracerebrais, representa em si o desmembramento posterior da atividade e dos momentos da mesma. Semelhante desmembramento não somente é possível, mas se faz imprescindível. Em complemento Leontiev (1983, p.98), afirma

Deve-se levar em consideração, de maneira clara, que este desmembramento passa a investigação da atividade a um nível especial, ao nível do estudo a partir das unidades de atividades – as ações e operações – e as unidades dos processos cerebrais que o realiza.

A análise dos processos intracerebrais desmistificam as posições idealistas que outrora conceituaram as funções psicológicas, pois estas estão relacionadas com a capacidade integral dos indivíduos de agir e operar com os objetos a sua volta.

O posicionamento materialista histórico e dialético coloca o homem em relação com o seu meio, bem como o entende em uma inserção dinâmica com a sociedade. Esta concepção questiona outros tipos de análises ingênuas as quais entendem que os processos psicológicos estão ligados apenas aos centros cerebrais. Frente às investigações neuropsicológicas Leontiev

(1983, p.99), demonstra que “os processos sócio-históricos por sua origem, complexos e adquiridos ao longo da vida dos indivíduos apresentam uma localização dinâmica”. Dessa forma, os estudos dos processos cerebrais auxiliam na compreensão da atividade, o entendimento da consciência ocorre na relação existente entre o homem e seus mediadores, externos e internos. Disso concluímos que o estudo dos processos neuronais devem ser considerados a partir da atividade, e não a atividade determinada por relações neuronais.

Considerando o que foi dito anteriormente, os reflexos não serviriam como uma base para a interpretação do comportamento humano. Vigotsky (2004), apresenta duas proposições para o estudo psicológico do homem, sendo a primeira a análise da consciência. Em suas palavras, “A psicologia não deve ignorar os fatos da consciência, mas materializá-los, transcrevê-los para um idioma objetivo, que existe na realidade e desmascarar as ficções fantasmagóricas e similares” (VIGOTSKY, 2004, p.63).

A segunda proposição deverá explicar os problemas fundamentais relacionados à consciência, tais como: a introspecção, a natureza psicológica do conhecimento, o pensamento, as sensações, as vontades, o conceito de inconsciente, a evolução da consciência, sua unidade e identidade.

Em conjunto com a experiência histórica pode-se situar a experiência social definida por Vygotsky (2004, p. 65), como

[...] a relação com outras pessoas que constitui um importante componente do comportamento do homem. Disponho não apenas das conexões que se fecharam na minha experiência particular [...] mas também das numerosas conexões que foram estabelecidas na experiência com outras pessoas.

Essa experiência social estabelece conexões que viabilizam a experiência duplicada, ou seja, coletivamente constitui-se a relação que o homem tem com o seu meio. Isso possibilita a construção e planejamento dos meus comportamentos de forma mediada, por meio de abstrações e pensamentos que estão correlacionados a um sistema de signos que permitem projetar aquilo que será construído pelo trabalho do indivíduo.

Ao fazer uma revisão da psicologia de sua época, Vigotsky (2004), aponta o desenvolvimento histórico de duas psicologias com bases metodológicas imiscíveis, sendo as teorias que eram baseadas na fenomenologia e as que eram respaldadas no materialismo vulgar de Feuerbach.

Todavia, para ambas existiam erros metodológicos que impediam o desenvolvimento de um pensamento dialético na psicologia. Se na primeira teoria, que tem por base a fenomenologia, a consciência era o estudo do indivíduo, o qual impedia de se constituir leis

teóricas para a interpretação psicológica, na segunda perspectiva a consciência era pautada no materialismo vulgar, que desconsiderava os aspectos psicológicos pertinentes na consciência.

Vigotsky (2004), no texto “Sobre os sistemas psicológicos”, apresenta uma síntese a respeito da conceituação da consciência para a psicologia. Neste trabalho, a consciência era entendida como um sistema psicológico estável, devido às complexas relações que surgem entre as funções concretas que se dão no processo de desenvolvimento do homem.

Durante o processo de desenvolvimento humano, o que mudaria não seriam as funções psicológicas em si – atenção, memória, linguagem, pensamento, imaginação, abstração – nem as suas estruturas inerentes, mas sim as suas relações, ou seja, os nexos das conexões entre si, de maneira que surgem novos grupamentos desconhecidos em um nível anterior. Os sistemas psicológicos são os surgimentos destas novas e mutáveis relações nos quais se situam as funções psicológicas (VIGOTSKY, 2004).

Outro aspecto discutido por Vigotsky (2004), apresenta a relação individual entre o desenvolvimento da consciência individual e a interpsicológica a qual contribui para o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Isso porque, toda forma superior de comportamento aparece duas vezes durante o seu desenvolvimento, primeiramente como forma interpsicológica, sendo um procedimento externo do comportamento e o passo seguinte seria a transposição da forma coletiva para o comportamento individual.

Esse fato desempenha um papel fundamental no domínio do comportamento. O estudo da gênese dos processos psicológicos superiores mostra que qualquer processo volitivo é primeiramente social, coletivo, interpsicológico, para posteriormente o sujeito iniciar, consigo mesmo, os processos que outrora eram coletivos.

Neste sentido pode-se observar que o desenvolvimento da consciência não se dá de forma isolada no sujeito, mas sim em relação com o meio social do qual o sujeito é parte integrante e ativa. Por fim, nas palavras de Delari (2011), podemos concluir que a consciência não é um ser com vida própria, ou seja, não é algo “ontologizado”, a consciência é exatamente o próprio “ser humano consciente”. O que se desdobra para os domínios mais gerais da vida humana.

Se a base do conhecimento da dialética na presente perspectiva é o materialismo Vigotsky (2004), afirma que não foi necessariamente o cérebro que sofreu mudanças estruturais por conta da filogenia, e sim as condições históricas que causaram mudanças nas estruturas anatômicas, visto que é pelo meio social que o homem se desenvolve em síntese no comportamento individual, sendo este homem em conexão com sistemas de relações psicológicas e interpsicológicas.

Juntamente com as relações sociais que o indivíduo estabelece em seu meio também estão permeadas as ideologias, ou os signos sociais e, para entendermos os sujeitos é necessário entender a influencia que estes signos sociais têm para o mesmo.

Ainda com relação ao desenvolvimento Vigotsky (2004), irá chamar atenção para as mudanças de estrutura das conexões que a criança chega à adolescência, pois aparecem formas novas de conexões, o que era externo – atenção involuntária dirigida externamente – passa a ser interno – atenção voluntária, vê-se as interiorizações que se realizam porque estas operações anteriormente eram externas, como todas as relações mudaram forma-se um novo sistema.

Um dos exemplos apresentado por Vigotsky (2004, p.118), é a memória, pois “[...] para a criança o pensamento se apoia na memória, pensar significa recordar fatos concretos, para os adolescentes em idade de transição lembrar significa pensar”. Para o adolescente lembrar significa recordar uma sequência lógica, essas mudanças de relações apresentam o papel do pensamento e como resultado não se torna mais uma relação entre as outras, mas aquela que distribui e muda os processos psicológicos.

Por fim, em um grau mais elevado da consciência se chega à chave de todos os processos de desenvolvimento que vem a ser a formação de conceitos de funções que pela primeira vez amadurecem e se definem no processo de transição.

Para a psicologia sócio-histórica o conceito está em conexão constante e em movimento com os objetos a sua volta, formando novas sínteses e generalização que ampliam a margem dos antigos conceitos e colocando-o em movimento. O conceito seria conforme Vigotsky (2004), uma pré-disposição para uma série de ampliações, por exemplo, quando se diz mamífero, equivale desenvolver o pensamento e encontrar este animal, seu lugar na natureza, seu modelo de sobrevivência. Para se analisar o conceito o pesquisador deve se pré-dispor analisar o conceito da palavra como todo, um sistema.

Em síntese até aqui discutimos três momentos da organização da consciência estruturada por sistema, o primeiro momento seria a consciência de base hereditária onde existem mecanismos biológicos pré-disponíveis para entrar em relação com o sistema social de interação, sendo que as respostas comportamentais ainda são de cunho sensorial e motora as quais se pautam nos reflexos inatos e adquiridos. O tipo de pensamento outrora descrito neste sistema é sincrético.

No segundo momento do desenvolvimento da consciência existe a relação de fatores externos e internos onde os sujeitos entram em contato com as estruturas sociais sistematizadas ao longo da história e se apropriam das mesmas de maneira artificial. Esta

estrutura foi chamada de pensamento por complexos onde a criança pode pensar por agrupamento, seriação, classificação, mas não significar necessariamente a estrutura deste tipo de pensamento para utilizá-lo como um recurso, ou seja, ainda que manifeste um pensamento por agrupamento ou seriação não tem intencionalidade de utilizá-lo, pois desconhece a estrutura destes modelos que lhes são externos.

O terceiro momento se concretizaria na idade de transição onde os indivíduos se organizam através da autoconsciência, e são direcionados por seus pensamentos, a palavra é tida como um conceito e amplia-se na medida em que o indivíduo produz novas sínteses, sejam estas na relação com a atividade prática, seja na operação com elementos conceituais, teóricos ou abstratos.

No processo de desenvolvimento ontogenético as emoções apresentam grande importância na constituição do psiquismo. Estas emoções entram em contato com as normas gerais relativas referentes à autoconsciência e a consciência da realidade. Por exemplo, quando desprezamos alguém, o ato de desprezar entra em conexão com o valor que damos a esta pessoa, com o conceito que temos dela, o afeto entra em contato com o nosso intelecto e o altera de forma profunda (VIGOTSKY, 2004).

Partindo das ideias de Vigotsky (2004), Delari (2011), pondera que a consciência só pode ser compreendida como totalidade, não se pode dizer exatamente que ela seja apenas a soma das funções psíquicas como suas partes. As relações estruturais e dinâmicas entre consciência – como processo geral – e as funções psíquicas superiores – como processos particulares – são complexas.

A respeito de tal afirmativa, Vigotsky (2004, p.105) considera:

Em cada fase do desenvolvimento pode-se encontrar mudanças em conexões concretas. Dessa forma o que pode mudar não são suas estruturas, nem as funções psicológicas isoladas, mas o que se modifica são as relações entre as estruturas do sistema, por isso que o que muda não são as estruturas intrafuncionais, mas interfuncionais as mudanças entre os nexos interfuncionais e da estrutura interfuncional.

Em complemento Leontiev (1983), elabora discussões sobre a consciência e entende que esta é produto dos elementos determinados nas relações sociais que as pessoas estabelecem que só se realiza com a presença do cérebro em relação com os objetos o qual rege os órgãos dos sentidos e as ações dos indivíduos.

Em outras palavras a consciência pode ser entendida como:

Um conceito mais amplo que o pensamento. A consciência não é o pensamento, mas a percepção, a memória, mais as habilidades e inclusive,

não consiste na soma de todos estes processos juntos, mais as vivências emocionais. A consciência deve se desenvolver psicologicamente em sua característica própria. Deve ser interpretada não como a mera aquisição de conhecimentos, mas sim como uma relação sistêmica, como a direção (LEONTIEV, 1983, p.192).

O processo de geração da consciência se dá nas relações objetivas entre o homem e o meio social, uma vez que a atividade é o elo de mediação entre o homem com o meio, esta atividade se processa orientada por um conjunto de motivos os quais desencadeiam ações norteadas por objetivos específicos.

Os motivos podem ser objetivos ou subjetivos e, ao se desencadearem por afetos estes quebrarão a homeostase do indivíduo que entrará em atividade com o objetivo de suprir suas necessidades, na medida em que a atividade se desenvolve esta gera um produto subjetivo mediado pelos signos e afetos, os quais orientarão os processos perceptivos mediados pelos signos, assim como registrarão de forma mnemônica novas expressões de signos transformados pela atividade. Isso coloca a consciência em movimento, dado que ao entrarmos em atividade podemos produzir novas generalizações do sentido interpsicológico para o intrapsicológico.

Disso podemos entender que a consciência e a atividade estão em profunda interposição, dado que o homem constitui sua consciência e orientação seus processos psicológicos a partir das atividades que realiza no mundo. Nesse caso, é fundamental entender a organização social, para entender a sistematização dos processos ativos os quais se estruturam pela divisão social do trabalho.

Entretanto a relação imediata entre a consciência e a atividade ocorre nas etapas iniciais do desenvolvimento humano, com a amplitude técnica oferecida pela linguagem através da comunicação, da educação, do pensamento mediado pelos signos, pela discriminação da ação prática e sua posterior conceituação, a consciência isola-se da prática imediata.

A divisão social do trabalho e o conflito entre as classes sociais possibilitam relações específicas do indivíduo mediante o pertencimento de classe. Então, tanto o trabalhador proletário, quanto a burguesia irão estabelecer relações específicas com o meio social em sistemas opostos criando assim formas de ver, dar sentido e transformar o mundo conforme seu pertencimento de classe.

Nas palavras de Leontiev (1983, 118), “[...] estas relações se submetem a organização produtiva a qual também orchestra as relações de classe e a divisão social do trabalho, nisso também se realiza a constituição da consciência”. Dentre as relações que o homem estabelece

com os objetos, este vai constituindo significações as quais refletem o mundo em sua consciência, a linguagem é portadora de significado e por meio destes se nomeiam ações e operação constituídas socialmente. Por nossa consciência temos a capacidade de discriminar ações que são realizadas em nosso trabalho, cujo resultado ocorre na integralidade da atividade humana que se idealiza por expressões idiomáticas.

Cada indivíduo então poderá conceituar a atividade humana conforme seu sentido pessoal este é mediado pelos instrumentos psicológico superiores e pelos aspectos afetivos. Para entender esta estrutura, é necessário distinguir como o sujeito está inserido no contexto social, onde se encontra na divisão social do trabalho, como é influenciado por sua posição, a alienação que tem dos processos sociais e o tipo de trabalho que realiza.

Por sua vez os fenômenos afetivos têm a sua própria história no desenvolvimento, entre tais fenômenos existem classes que conformam interações complexas, tais como: os afetos que ocorrem de forma súbita e involuntária, estes atuam na base filogenética, ao qual herdamos pela genética. Por sua vez as emoções são os estados ideacionais e situacionais as quais dão sentido aos afetos, são de uma ordem superior no desenvolvimento humano, uma vez que precisam da cultura para serem mediadas, é a forma como nomeio meus sentimentos. Por sua vez os sentimentos são uma reação estável a um tipo de afeto, ou emoção, por exemplo, a mãe que está zangada com o filho, mas não deixa de amá-lo.

Outra forma de abordar a emoção envolve a investigação das relações "intermotivacionais" que em seu conjunto caracterizam a estrutura da personalidade e, simultaneamente, a esfera das experiências emocionais que refletem e mediam seu funcionamento (LEONTIEV, 1983, p.165).

Dessa forma, torna-se complexa a análise dos significados individuais expressos a partir da consciência do indivíduo por meio da comunicação, isso porque a língua ao mesmo tempo em que é produto da sociedade que sintetiza características históricas desenvolvidas, também tem características do movimento cognitivo e afetivo, em síntese um sentido pessoal. Em síntese “Ao se subjetivar nas relações do indivíduo o sentido se interage com um novo sistema dentro de outro movimento individual” (Leontiev, 1983, p.121).

As significações refletem na consciência do sujeito mediante seu contato com a realidade objetiva, sendo que os objetos advindos do meio social pelas representações coletivas não dependem do sentido atribuído pelo sujeito, ou seja, pela condição material em que se expressa as interações humanas, estas ocorrerão independente da consciência individual.

Os sentidos pessoais retornam a realidade objetiva na medida em que entram em relação com os sistemas da consciência individual, nisso as significações ganham sentido próprio inerente a consciência do sujeito concreto. Este sentido pessoal tem sempre o sentido de algo objetivo, não existindo fora da realidade objetiva.

Sendo a configuração do sentido pessoal dada através da relação que o indivíduo tem com a realidade objetiva, existe a possibilidade de intervenção sistêmica e transformação do sentido pessoal, seja a partir dos processos educacionais, seja a partir de novos objetos presentes em sua atividade.

Neste sentido é necessário ter uma ideia clara do que é inerente ao significado social, e o sentido pessoal que o sujeito dá para determinado objeto. Caso tal distinção não fique clara é impossível ter uma intervenção de forma sistemática.

Na relação entre o sentido e o significado, o sentido pessoal nem sempre coincide com o significado social, mas antes é orientado por um motivo. Assim, a relação entre o sentido e o significado se dá na consciência do sujeito, sendo a palavra apenas um instrumento ou uma forma de expressão do sentido.

Por fim, a consciência humana não pode ser vista como um aditivo do sujeito, mas o próprio sujeito em relação com os objetos em sua atividade, com suas generalizações pessoais, bem como “[...] motivações e ações sistematizadas ao longo de sua história pessoal, situada em um período histórico, os quais auxiliam na constituição do sentido da vida para o indivíduo” (LEONTIEV, 1983, p.129).

2.2 MÉTODO

Entendemos metodologicamente que o pensamento e a linguagem não são reconhecidos como duas forças que não se tangem, ou que atuam em paralelo. Pelo método de análise, Vygotsky (2009), condenou ao fracasso a imensa maioria das teorias que decompunham a totalidade do pensamento em seus elementos constituintes.

Na teoria sócio-histórica se substitui a análise que aplica a decomposição dos elementos isolados, os quais isolam e desagregam elementos da unidade complexa do pensamento discursivo. Busca-se então uma análise global da consciência, não de forma decomposta, mas que visa entender a dinâmica do elemento que contém a totalidade, o pensamento verbalizado tem na palavra a sua unidade a qual integra a consciência tanto pelo aspecto operacional e intencional quanto pelos aspectos afetivos dos signos mediados.

Para Vygotsky (2009) toda generalização ou formação de conceitos é o ato mais específico, mais autêntico e mais indiscutível de pensamento. Consequentemente estamos autorizados a considerar o significado da palavra como um fenômeno do pensamento. Tendo em vista a generalização individual, bem como a estrutura da consciência, a qual possibilitará formas específicas de generalizações da consciência.

Vygotsky (2009), que chega a duas conclusões fundamentais com base em sua formulação teórica que respalda a relação entre pensamento e linguagem. A primeira conclusão é que a palavra deixa de ser o que é; sendo a palavra a generalização nela contida como modo absolutamente original de representação da realidade na consciência individual. A segunda conclusão parte da premissa de que todas estas doutrinas consideram a palavra e o significado fora do desenvolvimento do sujeito, por isso conduzem a falsas conclusões a respeito do entendimento do significado e sentido.

Entendendo que a palavra é a generalização nela contida, bem como deve ser entendida conforme o desenvolvimento do sujeito que está em processo de avaliação, tem sido considerado em nossa pesquisa o grau de generalização implicado nas palavras pronunciadas pelo sujeito entrevistado. Assim como a funcionalidade e a estrutura pertinente a sua lógica de pensamento possibilitada, sobretudo pela configuração de seu sentido.

A natureza do significado consciente se revela na generalização individual, que está contida como momento fundamental na estruturação da consciência. Contudo, uma vez que o significado da palavra pode modificar-se em sua natureza interior, modifica-se também a relação do pensamento com a palavra.

Para entender o movimento dinâmico entre o pensamento e a linguagem é fundamental entendermos o esquema genético da mudança de significados, os quais foram investigados por Vygotsky (2009, 408),

É necessário elucidar o papel funcional do significado da palavra no ato do pensamento. Para elucidar melhor a relação entre o pensamento e a linguagem, pode-se imaginar a complexa e integral relação estrutural de qualquer processo real do pensamento e o seu fluxo completo do momento mais vago a germinação do pensamento até a conclusão final na formulação verbal. Para tanto, deve-se passar do plano genético para o funcional e esboçar não o processo de desenvolvimento dos significados no curso vivo do pensamento verbal. Se assim o fizermos mostraremos que cada fase tem sua relação específica não é apenas estrutural do pensamento, mas também funcional.

Por outro lado, as questões funcionais se analisam com maior facilidade nas funções superiores, bem como quanto são desenvolvidas em algum tipo de atividade, em que toda

complexa estrutura funcional é representada de forma madura. Assim, podemos entender o papel de cada função psicológica superior inerente a uma totalidade estrutural da consciência, mediada pelo signo, na consecução de um objetivo prático, ou seja, todo o processo se dá inerente à atividade mediada.

Mediante a análise Vygotsky (2009) apresenta dois planos a serem analisados, os quais se interagem para configurar a consciência, o primeiro plano é o semântico interior, e o segundo é o aspecto físico da linguagem, sendo sonoro e exterior, ainda que ambos os planos formem uma unidade, cada um tem seu aspecto específico e leis específicas do desenvolvimento.

No desenvolvimento do sujeito o aspecto semântico, ou seja, a fala interna que é o mesmo que o pensamento se desenvolve do todo para a parte, da oração para a palavra, ao passo que o aspecto externo se desenvolve no sentido contrário que se revela da parte para todo, da palavra para a oração. Em ambos os planos os movimentos não coincidem, ambos se fundem em uma linha, a atividade mediada, mas em um sentido diametralmente oposto.

A unidade de dos dois planos pressupõe a existência de seu movimento em cada uma das partes da linguagem e a existência de relações complexas entre os movimentos de ambos. Se ambos os aspectos, ou planos coincidisse seria impossível um estudo da relação entre tais planos, dado a inexistência de relações de objetos consigo mesmo.

Desde o início o pensamento e as palavras não se estruturam pelo mesmo modelo. Ambos formam uma contradição e não uma complementaridade. Ao se transformar em linguagem, o pensamento se transforma se reestrutura. Nas palavras de Vygotsky (2009, p. 412) entendemos que

O pensamento não se expressa, mas se realiza na palavra. Por isso, os processos de desenvolvimento dos aspectos semânticos e sonoros da linguagem, de sentidos opostos, constituem a autêntica unidade justamente pela força do seu sentido oposto.

Ainda segundo o autor as estruturas gramaticais e semânticas não são tão correspondentes quanto imaginamos. É mais provável que nós apenas a postulamos e que raramente ou nunca se realize na prática. Em toda parte das categorias gramaticais ou formais tais como, a fonética, o ritmo, a morfologia, a métrica, o léxico e a semântica se escondem categorias psicológicas, sendo que este movimento entre ambos os planos podem ser entendidos como, a relação gramatical física e externa, correlacionada com os aspectos semânticos e internos, os quais se consolidam no pensamento. Assim,

A existência de um segundo plano interior da linguagem que está por detrás da palavra, a autonomia da gramática do pensamento e da sintaxe dos significados verbais nos levam a perceber, no mais simples enunciado discursivo, não uma relação imóvel e constante, dada de uma vez por todas entre os aspectos semânticos e sonoros da linguagem, mas um movimento, uma transição da sintaxe dos significados para a sintaxe da palavra a transformação da gramática do pensamento em gramática da palavra, a modificação da estrutura semântica com a sua materialização em palavras (VYGOTSKY, 2009, p.417).

Como a transição do aspecto semântico da linguagem para o aspecto fásico não se dá de forma simultânea, mas de forma gradual em forma de vai e vem, tal aspecto se aperfeiçoa e é melhor dominado ao longo do desenvolvimento onde se culmina no pensamento discursivo. Quando a o sujeito toma consciência de ambos os planos este toma consciência da linguagem e a palavra se torna conscientizada.

Essa relação de vai e vem entre o pensamento e a linguagem externa se modifica e assume novas estruturas do pensamento e da consciência, isso porque ocorre a fusão de ambos os planos da linguagem e a sua divisão gradual, de sorte que a distância entre eles cresce com a idade. E a cada estágio no desenvolvimento a tomada de consciência dos significados das palavras corresponde a sua relação específica entre os aspectos semânticos e fásicos da linguagem e a sua via específica de transição do significado para o som.

Vygotsky (2009) ao considerar as diretrizes metodológicas, as quais abarcam a funcionalidade e a estrutura da palavra que medeia a consciência, entende que no aspecto funcional, a fala veio a ser a diferença entre a função indicativa e nominativa da palavra, e por outro lado a função significativa conota a sua estrutura.

A referência concreta da palavra se mostra mais nítido para a criança do que para o adulto, sendo para o infante a relação mais imediata com o objeto. Por esta relação mais estreita com o objeto, a palavra torna-se parte do mesmo, diferente do adulto que tem uma relação com o significado mediado pela cultura, e por conta desta relação predicativa pode abstrair as propriedades dos objetos de forma mais livre, bem como retornar novamente para o contexto imediato e intervir no mesmo, seja pela relação com o objeto concreto, seja pela mediado pela linguagem interna abstrata.

Assim, a criança apresenta dificuldade em diferenciar o significado verbal dos objetos, o significado e a forma sonora da palavra. No processo do desenvolvimento esta diferenciação se constrói na medida em que novas generalizações e generalidades ocorrem, no final do desenvolvimento quando já se encontram os conceitos verdadeiros.

A diferenciação dos dois planos da linguagem aumenta com o passar do tempo, e acompanha o desenvolvimento da via do pensamento, percorre no curso de transformação da sintaxe e do significado em sintaxe das palavras ao longo do desenvolvimento. O ato de falar requer a transição do plano interior para o plano exterior, enquanto a compreensão pressupõe o movimento contrário do plano externo da linguagem para o plano interno.

Entender a dinâmica deste processo é fundamental para aplicação da técnica da análise gráfica do discurso, uma vez que esta ferramenta se desenvolve no sentido de apreender, ou melhor, entender a dinâmica do pensamento de fora para dentro, dado que o movimento realizado por esta técnica vai da linguagem concreta externa, e caminha em direção da síntese, ou linguagem interior a qual expressa o sentido subjetivo. É neste contexto que se origina o pensamento que se reveste pelo significado da palavra, mas não se traduz necessariamente por sua externalização, o movimento interpretativo da análise gráfica do discurso neste movimento visa aglutinar os núcleos de significação sob os quais giram as demais palavras que se orientam por este núcleo.

Partindo da técnica de coleta de informações pela entrevista semi estruturada tínhamos como objetivo coletar informações norteadas pela relação homem/trabalho inerente ao meio social e a relação com o morar na rua. Foi a partir desta questão norteadora que nos valem da entrevista semi-estruturada, assim como da técnica da análise gráfica do discurso para identificar os núcleos de pensamento do sujeito para então discutir a relação indivíduo-sociedade dentro de uma perspectiva sócio-histórica.

Ainda com relação à linguagem interior, Vygotsky (2009) afirma que se deve partir da tese segundo a qual esta é uma formação particular da natureza psicológica, uma modalidade específica dotada de particularidades absolutamente únicas e situada em uma relação complexa com as outras modalidades de linguagem. Isto porque “a linguagem interior é uma linguagem para si. A linguagem exterior é uma linguagem para os outros” (VYGOTSKY, 2009, p.425).

Pode-se dizer que a linguagem interior não é anterior a linguagem exterior, ou a reproduzida na memória, mas é oposta a linguagem exterior. Este é um processo de transformação do pensamento em palavra, sendo uma materialização ou mesmo, sua objetivação. Aqui temos outro processo no sentido oposto, que caminha de fora para dentro um processo de evaporação da linguagem em pensamento.

Na discussão que embasa teoricamente a relação entre o pensamento e a linguagem, Vygotsky (2009) retoma o pensamento de Piaget ao discutir a função da fala egocêntrica, isso porque para Piaget a fala egocêntrica seria apenas um estágio transitório para a criança, onde

posteriormente seu pensamento seria paulatinamente substituído pela linguagem adulta que em seu ponto de vista tinha uma estrutura sistêmica.

No entanto, para Vygotsky (2009) o pensamento egocêntrico, não seria substituído ao longo do desenvolvimento, mas tornar-se-ia condensado e cada vez mais importante para o pensamento por conceitos, sendo o caminho transitório para a fala interior. Isso porque, mediante a complexidade de uma ação o sujeito necessitava abstrair sua ação, e isso só era possível para um pensamento desenvolvido, ao inverso do pensamento de Piaget, onde o pensamento egocêntrico tem uma estrutura e uma funcionalidade que surge no sujeito tardiamente em seu desenvolvimento.

Teoricamente Vygotsky (2009, p.427) formula uma lei geral ao afirmar que

A linguagem egocêntrica é a chave para a investigação da linguagem interior. Isso porque, ela é uma linguagem ainda vocalizada e sonora, isto é uma linguagem exterior, pelo modo de sua manifestação, e ao mesmo tempo uma linguagem interior por sua função e sua estrutura. Quando estudamos os processos interiores para experimentar e objetivar o processo interior observado, somos obrigados a criar uma situação para exteriorizar tal processo e torná-lo vinculado a uma atividade externa a fim de possibilitar uma análise funcional.

A teoria sócio-histórica entende a linguagem egocêntrica da criança como uma das manifestações da transição das funções interpsicológicas para intrapsicológicas, isto é, das formas de atividade social coletiva da criança para as funções individuais. Essa transição é uma lei geral do desenvolvimento das funções psicológicas superiores, que surgem inicialmente como formas de atividade em colaboração, e só depois são transferidas pela criança para o campo das suas formas psicológicas de atividade. A linguagem para si surge pela diferenciação da função inicialmente social da linguagem para os outros.

O pensamento egocêntrico ao contrário do que afirmava Piaget, não se extingue, mas se amplia. A função da linguagem egocêntrica é semelhante à linguagem interior, sendo uma melodia independente, uma função autônoma, que serve aos objetivos da orientação intelectual, da tomada de consciência, da superação dos obstáculos, da reflexão do pensamento, em suma, da linguagem para si. Por fim, conclui-se que a linguagem egocêntrica não caminha para uma extinção, mas em ascendência a qual culminará na linguagem interior.

A linguagem para si, teoricamente retoma um aspecto fundamental na teoria, dado que por se correlacionar com os motivos, vontades e afetos, orienta os processos ativos do sujeito, bem como se orienta para o futuro. Por sua vez, estes processos são desenvolvidos, criativos e plenos de significação. Neste sentido a linguagem interior tem sua função psicológica, e exteriormente revela sua estrutura.

As peculiaridades estruturais e funcionais da linguagem interior, ou para si, aumentam com o desenvolvimento do sujeito. Dado que se manifesta na diferença das duas funções discursivas, que progridem com a idade, no isolamento da linguagem para si e da linguagem para os outros em face da função social não articulada que a linguagem interior tem. Função esta que desempenha em tenra idade essas duas atribuições de modo quase idêntico, o que explica a dificuldade de entendimento da articulação da fala infantil, uma vez que esta apresenta pouca diferença entre o que se pensa e o que se fala.

A linguagem egocêntrica é uma forma específica de linguagem que se distingue em termos funcionais e estruturais, mas não se destaca da linguagem social, como afirmara Piaget, em cujo seio sempre esteve amadurecendo, esta linguagem se torna cada vez mais pobre externamente, isolando-se da linguagem comunicativa e criando um círculo específico de peculiaridades, isto aumenta a sua independência até se tornar totalmente interna. Dá-se assim, condições para o indivíduo imaginar as palavras, abstrair, operar com a imagem da palavra em vez de utilizar a mesma.

A peculiaridade da fala interior é a sua sintaxe absolutamente específica, esta modalidade evoluída da linguagem egocêntrica tem como característica própria a aparente abreviação da linguagem interior em comparação com a exterior.

Em termos de lei geral, podemos afirmar que a linguagem egocêntrica, apresenta uma tendência totalmente original para a abreviação da frase e da oração no sentido da manutenção do predicado e dos termos integrantes da oração. A linguagem interior se vincula a realidade, a custa da omissão do sujeito e das palavras a ela vinculada.

Vygotsky (2009) afirma que a funcionalidade da linguagem também irá configurar a sua estrutura, ou forma de expressão, assim as formas de discursos com funções diferentes apresentarão o seu léxico específico, a sua gramática e sua sintaxe.

Dessa forma, é fundamental que tudo o que falamos necessita que o ouvinte entenda do que se trata. Se tudo o que desejamos anunciar terminassem nos significados formais das palavras empregadas, para enunciar cada pensamento particular seria necessário o emprego de bem mais palavras em nossos discursos. Isso justifica, por exemplo, o regionalismo, a gíria, bem como uma conversa entre os amigos, ou profissionais, onde os membros já estão a par do que se trata a conversa que por sua vez, se sintetiza e se torna mais interna ao contexto assumindo uma forma eminentemente predicativa, dado que não precisamos justificar em termos formais o uso de um regionalismo, ou uma gíria, nem mesmo desenvolver um pensamento compartilhado por amigos em vivências semelhantes anteriores.

Conforme Vygotsky (2009, p.454) este movimento de predicação se expressa no seguinte sentido:

O diálogo pressupõe que os interlocutores conheçam o assunto que, como vimos, permite uma série de abreviações na linguagem falada e, em determinadas situações cria juízos puramente predicativos. O diálogo sempre pressupõe a percepção visual do interlocutor, de sua mímica, gestos, bem como a percepção acústica de todo o aspecto entonacional da fala. Em conjunto ambos admitem aquela compreensão a meias palavras, aquela comunicação através da insinuação cujos exemplos citamos anteriormente.

A simplicidade da sintaxe, o mínimo de articulação sintática, o enunciado do pensamento em forma condensada e um número considerado menor de palavras, são traços que caracterizam a tendência para a predicatividade e como esta se manifesta na linguagem interior em determinadas situações.

Vygotsky (2009) concorda com Dostoiévski (1821-1881), quando o romancista fala que apenas uma palavra pode exprimir todos os pensamentos, reflexões profundas e sensações, quando a entonação transmite o contexto psicológico interior do falante. Por outro lado, a linguagem escrita não se encontra ambos os momentos, ou seja, o conhecimento do transmissor, ou na visualização das entonações.

Tanto no processo de comunicação, quando no pensamento a velocidade e o ritmo da fala pressupõem antes o seu fluxo na ordem da ação volitiva, os motivos e conflitos internos, os quais auxiliam na escolha das palavras, bem como o grau de entonação das mesmas configuram o discurso interno e externo do sujeito. A forma de discurso dialogada é constituída por réplicas em uma cadeia de reações. Por sua vez, o discurso falado, como vimos, está ligado à consciência e a intencionalidade. Por isso, o diálogo quase sempre conclui em si a possibilidade de não conclusão do enunciado, da inutilidade de mobilizar todas as palavras que devem ser mobilizadas para revelar o mesmo complexo concebível nas condições do discurso monólogo ou escrito.

Foi levando em consideração que no diálogo do entrevistado o discurso nem sempre se expressa em sua totalidade, dado que são possíveis entrecortes e interrupções, questionamentos, os quais reorientaram a organização de seu discurso. Por isso, metodologicamente interferimos o mínimo possível no discurso do entrevistado, tivemos como objetivo organizar uma coleta de dados fiel à orientação de seu discurso, para construir assim um corpus de sua fala e então aplicarmos a técnica da análise gráfica do discurso.

Em oposição à simplicidade composicional do diálogo, o monólogo é uma complexidade composicional, que introduz os fatos verbais no campo da consciência e a

atenção se concentra bem mais facilmente. Aqui as relações discursivas se tornam determinantes e fontes de vivências que se manifestam na consciência por motivos desta mesma relação.

Por conta deste movimento que implica a organização lógica e interna do pensamento expresso através do monólogo, incentivamos ao máximo para que o entrevistado realizasse uma fala única, na qual o mesmo pudesse expressar de maneira ininterrupta seu pensamento. Dessa forma, foi possível observar não somente um conjunto de relatos, mas sua forma de organização psicológica, através de uma fala de idas e vindas, retornos ao ponto inicial, bem como contradições internas, além das manifestações afetivas de seu pensamento, onde pudemos verificar conflitos, frustrações, motivações e vontades.

Por sua vez, na fala interna se verifica a predicatividade absoluta, isso porque o sujeito que pensa não precisa se justificar, revelar seu eu, separar suas conclusões, ou mesmo desenvolver os detalhes de seu pensamento.

Vygotsky (2009) conclui então que a linguagem interior é diametralmente oposta à falada, uma vez que nela predomina o predicativo absoluto e constante. A linguagem falada ocupa, assim, uma posição intermediária entre a linguagem escrita e a linguagem interior. Isso porque a linguagem escrita deve ser desenvolvida ao máximo, uma vez que não estamos em contato com os interlocutores, assim como não temos acesso a expressões entonações, vivências compartilhadas anteriormente, ou elementos do contexto que podem orientar nossa fala.

Concluimos então que a predicação é uma lei absoluta e constante na linguagem interior. Segundo Vygotsky (2009, p.459),

O tema do nosso diálogo interior é sempre de nosso conhecimento, sabemos o que pensamos. O sujeito do nosso juízo interior sempre está presente em nossos pensamentos. Está sempre subentendido. Sempre acreditamos em nós mesmos, e a possibilidade do confronto só emerge quando defendemos nosso ponto de vista com os outros.

Conclui-se então que a linguagem interior é no sentido exato, um discurso quase sem palavras. Nos testes apresentados por Vygotsky (2009), quanto mais a linguagem egocêntrica se expressa em seu sentido funcional, ou seja, quando mais a fala externa para si era presente em meio as atividades e problemas apresentados, mais claro se manifestam as peculiaridades da sua sintaxe em termos de sua simplificação. Dessa forma, diante de uma problemática quando maior o esforço intelectual necessário para a resolução, mais a utilização e desdobramento da sintaxe.

Se até agora falamos das peculiaridades pertinentes na relação entre a linguagem interna e externa, falaremos especificamente agora das características do discurso interno, no qual Vygotsky (2009) estabeleceu a relação entre o sentido e o significado, sendo o primeiro polissêmico, instável, atrelado aos afetos e aspectos cognitivos pertinentes à linguagem interna. Conforme Vygotsky (2009, p.465), o sentido

É a soma de todos os fatos psicológicos que ele desperta em nossa consciência. Assim o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso, sendo uma zona mais uniforme e exata.

Em momentos diferentes da fala interna a palavra muda facilmente de sentido, o significado ao contrário é um ponto imóvel. Que permanece estável frente às mudanças. A mudança de sentido foi um dos critérios para a fundamentação da análise semântica, o sentido real de uma palavra é instável. Tomada isoladamente a palavra tem apenas um significado, o significado é uma pedra viva no edifício do sentido.

A palavra absorve novos sentidos de todos os contextos, nos quais estão entrelaçados os conteúdos intelectuais e afetivos que começa a significar mais, ou por vezes menos o que contém o seu significado. O sentido é um fenômeno complexo, móvel, que muda constantemente até certo ponto em conformidade com as consciências isoladas, para uma mesma consciência, e segundo as consciências. Neste termo o sentido da palavra é inesgotável. A palavra só adquire sentido na frase, e a própria frase só adquire sentido no parágrafo, e o parágrafo no contexto do livro e o livro no contexto do autor.

O sentido real de cada palavra é determinado no fim das contas, por toda riqueza dos momentos existentes na consciência e relacionados aquilo que está expresso por uma determinada palavra. O sentido ao ser analisado nunca é completo, baseia-se no conjunto de relações estruturais e funcionais inerentes a consciência do indivíduo, em resumo, o sentido é a forma de como vemos o mundo.

A palavra tem uma relação mais livre com os sentidos do que com os significados, isso ocorre porque os sentidos são instáveis, sendo constituídos na relação com as palavras. Portanto uma palavra pode ser substituída por uma frase, e esta permanecer com o mesmo significado. O sentido pode se separar e manter o significado, sendo que para o significado esta relação não se preserva. Em síntese, o sentido pode existir sem a palavra, podemos assim diante de uma grande realização pessoal, não termos palavras para nomear um sentimento, mas sabemos exatamente o sentido de tal momento.

No caminho de fora para dentro no que se refere à linguagem, caminhamos de uma zona mais estável que é a palavra, sendo esta mais constante, expressas pelos significados, para uma linguagem mais fluida, instável, e maleável inerente ao reino do pensamento. Assim, na linguagem interior, pelo fato de estarmos lidando predominantemente com os sentidos em detrimento dos significados que observamos na linguagem falada, rumamos do todo de uma de uma frase para a expressão das palavras separadas e externas, o texto inteiro do pensamento interno predomina sobre a frase que é expressa pela fala externa.

Tanto o sentido quando os significados dizem respeito ao processo de unificação das palavras ao ato do pensamento. Outra peculiaridade semântica da linguagem interior pode ser esclarecida por comparação com o fenômeno análogo à linguagem falada. Pelo sentido se revela leis de sua unificação e sua fusão diferente daquela observada na unificação e fusão dos seus significados. Para Vygotsky (2009) os sentidos “deságuam” uns nos outros, se interpenetram e se influenciam, de sorte que os anteriores influenciam os próximos, da mesma forma que uns se influenciam sobre outro, isso modifica os anteriores quando estão contidos nos posteriores.

O sentido da palavra tem uma relação análoga com a obra literária, é necessário o entendimento de uma obra inteira para conhecer o sentido que a palavra ganhou ao longo da obra em seu conteúdo semântico. Na linguagem interior a palavra é bem mais carregada de sentido que na exterior. Para traduzir esse significado para a linguagem do discurso exterior, seria necessário desdobrar todo um panorama de palavras e dos sentidos fundidos em uma única palavra. A linguagem interior, é incompreensível por conta de sua condensação consequente a uma infinidade de fatos inerente a uma expressão sumária, é necessário observar assim, que a linguagem interior é uma linguagem para si, que não serve para a comunicação. “Por isso a linguagem de cunho semântica acaba sendo de difícil tradução para nossa linguagem comum” (VYGOTSKY, 2009, p.472).

Da expressão idiomática interna e sua complexidade Vygotsky (2009, p.474) afirma que

Depois do que fora dito sobre a natureza da linguagem interior, sobre a sua estrutura a função, não resta nenhuma dúvida de que a passagem da linguagem interior para a linguagem exterior não é uma simples tradução direta de uma linguagem para outra, não é uma simples incorporação do aspecto sonoro ao aspecto silencioso da fala, não é uma vocalização da fala interior, mas a reconstrução da linguagem a transformação de uma sintaxe absolutamente original, da estrutura semântica e sonora da linguagem interior em outras formas estruturais inerentes a linguagem exterior.

Entendemos assim, que a passagem da linguagem interior para a linguagem exterior é uma complexa transformação dinâmica, uma transformação da linguagem predicativa e idiomática em uma linguagem sintática decomposta e compreensível para todos.

Do processo de transformação de comunicação para pensamento e a relação inversa, ou seja, do pensamento a palavra, Vygotsky (2009) afirma que a linguagem interior não precede a exterior, se a linguagem exterior é um processo de transformação do pensamento em palavras, na materialização objetiva do pensamento observamos um processo inverso que caminha de fora para dentro, um processo da evaporação da linguagem em pensamento.

O discurso não desaparece em uma forma interior. A consciência não evapora nem se dilui no espírito puro. Apesar de tudo, a linguagem interior é uma linguagem, isto é, um pensamento vinculado à palavra. O processo de transformação de pensamento para linguagem e de linguagem em pensamento são explicados por Vygotsky (2009, p.474) da seguinte forma

Se o pensamento se materializa em palavra na linguagem exterior, a palavra morre na linguagem interior, gerando o pensamento. A linguagem interior é até certo ponto, um pensamento por significados puros [...] A linguagem interior é um momento dinâmico, instável e fluido, que se insinua entre os pólos extremos melhor enformados e estáveis do nosso estudo do pensamento verbal: entre a palavra e o pensamento.

Ainda que estejamos trabalhando no conceito inerente à relação entre pensamento e linguagem, não nos desviamos da definição primordial em que o pensamento é em suma uma atividade mediada, intencional, bem como auxilia na relação dos sujeitos com o meio. Esta concepção tem um fundamento epistemológico primordial, dado que todo pensamento procura combinar uma coisa com outra, tem um movimento, um corte, um desdobramento que estabelece uma relação entre uma coisa e outra, em suma, desempenha alguma função, algum trabalho, resolve algum problema. “Esse fluxo do pensamento não coincide diretamente com o discurso desdobrado. Ambos os processos revelam unidades” (VYGOTSKY, 2009, p.475).

Nesta relação com a atividade mediada o pensamento está para a consciência como um todo, nunca surge como unidades isoladas, como se desenvolve na linguagem externa ao ser expresso. Aquilo que no pensamento existe em simultaneidade se desenvolve na linguagem sucessivamente. Um pensamento parado pode ser comparado a uma nuvem parada que descarrega uma chuva de palavras. Vygotsky (2009, 478) justifica seu pensamento ao afirmar

Vejo tudo isso em um só ato do pensamento, mas o exprimo em palavras separadas. O pensamento sempre é algo integral, consideravelmente maior por sua extensão e o seu volume que uma palavra isolada. Frequentemente, em alguns minutos um orador desenvolve um mesmo pensamento. Esse

pensamento está na sua mente como um todo, mas nunca surge gradualmente, por unidades isoladas, como se desenvolve a sua linguagem. Aquilo que no pensamento existe em simultaneidade, na linguagem se desenvolve sucessivamente. Um pensamento pode ser comparado a uma nuvem parada que descarrega uma chuva de palavras. É por isso que o processo de transição do pensamento para a linguagem é um processo sumamente complexo de decomposição do pensamento e sua recriação de palavras. A transição do pensamento para a palavra passa pelo significado. No nosso pensamento sempre existe uma segunda intenção, um subtexto oculto. Com a passagem do pensamento para a palavra se requer um complexo caminho, surgem queixas contra a imperfeição da palavra e lamento pela inexpressividade do pensamento.

Por outro lado, o pensamento não é só mediado pelos signos, mas também é mediado pelos significados internamente, por isso se torna impossível qualquer tipo de comunicação imediata entre consciências. Só podemos ter acesso à consciência de alguém por via mediada. Isso só pode ser atingido por via indireta, pela palavra. Esta via é uma mediação interna do pensamento, primeiro pelos significados e depois pelas palavras. Para entendermos o outro dentro do contexto subjetivo é necessário entendermos as suas mediações. Em síntese Vygotsky (2009, p.479) afirma

Por isso o pensamento nunca é igual ao significado direto das palavras. O significado medeia o pensamento em sua caminhada rumo a expressão verbal, isto é, o caminho entre o pensamento e a palavra é um caminho indireto, internamente mediado.

Por fim, um componente especial é explicitado por Vygotsky (2009), quando afirma que o pensamento não é a geração direta de outra ação psíquica, mas nasce no campo da consciência que o motiva, que abrange as nossas necessidades, motivações, interesses, afetos e emoções. Por detrás do pensamento existe uma tendência afetiva e volitiva, só ela pode dar resposta ao último porque na análise do pensamento. Em suas palavras a orientação do pensamento norteado pelos aspectos afetivos Vygotsky(2009, p.479-480) afirma

Se em outro momento o pensamento fora comparado a uma nuvem que derrama uma chuva de palavras, a motivação do pensamento é o vento que movimentam as nuvens. A compreensão efetiva do pensamento alheio só se torna eficaz quando se entende a dimensão afetivo-volitiva. Por detrás de cada enunciação existe uma tarefa volitiva.

Dessa forma para entender o discurso do outro, não é possível entender apenas as palavras, precisamos abranger o seu pensamento. Mas é incompleta a compreensão do pensamento se não entendermos os motivos que o levou a emití-lo. A análise psicológica só chega ao fim quando se descobre esse plano interior e mais encoberto do pensamento verbal: sua motivação.

Assim, Vygotsky (2009) chega a seguinte lei geral: A complexa estrutura, funcionalidade e gênese do pensamento consciente constitui uma unidade, sendo que os complexos vínculos móveis e as transições entre planos isolados do pensamento verbal só surgem no desenvolvimento. A separação entre o significado e o som, entre palavras e objetos e entre pensamento e palavra são estágios indispensáveis na história do desenvolvimento do conceito.

Por outro lado, só a psicologia histórica é que fundamenta os processos de desenvolvimento da linguagem interior. Percebeu-se que a relação entre o pensamento e palavra é um processo vivo, por outro lado, o pensamento não se materializa na palavra, mas continua como uma sombra na esfinge, os vínculos entre o pensamento e as palavras não são primários.

O pensamento surge no desenvolvimento de seu movimento sendo que ele mesmo se desenvolve no processo. Na palavra se materializa a ação, a palavra não esteve no princípio, mas sim a ação, a palavra constitui antes um fim que o princípio do desenvolvimento. A palavra é o fim que coroa a ação. Assim, Vygotsky (2009, 486) aponta a relação entre a palavra e a consciência dado que

Se a “linguagem é tão antiga quanto a consciência” e se a linguagem é uma consciência prática que existe para outras pessoas e, conseqüentemente para mim, se a maldição da matéria a maldição das camadas móveis do espírito paira sobre a “consciência pura” então é evidente que não é um simples pensamento, mas toda consciência em seu conjunto que está vinculada em seu desenvolvimento o desenvolvimento da palavra. Na consciência a palavra é precisamente aquilo que segundo a expressão de Feuerbach, é absolutamente impossível para um homem e possível para dois. Ela é a expressão mais direta da natureza história da consciência.

Diante da análise Vygotsky (2009) conclui que o pensamento verbal se mostrou como um todo dinâmico, no qual a relação entre pensamento e palavra, se mostra como um movimento que passa por uma série de planos internos, como uma transição de um plano ao outro.

No drama vivo do pensamento verbal, o movimento faz caminho inverso, do motivo que gera algum pensamento, para a configuração do próprio pensamento, para a mediação da palavra interior, depois nos significados externos das palavras e por último nas palavras. Entretanto, seria incorreto imaginar que este seria o único movimento do pensamento para a palavra, é possível pensar na relação direta, ou inversa de uns planos a outros. É possível, um movimento que interrompe em qualquer ponto deste complexo caminho, neste ou naquele

sentido: do motivo para a linguagem interior, passando pelo pensamento, da linguagem interior, para o pensamento, da linguagem interior para a exterior.

2.2.1 A técnica

Conforme Leão (1999), uma investigação na perspectiva sócio-histórica exige que nos apoiemos em métodos e técnicas que partindo de sua manifestação empírica nos conduza ao desvelar das inter-relações implícitas que determinem nosso objeto investigado.

Respaldados pelos objetivos da pesquisa, bem como os fundamentos do materialismo histórico e dialético construímos um roteiro para coleta de informações, sendo a entrevista semi-estruturada previamente organizada como um roteiro.

Na sequência buscamos os conteúdos da consciência estruturando um corpus de análise onde marcamos as palavras semelhantes e utilizamos a técnica da Análise Gráfica do Discurso para interpretar os dados, bem como embasamos em autores clássicos e alguns estudiosos da teoria Psicológica Sócio-Histórica para realizar a interpretação do resultado da análise gráfica, isso porque para Vygotsky (2009) é função do pesquisador em psicologia entender o processo de pensamento do sujeito analisado, bem como conhecer os fatores que influenciam e motivam a expressão de seu pensamento.

Assim realizamos a entrevista com o morador de rua no dia 11 de março, no Centro de Atendimento a Pessoa em Situação de rua (Centro POP), uma vez que entendemos que a entrevista é um código com unidades discursivas as quais afetam o entrevistado, e este se põe em atividade, orientado por seus motivos para responder ou não ao questionamento.

Utilizamos uma questão desencadeadora a qual era: Conte-me se o trabalho influenciou para você ficar na rua. O objetivo principal deste questionamento era entender os sentidos do trabalho para o morador de rua, assim como entender as relações existentes entre a ausência de trabalho e o morar na rua, além de qual o tipo de mediação estabelecida entre o entrevistado e a Política de Assistência Social.

Retomando o conceito de sentido e significado outrora explorado vimos que o signo é a mediação principal não somente para a interação entre os homens, mas também para instrumentalizar o pensamento e a consciência.

Conforme Leão (1999), a unidade discursiva é formada de palavras que formulam juízos e pensamentos, todavia depende de uma estrutura lógica para expressar uma relação de sentido coerente, podemos citar os verbos transitivos indiretos que necessitam de complementos para dar lógica ao discurso. Assim, deve-se levar em conta a quantidade de

palavras para a explicação de um enunciado para que este tenha um sentido interno, essa dependência interativa das palavras é denominada valência das palavras. Por essa unidade discursiva que se dá a transferência das atividades práticas para o plano verbal.

Ainda que uma palavra tenha função comunicativa, para ser função cognitiva extrapola a mera transmissão de informações, pois conforme Leão (1999, p.48),

Pela palavra podemos descrever, relatar, analisar, e ainda que seja um objeto comunicativo tem fundamentação individualizada sendo a base da estrutura do pensamento, assim a palavra pode ter uma contextualização na medida em que dá sentido a situações de conversação consigo e com outros, podemos descontextualizar a palavra mesmo com a ausência de um interlocutor.

O diálogo é uma forma de atividade que se compartilha informações, se toma decisões comuns, seja na colaboração, ou na confrontação, com o outro em um contexto estabelecido. Como forma de comunicação o diálogo pode ser orientado, ter uma finalidade expressa ou não, sendo que ao realizá-lo poderemos estar efetivando uma ação tendo em vista um objetivo.

Partimos da categoria trabalho, pois esta é fundamental para o materialismo histórico e dialético, isto porque para Marx (1983), o trabalho é uma atividade orientada, sendo que a atividade do indivíduo humano constitui um sistema compreendido inerente ao conjunto de relações da vida em sociedade, e que fora dessas relações a atividade humana não existe.

Retomando as orientações lançadas por Leontiev (1983) a atividade está influenciada pelas estruturas e meios de comunicação material e ideológico que o desenvolvimento da produção ocasiona e que não pode realizar-se de outro modo, ou seja, residindo entre as relações de pessoas concretas, a atividade de cada pessoa depende do lugar que ocupa na sociedade, das condições físicas que o meio oferece e como se relaciona individualmente nesse meio. Sendo assim é necessário delinear não apenas conceitualmente a posição do morador de rua, mas, sobretudo situá-la dentro do contexto da atividade humana, ou seja, no contexto de produção o inserido na história onde sua condição se desenvolve.

A preparação prévia é fundamental para estruturação da coleta de dados, conforme Gaskell (2002), a entrevista para a pesquisa qualitativa é uma técnica amplamente utilizada a qual possibilita condições para descobrir se existem perspectivas ou pontos de vistas sobre os fatos na perspectiva dos indivíduos. A aplicação da entrevista visa mapear e compreender o conjunto de representações dos respondentes. Pela entrevista, pode se introduzir esquemas interpretativos para compreender a narrativa dos atores em termos mais conceituais e abstratos.

A entrevista qualitativa de acordo com Gaskell (2002, p.65), “fornece dados para a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação”. Assim, podemos testar nossa hipótese onde o morador de rua tem uma visão depreciada de si, bem como a ausência de trabalho como determinante na condição do indivíduo.

Ainda conforme Gaskell (2002), o objetivo da pesquisa qualitativa é apresentar uma amostra, um ponto de vista. Não existindo assim um método único para a seleção dos participantes, nesta pesquisa o único critério era o da aparência do objeto, ou seja, ser morador de rua, e ser voluntário para participar da entrevista. O entrevistado foi encorajado a falar livremente tendo em vista o questionamento: “se o trabalho influenciou para este estar na rua”.

Durante a preparação do instrumento de coleta de dados, elaboramos um roteiro temático para ser um guia dos temas abordados na entrevista (ANEXO 1). Uma vez que o roteiro estava respaldado pelos objetivos da presente pesquisa, efetivamos três entrevistas diferentes para testar o instrumento com três outros moradores de rua em diferentes locais, sendo dois entrevistados nas ruas de Campo Grande e um morador de rua que estava na Casa de apoio São Francisco de Assis. E por fim, para a presente pesquisa aplicamos a entrevista em um morador de rua que estava no Centro POP.

De posse do instrumento para coleta de dados entramos em contato com o Centro POP, através da Secretaria de Assistência Social (SAS), enviamos o requerimento institucional onde expomos os objetivos da pesquisa, e solicitamos autorização para realizar uma entrevista com um dos usuários do Centro POP. Ao recebermos confirmação de licença para a realização da entrevista, entramos em contato com o psicólogo do local para saber qual o melhor dia para realizar a entrevista com um dos usuários. O profissional do Centro POP relatou que haveria no dia seguinte uma reunião com os usuários, na qual seria realizada uma palestra de “motivação” para os moradores de rua, e fui convidado para assistir a palestra, para posteriormente ser apresentado aos usuários com o intuito de solicitar um voluntário para a entrevista.

No dia seguinte após a palestra o pesquisador foi apresentado aos usuários, este solicitou a participação de algum dos atendidos como voluntário para a realização de uma entrevista, a qual seria analisada para a elaboração do relatório de pesquisa do mestrado. Dois participantes se mostraram dispostos a participar, e assim, a entrevista foi realizada em uma das salas do Centro POP.

O sujeito entrevistado é nascido na cidade Apucarana no Paraná, está na rua há cerca de 10 anos dos quais passou por diversos Estados, tais como Paraná, São Paulo, Rio de

Janeiro e atualmente Mato Grosso do sul, possui 43 anos e sua escolaridade é o ensino básico incompleto, dado que estudou apenas até a quinta série, em nosso trabalho será chamado de “João” para preservarmos sua identidade.

Para a entrevista foi cedida uma sala nas dependências do Centro POP, onde apresentei o termo livre e esclarecido (ANEXO 2), além de assegurar o direito a não divulgação dos seus dados de identificação, assim como, a garantia da fidedignidade ao discurso, conforme as gravações. Depois de autorizada, iniciamos a gravação, a qual tem a duração de uma hora (ANEXO 3), e questionei se o participante poderia falar livremente sobre um tema apresentado, o mesmo concordou e iniciamos a entrevista.

Partimos da fala do entrevistado para realizarmos a análise psicológica, isso porque para Leão (1999, p.137),

[...] a fala é um elemento fundamental para a investigação psicológica, quando se entende que é preciso partir dos dados empíricos e concretos. Toda verbalização se apresenta como representações que o indivíduo constrói para orientar suas ações no meio social.

Além de valorizarmos teoricamente a fala para elaborarmos a investigação psicológica, entendemos pelo materialismo histórico e dialético que se deve partir do dado empírico, isso por que:

A metodologia decorrente dessa postura estipula que as pesquisas devem partir dos dados empíricos para se chegar ao concreto, ou seja, a essência do fenômeno psicológico, mas não em uma perspectiva verificacionista, pois entende que o conhecimento não é neutro e contido apenas no empírico, mas um produto histórico. Portanto é uma construção coletiva e requer uma metodologia que seja participativa e qualitativa. Para tanto as pesquisas devem ser realizadas com a população envolvida para "conhecer" as pessoas seus problemas, e emoções com o intuito de potencializá-los. (LEÃO, 2007, p. 68)

Dessa forma, a metodologia calcada nos princípios do materialismo histórico e dialético visa atingir o concreto, sendo o indivíduo em síntese a manifestação da totalidade histórica e social. Assim, é para apreender a amplitude da consciência e as implicações ideológicas que se utiliza o discurso individual, elaborado nas relações dos sujeitos pesquisados com o pesquisador.

Conforme Leão (2007, p.68), “[...] a análise deve ser desenvolvida a partir das categorias que se manifestam no discurso individual, com o intuito de esgotar todos os significados tanto em relação ao que foi dito como ao que não foi falado”. A comunicação verbal envolve os processos cognitivos onde estão os significantes sociais, seus conteúdos

ideológicos, as experiências vividas e elementos que desempenham funções de direcionamento para as ações individuais. Isso permite chegarmos pela análise aos movimentos da consciência, bem como em suas estruturas.

Para analisar o movimento da consciência Lane (1989), ressaltou a importância de se encontrar uma técnica de análise do discurso que, não importa quem faça, chega-se a uma mesma estrutura básica sobre a qual incidirá a "leitura" do pesquisador. Parte-se do pressuposto que uma técnica de análise do discurso deve estar respaldada pelos seguintes critérios

[...] não fragmentar o discurso, pois qualquer critério utilizado carrega uma interpretação externa. Manter constante as relações entre os significantes, sendo que na construção do gráfico as preposições e conjunções são incluídas posteriormente para proporcionar significado ao discurso. O discurso é tido como a interação entre o pensamento e a linguagem, pois se processa em espiral, havendo assim, retornos, e avanços, semelhanças e diferenças, com a condição do discurso ser um movimento em espiral que caracteriza significações centrais e periféricas (LANE, 1989, p.38).

Assim, na medida em que foi sendo construído o gráfico, fomos identificando os núcleos do pensamento. Dessa forma, a relação entre o pensamento e a linguagem ocorre por uma interpenetração entre tais instâncias além da mútua dependência entre ambos, porém tanto o pensamento quanto a linguagem se desenvolvem de maneiras opostas. Uma vez que o pensamento vai do geral para o particular, e a linguagem do particular para o geral.

Ao entendermos que a consciência é a integração plena dos processos psicológicos superiores, mediada pela atividade e constituída pelas relações entre o homem e os objetos que o cercam. Partimos do pressuposto que os procedimentos técnicos devem permitir entender os processos psicológicos encobertos pela atividade cotidiana e o acesso aos conteúdos de seus movimentos no curso real da constituição da consciência.

Para Leão (2007), uma premissa fundamental é a intersubjetividade que precede a intrassubjetividade. O autoconhecimento resulta do entendimento de outros aspectos da realidade tais como as estruturas da linguagem, formas de adjetivação, o que os outros falam de mim, etc. Isso demonstra a maneira que os indivíduos percebem a si mesmos, se relacionam com os outros, determina as formas e conteúdos de seus processos de autoconsciência, todos estes elementos são permitidos e mantidos por processos sociais.

Considerando a influência das interações sociais, as influências históricas, a relação do homem com os instrumentos práticos que orientam sua ação, bem como os motivos que orientam a atividade devemos pela análise gráfica do discurso:

1. Localizar através do discurso os núcleos da consciência que foram construídos e/ou desenvolvidos pelos sujeitos durante sua atividade de produção. 2. Acompanhar e analisar as influências dos diferentes aspectos subjetivos expressos no sentido das palavras, para a organização das consciências e das atividades desenvolvidas nas interações. 3. Demonstrar o movimento de alteração dos conceitos relacionando suas expressões, significações e sentidos (LEÃO, 2007, p. 70).

Tecnicamente, a análise gráfica do discurso permite localizar graficamente os núcleos do pensamento através das palavras, ou os seus sinônimos que se repetem, mas seguindo a continuidade do discurso, utilizando as sequências dos números para cada unidade de significação, ou seja, a interação entre o sujeito e seu predicado. Entretanto, temos que considerar que o “[...] pensamento e a linguagem constituem um conjunto imbricado, conformando um processo que emerge da condição humana que e a caracteriza. Dai a linguagem ganhar seu significado de produção coletiva” (LEÃO, 2007, p.71).

Dessa forma, a investigação a partir da linguagem discursiva exige organização de um corpo empírico, o qual, em geral é fornecido por entrevistas. Como já relatamos anteriormente nesta pesquisa adotou a um roteiro semi-estruturado elaborado em função da hipótese, objetivos e fundamentos teórico-metodológicos que orientaram esta investigação.

Após a realização da entrevista realizamos a transcrição da mesma e com as entrevistas transcritas realizamos a organização dos dados para a análise, onde organizamos o texto em um corpus de análise aglutinando o mesmo enquanto frases na sequência do relato.

Feito isso realizamos a marcação do discurso, tendo por objetivo evidenciar os núcleos de sentido, os quais o pensamento gira em torno, ou seja, localizamos através da ferramenta “Localizadora” do programa Word as palavras semelhantes, bem como suas respectivas variações que podem ser demonstradas no seguinte trecho:

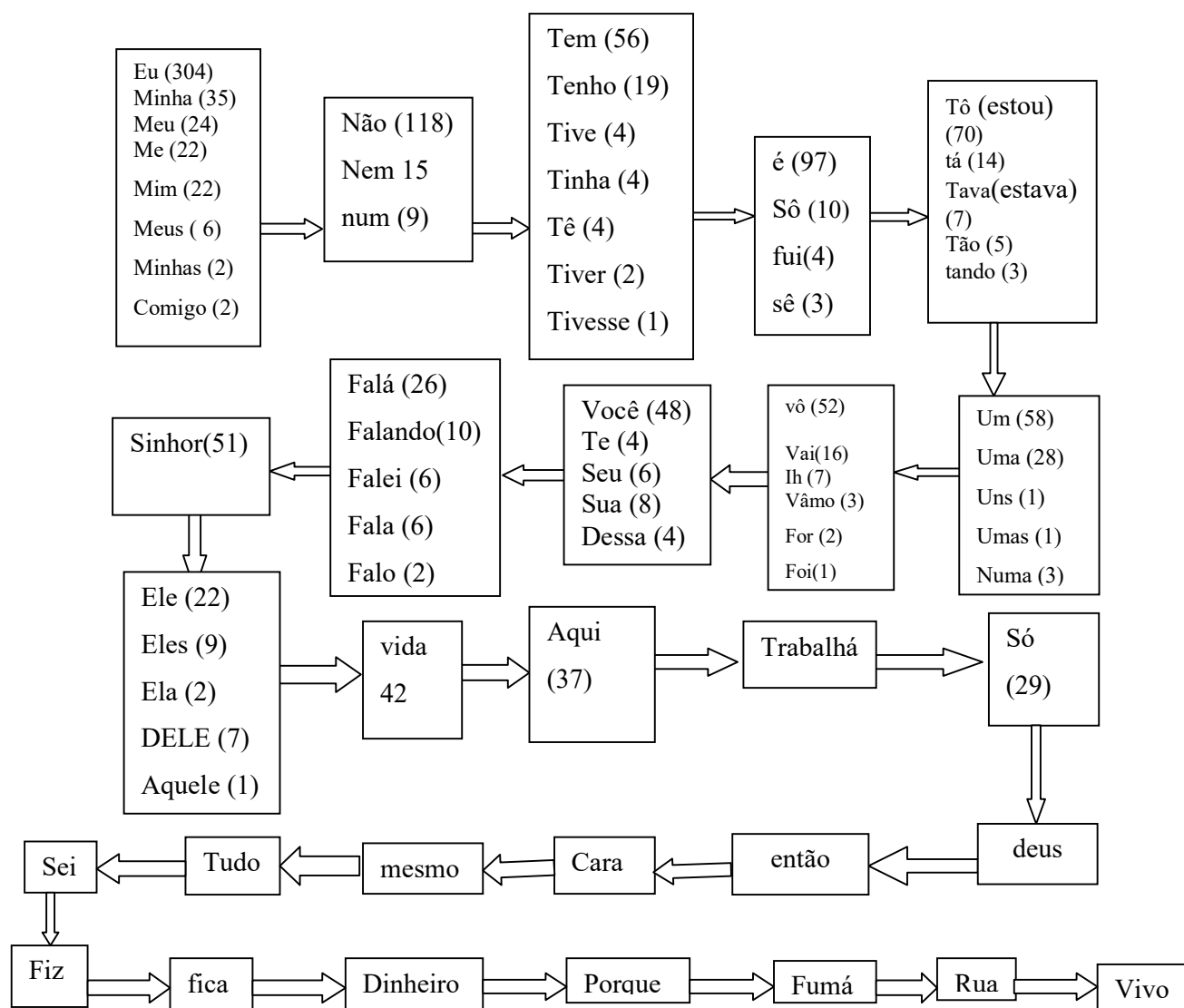
me conte se o trabalho influenciou para você ficar na rua: (silêncio 3 segundos)
 aah! eu vou falar bem a verdade pro senhor: o trabalho me influenciou eu em nada!
 O que me influenciou eu é fumar droga! eu souiciado, faz 20 ano que eu fumo crack, [eu]
 fumo maconha, [eu] bebo pinga. [eu] Até perdi o meu modo com a MINHA família
 por conta disso... o senhor entendeu!? Quando eu tenho dinheiro eu – eu fumo,
 [mas] Quando [eu] tenho dinheiro eu me entoco dentro desses hotel ai, e
 inquanto eu acabo com o meu dinheiro eu paro de fumar... Então o
 trabalho influi em nada. Porque trabalha, todo tem que trabalhá mesmo “.

Para o trabalho de análise e interpretação deste discurso, optamos por considerar os núcleos que apresentaram até trinta (30) incidências, por considerar que eles atendem aos nossos objetivos, na recuperação posterior da ideia principal do discurso (verificar quadro completo no ANEXO 4). Realizada a contagem, foram localizadas:

Núcleo	Variações dos núcleos	Contagem dos núcleos	Significado
4. 1 Eu	Eu (304) Minha (35) Meu (24) Me (22) Mim (22) Meus (6) Minhas (2) Comigo (2)	417	Pronome pessoal. 1. Designa primeira pessoa do singular no caso reto. 2. Personalidade de quem fala. 3. individualidade do ser humano.
4. 2 Advébio “Não”	Não (120) Nem 15 nunca (9) num (3)	147	Indica negação (antônimo de sim) 2. Privação ausência. Substantivo masculino – recusa.
1. Verbo “Ter”	Tem (57) Tenho (34) Tê (19) Tive (4) Tinha (4) Tiver (1) Tivesse (1)	120	Estar na posse de. Poder dispor de. Alcançar, receber, adquirir, gozar, usufruir, ser dotado de, padecer de.
1. Verbo “ser”	é (96) Sô (10) fui(4) sê (3) era (2) será (1)	113	Serve para ligar predicativo ao sujeito (caso da oração impessoal) serve para indicar tempo ou momento de tempo. Em combinação com o particípio forma o auxiliar passivo. Consistir em, pertencer a, ser natural de, o que existe.

Estes núcleos foram ordenados de acordo com a incidência, e distribuídos graficamente. Esta variação simplificada da técnica permite lidar com “[...] um gráfico que

sintetiza os gráficos completos, nos quais todas as palavras com várias incidências, os 16 núcleos, são contemplados na elaboração” (LEÃO, 2007, p. 72).



Para construir o enunciado, nos valem de algumas preposições e complementos tendo por base a estrutura gramatical da língua portuguesa enquanto conjunto de princípios que regem a língua escrita e falada. Dessa forma, a gramática e a sintaxe nos orientaram na organização das palavras, no sentido de combinar a ordem das mesmas, para que pudéssemos então juntar os núcleos de análise em um enunciado inteligível o qual desdobraremos ao longo da análise. A saber:

Eu não tenho (que) ser./ Tô (como) um (que) vôu (com) você falá./ Senhor, naquela vida aqui trabalhá só (por) deus!! Então cara, mesmo tudo (que) sei, fiz ficá (com) dinheiro porque (se) fumá (na) rua vivo.

Através da síntese dos núcleos temos a Representação do que o indivíduo elaborou, com suas contradições, Assim podemos entender o movimento de sua consciência “[...] com suas rupturas o que permite detectar elementos ideológicos que permeiam suas representações e assim chegarmos a constatar a sua consciência se processando” (LANE, 1989, p.41).

3. EU NÃO TENHO [QUE] SER

Diante do embasamento teórico e metodológico que conduz o presente trabalho é fundamental ressaltar que o morador de rua é fruto de uma condição histórica, das relações concretas e matérias da presente sociedade. Nesse capítulo falaremos sobre os fatores históricos, bem como as determinações materiais, e iremos apresentar o nosso pesquisado, nos baseando nos conceitos de personalidade de Leontiev (1983) e de identidade de Ciampa (1987). Para tanto faremos uma apresentação dos termos teóricos que nos orientam, e retomaremos a o discurso do entrevistado para tirarmos conclusões sobre sua identidade.

3.1 A ATIVIDADE E A IDENTIDADE

A identidade pode ser entendida como parte da relação dialética que cria o movimento de desenvolvimento da personalidade, tal como nos explica Vigotsky:

Cabe dizer, portanto, que passamos a ser nós mesmos através dos outros; esta regra não se refere unicamente à personalidade em seu conjunto, mas para a história de cada função isoladamente. Nisso é que está a essência do processo de desenvolvimento cultural expresso na forma puramente lógica. A personalidade vem a ser para si o que é em si, através do que significa para os demais. Este é o processo de formação da personalidade (VIGOTSKY, 1931/1995, p. 103. Tradução nossa para esta dissertação)¹.

Sendo o outro social o mediador fundamental, podemos perceber que sua consciência mantém para si, através do entrevistador o que emocionalmente parecer ser em si, na vivência do morador de rua. Tanto que os dados apreendidos a partir da análise gráfica do discurso, nos deram condição de relacionar a objetividade e a subjetividade.

A análise que segmenta o conjunto complexo em unidades nos mostra mais uma vez o caminho para resolver esta questão de importância vital para a teoria que nos ocupa. Revela a existência de um sistema semântico dinâmico, representado pela unidade dos processos afetivos e intelectuais. Mostra como qualquer ideia contém, transformada, a atitude afetiva do indivíduo para com a realidade representada nessa ideia. Permite também descobrir o movimento direcional que parte das necessidades ou impulso do indivíduo para uma determinada intenção de seu pensamento e o movimento inverso que parte da dinâmica do pensamento para a dinâmica do

¹Cabe decir, por lo tanto, que pasamos a ser nosotros mismos a través de otros; esta regla no se refiere únicamente a la personalidad en su conjunto sino a la historia de cada función aislada. En ello radica la esencia del proceso del desarrollo cultural expresado en forma puramente lógica. La personalidad viene a ser para sí lo que es en sí, a través de lo que significa para los demás. Este es el proceso de formación de la personalidad (VIGOTSKY, 1931/1995, p. 103. Tradução nossa para esta dissertação).

comportamento e a atividade concreta do pensamento (VIGOTSKY, 1931/1995, p. 10. Tradução nossa para esta dissertação)².

Por esta condição da dinâmica psíquica, o enunciado revelado pela Análise Gráfica do Discurso demonstra a principal ideia em torno da qual o seu pensamento foi sendo elaborado. Pelo primeiro núcleo identificado se revela que o morador de rua não se identifica com os demais que compartilham de sua condição, por isso afirma “EU NÃO TENHO (QUE) SER”.

Ao iniciarmos nossa discussão sobre personalidade voltamos para Vigotsky (1995, p.58), onde o autor destaca que

[...] as formas culturais da conduta são, precisamente as relações da personalidade. Ao estudá-las não tratamos como processos isolados, tomados de forma abstrata e que se produzem na personalidade, e sim com a personalidade em sua totalidade, com a personalidade superior.

A diante na mesma obra Vigotsky (1995, p.90), irá afirmar sobre a personalidade que

As investigações demonstram que a estrutura das formas superiores de conduta é variável, que possuem sua própria história interna que a inclui em toda a história do desenvolvimento em seu conjunto. As formas culturais de conduta não surgem só como simples hábitos externos, mas sim que se converte em parte inseparável da própria personalidade, incorpora nela novas relações e criam sistemas completamente novos.

Conforme Santos (2010), para conhecer um indivíduo não devo partir de suas características pessoais, ou físicas, mas do lugar em que elas foram desenvolvidas, não é possível compreender um indivíduo a partir da forma como ele se apresenta a mim, pois apresenta apenas a aparência do fenômeno.

A verdadeira essência está nos motivos dos fenômenos o que levam a se expressar daquela forma, bem como nas relações que ele estabeleceu e que se consolidaram naquelas características que se apresentam a mim em um momento específico. Compreender a identidade de um morador de rua, não é simplesmente identificar que ele se sente frustrado e dependente, mas ir além e, analisar as formas anteriores e atuais como ele se insere na realidade e o que faz com que ele se sinta dessa maneira.

²El análisis que segmenta el conjunto complejo en unidades nos señala una vez más el camino para resolver esta cuestión de vital importancia para la teoría que nos ocupa. Revela la existencia de un sistema semántico dinámico, representado por la unidad de los procesos afectivos e intelectuales. Muestra cómo cualquier Idea encierra, transformada, la actitud afectiva del individuo hacia la realidad representada en esa idea. Permite también descubrir el movimiento direccional que parte de las necesidades o impulsos del individuo hacia una determinada intención de supensamiento y el movimiento inverso que parte de la dinámica del pensamiento hacia la dinámica del comportamiento y a la actividad concreta de la personalidad (VIGOTSKY, 1931/1995, p. 10. Tradução nossa para esta dissertação).

Para entender a identidade do sujeito é necessário situá-lo, no momento histórico, o local onde vive, como desenvolve suas relações, isso porque conforme Santos (2010, p.121),

A identidade surge como possibilidade de ampliar o entendimento do sujeito particular, agora considerando também as forças sociais que agem sobre ele, os grupos os quais participa. Esta categoria caracteriza-se por ser o que o indivíduo é, suas formas de se relacionar, as características que o definem, seus gostos, vontades, gestos, aquilo que ele faz que o torna diferente das outras pessoas e também aquilo que iguala este em determinado grupo.

Ainda conforme Santos (2010), o que compõe a identidade é a soma de todas as particularidades que estão no indivíduo, tudo que ele fez e faz, e tudo o que ele é, onde se tem uma concepção dialética do indivíduo com a sociedade. Os processos afetivos também exercem grandes influencia sobre a identidade. Assim, uma das funções desta instância do psiquismo é organizar e estruturar os diferentes motivos que surgem da atividade do indivíduo e que irão mediar as atividades futuras. “Portanto, a questão central da identidade é a atividade do sujeito e as conexões que ele realiza com o mundo; e tais questões expressam-se sob a forma de vontade” (SANTOS, 2010, p.120).

A identidade não pode ser entendida afastada da atividade, e a construção da identidade pressupõe o processo de construção de objetivos próprios, embora nunca descolados do contexto no qual se está inserido, e que servirão como guia no desenvolvimento das atividades deste sujeito.

Isso pode ser constatado, quando perguntamos a uma pessoa o que ela é, na sequência vem a resposta do nome e do trabalho, visto que o trabalho é o principal mediador entre o indivíduo e a sociedade. Se a identidade é constituída na relação com a personalidade, Leontiev (1983), afirma que a história anterior não basta para conhecermos a personalidade, mas sim o futuro, os planos, as aspirações, os objetivos de vida.

Dessa forma, a dinamicidade do processo demonstra uma metamorfose na constituição da identidade, dado que a identidade não pode ser considerada como um conjunto de características inatas ou que se concretizam em dado momento da vida do sujeito, “mas são construídas e modificadas de acordo com as relações em que este sujeito estabelece na realidade” (SANTOS, 2010, p.121).

Outra característica fundamental da identidade é o fato de que embora seja uma unidade, ela apresenta-se como uma totalidade, por isso a identidade surge com uma importância ímpar de organizar as funções psicológicas superiores, e direcionar a ação em determinado momento específico.

Santos (2010), aponta que a primeira noção de identidade reside na dialética diferença-igualdade, na qual a constituição da individualidade é dada a partir do momento que o indivíduo se une a determinados grupos de pessoas. A identidade se constitui então em um processo de dupla negação, no qual aquilo que a pessoa é, dado pela negação daquilo que ela não é, mas o não ser participa também da sua identidade.

Considerando que somos determinados historicamente, e que a organização social é anterior a nós, bem como também somos substâncias, e logo fazemos parte da totalidade, devemos considerar que

Dessa forma, não se pode isolar de um lado um conjunto de elementos, biológicos, psicológicos, sociais, que podem caracterizar um indivíduo, identificando-o de outro lado a representação deste indivíduo como uma duplicação mental simbólica, que se expressaria a sua identidade. Isso porque, há como uma interpenetração destes dois aspectos de tal forma que a individualidade dada já pressupõe processo anterior de representação que faz parte da constituição do indivíduo representado. Antes de nascer uma criança, já é filho de uma mãe, esta representação prévia constitui efetivamente, objetivamente, com filho membro de uma determinada família, posteriormente essa é representação é incorporada na sua objetividade social como filho daquela família (CIAMPA, 1994, p.65).

Existe assim um processo contínuo de posição e reposição de identidade que faz com que ela não seja estática, mas construída por meio de diferentes relações que estabelecem na realidade. Entretanto, não reconhecemos esse movimento. Não vemos como estamos sendo modificados, ou cristalizados pela “mesmice”. Isso decorre de outro movimento de identidade abordado por Ciampa (1987), a mesmice e a mesmidade.

A mesmice é o fenômeno que tende a permanecer estático e resistente à mudança no processo de desenvolvimento da identidade. Por outro lado, a mesmidade incorpora a metamorfose, a qual permite que o indivíduo se apresente de forma diferente, mas que também é ele. Este movimento supera a vivência de uma personagem e permite que se assumam uma identidade marcada pela transformação. Este movimento garante a dinâmica dialética da identidade, não só no que tange ao processo de sua constituição, mas na possibilidade de coexistência de contrários que não se negam.

Entretanto nossa sociedade constrói papéis e formas de relação que a mesmidade é negada, criando papéis e funções rígidas os quais o indivíduo deve se adequar sob o risco de ser punido caso não faça. Como qualquer morador de rua, estagnado por sua condição resta esperar em um “milagre” para que haja um dia saia da estagnação.

Considerando os parâmetros metodológicos para o entendimento da personalidade Leontiev (1983), aponta pelo menos três os quais devemos buscar no processo de análise,

sendo eles: a quantidade de conexões entre o homem e o mundo, o grau com que estão arranjados em hierarquia e a sua estrutura geral.

Por não ser uma teoria mecanicista, todos os parâmetros estão mediados pela atividade, bem como pela consciência que representa a atividade ao dar o sentido pessoal para o indivíduo. Desta forma o sentido pessoal é o conjunto de sentidos individuais em relação com os significados sociais e os afetos. Partindo destes conceitos iremos para o discurso do sujeito para analisar sua personalidade e identidade.

A ideia central, ou núcleo do pensamento possível de ser expressa por meio da análise gráfica do discurso caracteriza apenas um discurso predicativo e contém apenas os elementos mais fundamentais necessários que exprimam o sentido que aquele tema possui para o sujeito, ele indica este processo do pensamento, possui um caráter abreviado, amorfo, e, por sua característica funcional, é principalmente predicativa (VIGOTSKY, 2009). Estas palavras não possuem um tempo verbal definido e por isso, quando desdobrado sob a forma de linguagem oral podem se referir ao passado, presente ou futuro.

Nem sempre os sentidos pessoais são conscientes, dado que são permeados pelas necessidades que, quando representadas se tornam motivos os quais orientam a atividade do sujeito. Se os sentidos pessoais são mediados por signos, podemos retomar o sentido pessoal do sujeito em relação a si, o qual fora gerada pela análise gráfica do discurso. O discurso sintetizado pela análise gráfica gira em torno dos núcleos principais como falamos anteriormente, os quais são os de maiores incidência e por isso a consciência gira em torno dos mesmos. Sendo assim, o discurso para ser analisado é:

Eu não tenho (que) ser./ Tô (como) um (que) vôu (com) você falá./ Senhor, naquela vida aqui trabalhár só (com) deus, então.

Se a relação do sentido pessoal está em conexão com os significados sociais, podemos comparar os significados sociais com os sentidos pessoais do sujeito, bem como entender como esta relação se constitui por meio de sua personalidade. Assim temos os seguintes significados para analisar no presente capítulo:

EU NÃO TENHO [QUE] SER!

Iniciaremos pelo núcleo [EU] que conforme o dicionário Luft (1999, p.309), vem a ser: “1. Eu; pronome pessoal. Designa a primeira pessoal do singular do caso reto, Substantivo masculino, 2. Personalidade de quem fala. 3. Individualidade do ser humano; a consciência”.

Em complemento unidade de significado “EU” palavra “não” de acordo com Luft (1999, p.474) indica: “[...] indicação de negação (antônimo de sim), 2. Privação, ausência, com valor de prefixo, negativo, recusa”.

Já a palavra “tenho” significa para a língua portuguesa conforme o dicionário Luft (1999, p.634): “[...] estar na posse de, receber, adquirir, gozar, usufruir, sentir, experimentar, conter, compreender”.

Por fim, a palavra “ser”, conforme o dicionário Luft (1999, p.603), serve para: “[...] ligar predicativo [o livro é bom] ou não havendo sujeito [caso da oração impessoal] serve para indicar tempo ou momento de tempo. Em combinação com o particípio forma o auxiliar passivo, consistir em; pertencer a, ser natural de; o que existe”.

Como uma das categorias teóricas da Psicologia sócio-histórica trata da personalidade que se liga diretamente a palavra “eu”, partiremos dessa categoria para o entendimento das mediações as quais determinam e permeiam o sujeito entrevistado.

Conforme a teoria da atividade, as ações que desenvolvemos no meio social são multifacetadas e são conectadas em nós através das relações objetivas e sociais por natureza, nas quais ele necessariamente entra. Estas são as amarras de necessidades e motivos que são organizados e que orientam nossa atividade no mundo através de suas hierarquias, também se formam diversos núcleos de nossa personalidade, os quais chamamos "eu" em outras palavras, “este centro não reside no indivíduo, sob a superfície de sua pele, mas em seu ser” (LEONTIEV, 1983, p. 187). Dessa forma, entender o “eu” do sujeito em análise é, sobretudo entender as relações objetivas as quais determinam sua subjetividade.

Assim para entendermos o sujeito, precisamos compreender as suas conexões com o mundo objetivo. Outrora afirmamos que trabalho é uma atividade orientada e por sua vez conecta o homem com o meio social através das ferramentas práticas que são mediadas pelas funções psicológicas superiores e pelos signos sociais.

Na sociedade capitalista temos que a principal forma de mediação do homem com o meio social é o emprego, isso porque Leontiev (2004), apontou que o trabalho na sociedade capitalista não é necessariamente uma forma de constituição do homem, mas uma forma de suprir suas necessidades através do salário, o homem alheio ao conteúdo do seu trabalho torna-se alienado de sua condição no meio social.

Sendo o emprego e o salário os principais mediadores que estabelecem a relação do sujeito no mundo capitalista, podemos questionar como um morador de rua estrutura sua consciência na ausência permanente de trabalho? Qual a consciência de si? Quais seriam suas conexões dentro do cotidiano social?

Ao voltar para a entrevista partimos da seguinte questão: como o trabalho influenciou para você ficar na rua? Tínhamos o objetivo de investigar a relação que o mesmo tem com o trabalho, bem como a constituição de sua consciência os sentidos e significados da Assistência Social para este, já que era o ambiente onde este estava inserido e que participa de palestras, almoça, por vezes dorme, retira os documentos, assim como é encaminhado para outros serviços tais como atendimento de saúde.

Na primeira oração do seu discurso João afirma

[...]o trabalho nunca me influenciou eu em nada! O que me influenciô eu é fumá droga. Eu sou viciado faz 20 anos que eu fumo crack, fumo maconha e bebo pinga. [eu] Até perdi o meu modo com a minha família por conta disso... o senhô entendeu?![...]

Ao longo da entrevista estas temáticas que tocam o trabalho e o uso de drogas se interagem, e se transformam. Lima (2008), ao fazer uma análise referente à identidade da pessoa usuária de drogas afirma que parece existir um consenso entre diferentes autores no que se refere à impossibilidade de traçar uma identidade típica para o dependente químico. Uma vez que, o usuário de drogas pode se valer do uso para o seu deleite em momentos de angústia, mas esta nunca se transforma na razão maior de sua existência.

Diante de uma abordagem materialista e dialética cabe ressaltar a influência física que a droga causa usuário, conforme Brasil (2014), os danos pelo uso do álcool são relacionados ao padrão de consumo. Assim quanto mais uma pessoa bebe, maior o risco de provocar ou sofrer danos.

Ainda conforme Brasil (2014), o álcool é capaz de causar diversos problemas neurológicos, tanto no sistema nervoso central, quanto no sistema nervoso periférico, dentre as doenças provocadas pelo uso excessivo de bebida alcoólica pode-se listar: a confusão mental, a síndrome de Wernicke-Korsakoff, na qual se apresenta a falta de coordenação motora. Já a morte difusa de células nervosas pelo uso excessivo do álcool pode levar o indivíduo a apresentar demência alcoólica, que no final pode ser difícil de diferenciar de uma demência clássica.

Com relação ao uso do crack que é uma droga estimulante o entrevistado afirma ser usuário há vinte anos, o uso permanente pode causar lesão na mucosa nasal e apresentar lesões e sangramento pelo nariz, o que pode causar também a facilidade de microorganismos que podem invadir e danificar o sistema respiratório por meio de infecções. Outra fonte de risco fisiológico causado pelo crack é inalação da fumaça em altas temperaturas a qual agride o sistema respiratório, podendo o usuário apresentar dor no pulmão, escarro de sangue,

bronquite, edema pulmonar, intensa dor no tórax, febre alta e dificuldade para respirar (BRASIL, 2014).

Por ser fumado em latas de alumínio quando aquecidas a pedra do crack libera substâncias tóxicas juntamente com a composição da própria lata o que se torna nocivo e tóxico para o sistema respiratório. Pessoas que apresentam a síndrome do pulmão do crack podem ter febre, falta de oxigênio no sangue, tosse com sangue, falência respiratória e alteração dos alvéolos pulmonares. Através do pulmão e pelas trocas gasosas o crack entra imediatamente na corrente sanguínea e seus efeitos se iniciam de dez a quinze segundos no cérebro, enquanto a cocaína demora cerca de quinze minutos e a injeção na veia cerca de cinco.

Ao atingir o cérebro, o crack produz a sensação de prazer e satisfação, pois as áreas estimuladas são as mesmas que desencadeiam os instintos de sobrevivência, sensação de prazer sexual, bem como atinge a região que é responsável por atividades relacionadas à solução de problemas, à flexibilização mental e ao julgamento moral. Em complemento retarda a velocidade do julgamento de informações, pelo qual o cérebro integra as informações e avalia quais decisões tomar, o que pode retroalimentar a dependência.

O uso do crack em longo prazo, conforme Brasil (2014), pode prejudicar habilidades cognitivas tais como a tomada de decisão, capacidade de julgar, bem como dificuldade de atenção, além da diminuição da velocidade de raciocínio.

Ao longo da entrevista o usuário além de apresentar dados confusos sobre si, tais como contradições de frases o que poderia conotar certa confusão mental, também relatou 9 vezes que estava com dor no pulmão, que não estava bem aquele dia, que havia tomado chuva aquela semana e tinha piorado suas dores respiratórias, entretanto o entrevistado atribuiu as dores no pulmão ao longo tempo de trabalho, dentre os quais 8 anos em carvoaria.

Todavia, considerar apenas os fatores fisiológicos como determinantes na constituição da subjetividade não coincide com os aspectos metodológicos da psicologia sócio-histórica. Isso porque Leontiev (1983), considera que as necessidades fisiológicas não determinam o comportamento do homem, mas que esta seria apenas um dos níveis a serem considerados na análise, assim como as necessidades sociais, o autor afirma que

A análise sistêmica da atividade humana também constitui necessariamente análises por níveis. É precisamente a análise o que permite superar tanto a contraposição do fisiológico, o psíquico e o social, como a redução de uns níveis a outros (LEONTIEV, 1983, p.93. Tradução nossa).

Logo não haveria uma dependência física, se não fosse a dependência psíquica, sendo que nas toxicomanias estabelece ambas as formas de dependência. No caso da dependência física um aumento crescente da dose inicialmente administrada, com possíveis substituições por drogas mais potentes.

Para Lima (2008), um dos primeiros pontos da identidade a ser levado em conta para se analisar o usuário de drogas é que mediante as questões intersubjetivas que conotam um fetiche no uso da droga e que atribuem a essa um poder de dominação inevitável sobre os indivíduos. Isso equivale ao reconhecimento e redução dos indivíduos que utilizam a droga a serem considerados meros dependentes.

Se partirmos da concepção que o uso da droga se dá no contexto intersubjetivo, também está neste íterim o estigma voltado para o usuário, que é nominado socialmente como incontrolável, impulsivo, dependente crônico, etc. Nosso entrevistado ao se referir ao consumo das drogas também aplica este tipo de valoração de si enquanto usuário, assim afirma:

[...] quando eu começo a fumar eu não paro, quando eu tenho dinheiro eu fumo, quando eu não tenho eu não fumo, se eu tenho dinheiro, me entoco dentro desses hotéis aí, e só saio domingo [...].

Na medida em que os indivíduos deixam de repor, este personagem de dependente nem sempre é uma garantia de recuperação dos outros personagens perdidos/negados (pai, filho, irmão, trabalhador, etc.), não ocorrendo, portanto uma metamorfose, como "mesmidade" que pode se pensar e ser. Baseando-nos então pela teoria da identidade, podemos ver que o mesmo, foi deixando de repor o personagem de sujeito dentro de um contexto sócio familiar, no contexto do trabalho e aos poucos foi construindo um personagem mergulhado no contexto da dependência.

O ciclo de uso por parte do indivíduo se retroalimenta ao longo de suas interações, dentre as quais estão o estigma que se tem para com o usuário de drogas no meio social potencializa o uso da droga, conforme Lima (2008, p. 91),

Ao estigmatizar o usuário de drogas, a sociedade cumpre a função divergente a que explicitamente se propõe, ou seja, ao invés de desestimular o uso da droga, reforça-o por meio do rebaixamento contínuo da autoestima desses indivíduos, negando-lhes o acolhimento e a aceitação social estimulando-os a integrar-se com outros indivíduos marginalizados por diferentes desvios e/ou estigmas, encontrando em outros toxicômanos a sua identidade grupal.

No contraponto da citação acima, nosso entrevistado João não chegou a afirmar se tem ou não um grupo de companheiros para a utilização da droga, todavia o mesmo relata a influência negativa que o uso da droga lhe impôs nas relações, em suas palavras:

[...]Depois que eu entrei na droga, [eu] só perdi, que, as vezes a gente pensa que a droga é um desabafo pra gente, e não é. A droga no meu olhar, é prazer só naquele momento. Acabô a droga, não tem mais prazer. Você tem corrê atrás pra arrumar outra. Então, de graça ninguém te dá, é um caminho sem volta vamo dizê, né? Só vai, mas não tem volta! Porque eu posso gastar mil, dois mil real com traficante, se eu chegá depois e o meu dinheiro acabá, já aconteceu isso comigo – que eu não vou mentir pro senhor, vou falar a realidade – de eu chegá faltando 2 ou 3 reais e eles não me vendê[...].

Dessa forma aos poucos se configura um personagem que paulatinamente é estigmatizado pelo meio social por conta do uso da droga, bem como pela relação intersubjetiva, a qual também nomeia João como um sujeito de pouca responsabilidade, que aos poucos constitui a visão de outro “outro” que vem a ser a visão de si mesmo,

[...] as vezes você não consegue ter um bom emprego, porque ninguém te dá, porque você não tem uma responsabilidade, vamos dizer assim. Porque se você pega o pagamento hoje, amanhã você vai pra gandáia e amanhã você perdeu o emprego. Todo mundo tem sua responsabilidade, porque se você vai trabalhar em uma firma grande, ninguém vai pegar você pra trabalhá só hoje, amanhã você tem que ir no horário. Então eu como sou usuário de droga. Usuário de droga não tem responsabilidade. Você não tem aquele compromisso, vamos dizer assim né?

Por outro lado, apesar de sermos detentores de necessidades básicas a serem supridas, nós também temos necessidades superiores as quais atingiram a ordem de prioridade para nosso entrevistado, dado que somos determinados pelas relações que temos com o meio e não mais por instâncias biológicas. Desta forma, as necessidades sociais são as orientadoras principais de nossas atividades.

Por trás do comportamento humano se esconde o desenvolvimento de seu conteúdo objetivo, ou seja, os motivos concretos da atividade humana. Como já dissemos anteriormente o motivo é a necessidade significada pelo indivíduo. Nesse caso a análise das atividades são antes de tudo análises dos motivos. Entretanto nossas atividades são polimotivadas, e na malha de necessidades agimos para atender nossos motivos principais, ou seja, nossas atividades emergem em meio a uma multidão de forças dinâmicas.

Juntamente com a atividade as emoções ocupam uma ordem superior dos aspectos afetivos, ela não está necessariamente subordinada à atividade, mas aparece como um resultado. Neste sentido, “A característica especial das emoções reside no fato de que refletem relacionamentos entre os motivos as necessidades e o sucesso” (LEONTIEV, 1983, p.162).

Se voltarmos a verificar o discurso do entrevistado, vemos um conjunto complexo de motivos os quais estão imbricados diretamente na necessidade superior que é o trabalho, isso fica presente em diversos trechos de seu discurso

[...] eu to doido pra trabalhar, pra eu sair daqui [...]

[...]Eu trabalhando tenho o meu dinheiro e não preciso de ninguém [...]

E continua:

[...] porque a pior merda que tem é você depender dos outros [...].

O trabalho assume o papel de algo almejável, que suprirá sua expectativa, lhe dará autonomia, assim como a condição de sair da rua, pelo trabalho o entrevistado pensa atingir outro patamar social, ao mesmo tempo em que, pelo seu discurso deixará de ser visto como um dependente do Estado. Podemos ver esta importância do trabalho nas seguintes falas:

[...] eu vou arrumar um trabalho, ai a sociedade vai me olhar com outros olhos.

O trabalho é socialmente motivado, mas também é dirigido por motivos, como a recompensa material. “Os motivos que induzem a atividade e também lhe dão sentido pessoal, que são chamados de formadores de sentido [...]” (LEONTIEV, 1983, p.166).

Os motivos não são separados da consciência, ainda que inconscientes por vezes, mas de forma especial dão uma coloração emocional para a ação. Essa coloração, sua intensidade, exerce uma função específica, que também requer a distinção entre o conceito de emoção e sentido pessoal. A atividade se dá em uma esfera de múltiplos motivos, já que as ações humanas se dão em um conjunto de relações, seja na sociedade, seja voltando-se para o âmbito do indivíduo.

Na estrutura de uma atividade o motivo pode preencher a função de formação de sentido, numa outra, a função de estímulo suplementar. Para Leontiev (1983, p.167), “Os motivos formadores de sentido sempre ocupam uma posição hierárquica superior. Parecendo ser dominante na vida da personalidade”.

Entretanto o motivo não se origina no indivíduo isolado, mas em plena relação com o seu meio circundante. Para reconhecer os motivos reais da atividade o sujeito precisa proceder de forma indireta, com esta diferença. Entretanto no decorrer do caminho ele será orientado por sinais - experiências, "marcas" emocionais da vida.

Dentre as determinações principais para a configuração da personalidade deve-se ter em mente um esclarecimento das relações hierárquicas dos motivos. Entretanto se estamos em movimento, a transformação sistemática pressupõe a modificação dos próprios motivos, a qual ocorre no movimento desse sistema inteiro de atividade do sujeito, no qual sua personalidade é formada.

Como vimos, se cada atividade que exercemos é mediada por diversos motivos e para conhecer a essência do comportamento temos que entender os motivos, no discurso do entrevistado, para entender o porquê do tema trabalho ser tão recorrente.

Ao longo da entrevista “João” relatou:

[...]To cansado dessa vida, de sê mal visto pela sociedade, ficá dependendo dos outros, a policia olha a gente com o olho torto.[...]pra um filho de deus isso é humilhante, aquele lá é um mendingo, um viciado em droga,drogado que não trabalha, só quêsabê de fumá droga[...].

[...] Acha que a sociedade não vê a gente assim? Vai sê sempre assim, nunca vai acabá não adianta tampá o sol com a peneira [...].

Mediante a afirmação do entrevistado vai se configurando a identidade de um indivíduo que se compreende como alguém que não precisa ser reconhecido como os outros que fazem parte do grupo de moradores de rua da cidade, e ao se negar afirma-se como tal.

[...] Então, a [minha] vida é assim... Eu tenho até vergonha de me comunicá com a minha familia de fala que eu to numa vida dessa aqui.[eu] [vou] Falar pro meu pai, falar que eu to morando na rua, que eu to morando no CETREMI, meu pai me xinga tudo – “você é um irresponsável, eu sempre te falei pra você que você não ia conseguir caminhar com suas “próprias perna”?[...].

Wallon (1979, apud EUZÉBIOS FILHO, 2011), afirma que o sujeito se vê como membro de um grupo que por sua vez, diferencia-se dos outros grupos pelos seus valores, seus objetivos, suas motivações e finalidades práticas. O grupo nasce em oposição a outros grupos, que lhes dão parâmetro de ação, de certo ou errado, é aquilo que é chamado de grupo de referência o qual se torna base para organização também de sua consciência e mediação de seus significados.

Os grupos nascem dentro do meio social o qual vive um conjunto de pessoas, que se identificam não apenas especificidades da vida material, mas pelos valores que compartilham. Entretanto a singularidade não se dissolve na relação com o grupo, dado que dependerá das relações que o sujeito desenvolveu ao longo da vida, bem como os valores ideológicos os quais dão sentido a sua consciência.

Notamos que pelo discurso do morador de rua o mesmo não se identifica com os outros moradores de rua, apesar de socialmente estar inserido neste contexto em sua fala podemos notar:

[...] Ai eu fico velho, que nem eu vejo muito ai, que não consegui nem tomá banho! Num tem uma família, não tem um canto pra vivê! Não tem dinheiro guardado, eu mesmo não tenho nenhum centavo. Quanto dinheiro eu já perdi na minha vida ?! [...].

Mesmo se igualando com os demais moradores de rua, o que diferencia dos outros é a vontade de mudar, vontade de ser diferente:

[...] Então... você viu, ninguém quis aqui conversá com o senhor, o senhor viu como que é!? O senhor tá formando pra psicólogo sabe melhor que eu isso aqui! Não tem um progresso! Só eu e o moreninho lá, mas ninguém tem interesse. Óh o tanto de gente que tem aqui na casa, você acha que a vida deles tá boa!? O senhor sabe não tá boa!! Mas é o tipo de pessoa que num qué mudança na vida né!? Ai tanto fâiz se tá aqui, ou se tá na rua! Se é daqui ou se é da rua! Mas eu tenho vontade de mudá MINHA vida [...]

Para Leontiev (1983), um dos processos da formação da personalidade pode ser representado como um desenvolvimento da vontade. Isso porque a ação impulsiva, involuntária, é uma ação impessoal, embora possa falar da perda da vontade apenas como relação da personalidade e primitiva, esta vontade e a intencionalidade são de ordem superior para a psicologia sócio-histórica porque por meio dela o sujeito pode se orientar, conduzir não apenas o seu pensamento, mas também a sua atividade. De acordo com Leontiev (1983, p. 172), “Por essa razão os autores que consideram a vontade como o traço mais importante da personalidade do ponto de vista empírico, portanto estão certos”.

Entretanto a vontade é só uma das expressões da personalidade, sendo que a base real da personalidade e aquela estrutura especial da atividade inteira do sujeito a qual ocorre em certo estágio do desenvolvimento e de suas conexões com o mundo.

Se por um lado, a vontade se revela como uma das expressões da personalidade, por outro Leontiev (1983), caracteriza a importância da base real, bem como a totalidade das expressões do sujeito na relação com o mundo. Ao voltarmos para o discurso do morador de rua vemos em diversos trechos a forma como não gostaria de ser visto pelo meio social, assim se expressa

[...] Só sei que não é fácil não, seu Carlos. Tem cara ai que pensa que o mundo é um mar de rosas, (risos) é só ele correndo atrás pra ele vê, viu!? Como é duro! Esse mundão ai de meu deus. Quando tema família que banca, que dá isso, ou dá

aquilo que ajuda . Mas Quando tem um cara que nem eu hãm! (silêncio) Tem gente que ajuda , mas eu não gosto de pedi, eu não gosto de ficá levando desaforo[...].

E um pouco mais adiante afirma:

[...] Todo mundo que trabalha ai que é funcionário, empresário, não fala mal de nós aqui?! Não falá!? Olha nós tamo trabalhando aqui pra tratar daqueles vagabundos do CETREMI, do POP lá. Óh, tudo drogado! Ladrão, eles vê nós assim!! Nós sai do portão ai pra trás e todo mundo é tratado que nem ladrão! Com desconfiança né!? É ruim a pessoa ser tratada com desconfiança na vida.[...]

Se retornarmos as considerações referentes a teoria da identidade, temos que esta ocorre pela negação da negação, ou seja, sou aquilo que não sou, ou deixei de ser, ao longo da fala o indivíduo vai se construindo o seu personagem afirmando que já trabalhou muito na vida, que já ganhou muito dinheiro, mas que também perdeu tudo, mediante tais fatos o sujeito inicia suas negações:

[...] Eu só perdi até hoje na minha vida! [eu] Nunca tive... [eu] Não tive filho, [eu] tive vontade de tê uma mulher , [eu] não consigo! as vezes você não consegue tenho um bom emprego, porque ninguém te dá. Porque você não tem uma responsabilidade, vamos dizê assim! Porque se você pega o pagamento hoje amanhã você vai pra gandáia e amanhã você perdeu o emprego! [...].

Aos poucos sua identidade vai se constituindo e assumindo consigo e em si o conjunto de representações que outrora se originaram coletivamente, e que agora o indivíduo assume enquanto um morador de rua, seja a representação de um vagabundo, ou alguém doente que não tem um centavo no bolso, que é mal visto pela polícia quando anda na rua, pelas vezes que já apanhou por estar dormindo na calçada, ou em uma casa abandonada. Entende-se como alguém doente com dores, seja pelo uso excessivo do crack, seja pelo tempo em que trabalhou na carvoaria. Tais determinações concretas foram estabelecidas no conjunto de relações que teve com o meio social, a partir daí o indivíduo entrevistado designou-se como igual a todos os outros moradores de rua, tal como um viciado, ou alguém que oferece risco, mas ao mesmo tempo se diferencia dos outros, e por ser igual aos mesmos, não se identifica, pois tenta mudar para não se sentir acomodado.

Todavia o conjunto das determinações concretas cristalizado em suas relações pode ser entendido pela teoria da identidade como estagnado pela mesmice, sendo assim, ainda que morador de rua queira, não deixará de ser mal visto pelo meio social, por não possuir trabalho e ainda será considerado responsável por seu fracasso. E ainda terá de enfrentar um conjunto de mediações concretas as quais abordaremos no próximo capítulo, aonde vamos discorrer

sobre a desigualdade e a expulsão do contexto do mercado de trabalho, restando assim as mediações da assistência social para lhe dar suporte.

4. TÔ (COMO) UM (QUE) VÔU (COM) VOCÊ FALÁ

No primeiro capítulo concluímos que o sujeito pesquisado, não se vê como os outros moradores de rua. Neste capítulo temos o objetivo entender a dinâmica da desigualdade social dentro do capitalismo monopolista e as particularidades do Brasil frente esta realidade social. Posteriormente discutiremos a configuração do processo histórico da assistência social á partir de 1988 onde recortamos este período com a finalidade de entender como se construiu a política de assistência no Brasil a partir da constituição, passando pela promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social e o processo de implementação desta lei na configuração interna da política de assistência.

Feito isso, iremos apresentar brevemente o início da Política Nacional da Pessoa em Situação de rua, para enfim apresentar o contexto municipal e Estadual efetivado por esta política. Daí, faremos uma breve análise da consciência do morador de rua mediante o significado que este tem desta política, tendo em vista a relação que desenvolve dentro deste contexto de política de seguridade, onde partiremos da síntese gerada pela análise gráfica do discurso que vem a ser:

Tô (como) um (que) vôu (com) você falá.

Ao longo do discurso o entrevistado demonstrou desconhecer as mediações inerentes ao meio social, bem como tem uma visão parcial do que é a assistência social dentro da dinâmica capitalista, dessa forma cabe resgatar as mediações que determinam a realidade social no capitalismo contemporâneo e a relação existente com a assistência para posteriormente retomar a fala do sujeito com o intuito de correlacionar a personalidade do sujeito aqui pesquisado, tendo como fundamento metodológico a teoria psicológica sócio-histórica.

4.1 A CONDIÇÃO HISTÓRICA DO TRABALHADOR NO CONTEXTO DE PRODUÇÃO

Reconhecemos metodologicamente a importância de se conhecer os meios de transformação social inerente ao trabalho humano, isso porque “o estudo da psicologia deve partir das relações de produção, reconhecer como o comportamento é determinado a partir dessas relações de produção” (CODO, 1987, p.141).

Assim, reconhecer as determinações sociais, para a psicologia sócio-histórica não é o mesmo que dizer que o homem é o reflexo espelhado do meio, mas sim que o indivíduo pode ser determinado pelas relações históricas de onde vive sem reduzir este à sociedade.

Ainda para Codo (1987), a psicologia toma o trabalho a partir das relações de produção capitalista, tendo em vista o estágio em que se encontram as forças produtivas. Cabe então, para esta pesquisa retomar os aspectos históricos para entender o mundo do trabalho para posteriormente inserirmos o morador de rua no contexto da análise.

Marx (1984), observou em sua época, que o trabalhador se torna acessório do capital e ressaltou duas formas, na primeira condição o trabalhador empregado consome parte do que produz e retroalimenta o sistema produtivo, no segundo caso perpetua o modelo produtivo como exército industrial de reserva. Ao ser uma sobra no contexto produtivo o trabalhador para o capital torna-se supérfluo, mediante a situação empregabilidade o trabalhador tem a possibilidade de assegurar pelo seu salário seu consumo, ainda que seja para suprir necessidades básicas.

Por outro lado, na condição de desemprego o trabalhador agora perante o sistema de produção é tomado como sobra, não tendo condição de garantir o seu sustento de um lado, além de influenciar a desvalorização do trabalho, o que puxa para baixo os salários médios dos mais diversos segmentos produtivos, isso porque o trabalho do proletário é visto pelo empregador como uma mercadoria onde o trabalhador aceita se vender por valores menores para a garantia de seu sustento.

Tendo em vista a categorização outrora elaborada por Marx (1984), que abordamos na introdução do presente trabalho, partiremos de autores contemporâneos tais como Harvey (1993), Netto (1996), Silva (2006) e Iamamoto (2010), que na atualidade discorrem sobre as condições da classe trabalhadora mediante as configurações do capitalismo tardio baseados em uma realidade social concreta, mas que também podem explicar as causas históricas que condicionam a ampliação de grupos de trabalhadores cada vez mais “mergulhados” na desigualdade.

Dessa forma, cabe ressaltar que a análise realizada por Marx (1984), é válida para seu tempo, e que as características e nomenclaturas podem ser alteradas na medida em que mudam as relações sociais. Sendo assim, é fundamental buscar auxílio da literatura contemporânea sem perder de vista as contribuições teóricas e metodológicas do materialismo histórico e dialético que respaldam o presente trabalho.

Para Netto (1996), as características centrais do modelo capitalista concorrencial de produção se alteraram, pois se combinam com novas formas de exploração, os quais são

deflagrados em complexos jogos de sentidos revelados nas instituições que compõe o meio social.

O capitalismo de ordem monopolista, apesar de diferenciado do período em que Marx realizou sua análise, não põe em cheque seus princípios teóricos de análise, uma vez que ainda se perduram profundas contradições sociais, a desigualdade entre capitalistas e os trabalhadores além da privação ascendente da última classe. Dentre as características que marcam o novo modelo vigente de produção a burguesia ainda prima pela produtividade e pelo lucro, entretanto este eixo de orientação das relações do capital se torna secundário em grau de importância.

Emerge assim, o sistema monopolista, sendo que a concentração do capital se encontra em grandes corporações e órgãos financeiros tais como bancos internacionais, acionistas e seguradoras. A nova ordem burguesa visa à ampliação constante dos lucros capitalistas através do controle de mercado, transpondo a soberania nacional, tornando-se mundial.

No novo sistema de produção a mais valia que era advinda da relação entre trabalhadores e donos dos meios de produção é invertida por superlucros de monopolistas. Inerente a este sistema há uma taxa de mais valia extorquida de outros grupos de produção tal como a prestação de serviços. Outra característica em vigor do capital monopolista é a transferência de produção para países de terceiro mundo, reduzindo a pequenos escritórios em seus países de origem as centrais de grandes corporações. O trabalho vivo é reduzido frente às grandes fusões, aliado aos processos de automação com o intuito de eliminar mão de obra humana e, por conta dessa estrutura há uma proliferação do exército industrial de reserva.

Para Yamamoto (2010), o capital financeiro assume o comando do processo de acumulação e mediante inéditos processos sociais que envolvem a economia, a sociedade, a política e a cultura, transpassando fronteiras, bem como as soberanias nacionais.

Por sua vez, o universo do trabalho é permeado por processos de expropriação em uma proporção jamais vista na história. As necessidades sociais e as lutas dos trabalhadores organizados pelo reconhecimento de seus direitos são pendências constantes nas relações de trabalho, assim como são pautas recorrentes em conflitos de classe.

Surge então à questão social, que para Netto (1996, p.08) vem a ser

[...] o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que se deu com o surgimento da classe operária no desenvolvimento da sociedade capitalista. Assim a questão social está fundamentalmente relacionada entre o conflito capital - trabalho. Sendo nas palavras de um profissional da assistência social a expressão do processo de formação e desenvolvimento

da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do estado.

Os problemas sociais, econômicos e políticos advindos da relação de classe tornam-se ainda mais complexos atualmente, uma vez que, as mediações sociais implicam relações mais amplas deixando de ser uma relação direta entre patrões e empregados para tornar-se uma relação mundial. De acordo com Codo (1987, 147),

A fragmentação do trabalho atinge as relações sociais de produção. O lucro, a expropriação de trabalho, deixou de ter nome, sobrenome e endereço, como na época em que a limusine do patrão deitava às portas da fábrica um corpanzil gordo, que parecia acumular as energias sugadas do trabalhador. Hoje, “jovens executivos dinâmicos” transmitem “ordens superiores” recebidas, por sua vez de executivos menos jovens, que por sua vez, também receberam ordens superiores. A internacionalização do capital rouba o ladrão do produto do trabalho.

A conexão mundial da economia está ligada a grupos industriais e investidores transnacionais, resultantes de processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberalização econômica. Estes grupos adensam sua acumulação, tornando o capital mais restrito a uma ordem financeira, para bancos, companhias, fundos de pensão passando a comandar as regras as quais configuram os modos de acumulação do capitalismo.

Os investidores financeiros passam a ser os donos e acionistas das empresas e, por consequência passam a retirar mais valia das mesmas, no entanto, estes atuam de forma independente de suas ações produtivas, visando sempre a mais valia. Na medida em que novas fontes de investimentos mais lucrativas surgem, tais capitais são retirados com a mesma velocidade em que foram depositados, o que interfere no ritmo de produção da empresa, na valorização do trabalho, bem como instala uma nova forma de promover a mais valia.

Mediante o processo de financeirização, instala-se um novo modo de estruturação da economia mundial através de aplicações financeiras especulativas. Por outro lado, os lucros gerados, de forma aparente se descolam das relações produtivas, como se a constelação de possibilidades de investimento fosse um grande cassino, e a mais valia de forma indireta fosse um laço cortante para os trabalhadores, pois se exige maiores produções e melhores desempenhos dos empregados para que os investimentos perdurem em sua essência.

Assim, instala-se o fetiche das finanças, como uma falsa crença de que a rentabilidade do capital fosse gerada de forma descolada da produção. A busca pelo lucro fácil e pela aplicabilidade de novos cifrões mobiliza de maneira mundial as finanças, ações, títulos

financeiros, aplicações e se tornam um tipo de fetiche mágico produtor de novos lucros. Por sua vez, os investimentos transpõem as barreiras nacionais, e passam a independem das soberanias do Estado.

Com a taxa de câmbio flutuante um pequeno número de maiores operadores privados passa a dispor de um papel decisivo na determinação dos operadores de preço relativos das moedas nacionais, ou taxas de câmbio. Este mercado impõe mecanismos administrativos que ampliam a taxa de exploração do trabalhador, que tem por objetivo o enxugamento de mão de obra, intensificação do trabalho, aumento da jornada de trabalho, bem como o estímulo para a competição entre os trabalhadores.

A esfera estritamente financeira nada cria, mas pode se expandir na medida em que transita entre os diversos investimentos, pois, indiretamente influenciam as forças produtivas para gerar mais valia e por sua vez, mobiliza a exploração das forças de trabalho.

No mercado financeiro o capital-dinheiro torna-se a galinha dos "ovos de ouro" o qual aparentemente se auto-reproduz alheio à produção. O dinheiro assume o papel de fetiche nesta dinâmica como gerador de si mesmo, todavia só é operante diante da produção de riquezas.

Entretanto, essa dominação é impensável sem a intervenção política e apoio efetivo dos Estados nacionais, pois só na vulgata neoliberal o Estado é externo aos Mercados. “O triunfo dos mercados é inconcebível sem a ativa intervenção internacional através de agências reguladoras externas tais como a ALCA, OMC, e a União Européia” (IAMAMOTO, 2010, p. 109).

Para Ianni (2004), o novo ciclo do capitalismo internacional do século XXI, redesenha o mapa do mundo. Ele desafia a compreensão da chamada sociedade global, uma sociedade na qual se subordinam as sociedades nacionais em seus segmentos locais e arranjos regionais, com potencialidades e negatividades, considerando seus dinamismos e contradições. Nela se confrontam o neoliberalismo, o neofacismo e o neossocialismo.

De acordo com Iamamoto (2010), um mercado mundial unificado, impulsiona a tendência à homogeneização dos circuitos do capital, dos modos de dominação ideológica e dos objetos de consumo - por meio da tecnologia e da multimídia. Esta homogeneização esta apoiada na mais completa heterogeneidade e desigualdade das economias nacionais. Acelera-se o desenvolvimento desigual, aos saltos, e no interior de cada país, a favor das classes e grupos dominantes, reafirmando as tendências apontadas por Marx (1984), no Capital.

Dessa forma, a transferência de riqueza entre classes e categorias sociais entre os países capitalistas “está na raiz do desemprego crônico, da precariedade das relações de trabalho, das exigências de contratação salarial, da chamada flexibilidade das condições e

relações de trabalho, além do desmonte dos sistemas de proteção social” (IAMAMOTO, 2010, p.111). A desregulamentação financeira invade aos poucos o conjunto do mercado de trabalho e atinge a totalidade social, prolifera-se entre os países de terceiro mundo e de transição um crescimento lento e da superpopulação relativa que se expande na década de 1990.

Conforme Chesnais (2000), a mundialização do capital financeiro produz a segmentos populacionais inteiros o direcionamento para expansão do exército industrial de reserva, neste modelo de capitalismo tardio também cresce o subemprego, serviços e prestação de serviços informais, tais como reciclagem, o trabalho doméstico, os quais suscitam traços paternalistas de relações de trabalho.

Para Harvey (1993), a subcontratação de pequenas empresas ou de trabalho em tempo parcial são encobertas sobre o manto da moderna flexibilização. A intensificação da competição internacional e inter-regional que estimula respostas flexíveis do mercado de trabalho, nos produtos e padrões de consumo.

Outra característica que dá sustentação para a mundialização do capital é o crescimento da dívida pública, que se converte em fonte de poder dos fundos de investimentos. Como as taxas de juros que são superiores ao crescimento global da economia. O aumento da dívida pública combina-se com a desigual distribuição de renda e a menor tributação de altas rendas, por razões de ordem política, fazendo com que a maior carga tributária recaia sobre os ombros dos trabalhadores.

Considerando as tributações que são menores para os altos rendimentos, o ônus da vida pública recaí sobre a grande maioria dos trabalhadores ativos, cujos rendimentos são lapidados por meio da tributação pública que retira dos trabalhadores, através dos tributos que são “inscritos nos preços dos produtos e serviços, inclusive aqueles essenciais à reprodução da força de trabalho ou de maneira mais restrita aos produtos que compõe a cesta básica de alimentos dos trabalhadores” (IAMAMOTO, 2010, p. 113).

As privatizações são outra forma indireta de aumentar o custo de vida dos trabalhadores, o penalizando pelas mazelas do capital, dado que com o aumento da dívida pública cabe o Estado à liquidação da mesma, dentre as formas de pagamento aos grandes grupos de investidores estão às privatizações, as quais transformam aquilo que poderia ser um serviço público em privado, diminuindo o papel do Estado e aumentando a determinação do capital. Conforme Iamamoto (2010, p.119), tal processo se impõe pelos “planos de escalonamento de dívidas estatal o que exige a privatização e vendas de empresas públicas,

para converter os títulos das dívidas públicas em títulos de propriedades entregues a credores”.

Desta forma, se consolida a liberalização plena e desregulamentação dos mercados financeiros que se deu à nível mundial entre 1982 até 1994 sendo a dívida pública o principal ingrediente. O poder das finanças fora construído com o endividamento dos governos, com emissão de títulos pelos Estados criando a indústria da dívida. Sendo o maior canal de transferência de receita em favor dos investidores. Sob o efeito dos juros elevados, superiores a inflação e ao crescimento do PIB, o endividamento dos governos cresce exponencialmente.

O aumento da dívida pública é a partilha da mais valia em favor da oligarquia financeira a qual produz novos núcleos de poder agora sobre as ordens do capital. O endividamento dos Estados gera pressões fiscais sobre as empresas menores, e a austeridade fiscal imputa uma paralisia de mercado.

Os Estados nacionais conforme Netto (1996), sobretudo os do terceiro mundo e os países emergentes passam a ser reduzidos às determinações dos grandes grupos. Tem-se aí o significado dos programas de ajustamento estrutural contra o desenvolvimento, impostos pelo FMI, e pelo Banco Mundial aos países devedores. Estes órgãos reguladores imputam regras que viabilizam a entradas de divisas necessárias ao pagamento de dívidas, ao mesmo tempo exigem a adoção de uma política econômica favorável aos reguladores financeiros.

Estas medidas visam abrir as economias endividadas, bem como favorecer a sua exportação para a entrada de capital. Todavia para a promoção de preços competitivos é necessário o investimento em tecnologia, bem como o sucateamento da mão de obra, o que extenua cada vez mais a condição do trabalhador.

A partir de 1994, os mercados de bolsa de valores ocuparam o cenário econômico, com a compra de ações dos grupos industriais pelas instituições financeiras, que apostam no lucro futuro das empresas. Passam então, não só dominarem as ações gestoras das empresas acionistas, mas exigem o domínio do aparato tecnológico, bem como normas de rentabilidades as quais potencializariam ainda mais a lucratividade. Por outro lado, também se exige a maior exploração do trabalhador assalariado, além da flexibilidade salarial aliado ao incentivo de contratações precárias tais como a prestação de serviços, que não garantem a seguridade do trabalhador.

As ações elevam exponencialmente o desemprego estrutural, bem como o retrocesso do poder sindical cuja desarticulação foi parte da dinâmica liberal, onde se tinha o objetivo de estimular a competição entre os trabalhadores, bem como rebaixar os salários. Neste cenário assustador, ao trabalhador resta pouco além da aceitação pacífica imposta pelo mercado, o

salário precário, a mão de obra temporária, a perda dos direitos, bem como a rotatividade de mão de obra nos postos de trabalho, o emprego torna-se escasso e o exército de reserva se amplia.

Complementando Iamamoto (2010, p. 121) afirma

A contenção salarial acoplada ao desemprego e a instabilidade dos trabalhos, acentua as alterações na composição da força de trabalho desempregada e estagnada, bem como a expansão do contingente de mulheres, jovens migrantes, minorias étnicas e raciais, sujeitos ao trabalho instável e invisível, legalmente clandestino.

Amplia-se o trabalho desprotegido, com fraca base sindical, bem como a fabricação exponencial de superpopulação relativa. Formam-se assim, segmentos inteiros de proletariado expulsos do mercado de trabalho, tais como trabalhadores idosos, adultos pouco qualificados, jovens pobres em busca do primeiro emprego, mas sem qualificação o que proporciona uma ociosidade imposta a segmentos inteiros da população dentre os quais estão os moradores de rua.

Nesse contexto alguns países com economias emergentes passam a ser visados em função do tamanho do seu mercado, das fontes de matéria prima que tem, além do custo de sua mão de obra barata, entre os países visados de terceiro mundo o Brasil se destacou na década de 90, com mão de obra barata, fonte de recursos naturais, bem como um mercado de trabalho a ser explorado pelo capital internacional monopolista.

Conforme Iamamoto (2010), pode-se ver no Brasil a configuração deste quadro econômico e a imposição da lógica capitalista tardia no Governo de Fernando Henrique Cardoso, que fez uma escolha histórica pelo caminho do neoliberalismo o que causou perversas consequências, pois houve controle da inflação econômica, contraposta com a expansão da pobreza, assim também como a inflação da dívida pública e a posterior privatização das empresas públicas. O endividamento público do início do governo era de R\$ 59 bilhões que pulou para R\$ 661 bilhões, em 2001 para R\$ 830 bilhões em 2002.

Conforme Iamamoto (2010) em face de tais processos históricos o desemprego no Brasil saltou de 6,2% para 10% de 1995 até 2003. Já a informalidade cresceu de 44% para 47% neste mesmo período e a renda proporcional ao poder de compra caiu 15%, sendo o Brasil neste período o detentor de uma das piores distribuições de renda do mundo. Dos 71,6 milhões que deveriam estar economicamente ativos neste período, 8 milhões estavam desempregados. Desde 1993 a proporção dos empregados sem carteira assinada sem os direitos trabalhistas passa de 21% em 1995 para 24,2% em 2003, somados aos trabalhadores

por conta própria este número chega a 25,5% no ano de 2003. Por sua vez o grupo que trabalha por conta própria em sua absoluta maioria supre suas necessidades financeiras com atividades precárias.

Se voltarmos para a entrevista com o morador de rua, podemos notar que o mesmo afirma ter trabalhado muito, e por muito tempo, todavia o único trabalho que o mesmo de fato relatou ter passado na entrevista foi o trabalho em carvoaria, que no Estado de Mato Grosso do Sul em sua totalidade tem condições precárias de contratação e condições de trabalho. O que podemos notar no próprio discurso de João:

[...] Tomei uma facada, em Rio Pardo, [eu] quase morri numa carvoaria. [eu] Trabalhei 8 ano numa carvoaria. Por isso que eu to acabado do pulmão, com problema no pulmão. Só que advogado tá mexendo pra mim [...].

Conforme a classificação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio Econômico (DIEESE, 2012), pode-se considerar em desemprego oculto aquele que se mantém pelo trabalho precário, categoria em que estão incluídas as pessoas com atividades remuneradas eventuais e instáveis ou em trabalho não remunerado de ajuda a negócios de parentes, e que tomaram providências para obter um emprego assalariado ou regular de auto-ocupação; e oculto pelo desalento, que diz respeito a pessoas sem trabalho e sem procura efetiva por desestímulo ou razões fortuitas, mas com disponibilidade e necessidade de trabalhar. Assim, ao trabalhador permanecer como qualquer uma destas categorias torna sua condição instável à beira do desemprego.

Voltando para os dados do desemprego de acordo com o DIEESE (2012), em 2009, cerca de 8,4 milhões de pessoas encontravam-se desocupadas no Brasil, o que representava 8,3% da população economicamente ativa. Nesse ano, a taxa de desocupação variou de 6,0%, observada na região Sul, a 8,9% no Nordeste e Sudeste.

Na década, é possível perceber dois momentos distintos no comportamento da taxa de desocupação, o primeiro de 1999 a 2005, caracteriza-se por taxas acima de 9,0%. O segundo, a partir de 2006, a taxa de desocupação apresenta quedas sucessivas, até atingir 7,2% em 2008. A exceção é o ano 2009, quando a taxa volta a apresentar elevação, chegando a 8,4%, o que pode ser explicado como efeito da crise econômica internacional.

A taxa de desemprego total segundo faixa etária apresentou decréscimo, na primeira década do século XXI, para todos os segmentos – pessoas de 10 a 24 anos, de 25 a 39 anos e de 40 anos e mais. No meio rural a situação é ainda mais grave isso porque a população é

mais pobre, mesmo sendo menos populosa, sendo que 57% são considerados pobres, dado que a renda per capita é de até meio salário mínimo.

Outro dado que fragiliza a condição do trabalhador é a informalidade que de acordo com os dados do DIEESE (2012), corresponde a 51,8% do total, convive-se com o emprego ilegal (11,4%) e o emprego subcontratado (8,3%), ambos desprovidos total ou parcialmente de proteção social decorrente da legislação trabalhista e previdenciária e/ou da negociação coletiva.

Em 2009, totalizaram 1.954 milhões de pessoas e representaram 11,4% do total de ocupados informais nas regiões metropolitanas. Essa significativa expressão da ilegalidade reinante revela a função da informalidade como expediente de flexibilização da força de trabalho, ou seja, ressalta a prática da ilegalidade no mercado de trabalho (DIEESE, 2012, P.169).

Com vistas ao rebaixamento dos custos por meio da sonegação dos encargos trabalhistas a mão de obra sem registro na carteira é contratada, fica consignada a critério das normas ilegais, falta de negociação e de proteção do trabalho, o que evidencia a super-exploração desses trabalhadores mediante a negação de direitos e a baixa remuneração. Mesmo porque, as incertezas frente aos ciclos da economia levam os empregadores a ajustarem seus custos primeiramente por meio de demissões e admissões sem registro em carteira.

Para Iamamoto (2010, p.155), ao se considerar o quadro desastroso advindo da pobreza coletiva, a questão social assume proporções de um desastre social, torna-se também objeto da filantropia e benemerência além de ser alvo de programas de combate à pobreza, que “acompanham a mais ampla privatização da política social pública, cuja implementação passa a ser delegado a organismos privados da sociedade civil, o chamado terceiro setor”.

O trabalho da assistência social nasce dentro do sistema de produção. Isso porque, o trabalhador além de ser elo mais frágil no sistema produtivo, também assume a culpa por sua condição, ao invés de entender a dinâmica global, o trabalhador é incentivado a acreditar que o seu sucesso ou o fracasso é sua responsabilidade.

Para Netto (1996), a sistematização monopolista também caracteriza de forma ideológica a privatização particular do indivíduo inerente as suas relações, dado que as possibilidades de trocas de mercadorias que o sujeito tem com o meio social possibilitam ou não a supressão de suas necessidades básicas. A impossibilidade de trocas de mercadoria deposita nos ombros do sujeito seu fracasso, por não estar de acordo com a normalização do capitalismo, o sustento de suas funções básicas fica aos cuidados do Estado. Entendendo qual

é o objeto da assistência social, ou seja, a questão social como subproduto da relação de exploração capital-trabalho, sendo o trabalhador pauperizado e penalizado por esta relação desigual. No próximo item falaremos sobre o surgimento da assistência como possibilidade de garantia de direitos, e também como fora influenciada ao longo de seu processo de transformação e implantação.

4.2 OS DETERMINANTES HISTÓRICOS QUE CONSTITUÍRAM A ASSISTÊNCIA SOCIAL ATÉ AS POLÍTICAS VOLTADAS PARA O MORADOR DE RUA

No presente subitem temos por objetivo apresentar a assistência em seus aspectos e conflitos internos que se constituíram ao longo da história, se no item anterior apresentamos o Estado como um constructo social que se põe como intermediador entre as classes, geralmente assegurando os interesses da classe dominante, tentaremos nesta parte do capítulo discorrer sobre a particularidade da assistência social, como se desenvolveu a partir de 1988 após a promulgação da constituição, bem como os fatores históricos que levaram a consolidação da política voltada para o atendimento do morador de rua.

Posteriormente apresentaremos os dados, concernentes a atual assistência social, voltada para o morador de rua, no Estado de Mato Grosso do Sul e na cidade de Campo Grande onde esta pesquisa se desenvolveu. Resgataremos o discurso do morador de rua, tendo em vista os significados e conceitos que foram desenvolvidos pelo mesmo, tendo em vista, apresentar o que este sujeito entende por assistência social. Assim, resgataremos então o processo histórico, para depois entendermos a relação de ontogênese do indivíduo dentro do contexto histórico.

Para entendermos o processo de efetivação da seguridade social nos devidos termos da Constituição de 1988, passando pela a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social em dezembro de 1993, e a implantação da Política Nacional da Assistência Social, nos valeremos de autores tais como Neto (1993), Yamamoto (2010), Pochmann (2010) e Mestriner (2011).

Mestriner (2011) divide historicamente a configuração da assistência no Brasil, desde o processo da votação da constituição até os dias atuais, em três grandes períodos específicos os quais carregam em si conflitos particulares de suas respectivas épocas, bem como suas implicações no processo de concretização da Assistência enquanto política pública. Estes três períodos são divididos em: filantropia vigiada, a transição da benemerência para Assistência

Social, este período engloba os anos de 1985 até o final de 1993; O período da filantropia democratizada que engloba de janeiro de 1994 até os anos 2000; e a contiguidade dos velhos paradigmas inerentes à assistência contemporânea, onde o autor lança perspectivas para a assistência a partir dos anos 2000.

Daremos início ao processo de explanação destes períodos tendo como objetivo discutir o processo histórico da construção da assistência e o reflexo que tal formulação tem na configuração de atendimentos para os sujeitos que moram na rua, assim iniciamos este eixo de discussão apresentando o panorama de votação da constituinte de 1988. Sobre este período Mestriner (2011, p.182) afirma:

O anseio pela recuperação da liberdade e do Estado de direito voltado para a construção de um novo texto constitucional, mobilizou também a sociedade brasileira, propiciando uma articulação efetiva dos vários segmentos e um amplo segmento se instala na defesa da cidadania e dos direitos sociais com a esperança de que pela mudança das normas, transformar-se-ia rapidamente a realidade do país.

A constituição lança as bases para a seguridade social que envolve a garantia de atendimento universal de saúde, educação, Assistência social além da previdência social. Pela constituição se deu o processo de democratização dos serviços públicos, onde amplos debates se estabeleceram e também se acumularam propostas na relação entre Estado e sociedade civil, ações antes não estabelecida nos governos militares.

Sendo assim recortaremos historicamente o período de 1988, e debateremos a Assistência Social a partir deste período no qual temos o marco histórico da constituição que deu base para a consolidação da Lei Orgânica da Assistência Social votada e aprovada em 1993. Bem como a NOB-SUAS que se finalizou 10 anos depois, onde se estabeleceu os processos operacionais da Assistência Social no âmbito da União, Estados e Municípios.

Até então, no final dos anos 1980 a Assistência Social não era legitimada como estratégia de enfrentamento da pobreza, mas sim um âmbito de troca de favores e benemerência, não passando de mera filantropia. Posteriormente a Constituição conquistou espaço oficial e condições para a implementação de uma política pública e, no processo de implementação de sua Lei Orgânica em 1993 obterá consistência teórica para a superação de seu perfil outrora assistencialista chegando ao status de Política Pública.

Os desafios para a transição democrática dos serviços socioassistenciais que outrora eram efetivados pelo CNSS (Conselho Nacional de Serviço Social) e tinham cunhos assistencialistas, enfrentou um conjunto de complexos interesses, demandas e expectativas, advindas das negociações do processo de abertura política.

A transição interna da Assistência Social para os padrões sugeridos pela seguridade social prevista pela constituição também enfrentou um conjunto de crises os quais eram oriundos da década de 70 e 80 que eram influenciadas pelos financiamentos das atividades nacionais. A diminuição do ritmo de crescimento nacional, bem como o acirramento das crises econômicas nas décadas de 1980, configurou o cenário que provocou um acúmulo no endividamento externo e interno da União, assim como proporcionou elevados índices de inflação com um empobrecimento massificado da população no fim da década de 80.

Para Mestriner (2011) o desafio não era modificar apenas a repressão inerente ao período militar, mas sim, transformar o Brasil em uma sociedade democrática e superar todo legado histórico de relacionamento Estado-sociedade, que exigia total reformulação do Estado, o ajuste da economia além da almejada proposição ativa de um novo modelo de desenvolvimento.

Vimos então, que a constituição de 1988 enfrentou problemáticas tais como a transição democrática, a crise econômica, além do complexo conjunto de interesses e expectativas, as quais se confrontaram na sistematização constituinte.

Com o fim da ditadura, a intervenção sistemática para com a questão social emerge como obrigação do Estado. Tal intervenção se torna amplamente complexa, dado a combinação entre pobreza, desemprego e desigualdades inerentes à luta de classe formaram o cenário na época.

Antes da constituição, o governo de Sarney enfrentou problemas para lidar com a questão social, mais especificamente o problema da desigualdade, isso porque o governo adotou medidas de desenvolvimento mais fundamentado no setor privado, deixando ao Estado suas funções tradicionais de prestação de serviços públicos essenciais, de atividades estratégicas para o desenvolvimento nacional de longo prazo e as complementares delegou a iniciativas privadas (MESTRINER, 2011). Considerava-se básico neste processo o enfrentamento à pobreza pela distribuição de renda a ser incentivada pela recuperação de salários, bem como pela concentração de esforços e investimentos em programas sociais, com ênfase nas áreas de saúde, alimentação, habitação e assistência social. O modelo de governo adotado por Sarney enfrentou dificuldades e os anos 1980 se tornaram penosos para os trabalhadores. Segundo Pochmann (2011, p.27) vemos que

A resposta brasileira a crise da dívida externa do começo da década de 1980 produziu a primeira recessão econômica no país desde a grande depressão de 1929. Juntamente a queda de consumo interno, aconteceu a macroeconômica para o mercado externo, cujo destino final terminou sendo o abandono do projeto nacional desenvolvimentista. O surgimento do

desemprego aberto urbano de grande proporção entre os anos de 1981 a 1983 foi fortemente contido no período subsequente de 1984 a 1986, mantendo-se relativamente estável até o final de 1989. Entretanto a pobreza e a desigualdade de renda não deram folga, sobretudo com a fase de superinflação desagradando o poder de compra dos salários. Ou seja, o ajuste no interior do mercado era feito por meio da redução do custo de trabalho, não do emprego, mesmo com a expansão do emprego informal, á margem da legislação trabalhista.

Foram nestes processos que se articularam políticas e estratégias para o atendimento dos sujeitos que necessitavam da assistência, o reconhecimento do usuário como um sujeito de direitos, privilegiando programas de caráter preventivo, os quais superam a visão assistencialista, integrando e articulando programas e serviços, levando em conta também a racionalização de recursos. A reformulação na área social, e a reorganização da Secretaria de Assistência, que foi incluída no âmbito da política de Seguridade Social e era financiada pela Previdência Social.

Entretanto, Mestriner (2011) afirma que mesmo com a possibilidade de amplo atendimento voltado para a população através das políticas de garantia de direitos, as quais estavam sendo propostas a partir da constituição, havia um dilema entre atender os programas sociais ou cadenciar os recursos para serem investidos em infraestrutura, tecnologia, universidades, exportação, tecnologia. Além é claro do pagamento da dívida do Estado proveniente do déficit público da dívida externa, para que não se causasse nefastos efeitos na economia nacional.

A pressão social referente à tomada de decisões de mercado no governo Sarney aumentou e em 1987 colocou em jogo um complexo e paradoxal cenário, onde se havia a expressiva participação de corporações que tomavam o mercado financeiro e pressionavam o setor público para tomadas de decisões que os favorecessem de um lado, e por outro, a decrescente capacidade de decisão do sistema político. Foi neste clima que se instalou o processo constituinte.

A constituição de 1988 insere novas estruturas de gestão para áreas sociais, associadas à descentralização dos serviços e tomadas de decisões participativas, mas não deixa de incluir demandas nem sempre criteriosas dos segmentos corporativos e do caótico aparelho do Estado.

O complexo contexto histórico de tensões políticas representará na própria constituição um conjunto de medidas de difícil operacionalização, seja pela sua universalidade, ou mesmo por diversos trechos que se mostravam incompletos e demandavam leis ordinárias em cada área. Outro agravante é a não promoção da reforma fiscal que não

garantiu o suporte financeiro necessário para o cumprimento destes direitos. Dentre as diversas lutas para a conformação constituinte, nos becos e ruas por todo o Brasil, também havia resquícios de lutas sociais, as quais tangiam a garantia de direitos para os moradores de rua. Ainda que pequena a luta por garantia de direitos desta população emergiram de instituições caritativas tais como os movimentos católicos da pastoral de rua.

Conforme Brasil (2011) com a democratização do país processaram-se as primeiras iniciativas de garantia de direitos para com a população de rua, contrariando a crença desenvolvida pelas práticas caritativas e assistencialistas, as quais submetiam o sujeito que morava na rua a um "congelamento" da sua condição e não promovendo sua autonomia no contexto social.

Foi neste período, dos anos de 1980 que se articularam no país, com o apoio o fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, projetos de atendimento a criança e adolescente moradores de rua. Desenvolvidos em diferentes cidades por organizações da sociedade civil, esses projetos constituíram a base da formação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - MNMMR - em 1985.

Mesmo diante da grande necessidade de atendimento da “questão social” dentre os seguimentos da seguridade social, Mestringer (2011) afirma que foi a Assistência Social a mais prejudicada em seu processo de implantação, pelo atraso no desencadeamento de seu processo de discussão e elaboração de propostas, pois este ocorrerá muito mais tarde e por intervenção das universidades e organizações da categoria profissional dos assistentes sociais. A prática efetiva dentro do Estado que remetia a assistência social ainda carregava o ranço do governo militar em vigor por mais de vinte anos. Gradativamente algumas das práticas da assistência se desvincularam de sua função clientelista, autoritária e passaram a ter a promoção de cidadania e garantia de direitos como norteador.

Mediante o debate interno, seja nas secretarias de assistência social ou em parcerias com as universidades se instalou um processo de amplo debate desencadeado pelos princípios constitucionais, trazendo para o interior do Estado a contribuição de especialistas para a elaboração de diagnósticos nacionais e novas perspectivas de propostas. Em síntese questionou-se por esses seminários os tipos de atendimento pontuais e precários e a ausência de interlocução com a população que até então era mediada por instituições de caridade.

Pela constituição se lançam as bases para uma intervenção social de cunho institucional, que foi pautada nos princípios da democratização, mudanças internas nos atendimentos, na participação popular, bem como na estrutura organizacional da assistência,

por fim, umas das principais pilastras voltadas para a garantia de direito vislumbrava a descentralização, tanto da tomada de decisão, quanto dos atendimentos.

Todavia, Mestriner (2011) relata que como toda fase de transição, o velho e o novo vão conviver numa contradição frontal. As práticas assistencialistas e clientelistas começam neste período a serem confrontadas também pelo surgimento de novos movimentos sociais, tais como ONG's e movimento de defesa de direitos. Estas instituições foram motivadas pela luta em prol da democratização, articulados em função de teses e proposições constitucionais ou estimulados por organizações internacionais. Foram criados assim, centros de defesa de direitos em todo o país, sendo que estas organizações se baseavam em uma intervenção de cunho político, o que irá alterar o panorama social de atendimentos, isso porque criticavam as antigas proposições clientelistas, e tradicionais e, por sua vez, defendiam o resgate da cidadania e a promoção dos direitos sociais de seus usuários.

Mestriner (2011) aponta que o Brasil da Nova Republica conheceu dias de esperança e frustração, em um processo nada coerente, harmonioso ou coeso. Enquanto se lutava por democracia e direitos sociais, o país passava por grave crise de recessão econômica, não apenas resultante do período militar, mas pelas políticas adotadas ao longo do governo de Sarney e pela sequência de planos de estabilização e congelamentos que fez a inflação cada dia maior, ao mesmo tempo em que se configurava um padrão de concentração de renda cada vez maior na mão de poucos. Mestriner (2011) aponta que no início dos anos 1990, 1% dos mais ricos eram detentores dos 17,3 % da renda nacional, restando aos 10% mais pobres 0,6% da renda global. Foi neste cenário que ocorreu o retorno da eleição direta para presidente depois da ditadura.

Fernando Collor de Mello, ex governador do Estado do Alagoas é eleito de forma democrática para ser presidente da República, e será também o primeiro a ser afastado por impeachment votado pelo Congresso Nacional após um governo catastrófico com envolvimento em escândalos de corrupção, grave crise econômica, inflação, e crise política.

Nos anos de gestão do presidente Collor a Assistência Social não fugiu a regra dos escândalos, dado que sua esposa Thereza Collor assume a secretaria e aconchega nos órgãos públicos uma série de prestadores de serviços a ela ligados por laços consanguíneos. Uma série de contratações fraudulentas foram efetivadas nos estados de São Paulo, Alagoas e Brasília, sendo que estas contratações foram descobertas ao longo do processo gerido pela esposa do então presidente, o retrocesso histórico devolve ao primeiro damismo o poder da assistência centraliza sendo os mais prejudicados os que são receptores das atividades fins da assistência.

Os primeiros anos do governo Collor levaram o país ao caos político e econômico com as medidas que adotou, por desconhecer as leis e abusar de medidas provisórias. Por conta deste governo “jovial” o presidente deixou confusos os partidos políticos e o Congresso Nacional, além de impactar de forma severa o povo que até então enfrentava uma inflação galopante de 84% ao mês, a troca de moeda de cruzeiros novos para cruzeiros e o confisco de contas correntes e poupança deram a tônica da crise econômica e política na época, juntamente com a pobreza e desigualdade em expansão.

Com o discurso de combate a inflação, adotou um modelo de gestão centralizador, além de promover um discurso de que estava ali em favor dos “descamisados”. Todavia caiu por terra seu conjunto de medidas institucionais, técnicas e econômicas, que prometia inflação zero, desvelou um alto índice de desemprego, desvalorização salarial. Conjuntamente viabilizou uma política agressiva de abertura de importações e um conjunto de medidas econômicas que irá desestimular o consumo e o mercado financeiro, o que deixou o país à deriva de investidores, que paulatinamente transferiam seus investimentos do Brasil fragilizando ainda mais a produção e a economia.

Sob a influência das tendências globais de minimização do Estado e depósito na regulação do mercado a organização e sistematização econômica Collor organiza a agenda pública visando o ajuste externo e, toma como ações prioritárias a diminuição dos ministérios, extermínio de órgãos públicos pautado no discurso de otimização da máquina pública.

Se a regulação de mercado e a diminuição do estado foram a tônica do governo Collor, a “questão social” foi deixada em segundo plano, mesmo diante das proposições constituintes que foram votadas a menos de dois anos antes. As verbas que eram destinadas a estas políticas são radicalmente reduzidas, e os movimentos de mudança refreados pela composição clientelista de cargos de chefia.

Conforme Pochmann (2010) em face da abertura do modelo neoliberal houve um enfraquecimento do setor produtivo, e maior desvalorização do trabalho e do trabalhador no Brasil. Este ciclo perverso de regressão produtiva e ocupacional ocorreu simultaneamente ao fortalecimento da ordem liberal conservadora durante a década de 1990 com o rebaixamento do país de 8º para 14º posto da economia mundial e a elevação do desemprego de 13º para 3º posição. Em suas palavras Pochmann (2010, p.28-29) afirma que

Entre 1990 até 1992 uma nova receita agrega o lastro de miséria, sendo que com a base fragilizada do crescimento econômico nacional foi aos poucos sendo substituída pela dependência externa, por meio da política de liberação comercial, financeira e produtiva. A perda de importância da produção e do emprego nacional, em virtude das importações e maior

endividamento externo e interno foi acompanhado pela queda do peso da indústria no PIB de 34 % em 1985, para 17% em 2000. Outro fator importante que caracterizou a economia brasileira no início dos anos 90 fora o investimento da economia agropecuária, tendo um baixo investimento na indústria e tecnologia, sendo que isso teve um maior peso no início do plano real nos idos de 1994, onde se buscava a estabilidade monetária e a valorização artificial da moeda, com uma elevada taxa de juros e a ausência de uma política que prezava pela empregabilidade á nível nacional.

Além do aumento dos tributos e da venda de ativos públicos, os governos neoliberais repassavam recursos do gasto social, para o pagamento de juros o que acarretou ao longo dos anos 1990 a dívida pública nacional de menos de um terço para 50% do PIB. De acordo com Pochmann (2010, p.8) aponta

Os anos 80 e 90 para a economia acirraram a promoção da miséria e o desemprego no país, somente em um período mais recente com a formação do governo Lula, o tema da plena ocupação da mão de obra e da injustiça na repartição da renda foi colocado no centro da agenda nacional. Com a promoção e defesa da produção e do emprego nacional, acompanhada da efetivação de reformas patrimoniais modernizantes, passou a encontrar um novo horizonte.

Foi neste contexto que as instituições de apoio e ajuda à população de rua, promoveram uma série de movimentos em favor de seus direitos, tais como os direitos a vida e a dignidade. Foi pela ação das Pastorais do Povo de Rua que essa população passou a ocupar novos espaços públicos, de forma organizada, para reivindicar melhores condições.

Conforme Brasil (2011) no dia 07 de setembro de 1995, organizações e movimentos sociais se juntaram com o objetivo de dar visibilidade aos direitos e necessidades da população de rua e, criaram o Fórum Nacional de Estudos sobre a População de rua, o que garantiu visibilidade a estes sujeitos marginalizados e, possibilitou uma maior mobilização para o acesso a moradia, saúde e assistência social. Os seminários nacionais, organizados pelo fórum nacional resultaram no 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e na 1º marcha da População de Rua, em Brasília em, 2001.

Enquanto aconteciam movimentos em favor dos direitos aos moradores de rua, na prática política da assistência foram também flagrantes as ingerências no direcionamento de convênios e benefícios voltados para o financiamento das instituições. Prova disso, foi o I Simpósio de Assistência Social, realizado na Câmara Federal em 1989, onde se debateu uma proposta de lei para a assistência, tendo em vista a regulamentação daquilo que foi preconizado pela constituição. Foi apresentado um projeto de Lei Orgânica da Assistência com 63 emendas, onde se colocava as instituições filantrópicas em pé de igualdade com

tomada de decisões juntamente com o Estado, em 17 de novembro de 1990 o presidente Collor veta integralmente o projeto sob a alegação de ausência de recursos para cobrir o auxílio às famílias e os benefícios de prestação continuada, previstas para idosos e portadores de deficiência.

Foi em 1991 que a assistência volta a ser colocada em pauta pelo legislativo, Mestriner (2011, p. 202-203) aponta o momento histórico,

Por iniciativa do deputado Geraldo Alckmin Filho, o projeto de lei recupera sua forma anteriormente elaborado pelos Estudos elaborado em parceria pelo IPEA/UnB, e que passa a ser discutido e aperfeiçoado pelos órgãos da categoria (Conselho Federal dos Assistentes Sociais, Centro de Estudo e Ensino de Serviço Social) que realizam em junho de 1991 em Brasília um seminário nacional sobre assistência social denominado “Impasses e perspectivas da Assistência Social no Brasil”. Debateram-se questões conceituais sobre o tema, fazendo fluir as tendências “focalistas” e “universalistas”, as questões relacionadas à descentralização, as proposições relativas à gestão, definindo o papel normatizador e o comando único. No entanto o que marca o evento é a articulação que surge a partir daí, com a formação de grupos de trabalho em todo o país, envolvendo as universidades e toda a categoria profissional. Por intermédio de sucessivas reelaborações, em um processo de elaboração coletiva, o projeto de lei é submetido a fóruns e encontros e discutido inclusive no Congresso Nacional de Serviço Social.

Todo este esforço coletivo é rechaçado pelo legislativo e o executivo e sofre sucessivos vetos frente à votação no congresso, houve então uma necessidade de apoio popular, bem como pressão política frente à ausência de interesse por membros da União.

Neste mesmo período em que havia um esforço coletivo para a votação da lei orgânica da Assistência Social, juntamente com uma mobilização coletiva entre entidades, universidades e representantes da sociedade civil, a Legião Brasileira de Assistência – LBA, antiga frente de atuação da assistência social, foi comandada por Rosane Collor, que optando pelo retrocesso ao primeiro damismo colocou para a disputa de licitações fraudulentas membros de sua família por todo o Brasil.

Mestriner (2011) aponta que foram os escândalos de corrupção que levaram a falência e extinção da LBA nos anos de 1991 e 1992, o irmão da primeira dama, por exemplo, recebeu em torno de 59 milhões em verbas para levar água às famílias sem acesso no nordeste, mas por sua vez, não levou sequer algum caminhão pipa para tais famílias, na época até a construtora de sua prima concorreu e ganhou a licitação para distribuir água, em Mata Grande, recebera 35 milhões na época, mas por sua vez não distribuiu tão somente uma gota no município.

Assim o maior órgão da Assistência Social fora corrompido a tal ponto de perder a credibilidade da população e foi extinto em 1993 quando foi votada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Neste período uma grande parte das instituições que se relacionavam com a Assistência, era marcada em seus convênios por uma forte indução para o clientelismo, e fisiologismo tendo assim um período sombrio da assistência no país.

Finalmente em 1993 se tem a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, que ao mesmo tempo extingue o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e cria o Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS). Com relação aos princípios 203 e 204 da Constituição regulamentados Mestriner (2011, p.206) afirma:

A LOAS reconhece a Assistência Social como política pública de seguridade de direitos do cidadão e dever do Estado, prevendo-lhe um sistema de gestão descentralizado e participativo cujo eixo é posto na criação do conselho nacional de Assistência Social. O conselho deve integrar participação da sociedade civil e a governamental, e possuindo caráter deliberativo, deve normatizar e controlar esta política social.

Mestriner (2011) afirma que se de um lado a corrupção torna a população descrente quanto à possibilidade de transformação nacional, isso também dá condições para que o povo se arme politicamente e saia para as ruas para protestar contra o governo corrupto. Há por outro lado também o investimento massivo da mídia para a remoção presidencial e, mediante o “bombardeio” de tais movimentos o presidente é afastado em outubro de 1992. Assume em seu lugar Itamar Franco, que presidirá o Brasil desacreditado pelos escândalos da corrupção.

Sobre este período Mestriner (2011) afirma que a inflação era cerca de 25% ao mês, em um contexto de recessão instalada há três anos, e um Produto Interno Bruto estagnado há dez anos. Por conta deste quadro 75% da população vivia na miséria, havia 20 milhões de analfabetos, 32 milhões de crianças e adolescentes vivendo em favelas, cortiços ou debaixo de viadutos, com famílias ganhando cerca de meio salário mínimo para sobreviver. Havia menos médicos em proporção que países como Vietnã, Líbia, Egito, bem como uma taxa de mortalidade infantil maior que Zimbábue, e El Salvador, além de setores que não se investiam desde a década de 70 tais como estradas, energia e comunicação.

O ainda conforme Mestriner (2011) o governo de Itamar assume um caráter nacionalista e combate de início a desmontagem do Estado e a adaptação ao sistema de mercado internacional. Reformulando sua estrutura organizacional e administrativa. Entretanto com o sério comprometimento econômico sofrido pelo país ao longo do governo Collor, bem como os escassos recursos para a manutenção de seus gastos, atrelados a

escândalos das entidades fantasmas as quais geravam arrecadação e redistribuição para os parlamentares na época.

Por conta desta série de agravantes supracitadas o governo Itamar sofreu crises de credibilidade, só obtendo melhor crédito com a política de estabilização monetária, implantada na época pelo então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso. Além da paralisação dos setores por falta de recursos, ainda existiam as pressões da iniciativa privada que, por sua vez pressionavam setores tais como telecomunicações, siderurgia, abastecimento de energia para a privatização e diminuição progressiva do Estado. Foram neste ínterim, que as áreas básicas foram as primeiras a sofrerem o impacto advindo da crise do Estado, através do corte de verbas.

Além do mais foram os gastos sociais os primeiros a receberem a “culpa” pelos escassos recursos por parte do Estado, bem como o endividamento, onde os adeptos do neoliberalismo afirmavam que a máquina estatal estava adquirindo dívidas por conta dos investimentos sociais e que seria necessário o desmonte do Estado com o intuito de salvar a União, tendo em vista diminuir o gigantismo Estatal.

Assim foram reduzidos drasticamente os gastos com os orçamentos das políticas sociais, retirando a eficiência dos serviços assistenciais ao diminuir seu efetivo e desqualificar o quadro de atendimentos, ainda que a constituição garantisse o atendimento pleno para todos. O Estado não consegue avançar em sua implantação da assistência e, como consequência as instituições diminuem reafirmando na prática a tese do Estado mínimo.

Mestriner (2011) afirma então que foi neste emaranhado de crises que a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) será promulgada em 7 de dezembro de 1993, e essa combatia rigidamente a diminuição do Estado. Ao mesmo tempo em que a LOAS fora promulgada, os parlamentares passavam a listas de quais instituições seriam atuantes e assim se aglutinava a classificação das instituições que recebiam recursos, o que não nega ainda o papel da assistência como base filantrópica regida por interesses individualistas.

Mestriner (2011) nomeia esse período de filantropia democrática, e aponta que o Conselho Nacional de Assistência Social foi instituído pela LOAS, como órgão superior de deliberação colegiada, o qual era vinculada a estrutura do órgão de Administração Pública Federal responsável pela coordenação da Política Nacional da Assistência Social – PNAS.

A implantação da Assistência Social como política de seguridade e garantia de direitos sociais tem a estratégica competência de aprovar os critérios para as transferências de recursos para os estados e municípios e distrito federal. Considerando indicadores que orientem uma regionalização mais equitativa, disciplinando os procedimentos de repasse e de recursos para

as entidades de Assistência Social. Para avaliar a condição dos serviços prestados, bem como as condições da assistência no país e propor novas diretrizes de funcionamento, convoca-se a cada quatro anos a Conferência Nacional da Assistência Social.

Por ser um conjunto de medidas estabelecidas democraticamente as conferências eram vistas com desconfiança pelo governo Itamar. Foi montado um conselho dentro da Assistência Social que tinha representantes da sociedade civil e que eram engajados em movimentos sociais e representantes de instituições que ao comporem o conselho da Assistência Social, encontraram um enferrujado sistema imerso em burocracia e corrupção. Conforme Mestriner (2012) na transição do antigo CNSS para o CNAS explodiam diariamente escândalos referentes ao desvio de verbas, ausência de recursos para instituições, clientelismo, etc.

Além do confronto com a burocracia, o clientelismo, e conflitos institucionais, este conselho tinha que enfrentar as indefinições trazidas pela lei, a qual estabelecia um prazo de 60 dias para a transição do CNSS para CNAS, sem uma definição clara referente a responsabilidade de seu comando. Logo de início o Conselho Nacional da Assistência Social deparou-se com a complexidade de suas competências que iam do âmbito teórico ao normativo, do político ao legal, e ainda de orientação processual, pelas funções de censor da filantropia.

Conforme Mestriner (2011) o conselho tinha a função de avaliar as instituições que eram vinculadas por meio de convênios a Assistência Social, foram mais de trinta mil instituições que foram avaliadas, foram montadas diversas equipes de trabalho para avaliar os critérios de aprovação ou renovação de convênios com instituições por todo o Brasil, o velho permeou o novo através da sede que era do antigo CNSS, os funcionários eram os mesmos, mas os trabalhos eram totalmente novos, pois eram regidos pelos recentes critérios preconizados pela LOAS.

Havia dentro do CNAS um clima de desconfiança quanto à idoneidade das instituições, se tinha que confiar nas assinaturas das autoridades e órgãos locais, espalhados por todo Brasil, mais de duzentas instituições foram identificadas como fantasmas e que recebiam recursos do antigo CNSS, cerca de quinze mil instituições tiveram convênios interrompidos por desconhecerem as novas regras.

Uma sucessão de medidas quanto à regulamentação documental das instituições conveniadas foram emitidas logo no início da nova gestão orientada pelo CNAS, mediante aos diversos conflitos entre a sociedade civil e o executivo, cerca de três presidentes do

conselho saíram de seus cargos ou pediram demissão, ainda no primeiro ano, os quais foram: Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo, Maria Carmelita Yazbek, Marlova Jochelovitch.

Uma nova perspectiva política cerceava o trabalho preconizado pela LOAS, entretanto a questão cartorial e burocrática era o atravanque principal, o qual era questionado por militantes e representantes de ONG's por todo o Brasil. O velho costume se preservou na nova estrutura da Assistência Social por questões cartoriais, as quais minavam a energia e tempo trabalho dos trabalhadores das instituições da Assistência Social. Outra questão, a ser posta, era o despreparo dos sujeitos que ocupavam funções burocráticas, dado que ainda no primeiro ano mais de 15 mil instituições perderam seus vínculos convênias por conta de problemas burocráticos. Nas palavras de Mestriner (2011, p.228) podemos ver que

Os conselheiros desgastam-se exaustivamente com tarefas burocráticas, em detrimento de uma análise apurada e global do problema, que levasse a proposições mais efetivas na direção de mudança naquele momento, ou a entrada do governo seguinte. Perdem assim, momentos estratégicos por indefinição, impasse de transição, e reiteram uma regulação totalmente incompatível com a política pública de Assistência Social que se objetivava construir. E o momento de instalação do CNAS era propício para redefinições estratégicas, pois vivia-se ainda a perplexidade do escândalo das subvenções sociais e o impasse do cadastramento de entidades e da renovação de certificados. A sociedade por sua vez, vivia a perspectiva da alteração radical deste setor, desejando-a.

Ainda em 1996 existiam questões cartoriais e impasses a serem resolvidos e neste ano Mestriner (2011) afirma que o Conselho da Assistência Social fixa uma comissão de normas para estudar e monitorar esta regulação, ampliando-lhe os objetivos, colocando-a como política de Assistência Social para ser efetivada. Conforme a presidente do Conselho da Assistência Social, Marlova Jochelovitch (2000), notava-se o impasse entre as questões políticas e cartoriais, as quais eram espaço de luta no espaço da assistência,

A prioridade absoluta do meu mandato e interesse da grande maioria dos conselheiros era dar conta da política de assistência social, sem no entanto descuidar da questão cartorial. Esta parte era um “mal necessário” para podermos chegar à política. Muito poucas pessoas queriam cuidar do cartorial. Só no fim de 1995 começamos a ter clareza da contradição entre o político e cartorial. E aí tivemos clareza também da hesitação do governo em definir a natureza da relação que queria estabelecer em as ONG's e o terceiro setor. (JOVCHELOVITCH, 2000 apud MESTRINER, 2011, p.232)

Mestriner (2011) afirma que mediante este panorama de desintegração da política de assistência social faltava para o CNAS uma proposta integradora de relação público-privado na política de enfrentamento a pobreza de 1994 a 1997, pois havia grandes dificuldades para o

encaminhamento dos problemas burocráticos herdados. A falta de conhecimento sobre a legislação levou inúmeras decisões parciais e imprecisas que demandavam continuas reformulações, as quais apenas reafirmavam o antigo sistema de controle documental.

Nos anos de 1999 e 2000 a assistência ainda sofria com o preconceito e a relação de filantropia, dado que o acúmulo de atribuições, a pressão do congresso por lobbies, a imposição da legislação em vigor e a indefinição do governo, apesar de todos os esforços contrários, acabaram condicionando o CNAS ao caminho da reiteração do instituído.

Em um dos depoimentos coletados por Marlova Jovchelovich (2000 apud MESTRINER, 2011, p. 235), a autora expõe:

Tivemos sobre nós uma avalanche de pressão um rolo compressor pelo congresso. Todos os deputados que representavam entidades sociais, que sempre tiveram interesses assegurados pelo antigo CNSS, nos bombardearam pela continuidade. Fomos atropelados por medidas provisórias geradas por pressões de Apaes, Santa Casas, reabrimos os prazos e mudamos a forma de recadastramento. O exemplo clássico da Golden Cross mostra esta dificuldade: levamos quatro anos para lhe cassar o certificado de filantropia. Recorreram e ganharam liminares várias vezes. A questão é que as pressões eram feitas pela elite do Congresso, pelos políticos que “mandam” no país. E o governo não se definia a respeito.

Mestriner (2011) afirma que naquele momento havia uma pressão para re-configurar o velho no novo. E para agravar, a relação entre o CNAS com o restante dos integrantes do legislativo e do executivo era frágil, pequena e instável.

Com o início do governo de Fernando Henrique em 1995, foram extintos o LBA, do Ministério do Bem Estar Social, e foi criada a Secretaria Nacional da Assistência Social (SNAS). As relações se tornaram mais tensas com a extinção destes segmentos da assistência social, e pela resistência do Ministério da Previdência quanto ao caráter deliberativo do CNAS, dado que o conjunto de decisões tomadas pelo Conselho da Assistência Social é até hoje financiados pela Previdência Social. Se por um lado a assistência prezava pela garantia de direitos, a previdência regulava pelo controle contábil, onde se residia um paradoxo entre os direitos promulgados e o controle de custos.

Uma conferência da assistência foi realizada em 20 de novembro 1995 com o intuito de discutir o “Direito do cidadão e o dever do Estado” com a presença de três ministros e o presidente Fernando Henrique Cardoso, se abordou a estruturação e os processos de articulação das políticas até então truncados dado à desintegração presente nas três esferas de governo, á saber: União, Estados e Municípios, bem como a união de ações que fossem coerente em tais esferas do governo que fossem conduzidas pela LOAS. Por fim, nesta

conferência foi discutida a necessidade de se destinar um percentual de 5% da seguridade social para o financiamento da Assistência Social.

Em 1996 mediante discussões internas o conselho nacional da assistência elabora um documento que aponta questões a serem implantadas nos serviços assistenciais. Posteriormente esta versão foi reformulada conforme as necessidades locais de implementação e somente em 16 de dezembro de 1998 o CNAS aprova a Política Nacional da Assistência Social- PNAS, cinco anos após a promulgação da LOAS.

O panorama nacional, no qual foi aprovado, justifica os parâmetros que nortearam a PNAS. Esta política apontava os desafios sociais inerentes ao momento em que o país passava com destaque as questões de pobreza, mortalidade infantil, a seguridade da mulher, desafios demográficos, desemprego, índices crescente de moradores de rua, trabalho infantil. Estes diversos temas que apontavam a condição da questão social previam um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais que eram respaldados na LOAS, e que vão caracterizar os programas e projetos abrangidos pela PNAS.

As ações da PNAS se focalizavam nas famílias como núcleo-alvo dos serviços assistenciais, capaz de integrar os grupos atendidos por faixa etária, priorizava também o atendimento a criança de zero a seis anos, e a faixa etária de sete a quatorze anos, das pessoas idosas, portadores de deficiência, além da erradicação do trabalho infantil, educação profissional adolescente, programas de geração de renda e projetos de enfrentamento de pobreza.

Os destinatários são sujeitos e famílias em condição de vulnerabilidade, em condições de desvantagem pessoal, resultantes da deficiência ou da incapacidade em circunstâncias conjunturais, tais como moradores de rua, migrantes, trabalhadores infantis, usuários de droga, etc. Nesta política havia uma caracterização dos sujeitos que seriam atendidos o que a tornava uma política focal, voltada para um grupo de pessoas praticamente “terminais” na linha da pobreza.

Ainda que tais conquistas fossem amplas mediante os avanços tanto no executivo quanto no legislativo, o país passava por uma crise de enormes proporções. Pochmann (2010) afirma que neste processo o governo Fernando Henrique cadenciou suas forças para a redução do estado privatizando empresas nacionais, bem como incorporou em seus custos o ingresso de dinheiro externo. Em síntese o processo de internacionalização tornou cada vez mais distante o projeto de desenvolvimento nacional.

Por sua vez, a efetividade do programa neoliberal aprofundou os sinais da desestruturação do mercado de trabalho, com o crescimento do desemprego, aumento dos

postos de trabalho precários e do desassalariamento. De cada dez novos trabalhadores que ingressavam no mercado de trabalho ao longo da década de 1990, apenas seis encontraram alguma ocupação. Desse universo apenas quatro obtinham emprego com carteira assinada.

Ainda conforme Pochmann (2010) em virtude do processo de pauperização do trabalho no início dos anos 90, 50% dos empregos tinham alguma proteção social trabalhista, e em 2002 a participação de trabalhadores assegurados era de 43%. A precarização dos trabalhos nos anos 90, atingiu os trabalhadores intermediários, tais como professores, bancários, profissionais liberais, entre outros, aumentando o grau de desigualdade na repartição da renda.

Junto com a crise, e em meio à assistência social, em maio de 1998 termina a vigência dos conselheiros, e com a convocação de novas eleições, foram votados e eleitos novos conselheiros para a Assistência Social no país. Todavia, os conselheiros eleitos apresentavam um perfil conservador e, não se familiarizavam com lutas sociais, mas representavam instituições tradicionais.

Conforme a presidente do Conselho Nacional da Assistência Social, citada anteriormente, estes conselheiros membros da sociedade civil, votavam em bloco a favor do governo, e defendiam questões particulares, invariavelmente voltavam às velhas práticas outrora preconizadas pelo CNSS. Conforme Mestriner (2011) no período em que este conselho permaneceu a Assistência Social se institucionalizou, com uma estrutura técnica e administrativa, hierárquica, piramidal, propícia à segmentação dos poderes e uma cultura gestora administrativa burocrática. Sobretudo era uma configuração de uma política executora, voltada a tarefas burocráticas e clientelistas, que podemos verificar no seguinte trecho:

Continua ainda fluindo a cultura do clientelismo que induz a manipulação e a gratidão, quando tal acesso a informação, ao registro e ao certificado é um direito de todos. A descentralização minimizaria esta situação. Os conselhos municipais e estaduais poderiam ter uma ação estratégica na orientação, intermediação, e na avaliação inclusive qualitativa destas entidades, pois estão próximos a elas. Mas a maioria tem uma estrutura frágil e sem legitimidade para exercer tal função. Também resistem a inscrever organizações de educação e saúde e pouco se articulam com conselhos setoriais que poderiam fazê-lo (MESTRINER, 2011, p.260).

Instalou-se um clima de tensão e conflito dentro do CNAS, dado que com os critérios cada vez mais complexos com relação ao ordenamento burocrático e prestação de contas, fez com que um número cada vez maior de instituições deixasse de receber o recurso, ou recebessem benefícios fiscais. O que prejudicou a contiguidade de diversas instituições dentro

da Assistência Social. Prova disso é relatada por Mestriner (2011), quando aponta que no ano de 1993, quando se promulgou a LOAS, bem como ocorreu a transição do CNSS para o CNAS, houve uma grande diminuição de instituições que perderam seus respectivos financiamentos, dado que na transição haviam cerca de 30 mil instituições, no ano de 2000 eram cerca de 13.942.

Portanto, apesar dos esforços do CNAS de viabilizar uma gestão mais democrática, participativa e descentralizada, constituiu-se um continuísmo do sistema anterior de regulação entre Estado e instituições sociais, o que conota um corporativismo, bem como uma clara tendência de influências e interesses, os quais são expressos por algumas instituições que ainda são mantidas pelo CNAS.

Tal cenário pode ser descrito no discurso de Yazbek (2000 apud MESTRINER, 2011, p.268- 269),

O que se tinha clareza é que a sociedade civil tinha que controlar a política de trabalho social dos parceiros das áreas privadas principalmente que contassem com dinheiro público, e que este acompanhamento tinha que ser sobre o padrão de qualidade de serviços. A ideia era criar uma nova concepção avaliativa. Mas a questão era que não tínhamos padrões. Conseguimos o acúmulo de conhecimento avançamos na reflexão teórica, mas na prática não conseguimos criar mecanismos capazes de romper com a tradição e que trouxesse uma relação nova. Acabamos nos movendo dentro do “dado”. O discurso legalista acabou vencendo, não fomos capazes de operacionalizar nossa consciência política. Avançamos nos sistema de gestão e avançamos até no enunciado da política. Mas não conseguimos levar a política para a prática. Não alcançamos uma modificação das concepções da sociedade sobre a assistência social. Houve um atropelamento, uma ampliação tal da filantropia que obscureceu a compreensão da assistência social.

Em outro depoimento do mesmo ano Mestriner (2011) aponta que o CNAS se encontra a margem das decisões políticas, bem como do conjunto de medidas tomadas para o enfrentamento da pobreza, isso pode ser notado na fala de uma das conselheiras da Assistência Social, ao dizer que:

[...] o financiamento tem que ser discutido amplamente e não só no seu orçamento; o debate da filantropia tem que ser qualificado, a autonomia da sociedade civil que ser obtida, fazendo cair o decreto do governo que a regulamenta. Temos que estabelecer articulação com outros ministérios, com os conselhos setoriais, com a frente parlamentar e Assistência Social. Temos que fortalecer o fórum, possibilitar o acesso de organizações e usuários ao colegiado (PAZ, 2000, apud MESTRIMER, 2011, p.269).

As crises e enfrentamentos não ocorriam somente na Assistência Social, a reeleição de Fernando Henrique foi impulsionada por um discurso economicista, ao se utilizar da

estabilidade econômica como tema de campanha, notou-se que tanto no primeiro, quanto segundo governo houve a tomada de medidas drásticas, seja a favor de cortes, voltado para a Assistência Social, seja a crescente quantidade de desemprego nos grandes centros. Ao retomarmos o cenário daquele período histórico, vemos um conjunto de medidas e ajustes estruturais que visavam assegurar a estabilidade, onde assegurar a economia se tornou algema para tomada de novas medidas. Houve neste período uma grande necessidade de recursos e o governo mais uma vez recorria à dívida externa.

A estabilidade ficou ao sabor dos efeitos do capital global e das crises econômicas internacionais que se tornaram mais complexas a partir do ano de 1995. O governo não compatibilizou a estabilidade com um plano de desenvolvimento, e não avançou em termos de modernização da infraestrutura econômica, permanecendo sem um efetivo político agrícola, e ainda mergulhado em um movimento de desindustrialização que nunca permitiu um equilíbrio na balança de pagamentos.

Ao se analisar os diversos fóruns, conferências e diversos especialistas, ficou claro que, o projeto de governo veio em flagrante desrespeito ao preconizado constitucionalmente reafirmando uma tradição de paralelismo e superposição que sempre levaram a dispersão e a desqualificação da assistência social no país. Dado que neste período se revogou conquistas, em diversos Estados e municípios houve o regresso do primeiro damismo. Centralizaram-se investimentos que deveriam ser descentralizados, se fragilizaram colegiados e se aproximaram enquanto se poderia formar parceria entre o Estado e a sociedade civil. Além de todas estas implicações que dificultavam o andamento da Assistência Social, seus programas sofriam com a ausência de recursos, Mestriner (2011, p.279) afirma que

Assim, sem recursos financeiros para dar cobertura a suas ações e sem força política para implementar o seu sistema descentralizado e participativo previsto pela LOAS, a assistência á nível nacional mergulha em um período de imobilismo, criando sérias dificuldades para o conjunto de instituições subsidiadas em programas de atenção a crianças e adolescentes, idosos e portadores de deficiência. Ao ser realizado um balanço síntese das Conferências Estaduais da Assistência Social, mostra-se que a prática da assistência social não vem contribuindo para ampliar a inclusão social dos grupos socialmente mais vulneráveis. A ausência de recursos financeiros, a deficiência da estrutura organizacional da área, além de questões como a permanente estrutura fragmentadora da população alvo, que se reproduz nos projetos, e a ausência de um conhecimento mais consistente sobre as necessidades e expectativas dos grupos demandatários da política são as dificuldades mais apontadas.

Ainda que tenha acontecido avanços quanto a gestão descentralizada, isso não significa a garantia de efetivação plena das políticas em seus diversos segmentos, dentre os

quais estão as políticas voltadas para os moradores de rua. A Assistência Social nas localidades é expressa materialmente de forma precária, restringindo as ações de entidades sociais que efetivam ações sem contexto marcado com os parâmetros da constituição.

Conforme Mestriner (2011) o relatório que realiza o balanço síntese da assistência até o fim da década de 1990, aponta uma dificuldade de incorporar a concepção da assistência social contida na LOAS, pela ausência de respaldo de uma política nacional com direção clara. Falta articulação entre as três esferas de governo, ausência de quadros técnicos qualificados, inexistência de indicadores sociais que contemplem um diagnóstico mais abrangente das expressões da questão social em nível local, escassez de recursos financeiros e materiais, além da lentidão e burocratização na implementação de ações. Termina assim a era postulada por Fernando Henrique, cabe entendermos a dinâmica da Assistência Social a partir de 2002, quando é eleito por voto popular Luiz Inácio Lula da Silva.

Freitas (2007) apresenta uma discussão que trata da assistência social inicialmente na transição do governo de Fernando Henrique para o Governo Lula, bem como aponta aspectos inerentes ao transcorrer do governo liderado pelo Partido dos trabalhadores. O então governo liderado por Lula apresentou um plano de governo com discurso popular, assim como tinha no povo pobre sua maior expressão de votos. A eleição de Lula apresentou um novo ciclo na política brasileira do ponto de vista sociológico, pela origem do presidente e pela sua trajetória construída dentro do Partido dos Trabalhadores e na sindicância, além de uma ênfase programática com a questão social.

Com apoio de sindicatos e movimentos sociais, bem como a classe trabalhadora menos abastada, o então governo Lula possuía naquele momento a legitimidade política para tomar medidas difíceis, mas necessárias tais como: intervir na política rentista do país, enfrentar o projeto conservador dominante na lógica econômica, romper com modificações restritivas no espaço público da proteção social que tocavam conforme a lógica das políticas neoliberais, além de garantir o amplo financiamento das políticas sociais que suplantassem a lógica da restrição orçamentária, e superar de vez a lógica financista.

Havia uma ampla esperança de que o governo se comprometesse com o sistema de seguridade social, que contemplasse todas as áreas sociais tais como saúde, educação, cultura, e por fim uma maior autonomia do trabalhador.

Todavia promessas como a reforma agrária foram impraticáveis no seu governo, e aos poucos o governo Lula realizou um governo neoliberal, tendo como diferença a preocupação com os pobres, realizando assim uma disjunção da política econômica da política social. A política de controle inflacionária através dos juros altos desencadeia reações políticas, como:

um capital cada vez menor voltado para políticas sociais na saúde e educação, apesar do aumento promovido para estes setores frente a gestões passadas.

Em síntese, a opção pelo governo Lula de uma perspectiva neoliberal foi sendo ao longo do seu mandato, motivo de muitas críticas. A vulnerabilidade permaneceu alta no país, pois seguiu a política imposta pelo FMI, e escolheu não controlar os fluxos do capital, ao sabor dos investidores e para o risco da maioria da população.

De acordo do Freitas (2007) o governo Lula, não foi uma mera cópia do governo anterior, isso porque no conjunto de suas ações podemos ver sensíveis melhoras em diversos setores, tais como: o governo não criminalizou os movimentos sociais e manteve-se disposto para o diálogo. A dívida externa foi reduzida de US\$ 210 bilhões em 2002, para US\$157 bilhões em 2006.

Na agricultura, embora o governo tenha feito uma clara opção pelo agronegócio, não deixou de destinar fundos para a economia familiar, bem como fomentou a configuração de cooperativas de produção agrícolas, as quais puderam dar poder de barganha entre pequenos investidores e grandes latifúndios. O aumento real do salário, que acumulou ao longo dos quadros primeiros anos de governo foi um aumento de 75% contra um aumento de 26% da inflação (DIEESE, 2006 apud FREITAS, 2007).

Dentro dos Programas da seguridade social, estavam a saúde, a previdência e a Assistência Social. Com relação à Assistência Social o maior investimento realizado ao longo do governo Lula foram os programas de combate à pobreza, tais como: o Fome Zero, Bolsa Família e a consolidação do SUAS.

Como vimos no parecer de Mestriner (2011) a consolidação da LOAS, foi extremamente difícil, porque reconfigurou toda a lógica de implantação de serviços, vimos também que o problema de combate a filantropia acirrou conflitos, dado que pela assistência social muitos se elegiam e carregavam o compromisso de financiamento.

Freitas (2007) aponta que a promessa de campanha mais divulgada no governo Lula foi o Programa Fome Zero, que foi lançado oficialmente em 30 de janeiro de 2003, onde se constitui um ministério específico para sua implantação. A magnitude de tal programa não era pequena, dado que no país em 2001, possuía 50 milhões de pessoas que estavam abaixo da linha da pobreza. A estratégia deste programa era inserir na promoção de seguridade alimentar e nutricional, buscando a inclusão social dos mais vulneráveis.

Para Freitas (2007) O Programa Fome Zero tomou como ponto de partida a linha de pobreza adotada pelo Banco Mundial, que considera como pobres aquelas pessoas com renda inferior a US\$1,08 por dia, deduzidos os gastos com aluguel ou prestação da casa própria e

imputado o autoconsumo. Em moeda nacional, esse nível de renda corresponde a R\$ 71,53 mensais por pessoa (à taxa de câmbio de 1999).

Ainda conforme Freitas (2007) o programa Fome Zero, dava a possibilidade de articulação com outras de políticas públicas, tais como: Apoio à Agricultura Familiar; Políticas de Microcrédito; Alfabetização de Adultos, melhoria do nível educacional, requalificação profissional; Infra-estrutura de Saneamento, Fornecimento de Água e Obras Públicas; além da Reforma Agrária, do Bolsa Escola. Todos estes programas de alguma forma fomentariam a autonomia dos indivíduos, bem como dariam melhores condições para que os sujeitos beneficiados exercessem algum tipo de atividade remunerada.

Ainda em 2003 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) se incorporou aos programas de segurança alimentar, em que os recursos foram direcionados para apoio a comunidades, como: os quilombolas, a construção de cisternas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares, programa Cartão Alimentação, Agricultura urbana e programas de Educação Alimentar e Nutricional.

O programa Bolsa Família se justificava pela promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência de renda, reforço do exercício dos direitos sociais, através da garantia a saúde, educação e através das condições solicitadas às famílias, contribuindo para que as famílias quebrem o ciclo de pobreza e por fim, a coordenação de programas complementares que visam também, a geração de trabalho e renda.

Todavia, o programa apresenta limites, dado que os valores transferidos são pequenos para as famílias, os critérios de seleção para o recebimento é rigoroso e põe a margem quem do recuso necessita, como os moradores de rua, os quais não têm condições de cumprir os requisitos de contrapartida. Se por um lado, o programa de governo apresentou um alto índice de popularidade entre os pobres, nota-se que esses programas são transitórios conforme o posicionamento político dos próximos governos a serem eleitos.

Freitas (2007) conclui que apesar da posse do governo Lula em 2007 ser acompanhada com euforia por grupos progressistas, movimentos sociais e o povo beneficiado pelos programas assistenciais, a premissa é que este governo seja marcado por tensas disputas entre o continuísmo e mudança.

Assim os equívocos do governo Lula, começaram pela rejeição da participação popular e pela frustração de promessas eleitorais, dando continuidade ao modelo econômico neoliberal, bem como se formou grandes alianças parlamentares, as quais constituíram em obstáculos à geração de grandes mudanças em seu governo.

Foi ainda no governo Lula que a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) se consolidou, como já falamos anteriormente, a finalidade da política voltada para o morador de rua é o atendimento integrado, sendo o Centro Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP), o lócus de atendimento.

Conforme o decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, se instituiu a Política Nacional para a Pessoa em Situação de Rua. Este Centro Especializado deve oferecer serviços integrados de política pública, tais como: saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer, segurança alimentar e nutricional. De modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia, e potencialidade dessa população visando a construção de uma nova trajetória de vida.

Conforme Brasil (2011) foi no final da década de 70 que diferentes setores se articularam em torno da conquista da liberdade democrática e justiça social. Estes movimentos sociais avançaram na conscientização e na organização popular, rumo às lutas específicas como: moradia, saúde, educação, igualdade de direitos, reforma agrária, meio ambiente, etc.

Brasil (2011) ainda afirma que com a morte brutal de moradores de rua na região central de São Paulo, ocorridas nas noites de 19 a 22 de agosto de 2004, diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil expressaram em formas de protestos e articulações políticas e se organizaram como movimento social reivindicando a participação no controle social da Política de Assistência Social, e especialmente na elaboração de uma proposta política nacional para a população de rua.

Com o objetivo de conhecer os desafios da população de rua, em 2005, a Secretaria Nacional de Assistência Social, realizou o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, do qual participaram representantes de vários municípios, fóruns entidades que atendem população de rua. Neste encontro foram lançadas as bases para a construção da Política Nacional para a População de Rua, que teve como objetivo fazer uma análise da realidade de vida desta população no Brasil, com a participação de atores qualificados, e traçar estratégias e diretrizes para a construção de políticas nacionais articuladas.

Em outubro de 2006 foi instituído por decreto presidencial o grupo de trabalho interministerial, coordenado pelo MDS, com a finalidade de elaborar estudos, os quais conduziram ações articuladas e políticas consolidadas pelas demandas da população de rua.

Em meio a este processo o MDS, por intermédio da Secretaria Nacional da Assistência Social (SNAS), iniciou a Pesquisa Nacional que visava traçar um perfil da População em

Situação de Rua que “realizada entre agosto de 2007 e março de 2008, em 23 capitais, independente de seu porte populacional, e em 48 municípios com mais de 300 mil habitantes, totalizando um universo de 71 cidades brasileiras” (BRASIL, 2011).

Da conclusão da pesquisa realizada a nível nacional, foi identificado nos discursos dos moradores de rua o preconceito social e os comportamentos estigmatizados que fazem com que a população de rua seja alvo de atitudes que vão da total indiferença, invisibilidade, e ausência de respeito, até as práticas de violência física que reforçam uma visão de naturalização e imutabilidade dessa condição social.

Por fim, em 2009 no II Encontro Nacional sobre População de Rua, diante dos dados coletados e analisados pela pesquisa realizada no ano anterior, foi estabelecida e validada a Política Nacional para a População em Situação de Rua, consolidada pelo Decreto 7.053, de 23 de Dezembro de 2009.

A política enfoca intersetorialidade como uma estratégia de negociação permanente para o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios, que atendam aos direitos da população de rua, de modo a assegurar uma rede que garanta efetividade e qualidade da atenção ofertada.

Assim, inerente à política de assistência social para o morador de rua, deve-se conter um comitê gestor intersetorial de acompanhamento e monitoramento da Política Estadual e Municipal. É fundamental que este comitê esteja vinculado ao governo, que tenha capacidade técnica e competência política para articular as diversas políticas públicas e garantir que a política local se configure de forma intersetorial.

Os comitês gestores são responsáveis por elaborar planos de ação, com objetivos, metas e prazos, responsáveis por desenvolverem um conjunto de indicadores para o monitoramento das ações, e criação de comunicação acerca das conquistas.

Quanto à caracterização dos Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua, Brasil (2011, p.37) afirma:

O Centro-POP se enquadra dentro da política de média complexidade, ou seja, da proteção social especial, que tem por objetivo contribuir para a proteção social de famílias e indivíduos nas situações de risco social e pessoal, por violações de direitos, visando a superação destas situações. Atua portanto, junto a uma realidade multifacetada, demandando intervenções complexas e exigindo maior presença, flexibilidade e articulações com a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e com os órgãos de defesa de direitos.

Ainda conforme as referências elaboradas para a organização dos Centros POP, no trabalho social com pessoas de rua é fundamental se compor quadros técnicos qualificados,

superar o desenvolvimento de ações isoladas, aprimorar a gestão, qualificar a oferta dos serviços, e fortalecer estratégias e ações intersetoriais para efetivar a atenção integral.

Para que um centro especializado de atendimento à população de rua seja implantado, a prefeitura deve planejar sua implantação, tendo em vista identificar a quantidade de moradores de rua, os impactos que este tipo de atendimento poderia proporcionar ao meio social, bem como a elaboração de prazos de serviços, estabelecimentos de metas, e construção de planos de trabalho, os quais nortearão os serviços implantados no Centro POP.

Deve-se fazer também antes da implantação o levantamento das características da ocupação dos moradores de rua, quais são as áreas de maior concentração e trânsito dessa população, bem como a dinâmica de movimentação. Fizemos uma consulta no site da prefeitura, não foi encontrado dado algum referente a tal diagnóstico social.

Com a implantação, deve-se elaborar previamente o projeto técnico da unidade, que aborde aspectos do seu funcionamento, serviços ofertados, metodologia de trabalho que será adotada pela equipe, relacionamento com os usuários, com a rede de atendimento público e com a comunidade.

A implantação e a oferta dos serviços devem ser planejadas de modo a imprimir uma concepção garantidora de direitos para a inclusão social e a construção de novos projetos de vida para as pessoas em situação de rua, rompendo com as culturas pautadas no preconceito, intolerância e no assistencialismo.

Conforme Brasil (2011) o gestor local da política de Assistência Social, deverá planejar a implantação da Unidade de atendimento especializada para a população de rua de modo que possa comportar o acompanhamento mensal até oitenta casos de atendimento individuais ou familiares. Tal capacidade pode ser ampliada caso seja necessário, conforme a realidade local³.

Conforme Brasil (2011) o processo permanente de capacitação deve ser planejado, contando com diversas possibilidades e momentos que envolvam: participação de cursos, encontros, oficinas e outros eventos e visitas técnicas a outras unidades e serviços para troca de experiências dentro outros.

Tal processo de formação deve estar de acordo com a caracterização dos trabalhos ofertados pelos serviços sócio-assistenciais voltados para o morador de rua, este tem a

³ A única informação sobre o centro POP no SITE da Prefeitura Municipal de Campo Grande é referente a sua definição, em que se afirma que neste centro “é ofertado Serviço para pessoas que utilizam as ruas como moradia ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o fortalecimento de vínculos interpessoais ou familiares”. O site foi consultado no dia 28/11/2016, as 23 horas sendo o endereço: < http://www.pmcg.ms.gov.br/sas/canaisTexto?id_can=7634>

finalidade de assegurar o acompanhamento especializado com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais, ou familiares. Tendo em vista a construção de novos projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída das ruas.

Cabe a equipe de atendimento considerar e reconhecer as singularidades dos atendidos, uma vez que, a história de vida dos sujeitos que vivem na rua é única, bem como dominar as metodologias de construção participativa dos atendimentos inerente ao plano de acompanhamento de cada usuário. Além do mais, ainda é preciso conhecer como a cidade se relaciona com esta população.

Conforme a orientação do Centro POP ao longo do acompanhamento realizado no âmbito do Serviço, deve-se primar pelo estímulo à participação dos usuários na vida pública do território, com a perspectiva de se desenvolver competências para o enfrentamento coletivo da situação vivenciada, e para a ressignificação de vivências e para a construção de novo projeto de vida, pautada na compreensão crítica da realidade social. Além do mais os técnicos que voltam seus serviços para o atendimento, devem incentivar os usuários para que os mesmos possam participar de movimentos populares, como: conferências, conselhos de direitos e de outras políticas públicas.

Dentro do Centro Pop deve se desenvolver um trabalho social de escuta qualificada, entendendo que este sujeito tem um determinado contexto familiar, social, econômico e cultural. É pela escuta qualificada que se tem condições para a elaboração do plano juntamente com os usuários, sendo este plano um norteador para guiar a equipe no desenvolvimento de seu trabalho social no âmbito de serviços, bem como para delinear, junto aos mesmos, a construção de uma nova perspectiva de vida. A técnica de trabalho dos profissionais do centro deve, sobretudo, levar em conta a identidade e a subjetividade dos sujeitos acompanhados, de modo a favorecer o fortalecimento de sua autonomia.

Diante da demanda dos serviços necessários para a implantação dos Centros POP o referencial técnico expõe um conjunto de métodos e técnicas, as quais podem ser utilizadas para o acompanhamento de pessoas que estão morando nas ruas, sendo destacadas, as seguintes: entrevista individual e familiar, orientação e atendimento individual, atendimento e orientação em grupo, oficinas de atividades coletivas de convívio e socialização, orientação jurídico-social, estudos de casos.

A finalidade de todo o trabalho desenvolvido pelos centros especializados para o morador de rua, visa à construção da autonomia dos indivíduos atendidos. Vimos neste trabalho que os moradores de rua apresentam diversas origens e formam um grupo

heterogêneo, isso porque cada um apresenta uma história de vida própria, com singularidades inerentes ao indivíduo, mas o que tem em comum, é a presença do trabalho precário ao longo da vida, bem como a situação de miséria. Por isso, uma das principais ações do Centro POP na geração de autonomia do sujeito é o fomento de ações que viabilizem e promovam o trabalho e a geração de renda para esta população. Assim o serviço do Centro Pop deve manter articulação com os diversos recursos desta política disponível no território, como programas que ofertem preparação/ capacitação profissional, projeto de inclusão produtiva, cooperativas sociais, agências de encaminhamento para postos de trabalho, dentro outros.

Ainda que a promoção de direitos sobreponha à lógica da filantropia assistencial, ainda temos o velho dentro do novo dentro dos serviços prestados pela assistência social, sobretudo voltados para o morador de rua. Particularmente no Município de Campo Grande, a lógica filantrópica não dissuade da dinâmica nacional voltada para assistência social, isso porque o atendimento a moradores de rua acontece no Centro POP, CETREMI, CEDAMI e Casa de Apoio São Francisco de Assis.

Conforme o relatório municipal da Secretaria de Assistência Social (2009) notamos que pelos relatos de atendimento que tanto as ações do Centro Pop, quanto o Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante (CETREMI), são de responsabilidade do município, que mantém um atendimento integrado, onde o primeiro tem a função de receber o migrante e realizar os primeiros atendimentos, tais como coleta de dados e levantamento de demandas, seja ele da rua ou não. E o CETREMI, tem a finalidade de abrigar trecheiros, migrantes ou moradores de rua.

O Centro POP, por sua vez tem a atribuição de realizar a integração de atendimentos, os quais permeiam diversas políticas conforme a necessidade dos sujeitos que lá estão. Nestes espaços os sujeitos podem receber atendimento psicológico, orientação de assistentes sociais, bem como serem encaminhados a outros serviços da rede pública dos quais se integram a Seguridade Social, ou seja, os atendimentos de saúde e demais atendimentos previdenciários. Além de tais atendimentos nestes espaços os moradores de rua recebem alimentação, e abrigo para passarem a noite.

Entretanto não são apenas os espaços públicos que oferecem tais serviços, dado que também são oferecidos pela Casa de Apoio São Francisco de Assis, que pode oferecer abrigo permanente. E o Centro de Apoio ao Migrante (CEDAMI), o qual oferece abrigo provisório até o migrante conseguir ter um lugar fixo, ou manter contato com a família. Ambas as instituições que são de âmbito privado recebem recursos de diversos setores tais como da Assistência Social, da Saúde, bem como de projetos sociais e fundos privados. Todavia

inerentes aos princípios e valores ideológicos norteadores dessas instituições se instala uma ação de benemerência e filantropia, os quais dão a base para as ações caritativas católicas.

Se por um lado, os atendimentos advindos das instituições católicas são de bases filantrópicas consolidadas em seus valores, por outro, os atendimentos advindos da rede pública não fogem a regra. Isso ocorre, pois a Política Nacional para a Pessoa em Situação de Rua apresenta uma série de critérios, os quais vislumbram a auto organização do sujeito, bem como a possibilidade de preparação para o trabalho, apoio a aquisição de moradia, saúde, lazer, etc.; No entanto, a rotina dos serviços ainda é de ofertar: alimentação, moradia, e algumas palestras informativas são oferecidas coletivamente aos moradores de rua.

Os atendimentos atualmente realizados margeiam apenas as necessidades básicas, e ainda oferecem uma passagem para irem para outra cidade. Yazbek (2005) afirma que apesar da obscuridade a que foi relegada a Seguridade Social brasileira, sua concepção fundamenta, legítima e permite ampliar a proteção social no país. Todavia, sabemos que fogem às políticas sociais, às suas capacidades reverter níveis tão elevados de desigualdade, como os encontrados no Brasil.

Quanto aos serviços desenvolvidos para o atendimento dos moradores de rua a nível nacional, podemos ver pelo relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015) que houve um aumento de Centros Pop pelo país, o que não significa necessariamente que os trabalhos neles desenvolvidos não margeiam a benemerência imediata, dado a condição de miséria sofrida pelo público atendido.

A primeira avaliação da política voltada para o morador de rua foi realizada em 2014, com os dados de 2011 a 2013 e publicada no ano de 2015 pelo IPEA. Sendo que os eixos norteadores dos serviços especializados para a população de rua, que são: a ética e respeito à dignidade, diversidade e não discriminação, atenção especializada e qualificação no atendimento, acesso aos direitos assistenciais e mobilização do trabalho em rede.

Conforme os dados apresentados pelo IPEA (2015) no período de 2011 a 2013 a quantidade de Centros POP saltou de 90 unidades para 131, as quais acompanharam cerca de 46.232 famílias e indivíduos. A região que mais tem Centros de atendimentos Especializados é a região sudeste com 64 centros em 2013. Por outro lado, a região Centro- oeste atualmente conta com seis Centros- POP.

Dos trabalhos realizados nos Centros de atendimento especializados a população de rua, conforme os dados do relatório IPEA (2015) 84% realizaram iniciativas que buscam encaminhar o indivíduo para a capacitação profissional ou para cursos profissionalizantes, 72% encaminharam para programas de trabalho e renda, e 55% realizaram cadastramento para

participação em programas de qualificação profissional. Quanto aos outros trabalhos de integração em rede os quais vinculam o direito a saúde, lazer, moradia e educação, não foram mencionados no relatório.

Quanto aos dados referendados no município de Campo Grande, e no Estado de Mato Grosso do Sul, não temos um panorama muito diferente de uma intervenção pífia, e sem recursos para a promoção plena de direitos. Antes mesmo de apresentar os escassos dados pertinentes à secretaria de nosso município, podemos desde já questionar a metodologia que enaltece os números contraditórios.

Isso porque, ao realizarmos uma busca referente ao tema aqui analisado com os seguintes descritores: morador de rua, situação de rua, Centro POP, no site da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho – SEDHAST. Encontramos apenas uma notícia descrita por Mori (2014) que se refere à ceia de natal para moradores de rua realizada pela SEDAHSST no ano de 2014 e que também será realizada este ano, próximo à rodoviária.

Todavia, não cabe necessariamente a intervenção do Estado a este público, dado que a responsabilidade de constituir os Centros Pop é do município além do acompanhamento dos aparelhos de intervenção mais específicos, tais como CETREMI e Centro POP. Ao procurarmos nos relatórios da Assistência Social do município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, vemos a primeira menção ao tema a partir do relatório de 2008, ou seja, se anteriormente eram realizados serviços de atendimento a este público não eram tidos como oficiais, dado que não consta anteriormente nas descrições de atividades realizadas na Secretaria de Assistência Social do município.

Se formos verificar quais os tipos de atendimento preconizados pela Política Nacional a Pessoa em Situação de Rua, vemos um conjunto de propostas que englobam a promoção e garantia de direitos aos sujeitos que tem a rua como morada. Direitos estes que vão de moradia a garantia de lazer, passando pela promoção a saúde, educação, trabalho, habitação, fomento a renda, seja via economia solidária, ou por formação para o trabalho via cursos, inscrição e acompanhamento nas agências municipais e estaduais de fomento ao emprego, etc.

Todavia o que consta nos relatórios municipais de 2009 até hoje são dados quantitativos, os quais não descrevem quais os tipos de serviços prestados, sejam eles atendimentos, encaminhamentos e para quais setores integrados os serviços foram encaminhados, ou quais os tipos de avaliações e metodologias são utilizadas para os atendimentos, os critérios de desligamento, ou de inclusão nos serviços, se há ou não um fomento de autogestão dos moradores de rua que tenha como objetivo a luta por direitos,

promoção ao trabalho e/ou geração de renda. Enfim, não há menção alguma dos serviços que foram prestados.

O que consta nos relatórios são números de abordagens e atendimentos, os quais foram: em 2009 se realizaram 690 abordagens de crianças e adolescentes que estavam na rua e foram acolhidas, conforme o relatório da SAS (2009, p.149) Em se tratando dos atendimentos ao imigrante e à população de rua, na divisão de alta complexidade da assistência, foram 1598 atendimentos e/ou acolhidas de pessoas que estavam na rua, e 6137 atendimentos e/ou acolhimentos de imigrantes os quais passaram por triagem no CETREMI. No ano de 2010, coincidentemente estão anotados os mesmos números de atendimentos foram de 1598 à população de rua, os quais abrangiam crianças, adolescentes e adultos, e 6137 atendimentos aos migrantes, totalizando também 7735 atendimentos (SAS, 2010, p.111).

No ano de 2011 no relatório da Secretaria de Assistência Social (2011) afirma que a finalidade dos atendimentos é o direcionamento para o desenvolvimento de atividades de sociabilidade, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a pretensão de construção de um novo projeto de vida para o morador de rua. Com relação ao quantitativo de atendimentos foram cerca de 4180 abordagens, e 1461 atendimentos a população de rua.

Já no último relatório SAS (2012)⁴ encontrado no site da prefeitura menciona apenas que em 2012 foram realizados o acolhimento de 123 pessoas que moram na rua. Mediante a esses números ficam uma série de dúvidas para o pesquisador, que perpass desde a diferença do quantitativo de atendimentos de um ano para outro, ou seja, de 5560 atendimentos em 2011 para 123 acolhimentos em 2012. Ao compilarmos tais dados ficamos em dúvidas com relação aos critérios de atendimento oferecidos aos sujeitos em tamanha vulnerabilidade, além de quais garantia de direitos foram asseguradas pelos serviços prestados a população de rua, já que os dados são apenas quantitativos e as variáveis apresentadas indicam apenas o número de atendimentos, mas não especifica que tipo de atendimento foi realizado.

⁴ Estes dados foram retirados ao longo da pesquisa do site da Prefeitura Municipal de Campo Grande, no entanto, com a troca do prefeito e o início de uma nova gestão todos estes relatórios citados foram retirados do site, não sendo mais disponíveis. Todavia, como pesquisador, estou de posse dos mesmos e disponibilizo para futuras consultas e para sanar possíveis dúvidas quanto às referências.

4.3 A CONSCIÊNCIA DO MORADOR DE RUA MEDIANTE A DESIGUALDADE SOCIAL

Sabemos que a consciência do indivíduo se dá pela relação objetiva que se constitui dentro da totalidade histórica, bem com a relação subjetiva a qual se constitui pela relação ativa do homem com o meio.

Para Euzébios Filho (2011), o ponto de partida para o entendimento da consciência é a realidade concreta, as forças sociais e a relação filogenética do sujeito, além do grau de organização social, a qualidade das relações humanas e as condições materiais da vida, o que justifica nosso esforço de sintetizar as características do mundo do trabalho e as implicações para o trabalhador, por se constituir a mediação principal entre o homem e o meio social.

Ainda para Euzébios Filho (2011), a consciência no mundo material reflete a materialidade, e sobre esta base é possível entender as propriedades do mundo material para posteriormente transformá-lo. Assim, a capacidade consciente do homem não está na assimilação das propriedades dos objetos concretos em torno do homem, mas sim na capacidade de transformar a realidade concreta para si.

Vigotsky (1999, apud EUZÉBIOS FILHO, 2011, p.29), enfatiza o papel central da mediação social no processo de constituição da consciência, isso porque a consciência não consiste em um ato isolado do psiquismo, mas na integração do homem com o mundo dentro de uma realidade histórica. A consciência toma forma a partir das mediações que o sujeito estabelece com o mundo social. Toda mediação se desenvolve de forma intencional, no âmbito da vontade do sujeito, não sendo a vontade homogênea, linear, mas dinâmica e única em seu tempo social e relacional. A consciência gera-se a partir de seu caráter ativo, e é resultado de uma práxis social, sendo a consciência e a práxis social uma atividade refletida, que é modificada e transforma a realidade.

Conclui-se então, que o desenvolvimento da consciência pressupõe sua imersão em uma realidade concreta, mas a partir do momento em que essa realidade é refletida, mais o objeto começa a ser apropriado e pensado, proporcionando uma condição para que a consciência reflita não apenas o que é, mas o que pode vir a ser. A partir daí, há um movimento entre objetividade e subjetividade, onde uma autonomia relativa da subjetividade dá condições para a capacidade criativa de o sujeito pensar o novo, o diferente (EUZÉBIOS FILHO, 2011).

Retornemos a síntese do pensamento do sujeito retratado no presente capítulo, no qual pela análise gráfica do discurso se gerou a frase:

Tô (como) um (que) vôu (com) você falou.

Se no capítulo anterior exploramos a não aceitação das determinações concretas geradas no meio social, no segundo nível de seu discurso, o entrevistado aceita o personagem de “estar um” morador de rua.

Partiremos então do significado social em direção ao sentido do discurso do sujeito inerente a sua representação afetivo-volitiva. Das palavras aqui selecionadas se destaca o verbo “estar” o artigo indefinido “um” o verbo “ir” o pronome “você” e o verbo “falar”.

Conforme o dicionário Luft (1999, p.302) o verbo “estar” tem o seguinte significado: “1. Afirma no sujeito um atributo acidental ou transitório, 2. Ser em um dado momento, 3. Achar-se, encontrar-se (em certa condição ou estado) 4. Ficar permanecer. 5. Passar (bem ou mal), 6. Ser a favor de, apoiar”.

A palavra “Um” para o dicionário Luft (1999, p.659) vem a ser: “um número cardinal, 1. Uma unidade, 2. Qualquer; algum, 3. Adjetivo; único, um singular, 4. Contínuo, indivisível”.

O verbo ir para o dicionário Luft (1999, p.409) tem o significado de: “verbo intransitivo, 1. Passar de um lugar para outro, locomover-se 2. Acontecer; suceder. 3. Decorrer (tempo). 4. Sair, partir. 5. Comparecer, apresentar-se. 6. Dirigir-se. 7. Passar (de saúde)”.

Por fim, o verbo “falar”, para Luft (1999, p.319) significa: “verbo transitivo. 1. Expressar com palavras. 2. Dizer, declarar. 3. Contar, relatar, narrar. 4. Discorrer sobre. 5. Conversar, dialogar. 6. Usar ou saber usar o idioma. 7. Dirigir-se oralmente, discursar, dialogar. 7. Linguagem, dialeto”.

Assim, da aglutinação destes significados podem surgir uma infinidade de sentidos, lembrando que a palavra para Vigotsky (2009), é um instrumento e por sê-lo, pode ser uma mediação do homem com o mundo que operacionaliza o seu pensamento, entretanto antes da ação desenvolvida pelo pensamento estão os afetos, os motivos, as causas e desejos os quais orientam o ser que usa e operacionaliza a linguagem. Quando ressaltamos os motivos os quais direcionam a palavra, nos referimos ao sentido que se expressa internamente ao sujeito, ou seja, seu pensamento o qual aglutina uma série de conceitos os quais o sujeito domina, bem como tais conceitos de prontidão são orientados pelos motivos, anseios e afetos.

Ao voltarmos para o discurso de João e correlacionarmos a primeira palavra da frase que estamos analisando – verbo “estar” – que como vimos no significado coloca atributos de

diversas formas transitórias, vemos que isso para João aponta sua condição, sua maneira no momento presente de sua vida, pois em sua fala afirma:

[...]eu tô precisando de um trabáho, tô doído pra mim arrumá um serviço pra mim saí daqui! [eu] Tô ponhando na mão de deus E [eu] tô fazendo a MINHA oração, eu ...(ruído) mas eu tô precisando de um trabalho, e eu tenho fé jesu cristo que ele vai me arrumá[...]

Ainda com relação ao seu presente o entrevistado ressalta:

[...] tem que saí fora dessa vida que eu tô, o senhor entendeu!?Tem que mudá a MINHA vida, pra tenho uma vida que todo mundo tem, um trabalho[...]

[...]agora como eu tava falando pro senhor, eu tava na rua, agora eu tô no CETREMI! Tô desempregado, NÃO SÔ DAQUI! Eu vim aqui, aqui no Centro POP pra fazê o meu cartão do SUS, meu cartão é de Rio Negro, como eu tinha falei pro senhor: eu to doente, com probrema no pulmão, meus documentos tão tudo aqui, meus exames tão tudo aqui, tão tudo guardado no CETREMI! Então é o que eu tô falando pro Senhor eu pretendo um dia mudá de vida. [...] Então o meu pensamento é esse, é o que eu tô falando pro senhor e é o que eu tô sentindo. [...]

Se correlacionarmos socialmente os atributos do centro especializado, vemos que o sujeito transfere ao centro a organização de si, socialmente temos nossa identidade, buscamos nosso tratamento de saúde. Entretanto mediante a condição de vulnerabilidade a assistência de fato lhe possibilita a garantia de direitos no que corresponde a sustentação de saúde.

Entretanto, na relação estabelecida com a assistência vemos em seu discurso a emergência de um conceito de filantropia onde afirma

[...] E se acabá isso aqui o que será dos morador de rua!? [...]

O conceito com relação a si estabelecido neste trecho se relaciona com a imposição social atual a qual culpa o sujeito por sua condição, se o mesmo não tem condição para sustentar-se no mundo do trabalho lhe sobra à assistência para dar suporte. Sendo assim, assume-se como responsável de sua condição e descreve suas relações imediatas com o mundo. Daí que o sujeito afirma, estar doente, ter que sair da condição de miséria, de não ter como continuar da forma como está, tendo apenas uma visão cotidiana da realidade, uma visão restrita de si, que não lhe dá instrumentos para sair da rua, apesar de esta ser a sua vontade.

Na relação estabelecida pelo sujeito no contexto social o morador de rua constrói a consciência de si. Entretanto conforme Euzébios Filho (2011), permeado pela ideologia e uma falsa ideia mundo, insere-se na relação e enxerga em sua história a relação imediata com o

mundo, o que dá ao sujeito uma visão parcial, ou pseudoconcreta, da realidade, pois o indivíduo pode verificar sua miséria, sua condição física, mas não parte de relações mais amplas, para entender a relação de outros, que estão na mesma condição que ele, ou seja, entendendo as mediações sociais conseguiria enxergar que a história de tantos outros que não difere tanto da história que ele tem.

Ainda segundo Euzébio Filho (2011), o início para a superação da pseudoconcreticidade pode ocorrer a partir de uma crise gerada pelo choque entre os antigos valores e uma vivência objetiva, que sensibilizaria o sujeito diante do quadro social e econômico em que vive. Assim, uma das possibilidades de atuação é fazer o indivíduo conhecer a dinâmica concreta da realidade social, e construir juntamente com o mesmo a ampliação de sua consciência, aonde o sujeito teria um salto qualitativo de um pensamento em si, não restrito as condições imediatas. Mediante o salto qualitativo passaria a ter um pensamento atuante, para si, com o intuito de quebrar as amarras ideológicas, onde o sujeito poderia avaliar sua condição dentro de uma dimensão mais ampla e pensar na transformação de sua condição de forma intencional e consciente.

Santos (2010), afirma que o trabalhador desempregado e com baixa instrução não consegue nomear suas emoções, bem como tem poucas ferramentas para entender a própria condição, nomeando a vida de desemprego pela falta de recurso, restringindo a condição do desemprego a impossibilidade de supressão de suas necessidades, seja estas básicas ou sociais, o que seria possível caso estivesse vendendo a sua força de trabalho. Em seu discurso nomeia elementos pontuais os quais poderiam ser mediados pelo trabalho, o que conota a dificuldade de nomear sua própria condição mediante a ausência de cultura em um trecho podemos ver que

Quando eu to trabalhando eu to trabalhando, Quando eu não tô trabalhando eu tô dependendo dos outros, ai[eu] [vivo] de pegá comida em restaurante, pegá comida das irmã,[eu] vim aqui pra comer, as vezes pidi comida na casa dos outros. Não tem lugar pra [mim] dormi, Então... a vida é dura né!?

Essa condição não difere da condição do presente entrevistado, pois expõe suas faltas ao longo da vida e do momento presente, por outro lado o indivíduo não consegue nomear as mediações sociais que o influenciaram a permanecer na presente condição de morador de rua, ou seja, os trabalhos precários que ocupou ao longo da vida, a condição de reserva de mercado que assumiu e provavelmente não voltará a ocupar uma vaga no mercado de trabalho, são o que fazem com que João deposite a sua confiança em um milagre para voltar a

ser “um”, que não seja vagabundo, ou mal visto pelos outros que o cercam, dessa forma afirma:

[...]Inquanto a gente tá vivo, vivo, a gente não pode perdê a esperança né!? Eu nunca vô perdê a MINHA esperança,eu nunca vô deixar de desacreditá em em deus A fê é, quanto você tem fé ai deus vê que você tem fé mesmo[...].

Diante da dinâmica material o qual todos os homens se filiam pelas determinações do capital, seja para vender a força de trabalho, seja para deter os meios de produção através das mediações indiretas do capital monopolista, os que vivem à margem da pobreza e da miséria sobre o domínio de outros homens, tem limitado o seu poder criativo, e também faz o homem retornar às formas mais primitivas da sua consciência. O trabalho como um instrumento que serve apenas para a manutenção física do trabalhador possibilita o dinheiro apenas para a supressão básica de sua necessidade, ou nem isso, ao trabalhador resta viver como os homens primitivos (EUZÉBIOS FILHO, 2011).

Mezáros (2006, apud EUZÉBIOS FILHO, 2011, p.49), enfatiza este círculo vicioso não depende da vontade dos sujeitos que se relacionam no meio social, dado que estamos imersos em um sistema político e econômico mais amplo o qual produz e determina as circunstâncias concretas da vida, e neste sentido existe uma dimensão psicossocial e ideológica necessária para a reprodução desse sistema que para Martin Baró (1998, apud FILHO, 2011, p. 51) chama-se fatalismo.

Este fatalismo é compreendido pelo autor como uma barreira psicossocial responsável por dificultar o sentido de tomar a realidade “para si” para então poder transformá-la. Em outras palavras é a condição de aceitação das condições sociais na qual o sujeito incorpora os determinantes sociais e naturaliza sua condição, este indivíduo não vê outra forma de manifestação da vida, cabendo a este apenas a aceitação daquilo que a vida lhe impõe.

Quanto à ideologia da classe dominante sua função é de esconder e promover a injustiça, o que naturaliza a condição histórica forjando os indivíduos a aceitarem e se conformarem com a ordem capitalista, passivos diante de qualquer possibilidade de alteração no quadro social e econômico, dessa forma a ideologia dominante tem a função política que justifica a exploração e consolida a dominação.

A ideologia dominante nos fornece princípios ideológicos os quais compõe uma totalidade materializada em relações concretas, elas fornecem elementos os quais dão significado da práxis social, por sua vez os sujeitos incorporam modelos de análises sobre a

realidade, estando as noções de “eu”, “nós” e “outros” correlacionadas com o modelo hegemônico.

Para Ezébios Filho (2011), estes modelos valorativos naturalizam as relações das relações, o que consolida a naturalidade, e dá ao sujeito uma visão estereotipada de mundo, é por meio da ideologia que a dominação e a exploração, tornam a docilidade e a passividade virtudes.

Ainda conforme Euzébios Filho (2011), o fatalismo corresponde a uma assimilação destes esquemas de preferência que versam sobre o sujeito ideal para o capital, um sujeito que se nega diante de sua própria intencionalidade e das suas vontades e seus interesses particulares não se sobrepondo aos interesses que lhes são externos. Dessa forma a assistência social assume a condição paternalista e natural que emana o sustento, a sobrevivência, bem como auxilia o sujeito diante da condição de plena miséria. Assim, a assistência social é para o sujeito a condição para ter suporte e ajuda. Em sua fala podemos notar:

[...] agora eu tô no CETREMI! Tô desenpregado , NÃO SÔ DAQUI! Eu vim aqui, aqui no Centro POP pra fazê o meu cartão do SUS, meu cartão é de Rio Negro, como eu tinha falei pro senhor: eu tô doente, com probrema no pulmão, meus documentos tão tudo aqui, meus exames tão tudo aqui, tão tudo guardado no CETREMI! eu tô precisando de um trabalho, [eu] tô doido pra mim arrumá um serviço pra mim saí daqui![...].

Assim, para o sujeito há um predomínio assimilativo frente ao externo e uma postura de acomodação das determinações sociais, o sujeito passa a acreditar que os problemas que enfrenta na vida cotidiana não resultam de uma incapacidade inerente a si, de um grupo, ou de um sistema concreto, outrora gerado por suas relações concretas.

Na condição do entrevistado tomado pelo pensamento fatalista, nada se pode fazer para mudar frente ao problema que está inserido, ou seja, morar na rua atrelado as implicações que isso lhe custa. O fatalismo faz com que o sujeito fique alienado de sua situação e deposite sua crença de mudança de sua condição, a fatores externos, seja no poder supremo ou superior que um dia suprirá suas necessidades, disso pode-se notar a isenção de responsabilidade pessoal sobre a causalidade dos fatos, causando uma fuga, ou uma consciência limpa perante o que lhe cerca. Dessa forma, para o indivíduo entrevistado a possibilidade de mudança é atribuída à instância divina, assim afirma:

[...] eu tenho fé em Deus que eu vô arrumá um emprego pra mim. Eu tô tentando, e [eu] vô consigui. Nem que seja varrê rua! A sociedade vai vê eu com outros olhos.

Da síntese de seu discurso, anunciado no início do capítulo, tem um sujeito que nega a si mesmo e atribui sentido a um ser externo a si, como se fosse um outro “outro”, mas que carrega a representação pessoal de si mesmo.

Ao dizer “*Tô (como) um (que) vóu (com) você falá*”. Sua fala representa talvez a condição externa a sua consciência, o que lhe torna alheio às mediações que o determinam socialmente, pelas determinações concretas do mundo do trabalho ou na determinação ideológica que lhe carrega a uma instância fatalista, notamos a afirmação de um sujeito reconhecido fora de si, por um estado transitório de morar na rua.

Se retomarmos o núcleo significativo inerente ao discurso do sujeito onde extraímos o seguinte trecho: “um que vai falá pra você” a referência ao numeral, não difere da concepção dos relatórios, nas três esferas de governo, ou seja, União, Estado e Município, dado que nos relatórios os moradores de rua são expressos apenas em números, ou variáveis de controle social, onde se quantifica os atendimentos, abordagens ou acolhidas.

Neste caso o morador de rua que entrevistamos é, mais um entre tantos outros na abordagem, no acolhimento e talvez um próximo desligamento. O trabalho integrado da assistência social que promove o atendimento dos diversos direitos garantidos na política para o morador de rua foi apenas citado pelo entrevistado em momentos pontuais tais como: no documento que fez os exames médicos realizados e lugar onde almoça. Entretanto se olharmos para a possibilidade de uma nova chance de trabalho, educação, lazer, e a construção de um novo projeto de vida, assim como promete a política para a população de rua, vemos a transformação pífia que o sistema lhe concede, isso porque para o sujeito entrevistado o significado da assistência é a mera filantropia e não a garantia de direitos, e isso notamos em seu discurso:

“[...] se não fosse o Centro POP que seria dos morador de rua”

A assistência social como vimos no começo do capítulo nas análises de Yamamoto (2010) e Netto (1996), surge como uma ferramenta de manutenção da classe dominante, e vimos então como esta secretaria serviu aos interesses particulares de políticos e do capital ao longo de seu processo construtivo, bem como sofreu algumas alterações no governo desenvolvimentista da gestão de Lula e Dilma.

Uma política especializada e voltada para o morador de rua, nada mais é do que uma refração das diversas problemáticas da relação trabalho-capital expressas na questão social, em outras palavras, o morador de rua, foi um trabalhador, que paulatinamente tornou-se

miserável em sua condição e assim como tantos outros veem no Estado o suporte de benemerência, e não necessariamente a garantia de direitos.

Vemos então que a principal premissa da Política Nacional para a População em Situação de rua é falsa, isso porque, o trabalhador na condição de superpopulação relativa, ou lumpen proletariado, é reserva para o capital e serve para a manutenção dos preços baixos de salário, bem como é produto da redução da força humana no mercado de trabalho, pois para o capital monopolista a concentração do capital exige a menor empregabilidade.

Criar um novo projeto de vida torna-se vago, quando não se manifesta, no sentido de autonomia do sujeito na presente condição de dependência plena para a satisfação de suas necessidades pessoais, ou seja, a constituição de um sujeito não em si, mas para si, onde o mesmo pode decidir de forma autônoma como constituirá os próximos passos de sua vida. Tendo o autodomínio e a consciência orientada para o futuro, onde poderá planejar e decidir por si mesmo como resolverá seus problemas pessoais.

Assim dar condições para o trabalho, como foi relatado na avaliação da política de assistência no relatório do IPEA (2015), bem como possibilitar a empregabilidade daquele que é subproduto do capital, é ir contra o sistema que enxuga cada vez mais a força de trabalho, e torna cada vez mais ampla a mão de obra dispensável. Assim, vemos que para o morador de rua a assistência se concebe como benemerência, ajuda ou mesmo suporte. Cabe analisar no próximo capítulo o sentido e o significado do trabalho para o sujeito que estamos pesquisando, para então seguirmos à conclusão da presente análise.

5 SINHOR, NAQUELA VIDA AQUI TRABALHÁ SÓ (POR) DEUS!! ENTÃO CARA, MESMO TUDO (QUE) SEI, FIZ FICÁ DINHEIRO PORQUE (SE) FUMÁ (NA) RUA VIVO – A CAMINHO DE UMA SÍNTESE

O presente capítulo tem por objetivo discutir a importância do trabalho para a formação da personalidade, bem como as relações do trabalho com a atividade e as motivações que orientam a atividade principal do sujeito entrevistado. Entretanto para entender a dinâmica do sujeito no contexto do trabalho iremos apresentar um breve panorama histórico das relações de trabalho. De acordo com as reflexões de Pochmann (2010) e (2013), assim como a dinâmica do trabalho que o morador de rua entrevistado nos relatou.

Posteriormente iremos discutir a pauperização do trabalho precário e a condição estabelecida, tendo em vista a utilização dos instrumentos físicos e a relação com os instrumentos psicológicos dentro da relação de trabalho. Conforme Leontiev (2004) o trabalho por ser uma atividade coordenada e coletiva que depende da comunicação entre os homens para que o mesmo se efetive, no mesmo tempo em que imprime modificações concretas na base cerebral o qual coordena as funções do pensamento em contato com a realidade objetiva. Em outro trecho podemos verificar uma relação mais direta da relação do sujeito com o trabalho, onde Leontiev (2004, P.76-77), afirma que

As transformações do trabalho se dão no nosso cérebro e corpo, como exemplo, podemos citar as integrações complexas neuro musculares específicas existentes na estrutura corporal de: lutadores, bailarino, jogadores de futebol, bem como a integração complexa da linguagem que auxilia o desenvolvimento no lobo temporal – codificação da linguagem, nas áreas do lobo frontal, “que são responsáveis pelo processamento das informações e tomada de decisões”.

Por fim, retomaremos a relação do sujeito tanto com a Assistência quanto na interação com o trabalho tendo neste processo a síntese final do presente trabalho.

5.1 O PROCESSO HISTÓRICO DO TRABALHO NO GOVERNO NEOLIBERAL E NO GOVERNO DESENVOLVIMENTISTA

Já relatamos a situação do trabalhador no governo neoliberal, ou seja, os governos de Collor e Fernando Henrique. Neste trecho reportaremos o contexto do trabalho levando em consideração a dinâmica dos dois últimos governos, pois, tanto Lula, quanto Dilma tiveram

gestões com fundamentação ideológica parecida. Por isso abordaremos o trabalho, nestas gestões, de forma homogênea tendo em vista a coesão ideológica que sustentavam ambos os governos.

Entretanto para justificarmos a importância do trabalho para a psicologia sócio-histórica, retomaremos a concepção de trabalho e atividade para Leontiev (2004), que ao discorrer sobre a fragmentação do trabalhador ocasionado pela divisão social do trabalho o considera alienado de seu produto produzido. O autor considerou que a formação da consciência se dá a partir das relações materiais, isso porque na medida em que se transformam as relações sociais novos sentidos e significados refletem na consciência, uma vez que, a utilização das ferramentas orienta a prática do homem. Assim, uma nova lógica de trabalho também orienta de forma sistêmica as funções psicológicas superiores.

Desta forma, se consolida a importância das transformações dos sentidos e os surgimentos de novos significados que são orientados pela prática social, a qual modifica também a consciência. Além de ressaltar as transformações correspondentes às funções da consciência, isto é, os fenômenos subjetivos que constituem seu conteúdo, o qual se relaciona com os processos psicológicos internos.

O conteúdo consciente da linguagem é estritamente definido, dado que a palavra não é gerada por uma conversa qualquer, mas está inclusa na atividade coletiva dos homens, os quais determinam a sua função e seu conteúdo. Este conteúdo diz respeito à realização prática da atividade coletiva. No modelo de produção capitalista o trabalho teórico se destaca da atividade prática, essa separação inaugura uma nova fase produtiva do sistema capitalista de produção, que visa o isolamento da função de organização da produção de um lado, e de outro o processo de troca consolidado pela mercadoria trabalho que é eminentemente prático e descolado de sua concepção.

Este processo imprime um deslocamento da atividade teórica da prática, sendo que os processos interiores, tais como o pensamento, a motivação, as formas e operações, se manifestam de forma cognitiva, os quais formam um conjunto de processos internos, que só são verbais na medida em que são significações linguísticas aptas para influenciarem as ações diretas.

Os processos do pensamento podem se apoiar de forma ampla nas representações gráficas, matemáticas, físicas, etc. Podem processar na forma de pensamento, ou de comunicação oral, ou escrita, os quais regulam as relações práticas e concretas. Tal regulação não é imediata, é mediada pela linguagem, bem como estabelecida pelo trabalho daquele que é trabalhador.

Para Leontiev (2004) a divisão social do trabalho leva a separação entre a atividade espiritual e a atividade material, dado que ambas as ações são responsabilidade de pessoas diferentes. Ao mesmo tempo em que esta atividade é isolada da atividade material prática, na sequência também se tem o isolamento das ligações e relações pessoais dos indivíduos para quem ela constitui a ocupação exclusiva. Assim,

Quanto mais rápido um trabalho intelectual se separa do trabalho físico, a atividade espiritual da atividade material, menos o trabalhador é capaz de reconhecer no primeiro, a marca do segundo e perceber a comunidade das estruturas e das leis psicológicas das duas atividades (LEONTIEV, 2004,p.126).

Pela teoria sócio-histórica a prática deveria ser pensada, e o pensamento seja guiado pela prática, ou seja, que não exista o rompimento entre a teoria e a prática, e, tanto prática quanto teoria sejam consolidadas como uma unidade na atividade do sujeito.

Com o surgimento do capitalismo, e com a cisão entre a atividade prática e a teórica existiram algumas consequências que afetaram a dinâmica do trabalho. Essas consequências consistem na não relação entre o trabalho de quem concebe e de quem o efetiva, por exemplo: o engenheiro pode pensar a obra o pedreiro executar, o pedreiro não sabe pensar o projeto e o engenheiro não sabe manusear a ação do concebido. Esta cisão, entretanto marca a relação existente do homem com o trabalho e particulariza os sentidos constituídos individualmente. Assim, a construção terá um sentido específico para o engenheiro, o pedreiro, o eletricitista e para o encanador.

Neste sentido, a forma e a estrutura do pensamento, da atividade concreta com as demais manifestações cerebrais correlacionam os sentidos pessoais, os quais são consolidados nas atividades práticas e coletivas. Para entender o sujeito e sua prática coletiva, temos que entender a sua dinâmica com as interações do mundo do trabalho, bem como as ferramentas que se utiliza para mediar sua consciência.

Assim, os órgãos dos sentidos foram aperfeiçoados com o desenvolvimento da atividade dos homens, se consolidando ao longo da história em ligação plena com o desenvolvimento do cérebro. Isso implica a dupla dependência do homem e dos objetos mediados pela atividade na orientação de seus sentidos, ou seja, vemos, percebemos, memorizamos, orientamos nossa atenção conforme as atividades que desenvolvemos no contexto social.

Outra condição para a constituição do trabalho organizado como um sistema de relações é a coletividade do mesmo, dado que a atividade se desenvolve dentro de um

contexto de relações. Ou seja, o trabalho se desenvolve no grupo, em formas de vida desenvolvidas em comum, uma vez que, “[...] em uma organização coletiva é necessária, uma relação hierárquica, um sistema de comunicação, e uma dinâmica interna de relações” (LEONTIEV, 2004, p.79).

Por fim, para o surgimento do trabalho organizado é necessário um conjunto desenvolvido de reflexos psíquicos de ordem superior, os quais sobrepõem às necessidades primárias e imediatas. As relações de todos estes elementos dão condições para o surgimento da consciência.

Para entendermos a consciência do homem é necessário entendermos as determinações concretas de sua atividade coletiva e coordenada. De acordo com Leontiev (2004, p.80), o trabalho deve ser entendido como “[...] um processo que liga o homem à natureza, o processo de ação do homem sobre a natureza. As forças que seu corpo é dotado de intencionalidade, seus braços pernas e mãos, ele as põe em movimento sobre a natureza exterior e a modifica”.

O trabalho é caracterizado e mediado por dois elementos: o primeiro é a construção, planejamento e o uso das ferramentas. O segundo é que o trabalho se efetua em condições coletivas, ou seja, na relação entre os homens que se dá no meio de uma sociedade específica.

A atividade é, sobretudo a união dos afetos e aspectos cognitivos, é mediada pelos sentidos do sujeito os quais foram constituídos em sua história de vida. Conforme Leontiev (2004) para entendermos o sujeito em seu processo ativo no mundo é necessário entender o conjunto de suas relações concretas. Portanto, é fundamental retomarmos as determinações concretas do mundo do trabalho para entendermos a relação que o sujeito desenvolveu ao longo de sua vida, bem como os sentidos que atribuiu na relação com tais atividades.

Vimos então, que a consciência neste sistema de produção possui uma forma desintegrada, bem como é organizada externamente na relação com o trabalho. Assim, cabe a nós explicar porque a organização da consciência é desintegrada no atual momento histórico, bem como se deu o desenvolvimento da organização externa do trabalho.

Até presente momento nos apropriamos da relação do morador de rua tendo em vista as relações inerentes ao mundo do trabalho e a mediação estabelecida pela assistência social. Sendo assim, voltaremos ao mundo do trabalho no contexto específico do Brasil para entender a organização externa do mesmo, para posteriormente entendermos a organização da consciência de nosso entrevistado.

Conforme Pochmann (2010) quando Lula assumiu o governo em 2003, o país vivia um momento difícil, com a ameaça de volta da inflação, de aumento do desemprego, desprestígio internacional sob a batuta do Fundo Monetário Internacional (FMI). Pouco

também era feito para mudar a condição da maioria pobre do país. O Estado brasileiro estava enfraquecido por anos de desmonte de suas estruturas de privatização. É preciso ressaltar que os anos de inflação foram superados ao longo do governo Lula e Dilma, e o país pôde retomar o crescimento econômico que não era alcançado ao longo do período neoliberal do governo Fernando Henrique.

No âmbito global esta ampliação de novos postos de trabalho se deu através do incentivo da produção interna dos insumos de consumo, bem como a negociação com outros países do sul para a exportação, tais como a China e Índia. Neste período a redução dos juros de tomadores bancários reaqueceu a economia e a União passou a investir mais em programas sociais. Outro fator de influência neste processo foi a valorização do trabalhador do chão da fábrica, ou seja, os ganhadores dos salários mínimos que receberam sucessivos aumentos que sobrepujavam a inflação e conotavam um ganho real para o trabalhador ao longo dos 10 primeiros anos do século XXI.

Com a economia reaquecida houve um aumento dos postos de trabalho formais, os quais superavam a contradição afirmada ao longo dos anos 90, a precarização do trabalho ou o desemprego em massa. Assim, conforme Pochmann (2010) o governo fez a opção de enfrentar o quadro geral das mazelas nacionais, como a pobreza e desigualdade, tendo em vista a repartição mais justa.

Esta aceleração do ritmo da expansão econômica do setor produtivo permitiu a vazão para setores sociais e entre esses, a assistência social, que possibilitou a inclusão social com a ampliação do consumo popular e redução da pobreza e desigualdade social. Assim, o Brasil chegou a ficar nos anos de 2014 e 2015, entre as cinco maiores economias do mundo, com a superação da miséria e do grau de desigualdade de renda não muito distante dos países desenvolvidos.

O contraste entre o Brasil de 2010, e o da década de 1990, parece inegável, uma vez que a sociedade conviveu, naquele período com um dos piores desempenhos socioeconômicos de todo o século XX. A economia nacional transitou da queda acumulada de um milhão de empregos formais para o desempenho do mercado de trabalho extremamente dinâmico, com a geração de quase 6% do total de 45 milhões de postos de trabalhos abertos no mundo. Na década de 1990, o Brasil não conseguia responder por 2,7% das ocupações criadas no planeta (Pochmann, 2010).

Conforme Pochmann (2010) a explicação para o crescimento da economia visava à geração de maior quantidade de empregos, que no período de 2008 e 2010, pôde chegar a 7,5 milhões de novas ocupações. Algo muito distinto frente à expansão de 795,9 mil novos

empregos acumulados entre 1995 até 2002, quando se dizia que os novos empregos somente viriam com as reformas neoliberais.

Dos postos de trabalho criados no final da primeira década dos anos 2000, dois terços eram no setor terciário da economia, o qual engloba o comércio e serviços em geral. Por outro lado, um terço é relacionado com a indústria e construção civil. Sendo que o setor primário agrícola é corresponde apenas 5% do total das ocupações de todo país, 80% das vagas concentram-se na faixa de até três salários mínimos, o que evidência o fortalecimento da formalização do emprego na fase da escala social no país. Em resumo o governo Lula terminou seu mandato com 5% do total da população economicamente ativa em todo o mundo, após duas décadas de sofrimento do povo trabalhador o país teria condições de retornar ao quadro social econômico que antecedeu ao desastre neoliberal.

Conforme Pochmann (2010) para a retomada de um projeto nacional no governo Lula, se investiu em três grandes frentes de atuação, a primeira foi a retomada do fortalecimento extenso, que fazia o país prisioneiro das decisões internacionais e refém das decisões dos países credores e agências internacionais, tais como o FMI e Banco Mundial, por conta do grande endividamento.

A segunda estratégia foi resolução da dívida externa, em que o país passou de devedor de R\$237,5 bilhões, para a situação de credor. Com relação à distribuição de renda, foram criadas três grandes frentes de atuação. A primeira visava a elevação dos investimentos públicos em infraestrutura e energia, o reforço dos bancos e empresas estatais, o crescimento de créditos se deu de 24,2% do PIB, em 2002, para 45% em 2009 (POCHMANN, 2010).

Ainda segundo o autor, a segunda medida visava a remuneração e do emprego do funcionalismo público, de 486 mil servidores do governo federal em 2002, para 545, em 2009, especialmente na educação que respondeu por 50,3% dos novos ingressos no setor público federal. A terceira medida apontava para a criação de novas empresas públicas e para o desenvolvimento da economia nacional.

Com relação a defesa do mercado interno por meio do choque distributivo, este se fazia capaz de estimular tanto o consumo doméstico como o investimento público e privado. A política de renda se deu na forma de três modalidades principais. A primeira, visava o aumento real do salário mínimo, o trabalhador no período de 2003 e 2010 recebeu um aumento de cerca de 53%. As taxas de inflação anual passaram a figurar entre as menores registradas de 2006 a 2009. Assim como a informalidade caiu, da mesma forma, o desemprego foi da taxa de 11,7% em 2002, para 7,9% em 2009. Com o aumento do salário

mínimo foi colocado na mão do trabalhador assalariado um acréscimo de um trilhão entre 2003 e 2010 (POCHMANN, 2010).

Ainda conforme o autor a segunda modalidade de política de combate à pobreza se relaciona com a transferência de renda, especialmente para os segmentos de base da pirâmide social, ganhando relevância a previdência, por exemplo, o papel da Previdência Social, que no período de 2002 até 2009 acrescentou cerca de 5 milhões de beneficiados.

O aumento dos gastos previdenciários se correlaciona, sobretudo, com o aumento real de pessoas que foram incluídas em trabalhos formais e saíram do desemprego ou da informalidade o que acarretou também a elevação da transferência de renda.

Cabe mencionar a ampliação do acesso aos programas de garantia de renda de responsabilidade da assistência social, diante da ampliação dos benefícios decorrentes da aprovação do Estatuto do Idoso, o avanço do Benefício de Prestação continuada para idosos e portadores de necessidades especiais.

A terceira modalidade política de investimento foi para a pessoa física, que entre 2002 e 2008, se acrescentou um volume alocado para esta operação cerca de 353 bilhões, por intermédio de créditos consignados aos trabalhadores ativos e inativos, para a aquisição da casa própria, o que aqueceu indiretamente a construção civil e o mercado interno, capaz de protagonizar um notório ciclo de expansão, cujos resultados não se apresentam desprezíveis ao desempenho favorável do mercado de trabalho.

Para Pochmann (2010) tudo isso influenciou o fortalecimento do mercado interno. O compromisso político em torno da retomada do emprego nacional aliado aos esforços de melhor repartição de renda nacional, especificamente para o segmentos populacionais mais vulneráveis constituíram as principais referências de enfrentamento da condição de pobreza e da desigualdade de renda no governo Lula e Dilma.

A capacidade da economia nacional de gerar empregos se mostrou suficiente para absorver parte dos trabalhadores ingressantes, e parte dos que se encontravam desempregado, assim como as políticas de proteção social e trabalhista se apresentaram mais efetivas e eficazes no enfrentamento das mazelas sociais. O melhor exemplo disso pode ser constatado pela queda absoluta e relativa da pobreza no Brasil. Entre março de 2002 e julho de 2009, a taxa de pobreza nas seis principais regiões metropolitanas do país caiu 28% com isso a população de pobres metropolitanos reduziu de 18,5 milhões em 2002, para cerca de 14,2 milhões em julho de 2009.

Entretanto para Pochmann (2010) há que se levar em consideração uma nova modalidade de trabalho, isso porque vem se crescendo a informatização nos postos de

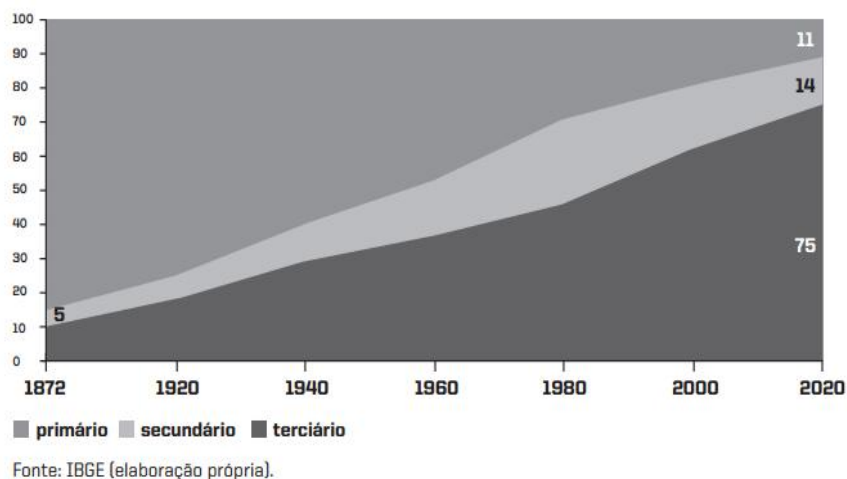
trabalho, bem como a necessidade de formação não apenas no primeiro período da vida, isso porque agora o trabalhador necessita ter formação ao longo da vida.

Os novos postos de trabalhos da civilização pós-industrial encontram no trabalho imaterial a possibilidade de extração do capital pela mais valia através da exploração mundial, por meio das grandes corporações, que valorizam o ganho pela fetichização do capital, bem como a segmentação do trabalho. Novas e futuras vagas de empregos estarão disponíveis, mas são, sobretudo, aquelas que viabilizam a centralização do capital e que atualmente se aliam a tecnologia e a destruição de vagas de trabalho dos setores primários e secundários.

Nos serviços cada vez mais informatizados, o trabalho pode ser realizado em qualquer lugar ou horário, o que torna insatisfatório o sistema atual de regulação das relações legais de trabalho. Atualmente, a jornada de trabalho não somente está mais intensa no local de sua realização, como também está se levando para casa as novas demandas de ação. Tudo isso representa ganhos de produtividade cada vez mais fundada no trabalho imaterial, que continua não sendo tratado nas negociações coletivas pelos sindicatos, tampouco tributado pelo governo.

O novo super trabalhador requer outro padrão de segurança social e trabalhista. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), procura dar conta do trabalho material. Para o novo trabalho imaterial, o Brasil precisa considerar uma nova perspectiva das leis sociais e trabalhistas. De um lado, a postergação do ingresso no mercado de trabalho para depois dos 20 anos, dá-se maior viabilidade para os filhos dos ricos tendo a divisão e distinção de classe já nos primeiros anos de vida. Eles entram mais tarde no mercado de trabalho, e por isso, mais preparados para obter os principais postos de ocupação, enquanto os filhos dos pobres são condenados a ingressar muito cedo no trabalho. A consequência direta é a baixa escolaridade e a possibilidade de vir a ocupar os piores postos de trabalho no país, o que faz com que o funcionamento do mercado de trabalho reproduza a desigualdade entre pobres e ricos desde os primeiros anos.

As novas vagas da prestação de serviço avançam em complexidade juntamente com as transformações históricas advindas do século XXI, no gráfico elaborado por Pochmann (2010, p.72) podemos verificar este movimento de expansão do setor terciário:



Para Pochmann (2010) a hipótese central de suas pesquisas se centra na discussão da educação, e a emergência dos investimentos da educação que alteram a estrutura básica da formação profissional na inserção da trajetória laboral. Ao contrário do analfabetismo tradicionalmente identificado nos séculos XIX e XX, com o desconhecimento pleno da língua de origem, ganha destaque atualmente um novo tipo de analfabeto imposto pela mudança técnica informacional. Em geral as perspectivas de estudos realizados tendem a fazer maior referência às possibilidades de expansão das ocupações profissionais que utilizam maior informação, especialmente aquelas profissões que exigem maior formação e qualificação profissional.

Neste sentido os perfis profissionais tendem a se relacionar com uma crescente capacitação tecnológica para o mundo do trabalho. Isso porque, os novos postos de trabalho que exigirão grande polivalência técnica, sendo requisito profissional indispensável ao ingresso e permanência no mercado de trabalho em formação. O mercado se abrirá somente para quem tiver maior formação.

Com o avanço da sociedade pós-industrial, cada vez mais apoiada no trabalho imaterial, tende-se a viabilizar uma profunda reorganização dos espaços urbanos atuais, fruto das exigências do exército de trabalho em local apropriado, isso porque o trabalho imaterial pode ser exercido em qualquer lugar, bem como em qualquer horário.

Todavia conforme Pochmann (2010) a manutenção de um trabalho predominante imaterial exige uma contrapartida ampla de políticas públicas, para apoiar jovens pobres em sua formação, do contrário, o trabalho imaterial aumentaria ainda mais o fosso da desigualdade, pois os filhos dos pobres não podem passar muito tempo sem trabalhar, uma vez que, por meio do trabalho auxiliam a família.

Pochmann (2013) afirma que as principais transformações históricas no processo de transformação para o trabalho humano encontram-se associadas às formas como as sociedades conseguiram se organizar para geração e distribuição de riqueza. O mundo que emerge neste começo de século XXI, apresenta-se mais produtivo e com a geração de riqueza em escala muito acima das necessidades de atendimento humano global, recolocando novamente uma oportunidade ímpar de construção de uma sociedade no patamar superior.

Entretanto, ainda que exista a possibilidade de uma sociedade em um patamar superior com um maior tempo livre de trabalho, bem como uma formação contínua, há por outro lado o movimento de precarização dos serviços, os quais Pochmann (2010) chama a atenção sendo esta a combinação das velhas formas de trabalho com o novo. Se por um lado a possibilidade de trabalho é canalizada para o trabalhador com maior formação, este em tese teria mais tempo para si, dado a diminuição da carga horária de trabalho.

Todavia, um movimento inverso vem acontecendo, que é a centralização do trabalho e a sobrecarga daqueles que tem maior período de formação abrindo ainda mais a distância entre os potenciais trabalhadores e o exército de reserva. A combinação das antigas formas de trabalho tais como o taylorismo e o fordismo, segmentam e tornam cada vez mais especializado o trabalho, fragmentando a ação e tornando o sujeito cada vez mais alheio à totalidade do trabalho.

Juntamente com este momento o exército industrial de reservar alarga as filas por empregos que se tornam cada vez mais precários e escassos. Revelando um agravo social mediante o desemprego não mais individual, mas estrutural.

A resignação ao desemprego viabiliza movimentos de subjugação do trabalhador às condições de precariedade, relativização das leis trabalhistas e flexibilização contratual. Ainda que o emprego tenha aumentado no governo de Lula e Dilma, isso não significa que houve a extinção da miséria, ou da perda de demanda pela Assistência Social. Ressalta-se, por outro lado, que a própria assistência que luta pela promoção de direitos em todo o país também passa pelo movimento de precarização do trabalho, mediante a flexibilização e a baixa remuneração nos postos de trabalho. Segundo Yazbek (2013, p.49),

Constata-se que há um crescente número de trabalhadores no SUAS, dos quais se englobam quase 300 mil. Destes contratados metade não tem vínculo empregatício. Desses, 37.736 trabalham na condição de cedidos, portanto não são contratados para operar especificamente no SUAS destes ainda 19189 são estagiários, pessoas em formação. Deste total, 189.097 são voluntários. Do ponto de vista da gestão a precarização dos contextos de trabalho é reconhecido por estes trabalhadores. Outro reconhecimento é a subalternidade destes trabalhadores no sistema, isso aparece como outro indicativo no âmbito da seguridade. A acumulação hoje desqualifica e

desprestigia o trabalho, a grande crise contemporânea passa pelo trabalho nas relações de capital e trabalho. A acumulação hoje desqualifica e desprestigia o trabalhador na relação com o capital. Estas mudanças alcança a própria Assistência Social.

Esta precária estrutura de trabalho perpassa pela ausência de concursos públicos, de um plano concreto de cargos e carreiras, de perspectivas de melhoras salariais, por conta do grande número de trabalhos contratuais e flexíveis que burlam as próprias leis trabalhistas, assim como se falta um processo de formação consolidada. Pois, não há como se ter uma consistência na formação continuada pela grande rotatividade dos trabalhadores da assistência social. Apesar de passar por um grande salto qualitativo, e ter aumentos significativos no governo Lula e Dilma, a Assistência Social ainda padece com este conjunto de problemas supracitados.

O cenário de precarização do trabalhador da assistência fica ainda mais claro na fala de Yazbek (2013, p. 50) onde afirma que

O grande número de trabalhadores que nós temos e neste conjunto tanto precarizados, quanto flexibilizados, implica a intensificação do trabalho. Estarmos precarizados repercute evidentemente no nosso processo organizativo, repercute nas nossas lutas, repercute na forma como nós nos constituímos em sujeitos coletivos e muitas vezes, quero chamar atenção para um fato que tenho observado nos diferentes municípios onde estive, no trabalho cotidiano que fazemos vamos encontrar esse trabalhador tão precarizado que em alguns contextos nós quase que poderíamos dizer que ele vive na pele os constrangimentos que hoje estão presentes para a classe trabalhadora. Não há uma distância entre o que se passa que não seja pelos níveis salariais, seja pelas condições que nos são oferecidas, seja pelo espaço físico onde muitos desses CRAS estão localizados.

O conjunto desses determinantes concretos influencia de forma direta e indireta na própria prestação de serviços dos trabalhadores da assistência social, que sob o julgo do trabalho precário, lutam pela garantia de direitos daqueles que pouco se diferenciam de sua própria condição.

Se por um lado, existe a crise interna por conta dos postos precários nas atividades fins da assistência social, por outro, existe um importante indicador o qual revela que a efetividade das transferências de renda promovidas pela assistência social vem arrefecendo. De acordo com os dados do IPEA (2015) apesar de se ter aumentado a transferência de renda através do programa Bolsa família, a miséria do país voltou a aumentar a partir dos anos de 2012 e 2013.

Conforme a avaliação das políticas sociais promovida pelo IPEA (2015) em 2014, dois fatos marcaram o debate público sobre a pobreza. No final de abril, o governo anunciou o reajuste no valor dos benefícios e nas linhas de acesso do programa Bolsa Família,

fortalecendo o papel da transferência de renda e no combate a pobreza. Entretanto no ano de 2014 vieram a público os dados do IBEGE de 2013, que mostraram um ligeiro aumento na miséria no país, aferida em termos de renda.

Conforme IPEA (2015) o programa Bolsa Família priorizou os mais miseráveis, ou seja, as famílias que tinham renda inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) per capita, e aquelas com renda um pouco maior, que partilham das mesmas condições de vida e carência muito semelhante em seu cotidiano. Entretanto muitas famílias se localizam na franja superior da linha monetária da miséria, mas logo após as percas inflacionárias, podem comprometer em pouco tempo os ganhos com a estratégia de transferência de renda, ou seja, o impacto positivo da transferência nas condições materiais diminui.

Por conta do impacto monetário, mesmo com o aumento do programa Bolsa Família, houve um ligeiro aumento da extrema pobreza, o qual reverteu a tendência de queda observada desde 2005. Ainda que o governo tenha anunciado que 22 milhões de brasileiros tenham deixado a miséria entre 2011 e 2013. Ao final do governo Lula, eram 9 milhões de pessoas em situação de indigência, estimado a partir dos dados do IBGE conforme IPEA(2015). Logo em seguida, no anúncio do plano Brasil sem Miséria, já no início da gestão Dilma, falava-se em 16 milhões de brasileiros extremamente pobres, dado apurado a partir do senso demográfico de 2010.

Segundo o IPEA (2015) foi a combinação da expansão do mercado de trabalho e a transferência de renda que possibilitou a diminuição da miséria e da pobreza na transição do Governo Lula, para o governo Dilma. Entretanto, com as desventuras do mercado que vem retraindo a contratação, bem como a consolidação da diminuição da maquina governamental, vê-se um panorama preocupante dentro da esfera nacional no que se refere aos mais pobres. Isso porque as expectativas para expansão da extrema pobreza são preocupantes, considerando o cenário de ajuste fiscal e as previsões negativas para o desempenho da economia e do mercado de trabalho cerceado pelo capitalismo monopolista.

5. 2 OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA O MORADOR DE RUA

Vigotsky (2000) que afirma, as investigações demonstram que a estrutura da forma superior de conduta é variável, pois o indivíduo possui sua própria história interna, que inclui toda a história do desenvolvimento da conduta em seu conjunto. As formas culturais de conduta não surgem como simples hábitos externos, mas se convertem em partes inseparáveis

da personalidade, ao mesmo tempo em que incorporam na identidade novas relações e criam um sistema completamente novo.

Todo este movimento de constituição da personalidade está intrinsecamente ligado a relação do sujeito com os aspectos históricos, ou seja, retomamos o movimento histórico da assistência social e do trabalho, para entendermos o sentido e o significado que o morador de rua atribui a estes dois objetos.

Assim, retomaremos o movimento do sujeito, considerando seu movimento em relação à dinâmica social. Em seu discurso, o entrevistado aponta as diversas relações que obteve com o mundo do trabalho, onde podemos notar que o trabalho para o sujeito é condição universal.

Porque trabalhá, todo mundo tem que trabalhá mesmo. Ninguém vive sem trabalhá! Inclusive eu vô falá pro senhor: eu to precisando de um trabálho, [eu] tô doido pra mim arrumá um serviço pra mim sai daqui! [eu] Tô ponhando na mão de deus E [eu] tô fazendo a MINHA oração, eu ...((ruído)) mas eu tô precisando de um trabalho, e eu tenho fé jesus cristo que ele vai me arrumá!

Apresentamos no segundo capítulo que o trabalho se torna pelo discurso do sujeito uma necessidade almejável, algo que o mesmo gostaria de ter para si, que pelo trabalho poderia sair da condição de dependência:

Pra mim, essa vida não leva nada, até Quando eu vô ficá dependendo de CENTRO POP, DEPENDENDO DO CETREMI!⁵

AI EU FICO VELHO, QUE NEM EU VEJO MUITOS AI, QUE NÃO CONSEGUE NEM TOMAR BANHO! que o senhor perguntou ai do trabálho, pra mim o trabálho não [me] influenciou em nada. Porque eu trabalhando, eu tenho meu dinheiro e [eu] não dependo do favor de ninguém! PORQUE A POIR MÉERDA QUE TEM É VOCÊ DEPENDÊ DOS OUTRO!!

Para entendermos o tipo de sujeito que estamos analisando, temos que entender suas conexões e relações que tem com o mundo do trabalho. Conforme Leontiev (2004), temos que entender quais os tipos de trabalho que o sujeito efetivou ao longo da vida. Em seu discurso afirma ter trabalhado muito na vida, inclusive ter recebido muito dinheiro. Todavia quanto ao tipo de trabalho realizado há apenas uma menção que foi em uma carvoaria onde o sujeito afirma ter trabalhado por oito anos

⁵ O presente trecho ficou em maiúsculo porque no momento em que falava o entrevistado alterou a sua voz e começou a falar mais alto, batendo sucessivas vezes a mão sobre a mesa como se estivesse irritado por sua condição.

[eu] Tomei uma facada, em Rio Pardo, [eu] quase morri numa carvoaria. [eu] Trabalhei 8 ano numa carvoaria. Por isso que eu tô acabado do pulmão, com problema no pulmão.

Com relação a este tipo de trabalho, a título de esclarecimento, iremos apresentar brevemente a dinâmica do trabalho no campo, dado que nosso entrevistado afirma ter trabalhado por oito anos em carvoarias no interior do Estado.

Conforme Scandola e Braga (2012), ainda hoje, podemos ver trabalhadores, que em fazendas distantes dos centros das cidades, ainda estão cativos e sem condições de se desligarem dos seus patrões. Estes trabalhadores geralmente são contratados para fazerem derrubadas de matas nativas, formação de pastos, produção de carvão para indústria siderúrgica, preparação de solo para plantio de sementes.

Estes patrões são fazendeiros que contratam empreiteiros, comumente chamados de gatos, que são pessoas que eliciam trabalhadores, e servem de fachada para que os fazendeiros não sejam responsabilizados e penalizados pelo crime de trabalho escravo. Somente quando chegam ao local de trabalho para o qual foram contratados é que percebem que a situação não é aquela que lhes foi colocada no momento da solicitação de serviço.

Detrás das despesas, estão incluídas todas aquelas que estiverem relacionadas aos equipamentos e instrumentos de trabalho que irão utilizar, como: foice, facões, motosserra, botas, luvas, chapéus e roupas, também despesas com alojamento improvisado e precárias alimentações, todas estão anotadas no seu “caderno”. Vale ressaltar que todos os preços estão acima do que é praticado no comércio.

Normalmente este tipo de instalação está relacionado à atividades de derrubadas de florestas, carvoarias, limpeza de pastos com veneno, usinas sucroalcooleiras, vaqueiros, entre outras, uma das características deste local de trabalho é à inacessibilidade ao local e às grandes distâncias dos centros urbanos.

Diante da situação, quando o trabalhador pensa em ir embora é impedido mediante a alegação de que está endividado e não poderá sair enquanto não pagar o que deve. Com relação à situação de estar algemado ao tipo de trabalho, Scandola e Braga (2012, p.167), afirmam que

Muitas vezes, aqueles que reclamam das condições ou tentam fugir são vítimas de violência físicas, psicológicas, emocionais, morais e no limite, podem perder a própria vida. Os próprios trabalhadores usam o termo "cativo" para designar o contrato em que um trabalhador tem descontado o valor da alimentação, transporte e equipamentos de trabalho, de sua remuneração. O dever de honrar essa dívida de natureza fraudulenta com o

"gato" ou com o dono da fazenda é uma forma de se escravizar uma pessoa no Brasil.

Foi constituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o mapa das ocorrências do trabalho escravo no Brasil, o qual demonstrou que a região Centro-Oeste é responsável por 13% sendo a maior parte concentrado nas áreas sucroalcooleira, agrícola e carvoeira de reflorestamento. “Em 2011 o MTE informou ter retirado 2.271 trabalhadores destas condições, em 320 estabelecimentos, tendo a maior parte dos casos registrados, as atividades agropecuárias, carvoarias e desmatamento” (SCANDOLA; BRAGA, 2012, p.167).

Mato Grosso do Sul é, na região Centro-Oeste, um dos estados onde existe este tipo de atividade. Sendo efetivadas as mesmas práticas com relação aos trabalhadores, que com pouco ou sem nenhum grau de escolaridade, ou outra qualificação melhor, estão à procura, ou à espera de um trabalho, ficando vulneráveis aos aliciadores, que estão sempre em busca deste perfil de trabalhadores para explorá-los, com propostas de trabalho com ganhos significativos, aos olhos daqueles que estão necessitando trabalhar para o suprimento de suas necessidades e de seus familiares. Tal condição não difere de nosso entrevistado que afirma ter estudado apenas até a quinta série, em um trecho da entrevista, afirma sobre si:

Num tenho um estudo,[eu] queria voltá estudá, eu parei de estudá, arrependi! até hoje eu me arrependo! Tem o meu pai que é profissional, mestre de obra, que até hoje mexe com acabamento. Eu poderia tê aprendido a profissão dele, mas num me interessei. Só ficava atrás do que não presta!

Sobre a formação prévia do trabalhador brasileiro e em uma relação mais ampla com o mercado de trabalho, Pochmann (2013, p.67), em uma palestra na IX Conferência Nacional da Assistência Social, afirmou que

Se nessa sociedade o principal ativo é o conhecimento, não há razões para identificar o ensino superior como o teto. De fato, o ensino superior passa a ser o piso, não há porque ter alguém que não tenha completado o ensino superior. Mas o que acontece no Brasil é que os filhos dos ricos não começam a trabalhar antes de ter encerrado o ensino superior, ter feito uma pós graduação, estudado fora, para depois assumir os principais postos de trabalho. Do contrário os filhos dos pobres começam a trabalhar cedo nos piores cargos, esperando subir na vida. Por sua vez o sistema de educação que temos não se conecta com este futuro. Hoje 14% dos jovens que estão no nível superior, baixíssimo, se comparado com os países asiáticos, mas melhor que há 10 anos, que tínhamos cerca de 5%. Por outro lado, há jovens que estudam no período noturno, trabalham quatro horas, e dependem de deslocamento público do trabalho para casa, são 16 horas, quando vai estudar? É por isso que os estudantes estão saindo da sala de aula sem ter lido um livro.

Se o principal ativo da sociedade atual é o conhecimento que prepara para o trabalho resta ao que não tem o referido estudo a condição do trabalho braçal, precário, flexível e com poucas garantias de continuidade. Dentre tais trabalhos estão os tipos de trabalho rural, o qual nosso entrevistado afirmou ter trabalhado. Por sua vez, estes trabalhos são temporários, sem registro de carteira, e em geral são empregados em tarefas não especializadas onde cada trabalhador realiza a atividade que sabe ou que apreendeu no dia a dia da lida do trabalho nas fazendas.

Além da atividade que sabe realizar não pratica outra ação remunerada ou profissional que lhe possibilite outra renda. A busca de um posto de trabalho sem quaisquer exigências de direitos está dentro do que poderíamos chamar de "normalidade" entre os estratos mais empobrecidos e dos moradores de rua. Estes grupos sociais vivem sob a égide do não direito e, portanto, não exigem seus benefícios trabalhistas porque não os conhecem e/ou nunca usufruíram de tais direitos.

Conforme Scandola e Braga (2011) dos trabalhadores do campo que exerceram trabalho escravo a situação de trabalho é sempre precária e sem garantias trabalhistas. Dentre os trabalhadores, há aqueles que já acessaram as políticas públicas, por sua vez, estas políticas não foram efetivas nas mudanças destas condicionantes de vulnerabilidade, e não ocorreu nenhum processo de reversão do quadro profissional, seja por ação do sistema de educação para elevação de escolaridade ou por quaisquer propostas de qualificação profissional.

Se tomarmos a condição precária do trabalho que o entrevistado afirmou ter, e o fato de ter trabalhado em excesso na vida, não significa que isso lhe deu condições para um sustento adequado. Isso porque, a pauperização do seu trabalho e a condição precária do mesmo, aliado a sua formação pessoal, lhe dão poucas ferramentas culturais para analisar sua própria condição. Bem como intervir pelo trabalho de forma ativa para transformação do meio.

Em nossa fundamentação teórica vimos que Vygotsky (2009) apresenta dois tipos de conceitos, os quais hierarquizam e estruturam nossas funções psicológicas superiores, sendo estes os conceitos científicos e os espontâneos.

Os conceitos espontâneos são constituídos pelas vivências não sistematizadas, são nossos conhecimentos cotidianos que são ausentes de uma organização educacional, e, portanto científica. Esses conceitos podem até ter uma estrutura e funcionalidade, e para que o entendamos devemos observar sua gênese que se dá nas relações sociais. Por sua vez, o indivíduo construirá na relação com o mundo concreto, novos conceitos sobre si e sobre o mundo ao longo da vida, os quais se relacionarão com aspectos específicos de suas vivências.

Ao longo da fala de nosso entrevistado vimos que o mesmo apresenta em seu discurso relações imediatas com o meio em que vive, portanto são apenas conceitos espontâneos. Isso pode ser possível por sua relação com a cultura paulatinamente empobrecida por sua relação com outros membros que fazem parte de seu grupo social, ou seja, com outros moradores de rua. Assim como suas relações que foram precárias no mundo do trabalho, e lhe proporcionavam poucas ferramentas para analisar sua própria condição, tanto no trabalho com a carvoaria quanto em outros trabalhos braçais que executou ao longo da vida.

Assim, vemos que o trabalho mencionado pelo sujeito é sistematizado por condições imediatas, e o sujeito se vale de ferramentas precárias objetivando o uso das mesmas de forma pontual. O sujeito relata sua relação com o meio social, falando de experiências empíricas, pontuais e não mediadas por conceitos científicos, os quais para Vygotsky (2009) possibilitam o manejo artificial, intencional, dos conceitos, o que daria ao sujeito condições para atuar de forma voluntária, planejada e intencional sobre o mundo e sobre si mesmo. Assim, o indivíduo que domina os conceitos científicos pode planejar a sua ação, conduzir seus interesses, agir de forma orientada, tendo certa autonomia para se auto orientar e submeter seu comportamento a um planejamento intencional.

Do contrário o sujeito que tem uma relação espontânea com o meio, ainda está sobre a égide das funções imediatas, e pouco pode planejar de forma intencional sua relação com o mundo. Vygotsky (2012) afirma que é na adolescência que o sujeito mediante uma educação plena e voltada para o trabalho, que o sujeito teria possibilidade de transformar de maneira ativa seu meio, podendo abstrair suas relações de trabalho por seu pensamento mediado pela linguagem e se auto-orientar em sua ação, assim este sujeito estará apto para atuar o mundo do trabalho.

Nosso entrevistado é um sujeito em si, e não para si, um sujeito passivo e pouco autônomo para com o seu futuro. Pensar o trabalho como algo almejável não lhe é intrínseco, mas sim exigido pelo meio social. Dado que no modelo capitalista de produção o trabalho é o principal mediador entre o sujeito e o meio social, bem como é aquilo que supre nossas necessidades individuais através do mediador dinheiro, quando vendemos nossa força de trabalho.

Assim pela necessidade social de trabalhar, o sujeito mediante a ausência de uma atribuição remunerada, se autoconceitua como um marginal ou um vagabundo. Tendo em vista o que falam sobre ele. Mais uma vez, podemos reafirmar o constructo teórico, onde Vygotsky (2009) afirma que antes de uma função ou conceito ser intra psicológico, se

manifestou nas relações concretas entre os homens, ou seja, foi interpsicológico, podemos notar o vigor de tal lei geral da psicologia no discurso de nosso entrevistado ao afirmar que:

Então eu acho que a pessoa... que uma pessoa que é filho de deus é humilhante! Todo mundo olhando você, - aah! aquele lá é um mendigo, viciado em droga, drogado, que não trabalha, só que sabê de roubá, de fumá droga.. A sociedade vê a gente assim, não adianta o cara querê mintí,[eu] tentá tampá o sol com a peneira, porque é uma realidade. Eu não escondo o sol com a peneira, verdade é verdade! Vai sê sempre assim, nunca vai acabar, nunca vai mudá!Acha que a sociedade não vê nós - olha a gente assim!? nós trabalhando, tratando de um um bando de vagabundo! Que é uma realidade, [eu] TÔ MINTINDO!?

Se por um lado, o sujeito se auto conceitua através dos conceitos externos que ouve sobre si, por outro lado se diferencia daqueles que não estão sobre a mesma condição. Dividindo o meio social como se fossem duas categorias, aqueles que trabalham e os que não trabalham, e, por não exercerem alguma profissão são vistos como questionáveis, uma pessoa de que não é confiável pelo meio social.

O senhor que tem profissão, tema vida já estabilizada, o senhor mesmo sabe que eu tô falando a verdade, Todo mundo que trabalha ai que é funcionário, empresário, NÃO FALA MAL DE NÓS AQUI!? NÃO FALAM!? OLHA NÓS TAMO TRABALHANDO AQUI PRA TRATAR DAQUELES VAGABUNDO DO CETREMI, DO POP LÁ ÓH! DROGADO! LADRÃO, QUE ELE VÊ NÓIS ASSIM!! NÓIS SAI DESSE PORTÃO PRA TRÁS E TODO MUNDO VÊ A GENTE, TODO MUNDO QUE ANDA AQUI É TRATADO COMO LADRÃO! COM DISCONFIANÇA NÉ!? É RUIM A PESSOA VIVE COM DISCONFIANÇA NA VIDA NÉ!!

Vemos também, que o sujeito vê o trabalho como mediador principal e universal para o meio social, logo todos sobrevivem pelo trabalho.

Então ... eu vô falá pro Senhor o trabalhô não me influiu em nada. Porque ninguém vive sem trabalhá!

Se por um lado, o trabalho é algo exigido pelo meio social que impõe ao morador de rua a concepção de vagabundo, ladrão ou criminoso, por outro, vemos um sujeito que está orientado para a supressão de necessidades básicas apenas, coagido por uma relação de sobrevivência, tais como: comer, dormir e tratar de seu problema de saúde. Podemos exemplificar este pensamento no seguinte trecho:

Pelo menos se eu tiver trabalhando e eu chegá ali na casa do senhor e pidi uma comida, o senhor me dá! Se eu tiver parado o Senhor néga!!(bate na mesa com a mão), não é assim!?? Não é assim com todo mundo!? O cara não dá, O cara tem, mas não dá! Porque a comida não falta pra ninguém, ninguém dá!! O cara fala:

máis rapáiz vô DÁ COMIDA ai PRA VAGABUNDO ANDAR DE BARRIGA CHEIA!

Em outro momento é a necessidade básica do sono que orienta seu comportamento e lhe põe em atividade

O cara que não tem aonde morá, dorme na rua que caminho é esse!? Toma chuva, eu peguei essa gripe que eu tô, porque eu dormi na rua, não tinha onde[eu] dormi sábado,[eu] deitei em cima de uma grama ali perto da farmácia sem nada, [eu] peguei umidade, como eu já tô com problema no pulmão, que eu já tava com pneumonia [eu] fiquei internado semana passada, cabô agravando e eu tô sentindo dor no pulmão.

Vimos então, que nossas atividades conforme Leontiev (2004) são submetidas às relações sociais desde sua origem, e que por essas atividades podemos constituir o reflexo da realidade, ou seja, a formação de nossas consciências. Dessa forma, podemos pensar que a ação de um sujeito pode ser decomposta, e este sujeito que age no meio, pode entender a relação existente entre o motivo da relação e seu objeto. Segundo Leontiev (2004, p.85), “A atividade orientada, neste sentido pode ser planejada, decomposta e sistêmica. Caso a ação não tenha conexões com os seus motivos, ela se torna vazia e sem sentido para o sujeito”.

Assim, o sentido que norteia uma determinada atividade do indivíduo, é orientado coletivamente, e deste sentido surgem um conjunto de motivos, pessoais e sociais sendo que nossas atividades são polimotivadas. Esta orientação, ou norte, da atividade se dá dentro da relação social, e não em uma relação natural. É dessa ação coletiva que se constitui o sentido de uma determinada atividade. A consciência do significado de uma determinada ação se realiza sobre forma de reflexo de seu objeto enquanto um fim consciente.

Quando vemos o entrevistado afirmando que necessita de um trabalho, a motivação para apresentar o trabalho como uma necessidade é advinda das relações com o meio, relações estas, que por vezes se mostram violentas como na afirmação a seguir:

Mas ...[eu] tô cansando dessa vida que eu tô vivendo ein, [eu] tô enjoado já! [eu] [tenho] [que]Ficá dependendo dos outros, sê mal visto pela sociedade você passá num lugar e a polícia te olha cheia dos zóio torto! O guarda municipal passa perto do cara, você não deve nada, mas tem que ih embora. Segunda feira mesmo, eu amanheci na rua bebendo pinga, e a polícia [estava] tocando nós da rodoviária.

Vemos então um morador de rua, que não opera instrumentos sociais orientados por uma finalidade e uma atividade coletiva do trabalho, mas sim individuais, os quais viabilizam apenas a sua sobrevivência. Quando trabalhamos nos valem de instrumentos para realizar

nossas ações, e estes instrumentos ampliam nossa consciência, e antes de serem dominados por um sujeito são concebidos socialmente. O computador pode ser a ferramenta de um pesquisador, mas só é útil quando é dominado, mas antes de ser dominado pelo sujeito este instrumento foi concebido socialmente.

Nas mãos do homem, o mais simples dos objetos se transforma em um verdadeiro instrumento, o qual foi concebido historicamente. O instrumento pode ser uma realização individual. Entretanto, antes de o sê-lo é uma prática socialmente constituída, bem como fruto de uma prática social. Assim o conhecimento é fruto de uma prática pensada, sendo instrumento a síntese do pensamento humano.

Chama-se de pensamento o processo reflexo consciente da realidade, nas suas propriedades, ligações e relações objetivas, bem como as percepções objetivas imediatas. O homem não vê a energia elétrica, mas conhece suas propriedades através de suas mediações. Se tomarmos os conteúdos dos pensamentos do morador de rua, vemos que as ligações objetivas que este tem com a realidade, são para ele um reflexo consciente, notamos então, uma relação imediata.

Com o desenvolvimento do capitalismo e a relação de classe, a consciência dos homens também se diferenciou, conforme o conjunto de relações concretas estabelecidas com o meio social. Outra característica outrora descrita por Pochmann (2010) e não pela psicologia, é a separação cada vez maior dos trabalhos que são concebidos teoricamente e daqueles que são segmentados para serem ações práticas conforme a lógica do taylorismo e do fordismo.

Para Leontiev (2004) este processo imprime um deslocamento da atividade teórica da prática, sendo que os processos interiores, tais como o pensamento, a motivação, as formas e operações, se manifestam de forma cognitiva. E esses, formam um conjunto de processos internos que só são verbais na medida em que são uma significação linguística apta para influenciar as ações diretas.

Assim como nosso entrevistado “as grandes massas de trabalhadores transformam-se em operários assalariados cuja única propriedade é o trabalho” (LEONTIEV, 2004, p.129). Não nos é mais surpresa então, que os trabalhadores para viverem e satisfazerem suas necessidades vitais são coagidos a venderem suas forças de trabalho e, se o trabalho é o conteúdo mais essencial da vida, devem alienar a própria vida.

Se entendermos que trabalho do proletariado é propriedade do capitalista, o capitalista por sua vez é a encarnação das condições que se opõe ao trabalhador. Por outro lado, o capital também tem existência distinta que submete o dono do meio de produção e o domina. Essas

relações objetivas engendradas pelo desenvolvimento da propriedade privada determinam as propriedades da consciência humana nas condições da sociedade de classes. Isso pode ser exemplificado nas palavras de Leontiev (2004, p.130), onde afirma que

A alienação da vida do homem tem por consequência a discordância entre o resultado objetivo da atividade humana e o seu motivo. Dito de outras palavras, o conteúdo subjetivo da atividade não concorda agora com o seu conteúdo objetivo, isto é, com aquilo que ela é para o próprio homem. Isso confere traços psicológicos particulares à consciência.

Se por um lado o trabalho possibilitava o bem comum e coletivo entre os membros das comunidades primitivas, por outro, na produção capitalista, o trabalhador assalariado procura satisfazer as suas necessidades pessoais, tais como: alimento, vestuário e habitação, através da venda de sua força de trabalho. Entretanto, o produto objetivo é diferente, isso porque, pode ser um minério de ferro, pode ser uma meta a ser batida pela venda de títulos em um banco de atendimentos por um prestador de serviços, ou o trabalho em uma carvoaria.

O que produz para si é apenas o salário que suprirá suas necessidades. Assim, aquilo que produz não coincide necessariamente com o suprimento de sua necessidade, é apenas um meio de subsistência. O trabalho torna-se uma mediação para a supressão da necessidade, o trabalhador irá significar o seu trabalho à medida que isso for útil para a produção em si, em outras palavras terá o entendimento do seu trabalho para orientar as operações necessárias para que o trabalho se execute. O fruto do seu trabalho não constitui a significação de si, mas o sentido do seu trabalho se resume à significação do seu salário.

O trabalhador, ou o nosso entrevistado não produzia carvão porque a sociedade necessita carvão, mas antes disso, vende sua força de trabalho porque necessita do dinheiro para suprir suas necessidades. E vende especificamente neste contexto por conta de sua baixa qualificação educacional, que o conduz diretamente a um trabalho precário. Quando o sujeito não trabalha, suas necessidades não são supridas de forma autônoma, o trabalho se torna além do principal mediador, também uma necessidade social, e diante desta necessidade o entrevistado afirma que

[...] á parti de hoje você vai ter que sobreviver com o seu próprio suor, e foi o rei do mundo que disse! E é verdade. Se você não vivê do seu próprio suor, vira mendigo ai, fica do jeito que eu tô ai!

E em outro trecho confirma e repete o mesmo pensamento:

Oolha! eu penso eu, pra mim né! Você acha que eu não queria [ter] a MINHA vida!? A MINHA casa, [ter] o meu carro, [ter] a MINHA família [ter] a MINHA

mulher, [eu] andá bem arrumado, [eu] [ter] o meu serviço, você acha que eu gosto de tá no jeito que eu tô!? Morando em CETREMI, Sendo humilhado pelos outros!? Aqui tudo tem regra, tudo tem seu preço, tudo tem horário!

Por sua vez, escolher um trabalho, na atual sociedade é escolher antes de tudo o que pagaria melhor, e não necessariamente porque o sujeito se motiva para trabalhar em tal área, ou porque é uma necessidade social. É antes disso, melhor pago, e por isso apresenta maior tendência de ser escolhido. O produto do trabalho não está no trabalhador, mas lhe é estranho, é imposto e vindo de uma ordem que lhe é alheia.

Estabelece-se no contexto de trabalho uma dupla relação. O empregado vê em seu chefe uma relação de dependência e provisão do seu salário. Já o empregador vê em seu funcionário a possibilidade de novas cifras advindas da mais valia. Podemos ver de forma flagrante as relações de troca, conforme o seguinte relato de Leontiev (2004, p.132),

A alienação das relações pessoais dos homens e as suas transformações em puras relações entre coisas se manifestam de maneira flagrante no poder que o dinheiro, modo de troca universal, tomou sobre a vida do homem [...] tudo que não podes por ti mesmo, o teu dinheiro consegui-lo-á: ele pode comer beber, ir ao baile, ao teatro. Pode adquirir a arte, a erudição, as curiosidades históricas, o poder político, pode viajar, apropriar todas estas coisas, comprar todas estas coisas, ele é a verdadeira capacidade.

Dessa forma, pela acumulação primitiva do capital cada um poupará e terá a possibilidade de aumentar o seu capital. Portanto, no modelo de produção capitalista, quanto mais cada um poupar, tanto mais possuirá, tanto mais será a sua vida alienada. Se pela acumulação há a possibilidade de se realizar relações objetivas pelos seus respectivos valores de troca, a ausência de dinheiro encerra esses conjuntos de relações e imputa ao sujeito a impossibilidade de suprir suas necessidades básicas. Podemos verificar tais ausências no discurso de nosso entrevistado ao afirmar

eu tenho que mudá né!? Tem que mudá, tem que pidi pra deus, tem que arrumá um trabalho, tem que saí fora dessa vida que eu tô, o senhor entendeu!? Tem que mudá a MINHA vida, pra tê uma vida que todo mundo tem, um trabalho, sua casa, sua a família, seu emprego, não ficá dependendo de um e de outro que nem eu tô ai!

Em outro trecho da entrevista, o pesquisado reafirma seu discurso de forma semelhante:

Tem cara ai que pensa que o mundo é um mar de rosas, (risos) é só ele correndo atrás pra ele vê, viu!? Como é duro! Esse mundão ai de meu deus. Quando tem a família que banca, que dá isso, ou dá aquilo que ajuda. Mas Quando tem um cara que nem eu hã! Então é o que eu tô falando pro Senhor eu pretendo um dia mudá

de vida. [eu] Tenho outra caminhada. Eu já Pirdi TUDO ...TUDO NA MINHA VIDA JÁ ... Eu já fui cara que eu... (silêncio) já ganhei muito dinheiro, [eu] já gastei muito dinheiro, [eu] já fui preso, [eu] já tomei muito pau. [...] EU NÃO TENHO UMA FAMÍLIA NÃO UM CANTO PRA VIVÊ! NÃO TENHO DINHEIRO GUARDADO, EU MESMO NÃO TENHO NENHUM CENTAVO, QUANTO DINHEIRO EU JÁ PEGUEI NA MINHA VIDA!?

Para o entrevistado a impossibilidade de efetivar trocas no meio social, acarreta para ele outras consequências. Por não ter o mediador trabalho, o sujeito conclui que lhe é impossível ter até uma família.

[eu] Nunca tive... [eu] Não tive filho,[eu] tive vontade de tê uma mulher , [eu] não consigo! as vezes você não consegue tenho um bom emprego, porque ninguém te dá. Porque você não tem uma responsabilidade, vamos dizê assim! Porque se você pega o pagamento hoje amanhã você vai pra gandáia e amanhã você perdeu o emprego!

Assim, para Leontiev (2004) o trabalho pode ter o sentido da ação em si para quem o produz, mas também tem o significado salarial, tendo por base não apenas a ação produtiva, mas de sustento. Este dualismo desnatura os sentimentos mais elementares no homem. O vidraceiro alegra-se com o granizo, o mesmo o amor pode se revestir das formas mais objetivas. Sem falar do amor pelo dinheiro que pode se tornar uma verdadeira paixão. Assim, se causa a desintegração e o aparecimento de uma relação de alienação entre os sentidos e os significados do trabalho.

Entretanto, para Leontiev (2004) a relação de trabalho ainda que seja negativa para o trabalhador que se resigna em vender sua força de trabalho em troca de seu trabalho. Há nas relações de produção a possibilidade de conviver com os companheiros de trabalho, enriquecer suas relações sociais, conhecer novas ferramentas de atuação no meio, enfim, ampliar seus horizontes de atuação por meio do trabalho.

Se por um lado, o trabalho tem seu aspecto negativo na expropriação da mais valia, por outro, pode ser um rico ambiente de aprendizagem, seja pelo aprendizado técnico, amplie-se a teia de relações, bem como se encarnam as relações de classe no ambiente de trabalho para com o trabalhador.

Entretanto, vimos a contradição imposta pela condição do morador de rua, que almeja, pelo conjunto de experiências negativas e violentas que teve na rua, vender sua força de trabalho. Todavia, há que se verificar outro motivo. Se por um lado vemos o motivo social que é o trabalho, por outro, vemos outro motivo que conflita e que o coloca em atividade.

Durante seu discurso, o entrevistado afirmou diversas vezes a influência que a droga exerce sobre seu comportamento.

Quando eu pego o dinheiro, inquanto eu não vejo o final do dinheiro eu não consigo eh, eh(silêncio) Como é que eu posso falá pro senhor!? eu não consigo tê aquele controle. Eu vô falá, não: eu vô fazê isso, isso e isso. Ai eu pego o dinheiro eu vô tomá pinga, eu quero fumá um crack! Então o meu probrema é esse. Eu quando começo fumá, eu nunca tomo tempo!

Em outros momentos, o entrevistado apresentou um conflito existente entre os motivos: droga e o trabalho. Motivos estes, que norteiam suas atividades, e esses motivos podem ser exemplificados no seguinte relato:

Aah! eu vô falá bem a verdade pro senhor: o trabálho nunca me influenciou eu em nada! O que me influêncio eu é fumá droga! eu só viciado, faz 20 ano que eu fumo crack, [eu] fumo maconha, [eu] bebo pinga. [eu] Até pirdi o meu modo com a MINHA família por conta disso... o senhor entendeu!? Quando eu não tenho dinheiro eu – eu não fumo, [mas] Quando [eu] tenho o dinheiro eu me entoco dentro desses hotél ai, e inquanto não eu não acabo com o meu dinheiro eu não paro de fumá... Então o trabálho não influi em nada.

E continua,

Todo mundo tem sua responsabilidade, porque se você vai trabalhá em uma firma grande, ninguém vai pegá você pra trabalhá só hoje, amanhã você tem que ih no horário. Então eu como sô usuário de droga. Usuário de droga não tem responsabilidade. Você não tem aquele compromisso, vâmos dizê assim né!? Se eu começá a fumá hoje [sexta], eu vô falá a verdade pro senhor eu paro só domingo.

A droga aparece ao longo de todo o discurso do entrevistado como algo que o afasta do trabalho. Como se o trabalho fosse uma necessidade social, e a droga, como se fosse uma necessidade individual a ser suprida. Das determinações concretas que vimos o desemprego, a ausência de trabalho, bem como os conflitos que o sujeito tem por morar na rua, estes embates o afeta de modo negativo. A droga surge como um momento de prazer, ou satisfação, sendo este momento para o próprio indivíduo como algo transitório. E que lhe imputa o levantamento do valor a ser gasto pelo entorpecente, ou seja, também orienta sua atividade e este vende a sua força de trabalho para a aquisição do entorpecente. Vemos isso, quando afirma em seu relato:

Depois que eu entrei na droga [eu] só pirdi que as vezes a gente pensa que a droga é um desabafo pra gente, e não é. A droga no meu olhar, é prazer só naquele momento. Acabou a droga, não tem prazer. Você tem que corrê atrás pra arrumá outra. Então! De graça ninguém te dá, é um caminho sem volta vâmo dizê né. Só vai, mas não tem volta! Porque eu posso gastá mil, dois mil real com traficante, se eu chegá depois e o meu dinheiro acabá, já aconteceu isso comigo –

que eu não vô minti pro senhor,[eu] vô falá a realidade – de eu chegá faltando 2 ou 3 reais e eles não me vende. Entendeu!?

A atividade então é interiorizada pela significação, que pode ser representada pela palavra, o pensamento possui a função de representação através da palavra que sistematiza as funções psicológicas pelos conceitos. A caracterização da atividade se dá pela historicidade, pelas necessidades sociais e individuais, isso porque depende da forma como os homens se organizam no trabalho. Vimos então, o sujeito morador de rua tem o trabalho como um motivo orientador. O trabalho significa a possibilidade de autonomia, mas mediante a sua ausência, a assistência social entra como entidade de benemerência, e dá o auxílio para que este permaneça ainda desqualificado, mas amparado.

Retomando a discussão do sentido e do significado, vimos que o significado tem apenas uma relação unidimensional com o mundo dos sentidos, sendo ambos constituídos historicamente. O significado é concreto sendo um signo compartilhado socialmente, já o sentido é fluido, é relacionado com os afetos e tem a ver com os anseios, os objetivos e almejos do sujeito. É pelo sentido então que se tem relativa independência dos processos simbólicos e emocionais do indivíduo, é por ele que se organizam os sistemas da consciência, bem como se constitui a unidade cognitiva e efetiva.

É pelo conjunto das relações concretas que o indivíduo apresenta o conceito de si. Então, um sujeito que se auto-conceitua como irresponsável, como alguém que é usuário de droga e mediante tal conceituação, revela as diversas vezes que sofreu por sua condição, apanhando da polícia, sendo mal visto pela sociedade e tido como ladrão. O sentido ajuda e amparo, que a assistência social assume para o indivíduo não é diferente daquilo que vem sendo negado pela lei, e pela política, mas que na prática ainda se efetiva como benemerência.

CONCLUSÃO

Ao retomarmos o objetivo do presente trabalho levantamos a possibilidade de investigar o sentido e o significado da Assistência Social, e a ausência de trabalho para o morador de rua. Consolidamos a fundamentação teórica e justificamos o porquê do materialismo histórico e dialético para nortear nossas análises. Concernentes com este método, utilizamos a teoria da psicologia sócio-histórica para nortear nossa análise e nos baseando nos conceitos de atividade mediada, personalidade, identidade, bem como do sentido e significado tanto para Leontiev (1983) e (2004) quanto para Vygotsky (2000), (2009) (2012), e Ciampa.

A partir do conceito de personalidade e identidade para Leontiev e Ciampa, analisamos o primeiro núcleo de pensamento que foi extraído pela técnica da análise gráfica do discurso, sendo este núcleo “eu não tenho que ser”. Vimos então os diversos momentos em que o sujeito aponta os maus tratos que sofre no meio social, e como é percebido pelo meio. O entrevistado nega sua condição de morador de rua e afirma que não precisa ser visto como meio social o vê, ou melhor, com nomeia, dado que para o meio social este é nomeado como vagabundo, ladrão. Por sua vez, o trabalho para o indivíduo é tido como algo almejavél, quisto, pois pelo trabalho a “*sociedade o olharia com outros olhos*”.

Foi possível ver em seus relatos que a droga também tem uma forte determinação na orientação de sua atividade, e que na constituição de sua identidade, a droga o constituiria pelo movimento de negação da negação. Assim visto como drogado, é tido como alguém não é bem quisto, não confiável e também um não pai, um não trabalhador, um não filho, apenas como um usuário de drogas.

Se de um lado o trabalho é visto como almejavél, por outro a ausência do mesmo o coloca na condição de ladrão, bandido, perigoso, adjetivos estes que o sujeito se referiu a si e que a sociedade o nomeia enquanto tal.

Entretanto metodologicamente não podemos entender o sujeito apenas por seu discurso, mas sim na relação social, e em determinado período histórico. Por isso, apresentamos uma visão panorâmica do capital monopolista e como este ao se replicar através das relações de dominação, implica na pauperização massificada do trabalhador. O subproduto desta relação capital/trabalho é chamado de “questão social” sendo esta questão social um objeto de trabalho da assistência social.

Se por um lado, para a política de assistência social, a “questão social” poderia ser trabalhada na promoção de direitos e na possibilidade de um processo societário mais justo

para com o trabalhador. Por outro a efetivação da própria assistência serve de parâmetro para a atuação dos interesses do capital. Por diversos motivos, tais como: a assistência a serviço da classe dominante, como vimos ao longo da década de 1990, no governo Collor e Fernando Henrique; A benemerência como possibilidade de sobrevivência do trabalhador extorquido, e que por vezes não tem condição de competir no mercado de trabalho sem o amparo devido; A refração da assistência social em atendimentos pontuais, os quais não atendem plenamente a necessidade do trabalhador, emergindo então o direito do índio, do negro, do homossexual, da mulher, enfim. Vemos então que as diversas subcategorias da assistência abstraem de forma perene o trabalhador que continua a ser extorquido por um lado, e mantido pela assistência social de outro.

Se por um lado a refração da Assistência Social perde a referência do trabalhador no processo de seu atendimento segmentado, por outro existem dois agravantes ainda maiores, os quais vêm conduzindo a relação homem/trabalho desde a década de 1970. A primeira condição se resguarda na produção que deixou de ser local para ser mundial e também deu lugar para os monopólios e grandes corporações, as quais dão a tônica do sistema de produção.

Com a produção organizada de forma mundial, se potencializou a capacidade de expropriação do trabalhador, forçando-o trabalhar cada vez mais. Ao mesmo tempo em que se levanta um novo fetiche, que é a ideia de que o dinheiro pode ser gerado descolado da produção. A ideologia do rentismo, na qual nos encontramos hoje, faz dos investidores e empresas novos “jogadores”, os quais depositam ou retiram seus investimentos na medida em que os mesmos lhe tornam lucrativos. Por consequência temos um mercado cada vez mais instável e tendencioso, que corre à baila dos investimentos alheios, e que forçam o trabalhador a se adaptar aos postos de trabalhos cada vez mais precários e flexíveis.

Ainda com relação ao mundo dos investimentos, desde a década de 1970, tem-se investido muito em tecnologia, a qual automatiza a produção e livra os postos de trabalho da mão humana.

A segunda grande consequência de produção do capital monopolista se consolida pela necessidade do trabalhador se atualizar cada vez mais para assumir os postos de trabalho, que em sua maioria se localizam na prestação de serviços, como afirmamos no capítulo quatro. A sociedade ainda se liga a produção para a satisfação de suas necessidades, todavia o trabalho imaterial toma cada vez mais lugar no mercado de trabalho. Isso ocorre porque ao ser concebida uma caneta, ainda que sirva para suprir certa necessidade, deve se levar em conta

também o projeto de sua concepção, noções de mercado, marketing, processos gestores, enfim as ações que não tangem diretamente o objeto que supre nossa necessidade.

Entretanto o que vem caracterizando este tipo de trabalho na produção de serviço é a qualificação do trabalhador, a maior flexibilidade nos postos de trabalho, tais como: contratações temporárias por projetos e sem resguardo dos direitos trabalhistas, o que coloca o trabalhador em uma condição de plena fragilidade.

Se na sociedade de produção havia uma maior distinção entre os filhos de ricos e pobres, na sociedade da prestação do serviço e predominância do trabalho imaterial, a distinção se inicia nos primeiros anos entre a formação educacional pertinente as classes. Os filhos dos mais abastados irão para a escola mais cedo, sairão mais tarde, terão melhores formações e estarão aptos para assumirem os melhores cargos. Por outro lado, ao pobre e sua descendência aumenta-se o fosso da desigualdade já nos primeiros anos de formação, e culmina nos tipos de funções efetivadas no trabalho.

Nosso entrevistado estudou até a quinta série e afirma não ter gostado de estudar, mesmo sob o conselho da família, resolveu abandonar os estudos. Temos então um sujeito com formação precária, que empiricamente, ou melhor, sob o prisma do conceito espontâneo que rege seus aspectos psíquicos, consegue entender que sua situação pouco irá mudar caso não encontre trabalho. O entrevistado também conhece os postos de trabalho que lhe cabe, isso prova pelo discurso onde claramente se refere ao trabalho braçal que lhe resta frente sua atual formação. Retomando a discussão apresentada por Vygotsky, vemos que a gênese deste pensamento se formou pelas relações outrora desenvolvidas pelo entrevistado, onde a conceituação sobre os tipos de trabalho que o sujeito tem condições de executar, se deu nas relações de trabalho, ou seja, interpsicológicas.

Assim, o sujeito se nomeia como um trabalhador braçal se conceituando como tal em uma relação intrapsicológica. Podemos notar também que o estado inicial da estrutura psíquica transmite as formas sociais da conduta ao sistema do comportamento e da personalidade, onde toda forma superior da conduta seja a princípio uma operação externa.

Teoricamente vimos que através das relações que desenvolvemos no meio social a linguagem se transforma em interior, ou seja, constituímos o pensamento antes de modificar estruturas fisiológicas internas, assim nossas sinapses são influenciadas externamente. Se por um lado, o sujeito conhece o trabalho que lhe cabe, sendo a função braçal conivente com sua formação, por outro, também conhece que adquirir uma nova função por conta de sua situação se torna ainda mais difícil.

O sujeito pode até conhecer a dificuldade empírica de não encontrar novas vagas de trabalho, seja por sua experiência de portas que já se fecharam por sua condição, seja por saber que como morador de rua é alvo de preconceito dentro do meio social, haja vista que tem pra si, que o meio social lhe conhece como: vagabundo, mendigo e ladrão. Entretanto, o sujeito não conhece as determinações maiores, como o desemprego estrutural, uma noção mais ampla de conjuntura que influencia não somente a sua condição singular, enquanto uma parte da superpopulação relativa, mas que empurra para fora do trabalho hoje, cerca de 12% dos trabalhadores empregáveis a nível nacional.

Como vimos, a possibilidade de obter um trabalho é condição de subsistência, vendemos nossa força de trabalho para suprir nossas necessidades materiais, que no mundo capitalista são trocadas por nosso dinheiro. Logo o trabalho além de ser o principal mediador do homem na atual sociedade, é também uma necessidade social para todos os sujeitos que vivem na sociedade capitalista. Para o sujeito que entrevistamos a ausência do trabalho é expressa por um conjunto de determinações negativas, as quais envolvem seus conflitos e determinam sua condição de vagabundo, irresponsável, perseguido pela guarda municipal, etc.

Tal condição pode ser amenizada ou substituída por momentos passageiros de prazer, os quais são concedidos pelo uso da droga. O trabalho é almejado pelo sujeito para que este seja “melhor” visto pela sociedade, e a droga entra como um mediador para lhe proporcionar o prazer que lhe falta pela ausência de trabalho e pelo trato que o meio lhe concede. Condição esta, que é retroalimentada todos os dias e perpetua sua permanência na rua, não podemos restringir as determinações que orientam a consciência do morador de rua somente na relação droga e trabalho, mas em seu discurso foi isso que conseguimos apreender.

Enquanto garantidora de direitos a Assistência Social entraria com a possibilidade de possibilitar ao sujeito a integração de serviços, levantando suas demandas, encaminhando para outros ramos de atendimento público, bem como viabilizando o acesso ao mundo do trabalho. Ainda que na contrapartida as vagas de trabalho paulatinamente se fecham por conta da produção monopolista. Embora na concepção política o objetivo da Assistência Social seja a garantia de direitos, para o sujeito entrevistado a assistência ainda se manifesta como a “velha guarda” do assistencialismo.

Apesar de realizarmos uma ampla discussão do sujeito aqui entrevistado, nossa pesquisa termina com uma série de perguntas, as quais poderiam nortear novas pesquisas tendo em vista a proliferação cada vez maior de sujeitos que vivem na rua, ou mesmo que se situam em uma tênue linha de miséria que lhe torna potencialmente futuro morador de rua.

Se retomarmos a conceituação do que é a população de rua, vemos que é Grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum a pobreza extrema, rompimento ou fragilidade das relações familiares e a inexistência de moradia convencional regular. Visto que as pessoas que o constituem utilizam logradouros públicos, tais como ruas, praças, viadutos e áreas degradadas e/ou abandonadas como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente. Podendo utilizar abrigos para pernoitar na busca de saída das ruas.

Não coube a nós discutir a questão de moradia no país, nem a questão de rompimento dos vínculos familiares, mas sim o sentido e o significado da assistência social e a ausência de trabalho para o morador de rua. Tais discussões como a relação do morador de rua com a família e a moradia no país, poderiam ser de grande valia para entender a relação do morador de rua com seus grupos primários, bem como nortear estratégias de intervenções sistêmicas junto a assistência social que tem a família como um *locus* de trabalho e intervenção.

Diante dos dados que apontamos mais da metade da população brasileira ainda ganha menos que três salários mínimos. Por outro lado, com a atual presidência vemos por meio da mídia uma forte influencia para não apenas uma flexibilização dos postos de trabalho que vem se tornando cada vez mais precários. Há também uma forte propaganda para a diminuição do Estado e a reforma da previdência, aonde a política, na figura de nossos representantes no congresso que vulgarmente vem “falando grosso” com os direitos sociais e “fino” com os interesses rentistas.

Assim, diante da luta de classe que vem se cristalizando com os conflitos para a diminuição do Estado no atual governo Temer, vemos uma população que é em sua maioria pobre e com baixa qualificação. Tal condição é associada a uma sociedade que abre mais portas para o trabalho imaterial e prestação de serviços. Vemos então a necessidade urgente de discutirmos não apenas a garantia de direitos dos moradores de rua na atualidade, mas a ampliação profícua dos atendimentos de base da assistência para com a população pobre e que vem se expandindo em miséria. Isso porque, os sujeitos que estão abaixo da linha de miséria serão os prováveis novos moradores de rua, os quais não darão conta de seu sustento e que diante do paradoxo encontrarão um Estado cada vez menos disposto a suprir-lhe os seus direitos ou mesmo as necessidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS. I Censo e Pesquisa Nacional sobre População de Rua – Síntese dos Resultados. **Rua: Aprendendo a contar:** Pesquisa Nacional de População em Situação de Rua. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, Abril de 2008.

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 7.053, 23 de dezembro de 2009, que instituiu a **Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Brasília, 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua**. SUAS e População em Situação de Rua, v. III. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Previdência Social. Instituto Nacional do Seguro Social. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social(AEPS)**. Brasília, v.20, 2011.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Previdência Social. Instituto Nacional do Seguro Social. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social(AEPS)**. Brasília, v.21, 2012.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Previdência Social. Instituto Nacional do Seguro Social. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social(AEPS)**. Brasília, v.22, 2013.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Previdência Social. Instituto Nacional do Seguro Social. Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social(AEPS)**. Brasília, v.23, 2014.

BRASIL, Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Efeitos de substâncias psicoativas – Módulo 2**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas, 2014.

CHAGAS, E. O método dialético de Marx: investigação e reposição crítica do objeto. **Síntese – Revista de filosofia**. Rio de Janeiro: v.38, n. 120, p. 55-70, 2011.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CIAMPA, A. da C. Identidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs). **Psicologia Social – o homem em movimento**. 5.ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987.

CODO, W. Relações de trabalho e transformação social. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs). **Psicologia Social – o homem em movimento**. 5.ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987.

EUZÉBIOS FILHO, A. **Psicologia e desigualdade social**. Curitiba: Juruá, 2011.

FREITAS, R. de C. M. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista katálysis**. Florianópolis, v.10, n.1, p. 65-74, jan/jun,2007.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. (org). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. P. 143-157. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro trabalho e questão social**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IANNI, O. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**.

Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 20 nov.2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA. **Políticas Sociais:**

Acompanhamento e Análise. 2012. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_completo.pdf> Acesso em: 01 dez.2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA. **Políticas Sociais:**

Acompanhamento e Análise. 2015. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4118/1/bps_23_14072015.pdf> Acesso em:01 dez.2016.

KRAPIVINE, V. **Que é o materialismo dialético?** Tradução de G. Melnikon. Moscou: Edições Progresso, 1986.

LANE, S. T. M. Uma técnica de análise do discurso: análise gráfica. **Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte – MG, v.5, n.7, p. 37-42, set. 1989.

LEÃO, I. B. Um método para investigar a consciência: do intrapsicológico e interpsicológico. **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre, v.19, n.2, p. 67-75, 2007. Acesso em: 10 Dez. 2015.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000500021&lng=en&nrm=iso>

LEÃO, I. B. A psicologia sócio-histórica como um mediador entre as políticas públicas e a constituição dos aspectos psíquicos dos homens. In: CHAVES, J. de C. (org). **Psicologia social e políticas públicas: contribuições e controvérsias**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

- LEÃO, I. B. **Os professores universitários: a emoção e o pensamento em trabalho intelectual institucionalizado**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - SP, 1999.
- LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Centauro, 2004.
- LEONTIEV, A. N. **Actividad, Conciencia y Personalidad**. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1983.
- LIMA, A. F. de Dependência de drogas e psicologia social: um estudo sobre o sentido das oficinas terapêuticas e o uso de drogas a partir da teoria de identidade. **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre: v.20, n.1, p. 91-101, 2008. Acesso em: 05 Mai. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n1/a10v20n1.pdf>>
- LUFT, C. P. **Minidicionário Luft**. São Paulo: Editora Ática, 1999.
- LURIA, A. R. **Curso de Psicologia Geral**. 1ª ed. v. I e IV. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LURIA, A. R. **Curso de Psicologia Geral**. Vol. II, 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1967.
- MARTINS, L, M. **A natureza histórico-social da personalidade**. Caderno Cedes de Campinas. São Paulo, 2004. Acesso em 20 abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n62/20093.pdf>.
- MARX, K. **Manuscritos econômicos e outros textos escolhidos**. 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MARX, K. **O Capital** – Crítica da economia política. Livro Primeiro, Tomo II. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1984.
- MESTRINER, M. L. **O estado entre a filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2011.
- MONTREOZOL, J. R. **Sobre a educação aquengada**: Uma análise da relação entre a identidade sexual travesti e o processo de educação formal. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campo Grande - MS, 2011.
- MORI, S. Moradores de rua terão ceia de natal na antiga rodoviária. **Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho**. Disponível em: <<http://www.sedhast.ms.gov.br/moradores-de-rua-terao-ceia-de-natal-na-antiga-rodoviaria/>> Acesso em: 15 de dez.
- NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1996.
- NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, M. R. L. **A rua como espaço para morar:** observações sobre a apropriação dos espaços públicos pelo moradores de rua da cidade de João Pessoa – PB. Dissertação (Mestrado em Psicologia). PUC – Campinas, 2006.

POCHMANN, M. **Desenvolvimento Trabalho e Renda no Brasil** – Avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

POCHMANN, M. O mundo do trabalho e o SUAS. **IX Conferência Nacional da Assistência Social** –SUAS: 8 anos de conquista. Brasília, 16-19 de Dez, 2013.

SANTOS, L. G. **Educação e o inconsciente sócio-histórico:** Uma análise da função da escolarização na construção de sentidos e significados do desemprego. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campo Grande - MS, 2010.

Secretaria Municipal de Assistência Social(SAS). 2008. Disponível em:
<www.capital.ms.gov.br/%2Fsas%2F&h=5AQHvJLiC> Acesso em: 01 dez. 2016.

Secretaria Municipal de Assistência Social(SAS). 2009. Disponível em:
<www.capital.ms.gov.br/%2Fsas%2F&h=5AQHvJLiC> Acesso em: 01 dez. 2016.

Secretaria Municipal de Assistência Social(SAS). 2010. Disponível em:
<www.capital.ms.gov.br/%2Fsas%2F&h=5AQHvJLiC> Acesso em: 01 dez. 2016.

Secretaria Municipal de Assistência Social(SAS). 2011. Disponível em:
<www.capital.ms.gov.br/%2Fsas%2F&h=5AQHvJLiC> Acesso em: 01 dez. 2016.

Secretaria Municipal de Assistência Social(SAS). 2012. Disponível em:
<www.capital.ms.gov.br/%2Fsas%2F&h=5AQHvJLiC> Acesso em: 01 dez. 2016.

SCANDOLA, E. M. R. ; BRAGA, R. O. A Realidade dos homens retirados do trabalho escravo um ano depois: o caso das fazendas Bodoquena, Pitangueiras e Rosemary no estado de Mato Grosso do Sul. **Revista do Ministério Público do Trabalho do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, n.7, p. 159-221, 2013.

SILVA, M. L. L. **Mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno da população em situação de rua no Brasil:** 1995- 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade de Brasília – DF, 2006.

SIRGADO, A. P. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educação & Sociedade**, v.21, n. 71, p. 45-48, Campinas, jul, 2000. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n71/a03v2171.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2016.

TOASSA, G. Conceito de consciência em Vigotski. **Psicologia USP**. São Paulo - SP, v.17, n. 2, p. 59-83, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v17n2/v17n2a04.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2015.

VIEIRA, M.A.; BEZERRA, E. M.R.; ROSA, C.M.M. (Orgs). **População de rua: quem é? Como vive? Como é vista?** São Paulo: Hucitec, 1994.

VIGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**; tradução Paulo Bezerra. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VIGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 2006.

VYGOTSKY, L. S. **Teoria e Método em Psicologia**. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIGOTSKY, L. S. **História del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. Volumen III. Visor Dis, S.A.: Madrid, 2000.

VIGOTSKI, L. S. **La Genialidad y otros textos inéditos**. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1998.

VYGOTSKY L. S., Obras Escogidas Tomo III **Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores** Comisión editorial para La edición em lengua rusa Academia de Ciencias Pedagógicas de la URSS. 1931/1995. Acessado em 05/05/2016. Disponível em: <http://www.taringa.net/perfil/vygotsky>

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

YAZBEK, C. A Assistência Social na Proteção Social Brasileira. **IX Conferência Nacional da Assistência Social –SUAS: 8 anos de conquista**. Brasília, 16-19 de Dez, 2013.

ANEXOS

ANEXO – 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDOServiço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Supervisor: Prof^a Dra. Inara Barbosa Leão. (DCH/CCHS)

Pesquisador: Carlos Heber de Oliveira

Nome do entrevistado

RG: _____ Idade: ____ Anos.

Nesta pesquisa estamos buscando entender se existe relação da política de assistência social para o pensamento do morador de rua diante da falta de trabalho. Para isso, vou ler este termo, que chama termo livre e esclarecido, onde estão escritos alguns procedimentos e os compromissos éticos que irão conduzir nossa pesquisa. Caso aceite participar, será aplicada uma entrevista semi estruturada individual, sendo o questionamento orientado pelo tema. Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Sendo livre para se recusar a participar, retirar sua permissão ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. A sua identidade será sigilosa e os resultados da pesquisa poderão ser enviados para você, além de permanecem confidenciais. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado será arquivada no mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e outra poderá ser fornecida para você caso queira. A participação no estudo não acarretará custos para o participante da pesquisa e não será disponível nenhuma compensação financeira. Eu _____ declaro que estou ciente do tema da presente pesquisa. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações caso eu queira. Os resultados da pesquisa serão apresentados na forma de Dissertação, cuja defesa está

prevista para 08/2016 e também deverão ser publicados na forma de relatórios, artigos científicos, além de serem apresentados em eventos da área. Ressaltamos que os dados coletados e analisados serão tratados de maneira ética, com o intuito de colaborar com as políticas públicas, e com a psicologia social, neste sentido não pretendemos te submeter a desconfortos, riscos, ainda que sejam mínimos. Para perguntas ou problemas referentes ao estudo ligue para a supervisora da pesquisa Inara Barbosa Leão no telefone (067) 3345-3587. Para perguntas sobre seus direitos como participante no estudo chame o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS, no telefone (067) 3345-7187.

Declaro que li e entendi este formulário de consentimento e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas e que autorizei esta pesquisa de forma livre e esclarecida. Também declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Nome	Assinatura do Participante	Data
------	-------------------------------	------

ANEXO - 2
ROTEIRO DA ENTREVISTA



PERGUNTA DESENCADEADORA:

- 1. O trabalho influenciou você para ficar na rua?**

Temas em torno:

História de vida

O mundo do trabalho

O futuro

ANEXO - 3

ENTREVISTA NORMATIZADA E COM OS NÚCLEOS MARCADOS

me conte se o trabalho influenciou para você ficá na rua: (silêncio 3 segundos)
 aah! **eu** **vô** falá **bem** a verdade pro **senhor**: o trabálio **nunca** **me** influenciou **eu** em **nada**! O
 que **me** influêncio **eu** **é** fumá droga! **eu** sô viciado, **faz** 20 **ano** que **eu** fumo crack, [**eu**] fumo
maconha, [**eu**] **bebo** pinga. [**eu**] **Até** perdi o **meu** modo com a **MINHA** família por conta
 disso... o **senhor** **entendeu**!? **Quando** **eu** **tenho** **dinheiro** **eu** – **eu** fumo, [mas] **Quando**
 [**eu**] **tenho** o **dinheiro** **eu** **me** entoco **dentro** desses **hotél** ai, e **inquanto** **eu** **acabo** com
 o **meu** **dinheiro** **eu** **paro** de fumá... **Então** o trabálio **influi** em **nada**. **Porque** **trabalhá**,
todo **tem** que **trabalhá** **mesmo**. **Ninguém** **vive** ^{sem} **trabalhá**! Inclusive **eu** **vô** falá pro
senhor: **eu** **tô** **precisando** de um trabálio, [**eu**] **tô** doido pra **mim** **arrumá** um serviço pra **mim**
sai daqui! [**eu**] **tô** **ponhando** na **mão** de **deus** E [**eu**] **tô** **fazendo** a **MINHA** **oração**, **eu**
 ...((ruído)) mas **eu** **tô** **precisando** de um trabalho, e **eu** **tenho** **fé** **jesus** **cristo** que **ele** **vai** **me**
arrumá! **Vai** **dizê** que **me** **influi**, **influi** em **nada**. A **unica** **influência** que **nem** **eu** falei pro
senhor **é**; **SÓ** **Quando** **eu** **pego** o **dinheiro**, **inquanto** **eu** **vejo** o **final** do **dinheiro** **eu**
consigo eéé (silêncio) **Como** **é** que **eu** **posso** falá pro **senhor**!? **eu** **consigo** **tenho** **aquele**
controle. **Eu** **vô** falá, **eu** **vô** **fazê** **isso**, **isso** e **isso**. Ai **Eu** **pego** o **dinheiro** **eu** **vô** **toma** **pinga**,
eu **quero** fumá um **crack**! **Então** o **meu** **problema** **é** esse. **Eu** **Quando** **começ** o fumá, **eu** **nunca**
tomo tempo! Ai.. **Eu** **tô** com **problema** de **pulmão** **como** **eu** falei pro **senhor**, [**eu**] tentei **fazê** os
meus **exames** pros **médico** **vê** **uma** **ajuda** ai. **Entrevistador: problema do quê o Senhor**
falou? **Pinêmunia**, Do **pulmão**, **é** **eu** **tô** **ruim** **hoje**, **meu** **pulmão** **tá** **doendo** **hoje**, o **Senhor**
viu na reunião que **eu** **tava** meio tenso!? Com a **cabeça** meio abaixada! **tava** com
dor! **Então** ... no **eu** **vô** falá pro **Senhor** o trabálio **me** **influi** em **nada**. **Porque** **ninguém**
vive ^{sem} **trabalhá**! E se **acabá** **isso** **aqui** o que será dos ^{morador} de rua!? Se **for** **roubá** **va** pra
cadeia, se **for** **vendê** droga a **mesma** **coisa**. Mas **eu** **prefiro** **trabalhá**, **ninguém** **gosta** de
trabalhá, mas **ninguém** **vive** ^{sem} o trabalho. **É** o **meu** **tratamento**, que **eu** **tô** **falando** pro
senhor, [**eu**] **estou** **fazendo** **aqui**, e **eu** **tô** **falando** para o **senhor** **é** o **meu** **coração**, **é** que **eu**
tô **pensando**, **é** a **MINHA** **decisão**, **cada** **um** **tem** sua **decisão**, **cada** **um** **faz** o que **qué**, e **acha** o

que *qué* ... ((ruído)) Mas ... a vida na rua **é fácil!** Eu já morei na rua 10 ano.

INTERRUPÇÃO ENTRA UM FUNCIONÁRIO NA SALA. (5 SEGUNDOS) Eu já

morei na rua 10 ano. Eu **tenho mãe, MINHA mãe é falecida faz 43 ano, MINHA mãe**

morreu no meu parto, **conheci ela. Depois** que eu *entrei* na droga [eu] **SÓ** perdi que as

vezes a gente **pensa** que a droga **é** um desabafo pra gente, e **é**. A droga no meu olhar, **é**

prazer **SÓ** naquele momento. **Acabou a droga, tem prazer.** você tem que **corrê atrás** pra

arrumá outra. **Então!** De graça **ninguém** te dá, **é** um caminho **sem volta** vâmo dizê né. **SÓ**

vai, mas **tem volta!** Porque eu **posso gastá** mil, dois mil real com *traficante*, se eu

chegá depois e o meu dinheiro **acabá**, já aconteceu **isso** comigo – que eu **vô** minti pro

senhor, [eu] **vô** falá a realidade – de eu **chegá faltando** 2 ou 3 reais e **eles me vende.**

Entendeu? **Então** o meu pensamento **é** esse, **é** o que eu **tô** falando pro senhor e **é** o que eu **tô**

sentindo. **Então ... eu tenho fé** em deus que eu **vô** **arrumá** um *emprego* pra mim! Eu **como**

viciado, **faz** 20 ano que eu fumo, **SÓ** perdi **até** *hoje* na **MINHA** vida! [eu] **Nunca** tive...

[eu] **tive filho**, [eu] **tive** de **tê** uma *mulher*, [eu] **consigo!** as vezes você

consegue **tenho** um *bom emprego*, porque **ninguém** te dá. Porque você **tem** uma

responsabilidade, **vâmos** dizê **assim!** Porque se você *pega* o pagamento *hoje* **amanhã** você

vai pra *gandáia* e **amanhã** você **perdeu** o *emprego!* **todo** **tem** sua *responsabilidade*,

porque se você **vai** *trabalhá* em uma firma grande, **ninguém** **vai** *pegá* você pra *trabalhá* **SÓ**

hoje, **amanhã** você tem que **ih** no *horário*. **Então** eu **como** sô usuário de droga. Usuário de

droga **tem** *responsabilidade*. Você **tem** *aquele compromisso*, **vâmos** dizê **assim** né!?

Se eu **começá** a fumá *hoje* [sexta], eu **vô** falá a *verdade* pro senhor eu **paro** **SÓ** domingo.

Então... Eu **tando** *trabalhando* eu fico tranquilo, eu **fumo**. **Agora** eu **tando** *sem* *emprego* ai

eu **quero** **SÓ** de fumá droga, *beber cachaça* **ir** **atrás** do que **presta**. Eu **tando**

trabalhando, eu **tenho** **MINHA** *responsabilidade*, porque eu **vô** **tá** *trabalhando*. **Então** [eu] já

vô **dormí** cedo, **agora** **como** eu **tava** falando pro senhor, eu **tava** na rua, **agora** eu **tô** no

CETREMI! TÔ DESEMPREGADO, SÔ DAQUI! Eu vim aqui, aqui no Centro POP pra fazê o meu cartão do SUS, meu cartão é de Rio Negro, como eu tinha falei pro senhor: eu tô DOENTE, com problema no pulmão, meus documentos são tudo aqui, meus exames são tudo aqui, são tudo guardado no CETREMI! Então é o que eu tô falando pro Sinhoreu pretendo um dia mudá de vida. [eu] Tenho outra caminhada. Eu já perdi TUDO...TUDO NA MINHA VIDA JÁ... eu já fui cara que eu... (silêncio) já ganhei muito dinheiro, [eu] já gastei muito dinheiro, [eu] já fui preso, [eu] já tomei muito pau. Hoje [eu] tô com 43 ano... eu sô como era antes, a saúde vai acabando né!? A gente vai perdendo o desempenho e a agilidade. Mas mesmo assim eu ainda trabalho, eu tenho pouco de agilidade, graças a deus... Pra mim, essa vida leva nada, até Quando eu vô ficá dependendo de CENTRO POP, DEPENDENDO DO CETREMI!?! AI EU FICO VELHO, QUE NEM EU VEJO MUITOS AI, QUE CONSEGUEM NEM TOMAR BANHO! TEM UMA FAMÍLIA TEM UM CANTO PRA VIVÊ! TEM DINHEIRO GUARDADO, EU MESMO TENHO NENHUM CENTAVO, DINHEIRO EU JÁ PEGUEI NA MINHA VIDA!? E [eu] JÁ TUDO ÁTOA COM DROGA, MUIÉ, BISCATAIÁDA, CACHAÇA!! Então, o que eu tenho pra falá pro senhor da pergunta que o senhor me perguntou é só isso mesmo... que eu tô pensando, di mim né!? que o senhor perguntou ai do trabáho, pra mim o trabáho [me] influenciou em nada. Porque eu trabalhando, eu tenho meu dinheiro e [eu] dependo do FAVOR de ninguém! PORQUE A PIOR MÉERDA QUE TEM, É VOCÊ DEPENDER DO FAVOR DOS OUTROS!! Nem a MINHA família qui é tudo do Paraná eu ligo pra eles, [eu] peço nada, [eu] tô com 11 ano no Mato Grosso do Sul. Já perdi o meu telefone, eu tô sem contato com o meu pai, [eu] já se ele tá vivo ou se já morreu, o senhor entendeu!? [eu] Cai num mandato de prisão ai, por umas broncas MINHA's, graças a deus eu sai em 2009. [eu] Tô di boa! [eu] Nunca inxi o saco da MINHA família pra pidi nada pra eles. Ai manda dinheiro pra mim ih embora. Negativo! Eu tenho 2 mão, sô alejado, sô nada. Eu que tenho que corrê atrás da MINHA vida. Eu tenho que trabalhá, arrumá um serviço e saí fora desse caminho que eu tô! Que é um caminho sem volta. O cara que

tem aonde morá, dorme na rua que caminho é esse!? Toma chuva, eu peguei essa gripe que eu tô, porque eu dormi na rua, tinha onde [eu] dormi sábado, [eu] deitei em cima de uma grama ali perto da farmácia ^{sem} nada, [eu] peguei umidade, como eu já tô com problema no pulmão, que eu já tava com pneumonia [eu] fiquei internado semana passada, cabô agravando e eu tô sentindo dor no pulmão. Então... Eu tô cansado dessa vida. [eu] Já sofri demais! Vida de droga, vida de rua, vida de cachaça. [eu] Tomei uma facada, em Rio pardo, [eu] quase morri numa carvoaria. [eu] Trabalhei 8 ano numa carvoaria. Por isso que eu tô acabado do pulmão, com problema no pulmão. Só que advogado tá mechendo pra mim. Entendeu? O médico que atende eu é o doutor Marcelo na Santa Casa. Então ... eu tenho fé em Jesus que eu vô conseguir um serviço só quero arrumá um serviço pra trabalhá. Só! Eu tenho tudo os meus documentos. Os meus documentos tão tudo aqui, eu tenho: carteira identidade, CPF, título, tudo... (SILÊNCIO em torno de 5 segundos) Então o que eu tenho pra falá pro senhor é só isso mesmo. Da pergunta que o senhor fez pra mim. Acho que até passei do limite né!? (risos) (continua a falá depois do silêncio 3 segundos) mas eu acho que o cara tem que sê realista né!? eu sô um cara que falo o que eu sinto! adianta [eu] falá pro senhor mentira. que eu tô mintindo pra mim mesmo. Eu tô... Em vez de eu íh pra lá, eu tô voltando pra cá. DEPOIS Quando eu vô olhar a MINHA consciência, eu vô falá pra mim: puta eu falei pra aquele cara um negócio, que é nada daquilo lá. Ai o senhor vai puxar e mentira é descoberta, mentira nunca fico encoberta. A mentira é de deus Deus gosta da mentira. Então eu gosto de falá o que eu sinto. O que eu já passei. E o que eu penso daqui pra frente que é a MINHA caminhada, que é o que eu penso daqui pra frente, até Quando deus ME DER VIDA ! ELE ME DEU VIDA DUAS VEZES, EU TIVE PNEUMUNIA QUASE MORRI, EU TOMEI UMA FACADA E QUASE MORRI!, E EU TÔ PRETENDENDO ... (SILÊNCIO) UMA CAMINHADA MELHOR! TENHO UMA FAMÍLIA TENHO UM FILHO, ARRUMÁ UMA MULHER, tenho um estudo, [eu] queria voltá estudá, eu parei de estudá, arrependi! até hoje eu me arrependo! Temo meu pai que é profissional, mestre de obra, que até hoje mexe com acabamento. eu poderia tenho

aprendido a profissão dele, mas **me** interessei. **Só** ficava atrás do que **presta!** Era **só** droga e roubo, droga e roubo! Hoje **eu tô** sofrendo, **tô** sentindo como **é** que **é!** Sofrendo o caminhar com as **MINHA**s pernas, o caminho reto! **porque tudo** tem um preço, se **eu** plantar uma flor **aqui** **eu vô** colher flor, se **eu** plantar um espinho **aqui**, **eu vô** colher espinho. Se **eu** leva ela, vai ficá **só** o ispinho e ai!? Então... **Eu** que **eu vô** falá verdade pro senhor. **ta fácil**, **eu** **tô** lamentando, **porque deus** gosta de lamentação. Mas ...**[eu] tô cansando** dessa vida que **eu tô** vivendo ein, **[eu] tô** enjoado já! **[eu]** [tenho] [que] Ficá dependendo dos outros, sê mal visto pela se! você passá num lugar e a polícia te olha cheia dos zóio torto! O guarda municipal passa perto do cara, você **deve nada**, mas tem que **ih embora**. Segunda feira mesmo, **eu** amanheci na rua bebendo pinga, e a polícia estava tocando nós da rodoviária! Então **eu** acho que pessoa... que uma pessoa que **é filho** de **deus** **é** humilhante! **Todo** **olhando** você, - aah! aquele lá **é** um mendigo, **viciado** em droga, drogado, que **trabalha**, **só** **qué** de roubá, de fumá droga. A sociedade **vê a** gente assim, **adianta** o cara **querê** mintí, **[eu]** tentá tampá o sol com a peneira, **porque** **é** uma realidade. **Eu** **escondo** o sol com a peneira, verdade **é** verdade! **Vai** sê sempre assim, **nunca** vai acabar, **nunca** vai mudá! Acha que a sociedade **vê** nós - olha a gente assim!? nós **trabalhando**, tratando de um um bando de vagabundo! Que **é** uma realidade, **[eu]** **TÔ** **MINTINDO!**? O senhor que **tem** profissão, tema vida já estabilizada, o senhor mesmo que **eu** **tô** falando a verdade, **Todo** que **trabalha** ai que **é** funcionário, empresário, **FALA MAL DE NÓS** **AQUI** !? **FALAM!**? OLHA NÓS ESTAMOS **TRABALHANDO** **AQUI** PRA TRATAR DAQUELES VAGABUNDO DO **CETREMI**, DO POP LÁ ÓH! DROGADO! LADRÃO, QUE ^{ELE} **VÊ** NÓS ASSIM!! NÓS SAI DESSE PORTÃO PRA TRÁS E **TUDO** **VÊ A** GENTE, **TUDO** QUE ANDA **AQUI** **É** TRATADO COMO LADRÃO! COM DISCONFIANÇA NÉ!? **É** RUIM A PESSOA VIVER COM DISCONFIANÇA NA VIDA NÉ!! Oolha! **eu** **penso** **eu**, pra **mim** né! Você acha que **eu** **queria** **[ter]** a **MINHA** vida !? **[ter]** a **MINHA** casa, **[ter]** o **meu** carro, **[ter]** a **MINHA** família **[ter]** a **MINHA** mulher, **[eu]** andá **ben** arrumado, **[eu]** **[ter]** o **meu** serviço, você acha que **eu** **gosto** de **tá** no jeito que **eu** **tô** !? Morando em **CETREMI**,

Sendo humilhado pelos outros!? Aqui tudo tem regra, tudo tem seu preço, tudo tem horário! Você viu? Eu acabei de comer o senhor lava me esperando, eu tinha que levar o prato limpo, tinha deixá o prato limpo lá, é a regra da casa!! fosse SÓ [eu] comer e jogá lá! hã!! cada um tem que lavar o seu prato e deixá limpo lá. Então... a vida é assim... eu tenho até vergonha de me comunicá com a MINHA família de falá que eu tô numa vida dessa aqui .[eu] Falá pro meu pai, falá que eu tô morando na rua, que eu tô morando no CETREMI, meu pai me xinga tudo – “você é um irresponsável, eu sempre te falei pra você que você ia conseguir caminhar com suas próprias perna” Então eu vô falá a verdade pro senhor: é fácil a vida do cara que vive na rua ! cada um tem um pensamento, quem tem o pensamento de mudar de vida , (silêncio -3 segundos) tem! quem qué voltar pra trás, continua do jeito que ele tá ou morrer de overdose, ou preso, ou a polícia matá, é o fim do cara que usa droga, é esse. Ficá sem dinheiro ele vái roubá. Eu mesmo roubu. Mái tem outros que róbam. Ás vezes você morre por causa de um celular desse aqui óh!! a polícia manda você pará, você pára, eles atiram, péga ní você, eles tác nem aí. É máis um tranquera que morreu, demo baixa ní um. É assim a vida né!?

Então... Eu mesmo tô...(silêncio) eu tenho fé em Deus que eu vô arrumá um emprego pra mim. Eu tô tentando, e [eu] vô consigui. Nem que seja varrê rua! A sociedade vai vê eu com outros olhos. [eu] TÔ trabalhando! É o orgulho do cara é o trabalho, é oh!? pelo menos se eu tiver trabalhando e eu chegá ali na casa do sinhor pidi uma comida, o sinhor me dá! Se eu tiver parado o Sinhor néga!!(bate na mesa com a mão), é assim!?? é assim com todo O cara dá, O cara tem, mas dá! Porque a comida falta pra ninguém, ninguém dá!! O cara fala: máis rapáiz vô DÁ COMIDA ai PRA VAGABUNDO ANDAR DE BARRIGA CHEIA! é o pensamento da sociedade é, é no inteiro, é

só aqui é em todo lugar, eu disso ai, eu tô com 43 ano, eu sô daqui eu sô paranaense, eu como que é a vida, eu sô rodado no aqui sinhor. Eu já rodeio inteiro ai, já fui em tudo qué lugar ai. Trabalhando ai em tudo que é lugar, mas [eu] vô vê esse ano o que deus prepara pra MINHA vida, que é SÓ ele pra tenho

misericórdia mesmo ... (silêncio 6 segundos). Entrevistador: O que o Senhor **faz pra**
 viver? olha **eu** **vô** falá um negócio pra você viu !? Quando **eu** **tô** **trabalhando** **eu** **tô**
trabalhando. Quando **eu** **tô** **trabalhando** **eu** **tô** dependendo dos outros, aí **[eu]** **[vivo]** de
pegá comida em restaurante, *pegá* comida das irmã, **[eu]** vim aqui pra comer, as vezes
 pidi comida na casa dos outros. **[eu]** tem lugar pra **[mim]** dormi, Então... a vida é dura né!?
 (riso) Pra quê que **eu** **vô** **minti** né!? Que **nem** **deus** fala: á parti de *hoje* você **vai** **tenho** que
 sobreviver com o seu próprio suor, e foi o rei do **[eu]** que ! E é verdade. Se você **[eu]** vivê
 do seu próprio suor, vira mendigo aí, fica do jeito que **eu** **tô** aí! **[EU]** **[eu]** **tô** pedindo porque
eu **tenho** aqui pra **[tomar]** banho, temo **CETREMI** pra **[mim]** dormi, tem um lugar pra **[eu]** lavá
 uma roupa aí, mas se **[eu]** tivesse o **CETREMI**, ou isso aqui, **[eu]** **tava** na rua aí Óh! Dormindo
 em calçada, CASA VAZIA AÍ, que o povo fala o tal do mocó. ATÉ A POLÍCIA CHEGÁ E
 DESCE O SARRAFO, ^{ELES} **[eu]** **TEM** DÓ MESMO. ^{Eles} **[eu]** ganham pra isso! aí **chega** a
 comunidade e *liga* lá pra ^{eles} - *esse cara* aqui óh, dormindo perto de casa, **tô** **até** com
 medo, tema **MINHA** filha aqui, aí a polícia vem e ^{eles} desce o pau e você tem que sai,
 você **tá** na sua casa, **tá** pagando **nada** por aquilo. Aí você olha lá um monte de lata
 furada, merda no chão, o cario á quatro, mocó só tem isso! Só tranqueira, coisa que **[eu]**
 presta! **Casa** abandonada so **vê** isso aí, você **vê** **nada** de bom pra ninguém, o cara falá
 pra **[mim]** que **tem** uma casa abandonada que se aproveita alguma coisa, **eu** **disminto** na cara
 dele! Qualquer um aqui dentro, qualquer um viaciado em droga, aqui. **Eu** debato na
 hora, “mas rapaz você **[eu]** o que é o **[eu]** fala pra **[mim]** que isso aí **tem** futuro!? Futuro é o
 cara **tê** estudo, o cara **trabalhá**, **tê** a sua **família**, aí é futuro. Mas **vai** ficá nessa vida
 que **nem** **eu** **tô** aqui, dependendo de um e de outro aí!? ~~Apesar~~ de quê! **Eu** me dou **bem**,
 se **eu** quisé vendê droga aí, **eu** vivo, mas **[eu]** **compensa**!! Só que você **vai** pra cadeia, e depois
 que você **vai** pra cadeia, **[eu]** arruma ninguém lá, **nem** pra vendê sabonete lá. **Nem** pra dar
 uma bituca de cigarro, *viver* você vévi, mas **[eu]** digno né!? é um **dinheiro** suado, um **dinhero**
 aproveitado por **deus** né!? O **dinheiro** que **[eu]** **ganha** suado, você **[eu]** **faz** bom proveito dele,
[eu] consegue **nem** comprá um celular desse aqui óh! você **vai** na boca aí, o traficante **toma**

tudo, éh, verdade viu! o que eu já passei, [eu] já fiz muito errado na [MINHA] vida , [eu] já gastei muito dinheiro á toa, [eu] já fui cara de gastá mil, dois mil reais em uma noite, de fumá droga dentro de hotel ai óh, ficá dois, três dia fumando ai. Invernado. [eu] Só que é fácil, como é o nome do Senhor!? Entrevistador: Carlos. O meu é Clodoaldo. [eu] Só que é fácil, seu Carlos. Tem cara ai que pensa que o é um mar de rosas, (risos) é só ele correndo atrás pra ele vê, viu!? Como é duro! Esse mundão ai de meu deus. Quando tema família que banca, que dá isso, ou dá aquilo que ajuda. Mas Quando tem um cara que nem eu hãm! (silêncio) Tem gente que ajuda, mas eu gosto de pedí, eu gosto de ficá levando desaforo. (silêncio) entrevistador: o que o Senhor pensa da sua vida hoje ? olha o que eu penso da MINHA vida agora [eu] vô falá a verdade pro senhor: eu tenho que mudá né!? [eu] Tem que mudá, [eu] tem que pidi pra deus, [eu] tem que arrumá um trabalho, [eu] tem que sai fora dessa vida que eu tô, o senhor entendeu!? Tem que mudá a MINHA vida , pra tenho uma vida que todo tem, um trabalho, [tem] sua casa, [tem] sua a família, [tem] seu emprego, ficá dependendo de um e de outro que nem eu tô ai! Você tá aqui, olha pra um e pra outro da risada, acha que é brincadeira, mas é brincadeira aqui a coisa é SERIA!! Eu levo a sério as coisas que eu falo, o senhor entendeu!? Eu Quando eu tô ouvindo uma palestra eu vô prestar atenção no que ele tá falando, eu tenho que escutá. Pra mim lembrar na MINHA mente. Tem uns que passa aqui, sai aqui, sai lá, tá nem ai. mas como eu falei pro senhor eu tenho que mudá a MINHA vida , né!? Eu interná eu quero. Falá a verdade pro senhor: um internamento [eu] acho que muda ninguém, [eu] já botei isso na MINHA cabeça!! O cara tem que decidí por ele mesmo, ele tem que falá: eu vô pará, eee... deus me fez assim, deus [me] fez limpo sem usar droga nenhuma!! Então... eu tenho que Tenho UMA DECISÃO, MAS EU VÔ VENCÊ ISSO, SE DEUS QUISÉ. Então... eu tenho que tomá uma decisão. Mas é isso ai, eu tenho pensado direto, deus vai abrir um caminho pra mim e eu vô conseguí! [eu] Vô! Inquanto a gente tá vivo, vivo, a gente pode perdê a esperança né!? Eu nunca vô perdê a MINHA esperança, eu nunca vô deixar de desacreditá em em deus A fé é, você tem fé ai deus vê que você tem fé mesmo. Ai você consegue mesmo.

Agora se você ficá naquela, **aqui** é o céu, **aqui** é o inferno! Você se **vai** pra lá ou vem pra cá, você tem que **toma** uma decisão, **apesar** de que **ih** pro céu **é fácil** né! mas **eu** **vô** tentar uma melhora ai, mas **[eu]** **vô** falá uma verdade pro **sinhor**: **vô** **arrumá** um servicinho pra **mim**!! **Eu até** **tenho** que **pegá** o remédio ai, **[eu]** **vô** passar no posto, **[eu]** **vô** **fazer** uma correria que **eu** **tô** com **dor** no rim. Máis (silêncio 4 segundos) a **vida** da gente **é fácil**! Da gente **é**, né!? A **MINHA**, **cada** um cuida da sua **vida**. **Eu** **assim** do jeito que **tá** **dá** pra ficá né!? Tem que **mudá** a **vida**. Tem que **arrumá** um **emprego**, o que **muda** o cara é o **emprego** né!? o serviço que **faz** o **cara** subí na **vida** né!? Cará tem que fala né!? **Então**... você viu, **ninguém** quis **aqui** conversá com o **sinhor**, o **sinhor** viu **como** que é!? O **sinhor** **tá** formando pra psicólogo **melhor** que **eu** **isso** **aqui**! **tem** um progresso! **Só** **eu** e o moreninho lá, mas **ninguém** **tem** interesse. *Óh* o tanto de gente que **tem** **aqui** na casa, você **acha** que a **vida** d'eles **tá** **boa**!? O **sinhor** **tá** **boa**!! Mas é o tipo de pessoa que **qué** **mudança** na **vida** né!? Ai tanto fáiz se **tá** **aqui**, ou se **tá** na rua! Se é daqui ou se é da rua! Mas **eu** **tenho** de **mudá** **MINHA** **vida**. **Como** você **pensa** que **vai** **conseguir** essa **mudança**!? **Só** **Deus** **mesmo**, **deus** e **eu** **mesmo**, **eu** **tenho** que decidi, **[eu]** **vô** **mudá**, **[eu]** **vô** **pará** de fumá, **[eu]** **vô** pra **deus** **[eu]** **vô** pra igreja, o **sinhor** **é** evangélico!? **Só** de **olhar** no **sinhor** **eu** vi que o **sinhor** **é** evangélico, **eu** **conheço** a pessoa que é evangélico!? O **sinhor** **entendeu**!? **Só** **eu** **mesmo**, que **nem** **eu** **tô** falando pro **sinhor**, **eu** **peço** que reze pra **eu** **mudá**. **Então**... **é**... a hora que **ele** quisé **me** **arrumá** um serviço é a hora que **ele** quisé **mesmo**. **Então**... que os planos de **Deus** **ninguém** tampa, né!? **Ninguém** disfaiz os planos de **deus** as **vezes** **ele** **tá** **fazendo** um teste. **eu** **que** **eu** **tô** falando o nome dele e **eu** **ele** **tá** **aqui** **comigo**, **ele** **tá** ouvindo **eu** **falá** o nome dele. **Eu** **tenho** certeza, **eu** **vejo** **ele**, **porque** **eu** **vejo**... que **meu** **olho** é carnal, e **tô** fora da palavra dele, **mas** **que** **ele** **tá** **aqui** perto de **mim**. **Ele** **o** que **eu** **tô** falando, **ele** **conhece** a **MINHA** **mente**, **meus** **pensamentos**, o **meu** **coração**, **ele** **o** que **eu** **quer** o da **MINHA** **vida**. **Então**... **Eu** entrego a **MINHA** **vida** a **deus** e **eu** **tenho** esperança que **eu** **vô** **arrumá** um serviço pra **mim**

trabalhá, sempre trabalhei, eu tava trabalhando um ano e quatro meis. Entendeu? Então é isso mesmo que eu tenho pra falá pro senhor(silêncio – 7 segundos) O senhor tem alguma coisa que gostaria de falar!?

ANEXO - 4
QUADRO COM A CONTAGEM DOS NÚCLEOS

Núcleo	Variações dos núcleos	Contagem dos núcleos	
4. Eu	Eu (304) Mi nha (35) Me u (24) Me (22) Mim (22) Me us (6) Mi nhas (2) Co migo (2)	417	
5. Advébio “Não”	■ ■ (120) Ne m 15 nu nca (9) nu m (3)	147	
2. Verbo “Ter”	Te m (57) Te nho (34) Tê (19) Ti	120	

	ve (4) Ti nha (4) Ti ver (1) Ti vesse (1)		
4. Verbo “ser”	é (96) Sô (10) fui (4) sê (3) era (2) ser á (1)	113	
5. Verbo “Estar”	Tô (60) tá (20) Ta va (6) Tã o (3) tan do (3) est ou (1) est ava(1)	94	
6. Um/ 7. uma	Um (58)	91	

	Um a (28) Nu ma (3) Un s (1) Um as (1)		
8. Verbo “Ir”	vô (52) Vai (16) Ih (7) Vã mo (3) For (2) Foi (1) Fos se (1)	82	
9. Pronome “Você”	Vo cê (48) Te (4) Se u (6) Su a (8) De ssa (4) De sse (4)	70	
10. Senhor		51	
11. Verbo “Falar”	Fa lá (26) Fa	51	

	lando (10) Fa lei (6) Fa la (6) Fa lo (2) Fa lam (1)		
12. Ele/Eles/ela/elas	El e (22) El es (9) D ELE (7) Aq uele 4 El a (2)	44	
13. Vida (subst.)		42	
14. Aqui		37	
15. Trabalho- Verb.	Tra balhá (13) Tra balhando (13) Tra balhei (2) Tra balho (1)	29	
16. Só	Só	29	
17. Então		27	
18. Deus,	De us	27	